



DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD	
Órgão:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO – MA
Setor requisitante (Unidade/Setor/Depto):	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA DE PORTO FRANCO/MA
Responsável pela Demanda:	NAARA PEREIRA DUARTE
Matrícula do Responsável:	5458945
E-mail:	infraestrutura@portofranco.ma.gov.br
Telefone:	(99) 9.8409-2780
1. OBJETO:	
ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO/MA.	
2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:	
JUSTIFICATIVA: ○ As estradas vicinais desempenham papel crítico no transporte de mercadorias e no acesso a serviços essenciais para a população rural. ○ A implementação de técnicas adequadas de terraplenagem, revestimento e drenagem garante maior durabilidade das vias, reduzindo custos de manutenção. ○ Estradas em bom estado estimulam a economia local, facilitando o escoamento da produção e reduzindo perdas relacionadas ao transporte. ○ Investimentos na infraestrutura viária geram retorno econômico ao atrair novos negócios e melhorar a competitividade do município. ○ A execução de obras planejadas inclui medidas para mitigar impactos ambientais, como recuperação de áreas degradadas e controle de erosão. ○ A drenagem eficiente previne alagamentos e protege recursos naturais adjacentes. RESULTADOS PRETENDIDOS: ○ Melhoria da infraestrutura viária: Proporcionar a recuperação das estradas vicinais, melhorando as condições de tráfego, a segurança e a conectividade entre as áreas rurais e urbanas. ○ Escoamento da produção rural: Facilitar o transporte de produtos agrícolas e pecuários para os mercados, promovendo o desenvolvimento socioeconômico da região. ○ Eficiência operacional: Implementar uma estratégia de execução eficiente, com cronograma claro e uso otimizado de recursos públicos. ○ Sustentabilidade e preservação ambiental: Integrar soluções de drenagem e recuperação ambiental para reduzir os impactos negativos das obras no meio ambiente.	
3. DESCRIÇÕES E QUANTIDADES:	



A contratação abrange a execução de serviços especializados para a recuperação de estradas vicinais, incluindo:

- **Terraplenagem:** Limpeza, escavação, transporte e compactação de aterros.
- **Revestimento primário:** Aquisição, transporte e espalhamento de material (laterita).
- **Drenagem:** Instalação de bueiros simples de tubo de concreto (BSTC) e bocas de bueiro.
- **Serviços gerais:** Mobilização e desmobilização de equipamentos, administração local e recuperação de áreas degradadas.

4. OBSERVAÇÕES GERAIS:

4.1. Prazo de Entrega/Execução: O prazo de execução dos serviços pretendidos obedecerá ao Cronograma de Trabalho constante dos autos, ou seja, 360 (trezentos e sessenta) dias.

4.2. Local e horário da Entrega/Execução: A execução se dará nos locais previamente relacionados no Contrato de Repasse Nº 902709/2020.

4.3. Prazo para pagamento: O pagamento dos serviços executados, se dará sempre mediante a medição dos serviços executados, e após a aprovação da medição pela fiscalização.

5. INDICAÇÃO DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO:

Indicado:	DEIVID SOBREIRO DE AMORIM
Matrícula do Indicado:	949973
Indicado:	LUCAS ABREU AGUIAR
Matrícula do Indicado:	5456674

Porto Franco/MA, 10 de dezembro de 2024.


NAARA PEREIRA DUARTE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA
Matrícula: 5458945

**CONTRATO DE REPASSE Nº 902709/2020/MAPA/CAIXA**

**CONTRATO DE REPASSE QUE ENTRE SI
CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR
INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO,
REPRESENTADO(A) PELA CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL, E O(A) MUNICÍPIO DE PORTO
FRANCO, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE
AÇÕES RELATIVAS AO AGROPECUÁRIA
SUSTENTÁVEL.**

Por este Instrumento Particular, as partes abaixo nominadas e qualificadas têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Repasse de recursos orçamentários da União, em conformidade com este Contrato de Repasse e com a seguinte regulamentação: Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, e suas alterações, Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações, Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações, Instrução Normativa MPDG Nº 02, de 24 de janeiro de 2018 e suas alterações, Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, Diretrizes Operacionais do Gestor do Programa para o exercício, Contrato de Prestação de Serviços (CPS) firmado entre o Gestor do Programa e a Caixa Econômica Federal e demais normas que regulamentam a espécie, as quais os contratantes se sujeitam, desde já, na forma ajustada a seguir:

SIGNATÁRIOS

I – CONTRATANTE – A União Federal, por intermédio do Gestor do Programa Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representada pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral de 19 de janeiro de 2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Mandatária da União, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por REGINA CÉLIA BARBOSA RIBEIRO, CPF nº 483.501.413-87, residente e domiciliado(a) em Rua 3 - Quadra C - Casa 36 - Residencial Araras - Cohama, conforme procuração lavrada em notas do 2º Tabelião de Notas e Protestos - Brasília - Distrito Federal, no livro 3401-P, fls 114, em 07.10.2019 e substabelecimento lavrado em notas do 2º Tabelião de Notas e Protestos - Brasília - Distrito Federal, no livro 3407-P, fls. 200, em 07.11.2019, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE.

II – CONTRATADO – MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO, inscrito no CNPJ-MF sob o 06.208.946/0001-24, neste ato representado pelo respectivo Prefeito Municipal, Senhor NELSON HORÁCIO MACEDO FONSECA, CPF nº 618.685.073-00, residente e domiciliado(a) em Rua 06 nº 08 Parque Juçara - Porto Franco, doravante denominado(a) simplesmente CONTRATADO.

CONDIÇÕES GERAIS

I - OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE
Adequação de Estradas Vicinais.

II – MUNICÍPIO(S) BENEFICIÁRIO(S)
Porto Franco - MA.

III - CONTRATAÇÃO SOB LIMINAR

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br



Contrato de Repasse



(x) Não () Sim

Apenas no caso de contratação sob liminar, aplica-se a Cláusula Décima Sétima desse Contrato de Repasse – Condições Gerais.

IV – CONTRATAÇÃO SOB CONDIÇÃO SUSPENSIVA

() Não (x) Sim

Documentação: Área de Intervenção, Técnica de Engenharia e Licença Ambiental.

Prazo final para entrega da documentação pelo CONTRATADO: 30/10/2021.

Prazo final para análise pela CAIXA após apresentação da documentação: 30/11/2021.

V - DESCRIÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Recursos do Repasse da União R\$ 955.000,00 (novecentos e cinquenta e cinco mil reais).

Recursos da Contrapartida aportada pelo CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Valor de Investimento (Repasse + Contrapartida) R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais).

Nota de Empenho nº 2020NE800218, emitida em 24/07/2020, no valor de R\$ 955.000,00 (novecentos e cinquenta e cinco mil reais), Unidade Gestora 135098, Gestão 00001.

Programa de Trabalho: 20608103120ZV0001.

Natureza da Despesa: 444042.

Conta Vinculada do CONTRATADO: agência nº 4290, conta nº 006.00647055-4.

VI - PRAZOS

Data da Assinatura do Contrato de Repasse: 05/10/2020.

Término da Vigência Contratual: 31 de Outubro de 2022.

Prestação de Contas: até 60 dias após o término da vigência contratual ou conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro.

Arquivamento: 10 anos contados da apresentação da prestação de contas pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA e encerramento da operação do CR; ou da Tomada de Contas Especial, após julgamento das contas pelo TCU; ou após decorrido o prazo legal de guarda, o que ocorrer por último.

VII - FORO

Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Maranhão.

VIII - ENDEREÇOS

Endereço para entrega de correspondências ao CONTRATADO: PCA DA BANDEIRA - 10 - - CEP 65970-000 - Porto Franco - MA.

Endereço para entrega de correspondências à CONTRATANTE: Rua Inácio Mourão Rangel, Quadra L, Nº 215, Andar Térreo - Loteamento Jaracaty, Bairro Renascença II – São Luís/MA – CEP 65075-697.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:

Endereço eletrônico do CONTRATADO: pmporportofrancoma@gmail.com; drnelsonhoracio@gmail.com; leiltonsa@hotmail.com.

Endereço eletrônico da CONTRATANTE: gigovsl@caixa.gov.br.

Pelo presente instrumento, as partes nominadas no Contrato de Repasse, pactuam as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PLANO DE TRABALHO E DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

1 – O Plano de Trabalho aprovado no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (PLATAFORMA+BRASIL) é parte integrante do presente Contrato de Repasse, independente de transcrição.

1.1 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à apresentação pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA de toda a documentação relacionada no item IV das Condições Gerais deste Contrato, bem como à análise favorável pela CONTRATANTE, dentro dos prazos estabelecidos no mesmo item.

1.1.1 - O CONTRATADO E/OU UNIDADE EXECUTORA, desde já e por este Instrumento, reconhece e dá sua anuência que o não atendimento das exigências no prazo fixado ou a não aprovação da documentação pela CONTRATANTE implicará a:

- a) Extinção do presente Contrato de Repasse independente de notificação, quando não houver liberação de recursos de repasse;
- b) Rescisão imediata do presente Contrato de Repasse, com o ressarcimento de eventuais despesas para elaboração do projeto básico ou termo de referência custeadas com recursos do instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2 – Como forma mútua de cooperação na execução do objeto do Contrato de Repasse, são obrigações das partes:

2.1 – DA CONTRATANTE

- I. Analisar e aceitar a documentação técnica, institucional e jurídica das propostas selecionadas;
- II. Celebrar o Contrato de Repasse, após atendimento dos requisitos pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, e publicar seu extrato, no Diário Oficial da União (DOU), e respectivas alterações, se for o caso;
- III. Acompanhar e atestar a execução físico-financeira do objeto previsto no Plano de Trabalho, com os correspondentes registros nos sistemas da União, utilizando-se para tanto dos recursos humanos e tecnológicos da CONTRATANTE;
- IV. Transferir ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA os recursos financeiros, na forma do cronograma de desembolso aprovado, observado o disposto na Cláusula Quinta deste Instrumento;
- V. Comunicar a assinatura e liberação de recursos ao Poder Legislativo na forma disposta na legislação;
- VI. Monitorar e acompanhar a conformidade física e financeira durante a execução do presente instrumento;
- VII. Analisar eventuais solicitações de reprogramação dos Projetos Técnicos ou Termos de Referência, submetendo-as, quando for o caso, ao Gestor do Programa, mediante o pagamento de taxa de reanálise;
- VIII. Verificar a realização do procedimento licitatório pelo CONTRATADO, atendo-se à documentação no que tange: a contemporaneidade do certame, aos preços do licitante vencedor e sua compatibilidade com os preços de referência, ao respectivo enquadramento do objeto ajustado com o efetivamente licitado, ao fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis, ou registro na PLATAFORMA+BRASIL que a substitua;
- IX. Aferir a execução do objeto pactuado, conforme pactuado no Plano de Trabalho, por meio da verificação da compatibilidade entre estes e o efetivamente executado, assim como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, de acordo com o disposto na Cláusula Quinta;
- X. Verificar a existência da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, Registro de Responsabilidade Técnica – RRT ou, quando aplicável, Termo de Responsabilidade Técnica – TRT, quando se tratar de obras e serviços de engenharia;
- XI. Designar, em 10 dias contados da assinatura do instrumento, os servidores ou empregados responsáveis pelo seu acompanhamento;
- XII. Divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
- XIII. Fornecer, quando requisitadas pelos órgãos de controle externo e nos limites de sua competência específica, informações relativas ao Contrato de Repasse independente de autorização judicial;
- XIV. Notificar previamente o CONTRATADO a inscrição como inadimplente na PLATAFORMA+BRASIL, quando detectadas impropriedades ou irregularidades no acompanhamento da execução do objeto do instrumento, devendo ser incluída no aviso a respectiva Secretaria da Fazenda ou secretaria similar, e o Poder Legislativo do órgão responsável pelo instrumento;
- XV. Receber e analisar a prestação de contas encaminhada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, bem como notificá-lo quando da não apresentação da Prestação de Contas no prazo fixado, e/ou quando constatada a má aplicação dos recursos, instaurando, se for o caso, a correspondente Tomada de Contas Especial;

- XVI. Efetuar a devolução imediata dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento, para a conta única do Tesouro Nacional, nos casos aplicáveis;
- XVII. Ter a prerrogativa de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação ou de ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade;
- XVIII. Realizar tempestivamente na PLATAFORMA+BRASIL os atos e os procedimentos relativos ao acompanhamento da execução do objeto, registrando aqueles que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-o atualizado;
- XIX. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente instrumento, providenciar o cancelamento dos saldos de empenho no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

2.2 – DO CONTRATADO

- I. Consignar no Orçamento do exercício corrente ou, em lei que autorize sua inclusão, os recursos necessários para executar o objeto do Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente constarão do seu Orçamento;
- II. Observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar estabelecidas pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- III. Comprometer-se, nos casos em que couber a instituição da contribuição de melhoria, nos termos do Código Tributário Nacional, a não efetuar cobrança que resulte em montante superior à contrapartida aportada ao Contrato de Repasse;
- IV. Definir o regime de execução do objeto do Contrato de Repasse como indireto;
- V. Elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado e apresentar toda documentação jurídica, técnica e institucional necessária à celebração do Contrato de Repasse, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável;
- VI. Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Contrato de Repasse, observando prazos e custos, designando profissional habilitado e com experiência necessária ao acompanhamento e controle das obras e serviços com a respectiva ART, RRT ou, quando aplicável, TRT da prestação de serviços de fiscalização a serem realizados;
- VII. Apresentar à CONTRATANTE declaração de capacidade técnica, indicando o servidor ou servidores que acompanharão a obra ou serviço de engenharia;
- VIII. Apresentar declaração expressa atestando que possui setor específico com atribuições definidas para gestão, celebração, execução e prestação de contas dos instrumentos celebrados com a União, com lotação de, no mínimo, um servidor ou empregado público efetivo e quando não possuir setor específico para essa função, poderá atribuir as competências a setor já existente na sua estrutura administrativa, desde que tal setor conte com a lotação de, no mínimo, um servidor ou empregado público efetivo (PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 114, DE 7 DE MAIO DE 2018).
- IX. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela CONTRATANTE ou pelos órgãos de controle;
- X. Selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Gestor do Programa, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à CONTRATANTE sempre que houver alterações;
- XI. Realizar o processo licitatório, sob sua inteira responsabilidade, assegurando a correção dos procedimentos legais, a suficiência do projeto básico ou do termo de referência, da planilha orçamentária discriminativa do percentual de Encargos Sociais Bonificação e Despesas Indiretas (BDI) utilizados, cada qual com o respectivo detalhamento de sua composição, por item de orçamento ou conjunto deles, além da disponibilização da contrapartida, quando for o caso;
- XII. Apresentar declaração expressa firmada por representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, ou registro na PLATAFORMA+BRASIL que a substitua, atestando o atendimento das disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório;
- XIII. Exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o CTEF – Contrato de Execução e Fornecimento de Obras ou Serviços ou Equipamentos;



- XIV. Estimular a participação dos beneficiários finais na elaboração e implementação do objeto do Contrato de Repasse, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;
- XV. No caso dos Estados, Municípios e Distrito Federal, notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede no município ou Distrito Federal quando ocorrer a liberação de recursos financeiros pela CONTRATANTE, em conformidade com a Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;
- XVI. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Contrato de Repasse, após sua execução, de forma a possibilitar a sua funcionalidade;
- XVII. Prestar contas dos recursos transferidos pela CONTRATANTE destinados à consecução do objeto no prazo fixado no Contrato de Repasse;
- XVIII. Fornecer à CONTRATANTE, a qualquer tempo, informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;
- XIX. Prever no edital de licitação e no CTEF que a responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto contratado;
- XX. Realizar tempestivamente na PLATAFORMA+BRASIL os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, licitação, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial do Contrato de Repasse e registrar na PLATAFORMA+BRASIL os atos que por sua natureza não possam ser realizados nesse Sistema, mantendo-os atualizados;
- XXI. Instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do CTEF ou gestão financeira do Contrato de Repasse, comunicando tal fato à CONTRATANTE;
- XXII. Registrar na PLATAFORMA+BRASIL o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do CTEF e seus respectivos aditivos, a ART, RRT ou, quando aplicável, TRT dos projetos, dos executores e da fiscalização de obras, e os boletins de medições;
- XXIII. Manter um canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionados ao convênio, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;
- XXIV. Incluir nas placas e adesivos indicativos das obras, quando o objeto do instrumento se referir à execução de obras de engenharia, informação sobre canal para o registro de denúncias, reclamações e elogios, conforme previsto no "Manual de Uso da Marca do Governo Federal - Obras" da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República;
- XXV. Ao tomar ciência de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar os Ministérios Público Federal e Estadual e a Advocacia Geral da União;
- XXVI. Atender ao disposto nas Leis nº 10.048, de 08 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, e no Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 e IN MPDG nº 02, de 24 de janeiro de 2018, relativamente à promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida;
- XXVII. Compatibilizar o objeto do Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
- XXVIII. Prever no edital de licitação as composições de custos unitários e o detalhamento de encargos sociais e do BDI que integram o orçamento do projeto básico da obra e/ou serviço, em cumprimento ao art. 7º, §2º, inciso II, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 c/c a Súmula nº 258 do Tribunal de Contas da União ou quando aplicável, da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, vedada a utilização da modalidade contratação integrada e de orçamento sigiloso;
- XXIX. Nos casos de transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, observar o disposto no Decreto nº 7.983, de 08 de abril de 2013, e suas alterações, nas licitações que realizar, no caso de contratação de obras ou serviços de engenharia, bem como apresentar à CONTRATANTE declaração firmada pelo representante legal do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA acerca do atendimento ao disposto no referido Decreto;
- XXX. Utilizar, para aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e do regulamento previsto no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019,

obrigatoriamente a sua forma eletrônica, devendo ser justificada pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a impossibilidade de sua utilização, vedada a utilização de orçamento sigiloso;

- XXXI. Publicar, em conformidade com a legislação vigente, o extrato do primeiro ou único edital de licitação em até 60 (sessenta) dias, prorrogável uma única vez, desde que motivado pelo CONTRATADO e aceito pela CONTRATANTE, contados:
- a) Da data de assinatura do presente instrumento, caso não possua cláusula suspensiva; ou
 - b) Do aceite do termo de referência ou da emissão do Laudo de Análise Técnica, caso o presente instrumento possua cláusula suspensiva.
- XXXII. Apresentar declaração expressa ou fornecer declaração emitida pela empresa vencedora da licitação, atestando que esta não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, sendo de sua inteira responsabilidade a fiscalização dessa obrigação;
- XXXIII. Registrar na PLATAFORMA+BRASIL as atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades;
- XXXIV. Inserir, quando da celebração de contratos com terceiros para execução do objeto do Contrato de Repasse, cláusula que obrigue o terceiro a permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis;
- XXXV. Atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU nº 516, de 15 de março de 2010;
- XXXVI. Consultar no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, sendo vedada a participação na licitação ou contratação de empresa que consta como impedida ou suspensa;
- XXXVII. Consultar no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis a regularidade das empresas e/ou profissionais participantes do processo de licitação, no que tange a registro de ato de improbidade administrativa e inelegibilidade supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça;
- XXXVIII. Apresentar à CONTRATANTE relatório de execução do empreendimento contendo informações sobre a execução físico-financeira do Contrato de Repasse, bem como da utilização da contrapartida, conforme o art. 18 da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações;
- XXXIX. Responsabilizar-se pela conclusão do empreendimento quando o objeto do Contrato de Repasse prever apenas sua execução parcial e for etapa de empreendimento maior, a fim de assegurar sua funcionalidade;
- XL. Divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato de Repasse, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do repasse e o nome da CONTRATANTE e do Gestor do Programa, como entes participantes, obrigando-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- XLI. Comprometer-se a utilizar a assinatura do Gestor do Programa acompanhada da marca do Governo Federal nas publicações decorrentes do Contrato de Repasse, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997;
- XLII. Responder solidariamente, os entes consorciados, no caso da execução do objeto contratual por consórcios públicos;
- XLIII. Aplicar, na PLATAFORMA+BRASIL, os recursos creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse em caderneta de poupança, se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, e realizar os pagamentos de despesas do Contrato de Repasse também por intermédio da PLATAFORMA+BRASIL, observadas as disposições contidas na Cláusula Sétima deste Instrumento;
- XLIV. Estar ciente de que a CONTRATANTE está autorizada a efetuar a transferência dos recursos financeiros por ela repassados para a conta vinculada ao instrumento, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 180 dias;



- XLV. Estar ciente de que a CONTRATANTE está autorizada a efetuar o resgate dos saldos remanescentes da conta vinculada ao instrumento, nos casos em que não houver a devolução dos recursos no prazo previsto;
- XLVI. Estar ciente sobre a não sujeição ao sigilo bancário, quanto a União e respectivos órgãos de controle, por se tratar de recurso público;
- XLVII. Dar ciência da celebração do Contrato de Repasse ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver;
- XLVIII. Divulgar em sítio eletrônico institucional as informações referentes a valores devolvidos, bem como a causa da devolução, nos casos de não execução total do objeto pactuado, extinção ou rescisão do instrumento;
- XLIX. Disponibilizar, em sítio oficial na internet, ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, podendo ser suprida a publicação na internet pela inserção de link na página oficial do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA que possibilite acesso direto ao Portal de Convênios;
- L. Indicar a obrigatoriedade de contabilização e guarda dos bens remanescentes e manifestar compromisso de utilização dos bens para assegurar a continuidade de programa governamental, estando claras as regras e diretrizes de utilização;
- LI. Responder, na figura de seus titulares, na medida de seus atos, competências e atribuições o CONTRATADO e solidariamente, quando for o caso, a UNIDADE EXECUTORA, por desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do instrumento;
- LII. Apresentar, via PLATAFORMA+BRASIL, o Plano de Sustentabilidade do empreendimento ou equipamento a ser adquirido e comunicar ao respectivo Poder Legislativo o compromisso assumido;
- LIII. Observar as condições para reprogramação estabelecidas na Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações, e IN MPDG nº 02, de 24 de janeiro de 2018 e suas alterações;
- LIV. Tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto do Contrato de Repasse.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3 – A CONTRATANTE transferirá, ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, até o limite do valor dos Recursos de Repasse descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS e de acordo com o cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.

3.1 – O CONTRATADO aportará o valor dos Recursos de Contrapartida descrito no item V das CONDIÇÕES GERAIS, após o desbloqueio dos Recursos de Repasse e previamente ao pagamento dos fornecedores ou prestadores de serviços, de acordo com os percentuais e as condições estabelecidas na legislação vigente à conta de recursos alocados em seu orçamento.

3.2 – Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados ao presente Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

3.3 – Recursos adicionais necessários à consecução do objeto do presente Contrato de Repasse terão o seu aporte sob responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

3.4 – Toda a movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na conta vinculada a este Contrato de Repasse, em agência da CAIXA, isenta de cobrança de tarifas bancárias.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DO OBJETO

4 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, por meio deste Instrumento, manifesta sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da CONTRATANTE para o início da execução do objeto deste Contrato de Repasse.

4.1 – A autorização ocorrerá após a finalização do processo de análise pós contratual e, para Contrato de Repasse enquadrado no Nível I ou I-A, o crédito de recursos de repasse na conta vinculada, conforme diretrizes da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações.

4.2 – Eventual execução do objeto realizada antes da autorização da CONTRATANTE não será objeto de medição para liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.

4.3 – Caso a contratação seja efetuada no período pré-eleitoral, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA declara estar ciente de que a autorização de início de objeto e a liberação dos recursos somente ocorrerá após finalizado o processo eleitoral a se realizar no mês de outubro, considerada, inclusive, a eventual ocorrência de segundo turno, em atendimento ao artigo 73, inciso VI, alínea "a" da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO, LIBERAÇÃO E DESBLOQUEIO DE RECURSOS

5. A execução do objeto será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a sua plena execução, respondendo o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento, não cabendo a responsabilização da CONTRATANTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída à CONTRATANTE.

5.1 No acompanhamento da execução do objeto serão verificados:

- I – A comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;
- II – A compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no plano de trabalho, os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;
- III – A regularidade das informações registradas pelo CONTRATADO na PLATAFORMA+BRASIL;
- IV – O cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas;
- V – A conformidade financeira.

5.2 A CONTRATANTE comunicará ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica apurados durante a execução do instrumento, suspendendo o desbloqueio de recursos, ficando estabelecido o prazo de 30 (trinta) para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

5.3 A CONTRATANTE reportará decisão quanto à aceitação ou não das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará procedimento de apuração de dano ao erário, ensejando registro de inadimplência na PLATAFORMA+BRASIL e imediata instauração de Tomada de Contas Especial.

5.4 – A liberação dos recursos financeiros obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho e será realizada sob bloqueio, respeitando a disponibilidade financeira do Gestor do Programa e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

5.4.1 - A liberação de recursos deverá ocorrer da seguinte forma:

I – Para instrumentos enquadrados nos:

- a) Níveis I e I-A, preferencialmente em parcela única; e
- b) Níveis II e III, em no mínimo 3 (três) parcelas, sendo que a primeira não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do valor global do instrumento.



II - A liberação da primeira parcela ou parcela única ficará condicionada à:

- a) Conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pela CONTRATANTE;
- b) Adimplência no CAUC do CONTRATADO que possui até 50.000 habitantes e que estava inadimplente no momento da assinatura do presente Contrato de Repasse, caso a operação seja vinculada ao exercício financeiro de 2018 ou 2019.

III - Para a liberação das demais parcelas o CONTRATADO deverá estar em situação regular com a execução do Plano de Trabalho, com execução de no mínimo 70% das parcelas liberadas anteriormente.

5.4.2 - Não haverá a liberação da primeira parcela de recursos ao Contratado que possua instrumentos apoiados com recursos do Governo Federal sem execução financeira há mais de 180 dias.

5.5 - O cronograma de desembolso previsto no plano de trabalho deverá estar em consonância com as metas e fases ou etapas de execução do objeto do instrumento.

5.6 - Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo CONTRATADO, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório.

5.7 - A autorização de desbloqueio dos recursos creditados na conta vinculada ocorrerá condicionada a:

I - Emissão da autorização para início do objeto;

II - Apresentação do relatório de execução compatível com o cronograma de desembolso aprovado, devidamente atestado pela fiscalização do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA;

III - Atendimento ao disposto nos Artigos 52 e 54 da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações;

IV - Comprovação financeira da etapa anterior pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA;

V - Apresentação do termo de recebimento provisório da intervenção, nos termos do art. nº 73, inciso I, alínea "a" da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, para o desbloqueio da última parcela de recursos;

5.7.1 - O servidor indicado pelo CONTRATADO responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra deverá assinar e carregar na PLATAFORMA+BRASIL o relatório de fiscalização referente a cada medição.

5.7.2 - O CONTRATADO deverá verificar se os materiais aplicados e os serviços realizados atendem aos requisitos de qualidade estabelecidos pelas especificações técnicas dos projetos de engenharia aceitos.

5.7.3 - A execução física será atestada conforme regramento disposto no Artigo 54 da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações.

5.7.4 - A aferição da execução do objeto, suas metas e fases ou etapas será realizada por meio da verificação da compatibilidade entre o efetivamente executado e o pactuado no Plano de Trabalho.

5.8 - O instrumento será rescindido na hipótese de inexistência de execução financeira após 180 dias da liberação da primeira parcela ou sem comprovação da execução financeira por mais de 360 dias contados a partir do último desbloqueio de recursos.

5.9 - Os prazos de que tratam os itens 5.4.2 e 5.8 da Cláusula Quinta do presente Contrato de Repasse:

I - deverão ser suspensos nos casos em que a inexecução financeira for devida a atraso de liberação de parcelas pelo Concedente ou pela CONTRATANTE, ou nos casos em que a paralisação da execução se der por determinação judicial ou por recomendação ou determinação de órgãos de controle; e

II - poderão ser prorrogados, desde que sejam devidamente motivados, que não fique caracterizada culpa ou inércia do CONTRATADO, nos casos de que trata o inciso III do § 3º do art. 27 da Portaria

Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações, e que seja autorizado pela CONTRATANTE.

5.10 – Cabe ao representante legal do CONTRATADO dar continuidade à execução dos Contratos de Repasse firmados pelos seus antecessores.

5.11 - A utilização de recursos do contrato de repasse para pagamento da remuneração variável, conforme previsto na Lei das Estatais (Lei nº 13.303, de 2016), é permitido somente nos casos em que os preços dos itens da Planilha Orçamentária do CTEF, aceita na VRPL - Verificação do Resultado do Processo Licitatório, correspondam aos limites máximos, incluindo a remuneração variável.

CLÁUSULA SEXTA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

6 – As despesas com a execução do objeto do presente Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos contratantes.

6.1 – A emissão do empenho plurianual, quando for o caso, ocorrerá de acordo com determinação específica do Gestor do Programa, com incorporação ao presente Contrato de Repasse mediante Apostilamento.

6.2 – A eficácia deste Instrumento está condicionada à validade dos empenhos, que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, o presente Contrato de Repasse fica automaticamente extinto.

6.2.1 – No caso de perda da validade dos empenhos por motivo de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo físico-financeiro poderá ser reduzido até a etapa do objeto contratado que apresente funcionalidade.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

7 – Os recursos somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações, vedada sua utilização em finalidade diversa da pactuada neste Instrumento.

7.1 – A programação e a execução financeira deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte de recursos, se for o caso.

7.2 – Antes da realização de cada pagamento, o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA incluirá na PLATAFORMA+BRASIL, no mínimo, as seguintes informações:

- I - A destinação do recurso;
- II - O nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- III - O contrato a que se refere o pagamento realizado;
- IV - A meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento;
- V - Informações das notas fiscais ou documentos contábeis.

7.3 – Os pagamentos devem ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, facultada a dispensa deste procedimento nos casos citados abaixo, em que o crédito poderá ser realizado em conta bancária de titularidade do próprio CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, devendo ser registrado na PLATAFORMA+BRASIL o beneficiário final da despesa:

a) Por ato da autoridade máxima do Gestor do Programa;

b) No ressarcimento ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo Gestor do Programa e em valores além da contrapartida pactuada.

7.3.1 – Excepcionalmente, poderá ser realizado, uma única vez no decorrer da vigência do presente Contrato de Repasse, pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, desde que permitida a identificação do beneficiário pela CONTRATANTE, e observado o limite de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) por fornecedor ou prestador de serviços.

7.4 – Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para despesas efetuadas em período anterior ou posterior à vigência do presente Contrato de Repasse, permitido o pagamento de despesas posteriormente desde que comprovadamente realizadas na vigência descrita no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

7.5 – Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a 1 mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que 1 mês.

7.5.1 – A aplicação dos recursos, creditados na conta vinculada ao Contrato de Repasse, em fundo de curto prazo será automática, após assinatura pelo CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA do respectivo Termo de Adesão ao fundo no ato de regularização da conta, ficando o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA responsável pela aplicação em caderneta de poupança por intermédio da PLATAFORMA+BRASIL, se o prazo previsto para utilização dos recursos transferidos for igual ou superior a 1 mês.

7.5.2 – Todos os rendimentos provenientes da aplicação dos recursos das contas vinculadas devem ser devolvidos à conta única do Tesouro ao final da execução do objeto contratado, devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, vedada a sua utilização.

7.5.3 - Na ocorrência de perdas financeiras decorrentes da aplicação dos recursos, que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

7.6 – Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas auferidas em aplicações financeiras, deverão ser restituídos integralmente à UNIÃO FEDERAL, no prazo improrrogável de 30 dias do evento, na forma indicada pela CONTRATANTE na época da restituição, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável.

7.6.1 – Nos casos de descumprimento do prazo previsto no item 7.6, a CONTRATANTE solicitará à instituição financeira albergante da conta vinculada a devolução imediata dos saldos remanescentes à conta única do Tesouro Nacional.

7.7 – Deverão ser restituídos, ainda, todos os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) Quando não houver qualquer execução física referente ao objeto pactuado neste Instrumento nem utilização de recursos;
- b) Quando for executado parcialmente o objeto pactuado neste Instrumento;
- c) Quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- d) Quando os recursos forem utilizados em desconformidade com o pactuado neste Instrumento;
- e) Quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 7.5.2;
- f) Quando houver impugnação de despesas, se realizadas em desacordo com as disposições do contrato celebrado.



7.7.1 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “a”, os recursos que permaneceram na conta vinculada, sem terem sido desbloqueados em favor do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, serão devolvidos acrescidos do resultado da aplicação financeira nos termos do item 7.5, no prazo de até 30 dias do vencimento da vigência do Contrato de Repasse.

7.7.2 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “b”, em que a parte executada apresente funcionalidade, a devolução dos recursos já creditados em conta e não aplicados no objeto do Plano de Trabalho, acrescidos do resultado da aplicação financeira nos termos do item 7.5, ocorrerá no prazo de até 30 dias do vencimento da vigência contratual.

7.7.3 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “b”, em que a parte executada não apresente funcionalidade, os recursos liberados devem ser devolvidos devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução de recursos, acrescido a esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução de recursos à conta única do Tesouro.

7.7.4 - Para aplicação dos itens 7.7.2 e 7.7.3, a funcionalidade da parte executada será verificada pela CONTRATANTE.

7.7.5 - Vencidos os prazos de devolução descritos nos itens 7.7.2 e 7.7.3, os valores devem ser devolvidos devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução de recursos, acrescido a esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução de recursos à conta única do Tesouro.

7.7.6 - Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “c”, os recursos devem ser devolvidos incluindo os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC.

7.7.7 – Na hipótese prevista no item 7.7, alínea “d”, será instaurada Tomada de Contas Especial, além da devolução dos recursos liberados devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% no mês de efetivação da devolução dos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional.

7.8 – Para fins de efetivação da devolução dos recursos à União, a parcela de atualização referente à variação da SELIC será calculada proporcionalmente à quantidade de dias compreendida entre a data da liberação da parcela para o CONTRATADO e a data de efetivo crédito do montante devido na conta única do Tesouro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

8 – Os bens remanescentes decorrentes do Contrato de Repasse serão de propriedade do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, quando da sua extinção, desde que vinculados à finalidade a que se destinam.

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS

9 – O Gestor do Programa é a autoridade competente para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.



9.1 – Sempre que julgar conveniente, o Gestor do Programa poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão do Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

9.2 – É prerrogativa da União, por intermédio do Gestor do Programa e da CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes ao Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução do objeto, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

9.3 - As informações relativas à celebração, execução, acompanhamento, fiscalização e de prestação de contas, inclusive àquelas referentes à movimentação financeira dos instrumentos, serão públicas, exceto nas hipóteses legais de sigilo fiscal e bancário e nas situações classificadas como de acesso restrito, consoante o ordenamento jurídico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

10 – Obriga-se o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa.

10.1 – As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, devidamente identificados com o nome do Programa e o número do Contrato de Repasse, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo fixado no Contrato de Repasse.

10.1.1 – O CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA deverá disponibilizar cópias dos comprovantes de despesas ou de outros documentos à CONTRATANTE sempre que solicitado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11 – A Prestação de Contas referente aos recursos financeiros deverá ser apresentada à CONTRATANTE no prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS.

11.1 – Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo fixado, a CONTRATANTE estabelecerá o prazo máximo de 45 dias para sua apresentação, ou recolhimento dos recursos, incluídos os rendimentos da aplicação no mercado financeiro, atualizados pela taxa SELIC.

11.2 – Caso o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não apresente a prestação de contas nem devolva os recursos nos termos do item anterior, ao término do prazo estabelecido, a CONTRATANTE registrará a inadimplência na PLATAFORMA+BRASIL por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

11.3 – Cabe ao representante legal do CONTRATADO prestar contas dos recursos provenientes dos Contratos de Repasse firmados pelos seus antecessores.

11.3.1 – Na impossibilidade de atender ao disposto no item anterior, deve apresentar, à CONTRATANTE, e inserir na PLATAFORMA+BRASIL documento com justificativas que demonstrem o impedimento e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público.

11.3.2 – Quando a impossibilidade de prestar contas decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará a instauração de Tomada de Contas Especial.

11.3.3 – Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão o envio de documentos e justificativas à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Gestor do Programa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECOLHIMENTO DE TARIFAS EXTRAORDINÁRIAS

12 – Haverá a cobrança de tarifa extraordinária do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA nos seguintes casos em que esse(s) der(em) causa:

Descrição	Custo Unitário – Nível I-A
Reanálise do Plano de Trabalho	R\$ 1.400,00
Verificação do Resultado do Processo Licitatório inapta ou repetida	R\$ 3.000,00
Manutenção de contrato, cobrada mensalmente após 180 dias sem execução financeira	R\$ 1.000,00
Visita ou vistoria <i>in loco</i> em quantidade superior à prevista no Art. 54 da Portaria Interministerial MPDG/MF/ CGU nº 424/2016 e suas alterações	R\$ 4.500,00
Reabertura de PCF ou TCE	R\$ 800,00
Alteração de cronograma	R\$ 1.700,00
Atualização de orçamento	R\$ 2.400,00
Exclusão de meta	R\$ 3.500,00
Ajustes no projeto	R\$ 0,00
Reprogramação de Remanescente de obra	R\$ 5.000,00
Inclusão de meta	R\$ 0,00
Alteração de escopo	R\$ 9.000,00

12.1 – Os valores dos serviços acima constam em tabela disponível em http://www.planejamento.gov.br/aceso-a-informacao/licitacoes-e-contratos/credenciamento/18_lic_cred01_termo-unico-de-credenciamento_arq-06.pdf/view.

12.2 – O comprovante de pagamento da tarifa extraordinária é apresentado à CONTRATANTE previamente à realização do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA AUDITORIA

13 – Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986.

13.1 – É livre o acesso, a qualquer tempo, de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinada a CONTRATANTE e do Tribunal de Contas da União a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o Instrumento pactuado, bem como aos locais de execução das obras, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

13.2. Em sendo evidenciados pelos Órgãos de Controle ou Ministério Público vícios insanáveis que impliquem nulidade da licitação realizada, o CONTRATADO deverá adotar as medidas administrativas necessárias à recomposição do erário no montante atualizado da parcela já aplicada, o que pode incluir a

reversão da aprovação da prestação de contas e a instauração de Tomada de Contas Especial, independentemente da comunicação do fato ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

14 – É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 dias, contados a partir da autorização da CONTRATANTE para o início dos trabalhos, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

14.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do Contrato de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação da CONTRATANTE, do Gestor do Programa, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no §1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros, observadas as limitações impostas pela Lei Eleitoral nº 9.504, de 30 de setembro de 1997.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA

15 – A vigência deste Instrumento iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á no prazo descrito no item VI das CONDIÇÕES GERAIS, possibilitada a sua prorrogação mediante Termo Aditivo e aprovação da CONTRATANTE, conforme o disposto no Art. 27, Inciso V e § 3º, da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

16 – O Contrato de Repasse poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, aplicando, no que couber, a Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações, e demais normas pertinentes à matéria.

16.1 – Constitui motivo para rescisão do Contrato de Repasse o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela CONTRATANTE:

- I - A utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- II - A inexistência de execução financeira após 180 dias da liberação da primeira parcela ou após 360 dias do último desbloqueio de recursos, à exemplo do descrito na Cláusula Quinta, item 5.8, desde que não se enquadre nas hipóteses de suspensão ou de prorrogação do prazo, nos termos do item 5.9;
- III - A falsidade ou incorreção de informação de documento apresentado;
- IV - A verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;
- V - Não atendimento ao disposto no inciso XXX do item 2.2 do presente instrumento.

16.1.1 – A rescisão do Contrato de Repasse, na forma acima prevista e sem que tenham sido os valores restituídos à União Federal devidamente corrigidos, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PROVIMENTO JUDICIAL LIMINAR

17 – A existência de restrição do CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA não foi considerada óbice à celebração do presente instrumento, em razão da decisão liminar concedida nos termos especificados no Contrato de Repasse, a qual autorizou a celebração deste instrumento, condicionada à decisão final.

17.1 – Ainda que posteriormente regularizada a restrição apontada no Contrato de Repasse, a desistência da ação ou a decisão judicial desfavorável ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA implicará a desconstituição dos efeitos da respectiva liminar, com a rescisão do presente contrato e a devolução de todos os recursos que eventualmente tenha recebido, atualizados na forma da legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA ALTERAÇÃO

18 – O presente Contrato de Repasse poderá ser alterado mediante proposta, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à CONTRATANTE, em no mínimo 60 (sessenta) dias antes do término da vigência, vedada a alteração do objeto.

18.1 – A alteração do prazo de vigência do Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Gestor do Programa, será promovida “de ofício” pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO e/ou UNIDADE EXECUTORA.

18.2 – A alteração contratual referente ao valor do Contrato de Repasse será feita por meio de Termo Aditivo, ficando a majoração dos recursos de repasse sob decisão unilateral exclusiva do órgão responsável pela concepção da política pública em execução.

18.3 – São vedadas as alterações do objeto do Contrato de Repasse e da Contrapartida que resulte em valores inferiores ou superiores aos limites mínimos e máximos definidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS VEDAÇÕES

19 – Ao CONTRATADO é vedado:

- I. Reformular os projetos de engenharia das obras e serviços já aceitos pela CONTRATANTE, inclusive para os casos em que tenha sido aplicada a Lei nº. 13.303, de 30 de junho de 2016;
- II. Realizar reprogramações decorrentes de ajustes ou adequações nos projetos de engenharia ou nos termos de referência de serviços de engenharia dos instrumentos enquadrados nos Níveis I e I-A, conforme o disposto no §4º e no §8º do Art. 6º da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações;
- III. Realizar despesas a título de taxa de administração ou similar;
- IV. Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal do órgão ou entidade pública da Administração Direta ou Indireta, salvo nas hipóteses previstas em leis federais específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- V. Utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
- VI. Realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
- VII. Efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;
- VIII. Realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, exceto no que se refere às multas e aos juros decorrentes de atraso na transferência de recursos pela CONTRATANTE, e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;
- IX. Transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar, quando for o caso;
- X. Realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no plano de trabalho;
- XI. Pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa ou empregado de empresa pública, ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados;

- XII. Utilizar os recursos do presente Contrato de Repasse para construção de bem que desobedeça a Lei nº 6.454, de 1977;
- XIII. Aproveitar rendimentos dos recursos do Contrato de Repasse;
- XIV. Computar receitas oriundas dos rendimentos de aplicações no mercado financeiro como contrapartida;
- XV. Adotar o regime de execução direta;
- XVI. Utilizar licitação cujo edital tenha sido publicado antes da assinatura do presente Contrato de Repasse ou da emissão Laudo de Análise Técnica, que consubstancia a análise técnica de engenharia e a análise documental de objeto que envolva obra.
- XVII. Utilizar CTEF exclusivo para aquisição de equipamentos ou para execução de custeio, que não atenda ao disposto no art. 50-A da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

20 – Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução do Contrato de Repasse deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

20.1 – As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao Contrato serão consideradas como regularmente feitas se inseridas na PLATAFORMA+BRASIL ou entregues por carta protocolada, telegrama, fax ou correspondência eletrônica, com comprovante de recebimento, nos endereços descritos no item VIII das CONDIÇÕES GERAIS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21 – Fica eleito o foro da Justiça Federal, descrito no item VII das CONDIÇÕES GERAIS, para dirimir os conflitos decorrentes deste Instrumento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele, sendo extraídas as respectivas cópias, que terão o mesmo valor do original.

São Luís _____, 05 de Outubro de 2020
Local/Data

REGINA CELIA
BARBOSA
RIBEIRO:48350141387

Assinado de forma digital por
REGINA CELIA BARBOSA
RIBEIRO:48350141387
Dados: 2020.10.05 11:41:27
-03'00'

Assinatura da CONTRATANTE
Nome: REGINA CÉLIA BARBOSA RIBEIRO
CPF: 483.501.413-87

NELSON HORACIO
MACEDO
FONSECA:61868507300

Assinado de forma digital por
NELSON HORACIO MACEDO
FONSECA:61868507300
Dados: 2020.10.05 10:47:59 -03'00'

Assinatura do CONTRATADO
Nome: NELSON HORÁCIO MACEDO
FONSECA
CPF: 618.685.073-00



**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE REPASSE
Nº 902709/2020/MAP/CAIXA, QUE ENTRE SI
FAZEM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO
DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E
PECUÁRIA, REPRESENTADO PELA CAIXA
ECONÔMICA FEDERAL, E O MUNICÍPIO DE
PORTO FRANCO, NA FORMA ABAIXO:**

A União Federal, na qualidade de CONTRATANTE, por intermédio do Concedente Ministério da Agricultura e Pecuária, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.396.895/0011-05, representada pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 06/03/1970, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral de 19/01/2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, e Município de Porto Franco, inscrito no CNPJ sob o nº 06.208.946/0001-24, na qualidade de CONTRATADO no Contrato de Repasse nº 902709/2020/MAP/CAIXA, representados neste ato pelos abaixo assinados, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir relacionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO TERMO ADITIVO

1 - O presente INSTRUMENTO tem por objeto a alteração da Cláusula DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA do Contrato de Repasse nº 902709/2020/MAP/CAIXA, de 05/10/2020, realizado segundo os termos do Programa Agropecuária Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária, que passa a ter a seguinte redação:

“CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA

15 - Este Instrumento produzirá efeitos a partir da assinatura de todas as partes, sendo o início de sua vigência a data da última assinatura e o término no dia 1 de abril de 2025, possibilitada a sua prorrogação, mediante Termo Aditivo e aprovação da CONTRATANTE, conforme o disposto no Art. 27, Inciso V e § 3º, da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações.”

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato de Repasse ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo será levado à publicação no Diário Oficial da União, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DA DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS SEGUNDO A LGPD

Em observância aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD – Lei 13.709/2018, os signatários autorizam a divulgação de seus dados pessoais constantes neste instrumento para fins de publicidade e transparência.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

Este Instrumento produzirá efeitos a partir da assinatura de todas as partes, que deve ocorrer dentro da vigência do Contrato de Repasse objeto deste Termo Aditivo.

CARLOS ANDRE CORREA
CARDOSO:09473346700
Assinado de forma digital por
CARLOS ANDRE CORREA
CARDOSO:09473346700
Dados: 2024.04.02 13:41:35
-03'00'

Assinatura, sob carimbo, do
CONTRATANTE
Nome: CARLOS ANDRÉ CORRÊA
CARDOSO
CPF: 094.733.467-00

DALVANI RODRIGUES
PEREIRA DE
ARRUDA:25792407304
Assinado de forma digital por
DALVANI RODRIGUES PEREIRA DE
ARRUDA:25792407304
Dados: 2024.04.02 16:19:20 -03'00'

Assinatura do Supervisor ou Coordenador
(Termo Aditivo em Conformidade)
Nome: DALVANI RODRIGUES PEREIRA
DE ARRUDA
CPF: 257.924.073-04

DEOCLIDES ANTONIO
SANTOS NETO
MACEDO:20864760353
Assinado de forma digital por
DEOCLIDES ANTONIO SANTOS
NETO MACEDO:20864760353
Dados: 2024.04.02 10:34:56 -03'00'

Assinatura do CONTRATADO

Nome: DEOCLIDES ANTONIO SANTOS
NETO MACEDO
CPF: 208.647.603-53

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

PLATAFORMA +BRASIL

**Nº / ANO DA PROPOSTA:**

010533/2020

OBJETO:

ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:

Porto Franco-MA, população de 23.511 habitantes. IDHM 0,684. Fomentar o Setor Agropecuário através de adequação de estradas vicinais fortalece às principais atividades econômica do município, agricultura, pecuária, piscicultura e agroindústria. Estradas vicinais ruim, é o que leva o Município a aprestar esta proposta ao MAPA.

RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:

INVESTIMENTO NO SETOR AGROPECUÁRIO

PÚBLICO ALVO:

285 FAMÍLIAS DE PRODUTORES e TRABALHADORES RURAIS DAS LOCALIDADES: SOMBRAS, MARIA MOTA E COITÉ.

PROBLEMA A SER RESOLVIDO:

MELHORIA NO TRANSPORTE, DE INSUMOS, MELHORIA DA QUALIDADE DOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS AO SETOR DE COMERCIALIZAÇÃO.

RESULTADOS ESPERADOS:

MAIOR PRODUÇÃO DE MANDIOCA, ARROZ, SOJA, MILHO, CARNE BOVINA COM GERAÇÃO DE NOVAS VAGAS DE EMPREGO

1 - DADOS DO CONCEDENTE

CONCEDENTE: 22000	NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO		
CPF DO RESPONSÁVEL: 209.694.306-04	NOME DO RESPONSÁVEL: TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS		
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL: RUA NELSON FIGUEIREDO JR, 929 - CS			CEP DO RESPONSÁVEL: 79003-210

2 - DADOS DO PROPONENTE

PROponente: 06.208.946/0001-24					
Razão Social do Proponente: MUNICIPIO DE PORTO FRANCO					
Endereço Jurídico do Proponente: PRACA BANDEIRA, 10					
Cidade: PORTO FRANCO	UF: MA	Código Município: 0877	CEP: 65970000	E.A.: Administração Pública Municipal	DDD/Telefone: 9981909006
Banco: 104 - CAIXA ECONOMICA		Agência: 4290-0	Conta Corrente: 0066470554		
CPF do Responsável: 618.685.073-00	Nome do Responsável: NELSON HORACIO MACEDO FONSECA				
Endereço do Responsável: RUA 06, 08, LOTE 08 - PARQUE JUCARA				CEP do Responsável: 65970000	



4 - DADOS DO EXECUTOR/VALORES

VALOR GLOBAL:		RUBRICA	RS 960.000,00
VALOR DA CONTRAPARTIDA:			RS 5.000,00
VALOR DOS REPASSES:	Ano	Valor	
	2020		RS 955.000,00
VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:			RS 5.000,00
VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS:			RS 0,00
VALOR DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO:			RS 0,00
INÍCIO DE VIGÊNCIA:	05/10/2020		
FIM DE VIGÊNCIA:	31/10/2022		
VIGÊNCIA DO CONVÊNIO:	2022		

5 - PLANO DE TRABALHO

Meta nº: 1

Especificação: ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS			
Unidade de Medida: UN	Quantidade: 1.0	Valor:	R\$ 960.000,00
Início Previsto: 25/11/2020	Término Previsto: 15/10/2022	Valor Global:	R\$ 960.000,00
UF: MA	Município: 0877 - PORTO FRANCO	CEP:	65970-000
Endereço: PRAÇA DA BANDEIRA			
Etapa/Fase nº: 1			
Especificação: ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 960.000,00	Início Previsto: 25/11/2020	Término Previsto: 15/10/2022

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

MÊS DESEMBOLSO: Novembro	ANO: 2020
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 955.000,00
DESCRIÇÃO: ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	
VALOR DO REPASSE:	R\$ 955.000,00 PARCELA Nº: 1

7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO

MÊS DESEMBOLSO: Novembro	ANO: 2020
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 5.000,00
DESCRIÇÃO: ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	
VALOR DO REPASSE:	R\$ 5.000,00 PARCELA Nº: 1

8 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Convênio			NATUREZA DA DESPESA: 449051	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: PRAÇA DA BANDEIRA				
CEP: 65970-000	UF: MA	MUNICÍPIO: 0877 - PORTO FRANCO		
UNIDADE: un	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO:	R\$ 960.000,00	V.TOTAL: R\$ 960.000,00
OBSERVAÇÃO:				

9 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

NATUREZA DA DESPESA				
Código	Total	Recursos	Contrapartida Bens e Serviços	Rendimento de Aplicação
449051	R\$ 960.000,00	R\$ 960.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL:		R\$ 960.000,00		

10 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao para efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos da dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento,

Local e Data

Proponente

11 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE DO PLANO DE TRABALHO

Aprovado

Local e Data

Concedente
(Representante legal do Órgão ou Entidade)

12 - ANEXOS

Comprovantes de Capacidade Técnica e Gerencial

Nome do Arquivo:

2-DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA.pdf

Comprovação da Contrapartida

Nome do Arquivo:

1-DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA FINANCEIRA.pdf

Documentos Digitalizados do Convênio

Nome do Arquivo:

Ofício Suspensiva 902709_AD.pdf

Ofício Celebração 902709_AD.pdf

DOU 07 10 2020.pdf

Contrato ass902709_ADRegina.pdf

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO MANAUS - AM

EXTRATO DE CONTRATO

ESPECIE Contrato de Repasse nº 902209/2020, firmado pelo SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA-AM, CNPJ 04.312.401/0001-38, junto à União Federal por intermédio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04 e ESTADO DO AMAZONAS, CNPJ 04.312.369/0001-90. Objeto Construção e equipagem da casa mulher brasileira tipo I no Município de Manaus/AM; Programa Ações relativas a políticas para as mulheres: Promoção da igualdade e enfrentamento à violência; Valor: R\$ 10.010.000,00; dos recursos: R\$ 10.000.000,00, correrão à conta da União no exercício de 2020, UG 810023, Gestão 00001, Programa de Trabalho 14422503414X50013, NE 2020NE80002, de 25/06/2020 e R\$ 10.000,00 de contrapartida. Vigência 24/03/2023 - 24/09/2020 HAMILTON CESAR PACHECO BANDEIRA; WILLIAM ALEXANDRE SILVA DE ABREU e WILSON MIRANDA LIMA.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPECIE: 1º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Financeira nº 0202/2018, firmado pelo FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA, neste ato representado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CNPJ 00.360.305/0001-04, e pela Associação dos Produtores Rurais de Caruaru, CNPJ 00.984.909/0001-21, que estabelecem neste Termo Aditivo as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA: Altera-se a CLÁUSULA SEGUNDA VALOR, que passará a ter a seguinte redação: O valor total do PROJETO é de R\$ 1.162.591,48 (um milhão, cento e sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e um reais e oito centavos), englobando o montante a ser desembolsado pelo FSA CAIXA e a contrapartida, financeira e/ou mensurada, de responsabilidade do AGENTE EXECUTOR; CLÁUSULA SEGUNDA Altera-se a CLÁUSULA TERCEIRA CONTRAPARTIDA, que passará a ter a seguinte redação: O AGENTE EXECUTOR compromete-se a participar, inclusive com auxílio de outras fontes, se necessário, com o valor de R\$ 247.976,48 (duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e setenta e seis reais e quatrocentos e oito centavos), a título de contrapartida, financeira e/ou mensurada, devidamente especificada no Plano de Trabalho, a qual poderá ser afetada pelo FSA CAIXA; CLÁUSULA TERCEIRA O acréscimo no valor desembolsado pelo AGENTE EXECUTOR, citado na cláusula segunda deste Aditivo refere-se a reprogramação entregue pelo Agente Executor e aprovada pela CAIXA; CLÁUSULA QUARTA Altera-se a CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA, que passará a ter a seguinte redação: Este Acordo terá vigência de 32 (trinta e dois) meses, contados a partir da data de sua assinatura; CLÁUSULA QUINTA Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do Acordo. 02 de outubro de 2020. JORINEIDE MARIA VASCONCELOS DE FREITAS e MANOEL DA CRUZ COSME DE SIQUEIRA.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO NATAL - RN

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPECIE Contrato de Repasse nº 899835/2020, firmado pelo Município de Venha-Ver/RN, CNPJ 01.612.380/0001-88, junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04. Objeto pavimentação e drenagem superficial de ruas; Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano; Valor: R\$ 239.856,00; dos recursos: R\$ 238.856,00, correrão à conta da União no exercício de 2020, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 15451221710730024, NE 2020NE800456, de 29/04/2020 e R\$ 1.000,00 de contrapartida. Vigência 30/08/2023 - 05/10/2020 SILVIO JOSÉ CONCEIÇÃO e José Célio Chaves de Lima.

ESPECIE Contrato de Repasse nº 900823/2020, firmado pelo Município de Lajes-RN, CNPJ 08.113.466/0001-05, junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04. Objeto Construção de um galpão industrial para implementação de uma unidade de corte têxtil no Município de Lajes/RN; Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano; Valor: R\$ 2.973.000,00; dos recursos: R\$ 2.968.393,00, correrão à conta da União no exercício de 2020, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1524422177K661247, NE 2020NE801072, de 17/06/2020 e R\$ 4.607,00 de contrapartida. Vigência 30/08/2023 - 05/10/2020 SILVIO JOSÉ CONCEIÇÃO e José Marques Fernandes.

Contrato de Repasse nº 899908/2020, firmado pelo Município de São Miguel do Gostoso-RN, CNPJ 01.612.396/0001-90, junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04. Objeto Pavimentação de ruas; Programa DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO; Valor: R\$ 243.856,00; dos recursos: R\$ 238.856,00, correrão à conta da União no exercício de 2020, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 15451221710730024, NE 2020NE800529, de 08/06/2020 e R\$ 5.000,00 de contrapartida. Vigência 30/08/2023 - 15/09/2020 RAFAEL FIGUEIREDO ABREU DE MELO e José Renato Teixeira de Souza.

ESPECIE Contrato de Repasse nº 899838/2020, firmado pelo Secretária de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar do RN - SEDRAF-RN, CNPJ 04.792.170/0001-07, junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04, Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ 08.241.739/0001-05. Objeto DESENVOLVER A AGREGAÇÃO DE VALOR, ATRAVÉS DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, COMO FORMA DE DIVERSIFICAR E MELHORAR A QUALIDADE DOS PRODUTOS OFERTADOS NO MERCADO, GERANDO EMPREGO E RENDA PARA AS FAMÍLIAS AGRICULTORAS, ESTIMULANDO E FORTALECENDO O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, FIXANDO O HOMEM NO CAMPO, EVITANDO A IMIGRAÇÃO PARA AS CIDADES. PARA TANTO, SERÃO CONSTRUÍDAS 02 UNIDADES DE BENEFICIAMENTO (UMA DE BENEFICIAMENTO DE FRUTAS, PARA PRODUÇÃO DE DOCES, GELÉIAS E POLPAS E UMA DE MILHO, PARA PRODUÇÃO DE CUSCÚZ CRÍDULO); Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano; Valor: R\$ 1.357.418,00; dos recursos: R\$ 1.356.060,58, correrão à conta da União no exercício de 2020, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1524422177K660024, NE 2020NE800459, de 08/06/2020 e R\$ 1.357,42 de contrapartida. Vigência 30/08/2023 - 06/10/2020 SILVIO JOSÉ CONCEIÇÃO e Alexandre de Oliveira Lima.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO PIRACICABA - SP

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO

Contrato de Repasse nº 813206/2014/MC/CAIXA, Contratado/Compromissário, Município de Descalvado DOU 01/10/2020, seção 3, página, 44 onde se lê altera CP R\$ 56.829,43, leia-se altera CP R\$ 44.641,70 05/10/2020 Marcio Antonio de Paula Capato (data da assinatura)

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO SÃO LUIS - MA

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPECIE Contrato de Repasse nº 902709/2020, firmado pelo Município de Porto Franco-MA, CNPJ 06.208.946/0001-24, junto à União Federal por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Adequação de Estradas Vicinais; Programa Agropecuária Sustentável; Valor: R\$ 960.000,00; dos recursos: R\$ 555.000,00, correrão à conta da União no exercício de 2020, UG 135098, Gestão 00001, Programa de Trabalho 206081031202V0001, NE 2020NE800218, de 24/07/2020 e R\$ 5.000,00 de contrapartida. Vigência 31/10/2022 - 05/10/2020 Regina Célia Barbosa Ribeiro e Nelson Ricardo Macedo Fonseca.

ESPECIE Contrato de Repasse nº 902701/2020, firmado pelo Município de São Bernardo-MA, CNPJ 05.125.389/0001-88, junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Pavimentação asfáltica no município de São Bernardo/MA; Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano; Valor: R\$ 627.453,00; dos recursos: R\$ 626.453,00, correrão à contrapartida no exercício de 2020, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1524422177K660001, NE 2020NE801404, de 29/07/2020 e R\$ 1.000,00 de contrapartida. Vigência 31/10/2022 - 05/10/2020 Regina Célia Barbosa Ribeiro e JOÃO IGOR VIEIRA CARVALHO.

AVISO DE RETIFICAÇÃO

No extrato do contrato de repasse nº 789323/2013/MOR/CAIXA, contratado: município de Governador Nunes Freire/MA, DOU de 22/06/2020, seção 3, página 35, onde se lê: "T Aditivo: 29/04/2020", leia-se: "Ex-officio: 29/04/2020". Data da assinatura: 29/04/2020

REGINA CÉLIA BARBOSA RIBEIRO
Gerente de Filial

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO VITÓRIA - ES

EXTRATO DE CONTRATO

ESPECIE Contrato de Repasse nº 903612/2020, firmado pelo Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, CNPJ 27.165.588/0001-90, junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto: Construção de passeios públicos com acessibilidade no bairro Rui Pinto Bandeira, Cachoeiro de Itapemirim/ES; Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano; Valor: R\$ 348.935,00, dos recursos: R\$ 345.445,00, correrão à conta da União no exercício de 2020, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 15451221710730032, NE 2020NE801698, de 08/09/2020 e R\$ 3.490,00 de contrapartida. Vigência 02/10/2023 Assinatura 02/10/2020, Jefferson Won Rondon de Souza e Victor da Silva Coelho.

GERÊNCIA DE FILIAL ALIENAR BENS MOVEIS E IMÓVEIS GOIÂNIA - GO

AVISOS DE LICITAÇÃO

LEILÃO PÚBLICO Nº 58/2020/1 E LEILÃO PÚBLICO Nº 59/2020/2

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da Gerência de Filial Alienar Bens Móveis e Imóveis - GIUE/GO, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontrar(m), imóvel(is) recebido(s) em garantia, nos contratos inadimplentes de Alienação Fiduciária, de propriedade da EMGEA ou de propriedade da CAIXA, discriminados no Anexo II do Edital. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente Aviso de Venda, estará à disposição dos interessados, no período de 07/10/2020 até 10/11/2020, no primeiro leilão, e de 12/11/2020 até 24/11/2020, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA situadas em Goiás, na Gerência de Filial Alienar Bens Móveis e Imóveis - GIUE/GO Rua 11, número 250, 6º andar Setor Central Goiânia/GO e no escritório do Leiloeiro JOSEFINO BRASIL BALDUINO sito à BR 153 Km 17 DIÁIAS Aparecida do Goiânia/GO. Edital estará disponível também na Internet, na página da CAIXA www.caixa.gov.br e na página do leiloeiro, endereço: www.leiloesbrasil.com.br. Os interessados que desejarem contar com financiamento, ou utilizar recursos do FGTS, deverão dirigir-se às Agências da CAIXA, em tempo hábil para interar-se das condições gerais. O 1º leilão realizar-se-á no dia 10/11/2020, às 14:00, no Somento pela Internet - www.leiloesbrasil.com.br. Os lotes remanescentes, não vendidos no 1º leilão, serão ofertados no 2º leilão no dia 24/11/2020, no mesmo local e horário do item anterior.

SUEDE LAURIANO SILVA
Gerente de Filial

AVISO DE REVOGAÇÃO
EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 50/2020/GO

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CFE, em Goiás, através da Gerência de Filial Alienar Bens Móveis e Imóveis Goiânia/GO GIUE/GO, vem, a público, informar a revogação do item 02, do Leilão Público 0050/2020, imóvel localizado em Barra do Garças - MT, para o Exercício do Direito de Preferência.

SUEDE LAURIANO SILVA
Gerente de Filial

GERÊNCIA DE FILIAL GESTÃO DE PESSOAS BELO HORIZONTE - MG

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; CONTRATADO: CENTRO DE MEDICINA DO TRABALHO EIRELI CPF/CNPJ 00.547.781/0001-39 ESPECIE: Prestação de Serviços Assistenciais; OBJETO: Termo Aditivo para ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL aos beneficiários do Programa de Assistência Médica Supletiva - Saúde CAIXA; MODALIDADE: CREDENCIAMENTO; HABILITAÇÃO: PAMS

GERÊNCIA DE FILIAL GESTÃO DE PESSOAS GOIÂNIA - GO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; CONTRATADO: HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO PAULO, CPF/CNPJ: 05.561.915.0001-90; ESPECIE: Prestação de Serviços de Saúde; OBJETO: Termo Aditivo INCLUSÃO DO PROCEDIMENTO 40.31.461.8 PESQUISA RT PCR aos beneficiários do Programa de Assistência Médica Supletiva - Saúde CAIXA; MODALIDADE: CREDENCIAMENTO; HABILITAÇÃO: PAMS.

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; CONTRATADO: CMD CENTRO DE MEDICINA DIAGNOSTICA CPF/CNPJ: 17.257.555.0001-16; ESPECIE: Prestação de Serviços de Saúde; OBJETO: Termo Aditivo, INCLUSÃO DOS PROCEDIMENTOS 40.32.478.8, 40.32.479.6 aos beneficiários do Programa de Assistência Médica Supletiva - Saúde CAIXA; MODALIDADE: CREDENCIAMENTO; HABILITAÇÃO: PCMSO.

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; CONTRATADO: CMD CENTRO DE MEDICINA DIAGNOSTICA CPF/CNPJ: 17.257.555.0001-16; ESPECIE: Prestação de Serviços de Saúde; OBJETO: Termo Aditivo, INCLUSÃO DOS PROCEDIMENTOS 22.28.006-5, 22.28.007-3 aos beneficiários do Programa de Assistência Médica Supletiva - Saúde CAIXA; MODALIDADE: CREDENCIAMENTO; HABILITAÇÃO: PCMSO.

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; CONTRATADO: BOUE E RUIZ LTDA, CPF/CNPJ 03.714.017/0001-07; ESPECIE: Prestação de Serviços Assistenciais; OBJETO: TERMO ADITIVO INCLUSÃO ELETROENCEFALOGRAFIA, TABELA Nº 105691, aos beneficiários do Programa de Assistência Médica Supletiva - Saúde CAIXA; MODALIDADE: CREDENCIAMENTO; HABILITAÇÃO: PAMS

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; CONTRATADO: LABORATORIO PADRAO DE ANALISES CLINICAS CPF/CNPJ: 63.787.741.0001-84; ESPECIE: Prestação de Serviços de Saúde; OBJETO: Termo Aditivo INCLUSÃO DOS PROCEDIMENTOS 22.28.006-5, 22.28.007-3, aos beneficiários do Programa de Assistência Médica Supletiva - Saúde CAIXA; MODALIDADE: TERMO ADITIVO, TABELA Nº 83151 HABILITAÇÃO: PAMS.





Gerência Executiva Governo São Luís - MA

Ofício nº 1335 / 2021 / GIGOV/SL

São Luís, 10 de Novembro de 2021

A Sua Excelência o Senhor
Deoclides Antonio Santos Neto Macedo
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Porto Franco
Pc Bandeira, 10
CEP: 65970-000 – Porto Franco – MA

Assunto: **Orientações para Continuidade do Processo.**

Ref.: **Contrato de Repasse OGU nº 902709/2020 - Operação 1072177-74 - Programa Agropecuária Sustentável - Adequação de Estradas Vicinais**

Senhor Prefeito Municipal,

1. Comunicamos que a referida operação foi considerada tecnicamente viável, permitindo seu prosseguimento quanto às análises pós-contratuais.

2. Inicialmente importa salientar que esta operação foi contratada a partir de 02/01/2017, obedecendo o regramento da **Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU Nº 424/2016, de 30/12/2016**, alterada pela **Portaria Interministerial ME/CGU Nº 558/2019, de 10/10/2019**, operação esta classificada dentro dos seis Níveis previstos na Portaria (Art. 3º).

2.1 Diante desse regramento legal, elencamos algumas definições importantes, a saber:

- É vedada a prorrogação de vigência de contratos enquadrados no **Nível I** (Regime Simplificado – Art. 65 ao 67 da Portaria 424) após a emissão da autorização de início de obras, salvo no caso de atraso na liberação dos recursos pelo Ministério.
- Para todos os Níveis, não é permitida a reformulação dos projetos de engenharia das obras e dos serviços de engenharia ora aceitos, sendo vedada a reprogramação dos contratos enquadrados nos Níveis I e I-A (Art. 6º da Portaria 424);
- São vedados o início de execução de novos instrumentos e o desembolso de recursos, pelos Ministérios, caso o conveniente tenha outras operações apoiadas com recursos do Governo Federal sem execução financeira por prazo superior a 180 dias;
- Extinção contratual para operações sem execução financeira há mais de 180 dias, sem execução física aferida;
- É vedada a utilização de rendimentos.

3. Esclarecemos que a responsabilidade pertinente aos processos licitatórios cabe exclusivamente aos Proponentes das operações, que devem atender a Lei 8.666/93 e, no caso de Pregão Presencial e/ou Eletrônico, a Lei 10.520/2002, e serão fiscalizados pelos Tribunais de Contas. **Lembramos que não é permitido utilizar a modalidade pregão para a contratação de obras.**

3.1 No caso de operações enquadradas no Nível I e I-A (Regime Simplificado – Art. 65 ao 67 da Portaria 424), as obras e serviços são licitados obrigatoriamente pelo regime empreitada por preço global, exceto reformas e obras lineares.

3.2 Os editais de licitação para consecução do objeto conveniado somente estarão aptos se publicados após o aceite do projeto técnico pela Caixa.

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br



4. Dessa forma, informamos que a CAIXA para o prosseguimento do referido Contrato de Repasse, necessita adotar medidas que objetivem garantir a perfeita execução do empreendimento previsto no Plano de Trabalho.

5. Para tanto, solicitamos encaminhar à CAIXA, para verificação, os documentos abaixo elencados (em se tratando de **Aquisição de Equipamentos**, apenas os itens de "a" ao "i". A mesma documentação deverá ser anexada na Plataforma +Brasil através de registro nas abas "Processo de Execução" e "Contratos":

- a) Ofícios de Documentação Relativa ao Regime de Execução e de Encaminhamento de Documentação Relativa ao Processo Licitatório (MO28068)
- b) QCI – Quadro de Composição do Investimento atualizado (MO41211), conforme resultado da licitação;
- c) Cronograma físico-financeiro do CR/TC – Contrato de Repasse/Termo de Compromisso (MO41211);
- d) Ato de homologação;
- e) Publicação do ato de homologação (IN MPDG nº 002/2018)
- f) Publicação do resumo do edital;
- g) Despacho de adjudicação;
- h) Publicação do Despacho de adjudicação (IN MPDG nº 002/2018)
- i) Declaração firmada pelo chefe do poder executivo, atestando que a licitação atendeu às formalidades e aos requisitos dispostos na Lei de Licitações (conforme modelo Caixa);
- j) Planilha orçamentária proposta pela empresa vencedora;
- k) CTEF - Contrato de execução/fornecimento firmado com a empresa vencedora;
- l) Extrato do CTEF publicado;
- m) Declaração emitida pela empresa vencedora da licitação ou pelo contratado atestando que a empresa vencedora da licitação não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante;
- n) Declaração de atendimento ao Decreto nº 7983/2013 (conforme modelo Caixa);
- o) Cronograma físico-financeiro proposto pela empresa vencedora;
- p) Declaração do regime de execução, quando a informação não estiver contida no CTEF;
- q) Declaração da data-base referencial do preço contratado, somente no caso de alteração em relação à data base da planilha analisada pela CAIXA, caso não conste no CTEF.
- r) ART/RRT do(s) responsável(is) pela execução e pela fiscalização, quando se tratar de obras/serviços, admitida até a Autorização de Início do Objeto. A ART/RRT deve ser acompanhada de declaração de capacidade técnica, indicando o(s) servidor(es) que fiscalizarão a obra ou serviço de engenharia.
- s) Ordem de início, podendo ser admitida até a primeira solicitação de recursos;
- t) Eventograma (MO27477, abas Dados, Eventograma e Quantitativos, Detalhamento e Cronograma) em conformidade com a planilha orçamentária da proposta vencedora da licitação, apenas para obras contratadas no regime de empreitada por preço global, empreitada integral e contratação integrada;
- u) Licença de Instalação, caso tenha sido apresentada Licença Prévia na fase de análise, admitida até a Autorização de Início do Objeto;
- v) Declaração emitida pelo Conveniente atestando que aprovou o Projeto Executivo de Acessibilidade elaborado pelo seu corpo técnico ou recebido de terceiro, e que sua execução se dará de forma a garantir o cumprimento dos itens previstos na Lista de Verificação de Acessibilidade (condicionante para o 1º desbloqueio, no caso de obras).

6. Para a comprovação da publicidade dos atos da licitação, perante a CAIXA, o tomador deve apresentar cópia da publicação nos instrumentos de comunicação, conforme a seguir:

6.1 No caso de licitação de obras:

- a) **Edital:** cópia da publicação no DOU;
- b) **Demais atos da licitação:** cópia da publicação na imprensa oficial do Município;

6.2 No caso de licitação da modalidade **pregão**:

- a) **Edital** de licitação, no caso da modalidade **pregão eletrônico**, o tomador apresenta à CAIXA cópia da publicação nos instrumentos de comunicação, conforme a seguir:
- ✓ objeto com custo atribuído de até R\$ 650.000,00 – DOU e meio eletrônico na internet; objeto com custo atribuído acima de R\$ 650.000,00 até R\$ 1.300.000,00 – DOU, jornal de grande circulação local e meio eletrônico na internet;

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

caixa.gov.br

CAIXA



- ✓ objeto com custo atribuído acima de R\$ 1.300.000,00 – DOU, jornal de grande circulação regional ou nacional e meio eletrônico na internet.
- b) **Edital** de licitação, no caso da modalidade **pregão presencial**, cópia do Diário Oficial do respectivo ente federado, ou caso não exista, cópia do jornal de circulação regional/local ou DOE;
- c) **Demais atos** da licitação na modalidade **pregão**, cópia da publicação na imprensa oficial do Município;

6.3 Para os casos em que a publicação se dê na imprensa oficial, caso o instrumento utilizado não seja o DOU, DOE ou o Diário Oficial do Município, o Contratado apresenta declaração para compor o processo, na qual informe a lei e respectivo artigo que estabelecem os instrumentos considerados como imprensa oficial.

6.3.1 Quando a imprensa oficial adotada pelo Contratado for quadro e/ou mural de avisos, além da lei autorizativa e respectivo artigo, a declaração citada no item anterior deve atestar o período e o local da publicação.

7. A solicitação de recursos ao Ministério ocorre somente após o aceite do resultado do processo licitatório.

8. A autorização para o início do objeto depende, da verificação favorável pela Caixa, referente a documentação anteriormente citada e ainda do desembolso de recursos da 1ª parcela de repasse da União.

9. Permanecemos à disposição.

Respeitosamente,

DALVANI RODRIGUES PEREIRA DE ARRUDA
Coordenador de Filial
Gerência Executiva Governo São Luís - MA

ODIRLEI SUDATTI
Gerente de Filial
Gerência Executiva Governo São Luís - MA



Gerência Executiva Governo São Luís - MA

Ofício nº 0460 / 2022 / GIGOV/SL

A Sua Excelência o Senhor
Deoclides Antonio Santos Neto Macedo
Prefeito Municipal
Prefeitura Municipal de Porto Franco

Assunto: **Requisitos para Autorização de Início de Objeto Automática na P+B**

Ref.: **Contrato de Repasse nº 902709/2020 - Operação 1072177-74 - Programa Agropecuária Sustentável - ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS**

Senhor Prefeito Municipal,

1. Concluída a verificação do processo licitatório pela CAIXA, informamos que a autorização de início do objeto deverá ocorrer automaticamente pela Plataforma +Brasil, para tanto o Contrato de Repasse deverá atender todos os requisitos previstos na aba Instrumentos Contratuais da Plataforma +Brasil, aba que contempla:

- Itens de Verificação para a Conclusão de Instrumento Contratual;
- Itens de Verificação para a Emissão da AIO.

2. Atendido os requisitos acima, o Tomador deverá acompanhar a emissão de Autorização de Início de Objeto automaticamente pela Plataforma +Brasil.

3. A situação de AIO – Autorização de Início do Objeto, estará informada na aba Execução Conveniente/Instrumentos Contratuais/CHECKLIST.

4. Instruções operacionais sobre a rotina estão descritas nos Tutoriais 03 e 04 da Plataforma +Brasil, link: https://redemaisbrasil.plataformamaisbrasil.gov.br/noticia_detalhe/fluxo-de-acompanhamento-da-execucao-da-obra-na-plataforma-brasil/.

Respeitosamente,

DALVANI RODRIGUES PEREIRA DE
ARRUDA:2579240730
4

Assinado de forma digital por
DALVANI RODRIGUES PEREIRA
DE ARRUDA:25792407304
Dados: 2022.06.08 16:24:02
-03'00'

DALVANI RODRIGUES PEREIRA DE ARRUDA
Coordenador de Filial
Gerência Executiva Governo São Luís - MA

MARCO AURELIO SIMOES
COELHO:64251888391

Assinado de forma digital por
MARCO AURELIO SIMOES
COELHO:64251888391
Dados: 2022.06.09 08:30:36 -03'00'

MARCO AURELIO SIMÕES COELHO
Gerente de Filial S.E
Gerência Executiva Governo São Luís - MA

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br



**TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE REPASSE
Nº 902709/2020/MAPA/CAIXA, QUE ENTRE SI
FAZEM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO
DO(A) MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,
PECUÁRIA E ABASTECIMENTO,
REPRESENTADO(A) PELA CAIXA ECONÔMICA
FEDERAL, E O(A) MUNICÍPIO DE PORTO
FRANCO, NA FORMA ABAIXO:**

A União Federal, na qualidade de CONTRATANTE, por intermédio do Concedente Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.396.895/0001-25, representada pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 06/03/1970, regendo-se pelo Estatuto Social aprovado na Assembleia Geral de 19/01/2018, em conformidade com o Decreto nº 8.945, de 27/12/2016, e suas alterações, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.360.305/0001-04, e Município de Porto Franco, inscrito no CNPJ sob o nº 06.208.946/0001-24, na qualidade de CONTRATADO no Contrato de Repasse nº 902709/2020/MAPA/CAIXA, representados neste ato pelos abaixo assinados, celebram o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir relacionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO TERMO ADITIVO

1 - O presente INSTRUMENTO tem por objeto a alteração da Cláusula DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA do Contrato de Repasse nº 902709/2020/MAPA/CAIXA, de 05/10/2020, realizado segundo os termos do Programa Agropecuária Sustentável do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que passa(m) a ter a seguinte redação:

“CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA

15 - Este Instrumento produzirá efeitos a partir da assinatura de todas as partes, sendo o início de sua vigência a data da última assinatura e o término no dia 30 de Abril de 2024, possibilitada a sua prorrogação, mediante Termo Aditivo e aprovação da CONTRATANTE, conforme o disposto no Art. 27, Inciso V e § 3º, da Portaria Interministerial MPDG/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e suas alterações.”

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato de Repasse ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo Aditivo será levado à publicação no Diário Oficial da União, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor.

CLÁUSULA QUARTA – DA DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS SEGUNDO A LGPD

Em observância aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD – Lei 13.709/2018, os signatários autorizam a divulgação de seus dados pessoais constantes neste instrumento para fins de publicidade e transparência.

E, por estarem assim justos e pactuados firmam este Instrumento, que será assinado pelas partes, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

Este Instrumento produzirá efeitos a partir da assinatura de todas as partes, que deve ocorrer dentro da vigência do Contrato de Repasse objeto deste Termo Aditivo.

ODIRLEI

SUDATTI:01905293933

Assinado de forma digital por
ODIRLEI SUDATTI:01905293933
Dados: 2023.03.22 16:26:03
-03'00'

Assinatura, sob carimbo, do

CONTRATANTE

Nome: ODIRLEI SUDATTI

CPF: 019.052.939-33

HUDSON NOGUEIRA

ROCHA:78499062334

Assinado de forma digital por
HUDSON NOGUEIRA
ROCHA:78499062334
Dados: 2023.03.22 17:04:53 -03'00'

Assinatura do Supervisor ou Coordenador

(Termo Aditivo em Conformidade)

Nome: HUDSON NOGUEIRA ROCHA

CPF: 784.990.623-34

DEOCLIDES ANTONIO

SANTOS NETO

MACEDO:20864760353

Assinado de forma digital por
DEOCLIDES ANTONIO SANTOS
NETO MACEDO:20864760353
Dados: 2023.03.20 15:37:44 -03'00'

Assinatura do CONTRATADO

Nome: DEOCLIDES ANTONIO SANTOS

NETO MACEDO

CPF: 208.647.603-53

0350799-45/11	MDR	PM Governador Valadares/MG	Altera vigência: 23/05/2023	T Aditivo:20/10/2022
0319948-65/10	MDR	PM Coronel Fabriciano/MG	Altera vigência: 31/10/2023	T Aditivo:20/10/2022
873647/18	MC/DADANIA	PM Frei Inocêncio/MG	Altera vigência: 30/01/2023	T Aditivo:26/10/2022
883760/19	MDR	PM Sardoá/MG	Altera vigência: 30/12/2022	T Aditivo:27/10/2022
922258/21	MDR	PM São Félix do Araguaia/MT	Altera contrap: R\$ 94.536,73	T Aditivo:21/10/2022
0373184-92/2011	MC/CAIXA	PM Dourados/MS	Alt. Vig.: 31/10/23	T Aditivo:25/10/2022
873164/18	MTUR	PM São Cristóvão/SE	Altera vigência: 22/11/2023	T Aditivo: 18/10/2022
899731/19	MDR	PM Rubiataba/GO	Altera vigência: 31/12/2023	T Aditivo:27/10/2022
0297270-39/2009	MC	PM Campo Grande/MS	Alt. Vig.: 31/10/23	T Aditivo: 25/10/22
832344/16	MTUR	PM Morrinhos/PR	Altera vigência: 30/04/2023	T Aditivo:34/10/2022
847754/17	MTUR	PM Morrinhos/PR	Altera vigência: 30/04/2023	T Aditivo:34/10/2022
872791/18	MC/DADANIA	PM Rio Branco/AC	Altera vigência: 23/08/2023	T Aditivo:26/10/2022
866531/18	MDR	PM Guarará/MG	Altera vigência: 06/01/2023	T Aditivo:25/10/2022
867529/18	MDR	PM São Leopoldo/RS	Altera vigência: 30/11/2022	Ex-Ofício: 26/10/2022
877829/18	MC/DADANIA	PM São Gotardo/MG	Altera vigência: 22/01/2023	T Aditivo:21/10/2022
887652/19	MTUR	PM Assis Brasil/AC	Altera vigência: 30/06/2023	T Aditivo:26/10/2022
780631/12	MTUR	PM Rio Grande da Serra/SP	Altera vigência: 25/02/2023	T Aditivo:25/10/2022
800590/13	MTUR	PM Rio Grande da Serra/SP	Altera vigência: 25/02/2023	T Aditivo:25/10/2022
778451/12	MC	Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia - SUDSBA/BA	Altera vigência: 01/04/2023	Ex-Ofício:26/10/2022
886235/18	MDR	PM Blumenau/SC	Altera contrap: R\$ 24.085,99	T Aditivo:26/10/2022
841437/16	MTUR	PM Acaraú/CE	Altera vigência: 30/06/2023	T Aditivo:26/10/2022
884542/2019	MDR	PM Monte Negro/RO	Altera vigência: 30/11/2023	T Aditivo:26/10/2022
899134/2020	MTUR	PM Leopoldina/MG	Altera contrapartida: R\$ 13.089,01	T Aditivo:26/10/2022
870078/18	MTUR	PM Xapuri/AC	Altera vigência: 31/08/2023	T Aditivo:26/10/2022
855446/17	MDR	PM LAGO DA PEDRA/MA	Altera vigência: 28/12/2022	T Aditivo:26/10/2022
892885/19	MAPA	PM São Sebastião/SP	Altera vigência: 30/06/2023	Ex-Ofício:26/10/2022
885514/2019	MDR	PM Santos Dumont/MG	Altera vigência: 30/12/2022	Ex-Ofício: 25/10/2022
840883/16	MS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABOTÃO DOS GUARARAPES/PE	Altera vigência: 24/12/2023	T Aditivo:26/10/2022
843937/17	MC	PM Horizonte/CE	Altera vigência: 31/12/2023	T Aditivo:25/10/2022

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

CONTRATO	CONTRATANTE	CONTRATADO	OBJETO	INSTRUMENTO
1039838-45/843991/17	MC	SEDCUC/SE	Altera vigência: 31/12/2023	T Aditivo:31/10/2022
922844/21	MAPA	PM Cantagalo/PR	Altera contrap: R\$ 166.823,57	T Aditivo:31/10/2022
873164/18	MTUR	PM São Cristóvão/SE	Altera vigência: 22/11/2023	T Aditivo: 18/10/2022
1058.871-11/87684/18	MC/DADANIA	PM São João do Maranhão/MA	Altera vigência: 31/12/2023	T Aditivo:31/10/2022
895437/19	MDR	PM RIO DAS FLORES/RJ	Altera vigência: 31/12/2023	T Aditivo:31/10/2022
885001/19	MDR	PM Prados/MG	Altera vigência: 13/01/2023	T Aditivo:31/10/2022
886832/19	MC/DADANIA	PM Santa Amélia/PR	Altera vigência: 30/11/2023	T Aditivo:31/10/2022
839253/16	MS	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA/PR	Altera vigência: 31/12/2023	Ex-Ofício:31/10/2022
875930/18	MTUR	PM Ouro Preto do Oeste/RO	Inclusão do item 15.2 na Cláusula Décima Quinta	T Aditivo:31/10/2022
881808/18	MC/DADANIA	PM Jaru/RO	Inclusão do item 15.2 na Cláusula Décima Quinta	T Aditivo:31/10/2022
511313/21	MDR	PM SERRA PRETA/BA	Altera contrap: R\$ 13.803,84	T Aditivo:28/10/2022
891662/19	MDR	PM SERRA PRETA/BA	Altera contrap: R\$ 129.688,11	T Aditivo:28/10/2022
868618/2018 - 1054483-38	MDR/CAIXA	PM Fermo do Araguaia/TO	Altera vigência: 30/11/2023	T Aditivo: 28/10/2022
868618/2018 - 1054484-54	MDR/CAIXA	PM Fermo do Araguaia/TO	Altera vigência: 30/11/2023	T Aditivo: 28/10/2022
784586/2018 - 1007025-62	CAIXA/MC	PM Riachinho/TO	Altera vigência: 31/12/2022	T Aditivo: 28/10/2022
1013486/2014 - 1014535-75	CAIXA/MDR	PM Praia Norte/TO	Altera vigência: 30/11/2023	T Aditivo: 28/10/2022
850435/2017 - 1044144-24	CAIXA/MC	PM Porto Alegre do Tocantins/TO	Altera vigência: 30/11/2023	T Aditivo: 28/10/2022
855270/2019 - 1068925-95	CAIXA/MDR	PM Porto Alegre do Tocantins/TO	Altera vigência: 30/11/2023	T Aditivo: 28/10/2022

88684520/19 - 1063504-38	CAIXA/MC/DADANIA	PM Almas/TO	Altera vigência: 30/11/2023	T Aditivo: 28/10/2022
892712/2019 - 1067248-26	CAIXA/MAFA	PM Almas/TO	Altera vigência: 30/11/2023	T Aditivo: 28/10/2022
896551/2019 - 1069798-57	CAIXA/MTUR	PM Almas/TO	Altera vigência: 30/11/2023	T Aditivo: 28/10/2022
893682/2019 - 1069004-67	CAIXA/MC/DADANIA	PM Araguaia/TO	Altera vigência: 30/11/2023	T Aditivo: 28/10/2022
800158/13	MDR	PM Caceres/SC	Altera contrap: R\$ 1.265.868,44	T Aditivo:25/10/2022
892894/19	MAPA	PM Chapecó/SC	Altera contrap: R\$ 96.096,71	T Aditivo:25/10/2022
893422/19	MAPA	PM Chapecó/SC	Altera contrap: R\$ 88.572,30	T Aditivo:26/10/2022
916266/21	MC/DADANIA	PM Entre Rios/SC	Altera contrap: R\$ 61.503,58	T Aditivo:27/10/2022
925055/21	MDR	PM Xaxim/SC	Altera contrap: R\$ 858.315,89	T Aditivo:31/10/2022
887972/19	MTUR	PM Criciúma/MG	Altera vigência: 30/12/2022	T Aditivo:28/10/2022
866531/18	MDR	PM Guarará/MG	Altera vigência: 06/01/2023	T Aditivo:25/10/2022
885155/19	MDR	PM Santos Dumont/MG	Altera vigência: 06/01/2023	Ex-Ofício:28/10/2022
893130/19	MDR	PM Euclides de Cunha Paulista/SP	Altera vigência: 05/12/2023	T Aditivo:28/10/2022
889485/19	MDR	PM Euclides de Cunha Paulista/SP	Altera vigência: 05/12/2023	T Aditivo:28/10/2022
888331/19	MDR	PM Queiroz/SP	Altera vigência: 05/12/2023	T Aditivo:31/10/2022
0398336-52/15	CADIA	PM Anhumas/SP	Altera vigência: 05/01/2023	T Aditivo:31/10/2022
885673/19	MDR	PM Queiroz/SP	Altera vigência: 05/12/2023	T Aditivo:31/10/2022
772799/12	MC	PM TRIUNFO/PB	Altera vigência: 26/02/2023	T Aditivo:31/10/2022
922886/21	MDR	PM Carmópolis de Minas/MG	Altera contrap: R\$ 46.830,89	T Aditivo:28/10/2022
0899108-91/21	AGEVAP	PM Santa Bárbara do Oeste/MG	Altera vigência: 17/03/2023	T Aditivo:28/10/2022
855232/17	MDR	PM Buriti/MA	Altera vigência: 27/10/2023	T Aditivo:31/10/2022
873813/18	MC/DADANIA	PM Buriti/MA	Altera vigência: 27/10/2023	T Aditivo:31/10/2022
922401/21	MAPA	PM Itabirinha/MG	Altera contrap: R\$ 13.163,54	T Aditivo:31/10/2022
886763/19	MC/DADANIA	PM Juli de Fera/MG	Altera vigência: 11/10/2023	T Aditivo:31/10/2022
885180/19	MDR	PM Mar do Espinho/MG	Altera vigência: 14/04/2023	T Aditivo:28/10/2022
884758/19	MDR	PM Bias Fortes/MG	Altera vigência: 14/04/2023	T Aditivo:31/10/2022
881366/18	MSAÚDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA ANDARAÍ/MS	Altera vigência: 25/05/2023	T Aditivo:31/10/2022
910392/21	MAPA	PM SÃO FELIPE/BA	Altera contrap: R\$ 9.027,20	T Aditivo:28/10/2022
897150/19	MC/DADANIA	PM Messias/AL	Altera vigência: 31/12/2023	T Aditivo:31/10/2022
0350765-48/11	MDR	PM Rio Claro/SP	Altera vigência: 29/01/2023	T Aditivo: 27/10/2022
885693/2019	MDR	PM ITAPEVA/SP	Altera vigência: 30/06/2023	Ex-Ofício: 31/10/2022
884573/2019	MDR	PM ARAÇARI/AM/SP	Altera vigência: 30/06/2023	Ex-Ofício: 31/10/2022
884553/2019	MDR	PM ARAÇARI/AM/SP	Altera vigência: 30/06/2023	Ex-Ofício: 31/10/2022
891590/2019	MDR	PM PORANGABA/SP	Altera vigência: 30/06/2023	Ex-Ofício: 31/10/2022
89172/2019	MDR	PM ITAPEVA/SP	Altera vigência: 30/06/2023	Ex-Ofício: 31/10/2022
0351550-70/11	MDR	PM Salvador/BA	Altera vigência: 10/03/2023	T Aditivo:31/10/2022
902709/20	MAPA	PM Ponte Franco/MA	Altera vigência: 30/09/2023	T Aditivo:31/10/2022
913997/21	MDR	PM Maracá/BA	Altera contrap: R\$ 27.735,60	T Aditivo:31/10/2022
912325/21	MAPA	PM Cordópolis/SP	Altera contrap: R\$ 67.038,34	T Aditivo:28/10/2022
893543/19	MAPA	PM CARRAPATEIRA/PB	Altera vigência: 31/08/2023	T Aditivo:31/10/2022
872867/18	MSAÚDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Amarante/GO	Altera vigência: 31/10/2023	T Aditivo:31/10/2022
895731/2019	M C I D A N I A	PM ANAPOLIS/GO	Alt. Vigência: 28/08/2023	TA: 29/08/2022
786328/13	MAPA	PM Montividiu/GO	Altera vigência: 26/04/2023	T Aditivo:28/10/2022
852190/17	MC	PM Estância/SE	Altera contrap: R\$ 502.351,07	T Aditivo:31/10/2022
843940/17	MC	SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA/AP	Altera vigência: 01/04/2023	T Aditivo:31/10/2022
891479/19	MDR	PM Silva Jardim/RJ	Altera vigência: 30/12/2023	T Aditivo:26/10/2022
CR 892740/2019 [OP 1067.703-71]	MAPA	Estado de Roraima	Altera vigência: 31.12.2023	T Aditivo: 28.10.2022
889200/19	MDR	PM SÃO DOMINGOS DE POMBAIS/PR	Altera vigência: 18/12/2023	T Aditivo:31/10/2022
884559/19	MDR	PM Três Ranchos/GO	Altera vigência: 24/12/2023	T Aditivo:28/10/2022
870166/18	MTUR	PM Gouvelândia/GO	Altera vigência: 30/04/2023	T Aditivo:27/10/2022
868684/18	MDR	PM ADELÂNDIA/GO	Altera vigência: 30/10/2023	T Aditivo:27/10/2022
0350809-67/11	MDR	PM Senador Canedo/GO	Altera vigência: 28/02/2023	T Aditivo:27/10/2022
893731/19	MDR	PM Rubiataba/GO	Altera vigência: 31/12/2023	T Aditivo:27/10/2022
844867/17	MDR	PM DIORAMA/GO	Altera vigência: 11/10/2023	T Aditivo:11/10/2022
920131/21	MAPA	PM União da Serra/RS	Altera contrap: R\$ 663.893,34	T Aditivo:28/10/2022



CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
VICE-PRESIDÊNCIA GOVERNO
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

CONTRATO	CONTRATANTE	CONTRATADO	OBJETO	INSTRUMENTO
1071.170- 11/899288/20	MTUR	PM São Tomé das Letras/MG	Alterar vigência: 17/09/2023	Ex-Ofício: 23/03/2023
1082.241- 59/925387/21	MAPA	PM Campestre/MG	Alterar contrap: R\$ 8.085,99	T Aditivo: 23/03/2023
916440/21	MDR	PM For. do Iguaçu/PR	Alterar contrap: R\$ 27.775,06	T Aditivo: 21/03/2023
897016/19	CAIXA	PM Realiza/PR	Alterar contrap: R\$ 1.007.792,16	T Aditivo: 23/03/2023
825761/21	MDR	PM Lihu/SP	Alterar contrap: R\$ 36.521,58	T Aditivo: 20/03/2023
874621/18	MCIDADANIA	PM Ipaussu/SP	Alterar vigência: 30/10/2023	T Aditivo: 23/03/2023
912726/21	MDR	PM Pompeia/SP	Alterar contrap: R\$ 30.583,31	T Aditivo: 21/03/2023
910901/21	MDR	PM Pompeia/SP	Alterar contrap: R\$ 240,00	T Aditivo: 21/03/2023
928541/22	MDR	PM Pederneras/SP	Alterar contrap: R\$ 104.487,00	T Aditivo: 22/03/2023
848045/17	MDR	PM Calço/BN	Alterar vigência: 20/10/2023	T Aditivo: 23/03/2023
0309517-78/08	MDR	PM Santana da Boa Vista/RS	Alterar vigência: 04/05/2023	T Aditivo: 20/03/2023
870142/18	MTUR	Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia - IPAC/BA	Alterar vigência: 01/04/2024	T Aditivo: 23/03/2023
0045739-95/07	MAPA	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura/BA	Alterar vigência: 30/07/2023	T Aditivo: 23/03/2023
771965/12	MC	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE/BA	Alterar vigência: 31/12/2023	T Aditivo: 23/03/2023
799964/13	MDR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional/BA	Alterar vigência: 01/04/2024	T Aditivo: 23/03/2023
928595/22	MDR	PM Maximiliana Almeida/RS	Alterar contrap: R\$ 159.874,66	T Aditivo: 23/03/2023
934787/22	MDR	PM Engenho Velho/RS	Alterar contrap: R\$ 61.545,45	T Aditivo: 23/03/2023
897147/19	MCIDADANIA	PM Cravinhos/SP	Alterar vigência: 20/09/2023	T Aditivo: 22/03/2023
0399403-88/2012	MS	Secretaria de Estado da Saúde Pública do RN - SESAP/RN	Alterar contrap: R\$ 571.918,58	T Aditivo: 23/03/2023
910166/2021	MAPA	PM Americano do Brasil/GO	Alt. CP.: R\$ 27.696,59	T Aditivo: 23/03/2023
0402553-41/2012	MDR	PM Curitiba/PR	Alterar contrap: 454.515,86	T Aditivo: 21/03/2023
885507/19	MDR	PM São José do Rio Claro/MT	Alterar vigência: 31/12/2023	T Aditivo: 23/03/2023
888433/19	MDR	PM São José do Rio Claro/MT	Alterar vigência: 31/12/2023	T Aditivo: 23/03/2023
874386/2018	MCIDADANIA	PM IBIRIM-PE	CP ALTERADA PARA R\$1.253,27	T Aditivo: 22/03/2023
885454/19	MDR	PM São José do Rio Claro/MT	Alterar vigência: 31/12/2023	T Aditivo: 23/03/2023
914844/2021	MDR	PM Americano do Brasil/GO	Alt. CP.: R\$ 30.025,32	T Aditivo: 23/03/2023
835841/16	ME	PM Cruzeiro do Sul/PR	Alterar vigência: 30/06/2023	T Aditivo: 23/03/2023
856681/18	MDR	PM Vitorosa do Ceará/CE	Alterar vigência: 11/05/2023	T Aditivo: 23/03/2023
873215/18	MDR	PM Marum/SE	Alterar vigência: 31/05/2023	T Aditivo: 23/03/2023
912777/21	MDR	PM São Jorge do Ivaí/PR	Alterar contrap: R\$ 2.390,96	T Aditivo: 23/03/2023
918571/21	MCIDADANIA	PM Campos Novos/SC	Alterar contrap: R\$ 346.039,91	T Aditivo: 22/03/2023
885692/19	MDR	PM São João do Oeste/SC	Alterar vigência: 03/04/2023	T Aditivo: 23/03/2023
885741/19	MDR	PM São João do Oeste/SC	Alterar vigência: 03/04/2023	T Aditivo: 23/03/2023
916230/21	MDR	PM Santa Maria/RS	Alterar contrap: R\$ 214.601,78	T Aditivo: 23/03/2023
895630/2019	MC	PM ITAQUIRAÍ / MS	Alterar vigência: 30/08/2023	T Aditivo: 22/03/2023
0402097-67/14	MDR	PM Goiânia/GO	Alterar vigência: 24/05/2023	T Aditivo: 23/03/2023
912481/21	MDR	PM ESPERANÇA/PB	Alterar contrap: R\$ 10.030,46	T Aditivo: 23/03/2023
911463/21	MDR	PM Ibertioma/MG	Alterar contrap: R\$ 3.049,07	T Aditivo: 22/03/2023
832318/16	MTUR	PM SOUSA/PB	Alterar vigência: 15/05/2023	T Aditivo: 23/03/2023
880432/18	MAPA	PM Ze Doca/MA	Alterar vigência: 30/09/2023	T Aditivo: 22/03/2023
880432/18	MAPA	PM Ze Doca/MA	Inclusão do item 15.2 na Cláusula Décima Quinta	T Aditivo: 22/03/2023
785320/13	MAPA	PM Governador Lúiz Rocha/MA	Alterar vigência: 31/03/2024	T Aditivo: 22/03/2023
920426/21	MTUR	PM Feliúândia/MG	Alterar contrap: R\$ 8.136,66	T Aditivo: 22/03/2023
881883/18	MC	PM Alto Garças/MT	Alterar contrap: R\$ 129.553,71	T Aditivo: 22/03/2023
853491	MDR	PM Governador Edison Lobão/MA	Alterar vigência: 30/10/2023	T Aditivo: 22/03/2023
853491	MDR	PM Governador Edison Lobão/MA	Inclusão do item 15.2 na Cláusula Décima Quinta	T Aditivo: 22/03/2023
915545/21	MDR	PM Guarani de Goiás/GO	Alterar contrap: R\$ 112.814,29	T Aditivo: 09/03/2023
877604/18	MAPA	PM BOA VISTA DO TIPIIM/BA	Alterar vigência: 05/05/2024	Ex-Ofício: 22/03/2023
902709/20	MAPA	PM Porto Franco/MA	Alterar vigência: 30/04/2024	T Aditivo: 22/03/2023
845448/2017	MDR	PM São José dos Quatro Marcos/MT	Alterar vigência: 30/06/2023	T Aditivo: 22/03/2023
906720/2020	MTUR	PM Córrego do Ouro/GO	Alterar contrap: R\$ 45.123,09	T Aditivo: 17/03/2023
914931/2021	MAPA/CAIXA	PM Quixadá/CE	Alterar contrap: R\$ 30.532,14	T Aditivo: 22/03/2023
913042/2021	MDR	Rodeio/SC	Alterar Contrap.: R\$ 10.404,03	T Aditivo: 22/03/2023
870551/18/1055347-24	MTUR	Feliz Deserto/AL	Alterar vigência: 30/09/2023	Ex-Ofício: 22/03/2023
928728/22	MDR	PM Agrônoma/SC	Alterar contrap: R\$ 43.411,51	T Aditivo: 22/03/2023
825130/15	MS	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TERESINA/PI	Alterar vigência: 31/06/2023	T Aditivo: 22/03/2023
896428/19	MDR	Estado do Acre/AC	Alterar vigência: 30/04/2024	T Aditivo: 22/03/2023

CENTRALIZADORA NACIONAL CONTRATAÇÕES
EXTRATOS DE CONTRATOS

Proc. Adm 5688.01.1376.569/2021. Objeto: Prestação de serviços de intermediação de venda de imóveis não de uso de propriedade da CAIXA nas modalidades Venda Direta, Venda Online, Venda Direta Online e também imóveis enquadrados como de interesse social disponíveis para oferecimento à venda direta ao Ocupante, na abrangência das regionais do CRECI. Contratado: OTAVIO CANDIDO DE QUEIROZ MARINHO; CNPJ nº 029.883-00, contrato 02347/2023; Credenciamento 0014/2021.

Contrato nº: 00546/2023. Processo Administrativo nº: 5688.01.2274.1/2022. Objeto: Constitui objeto do presente contrato a locação do imóvel destinado às novas instalações da AGÊNCIA BELIA FLOR, RJ localizado Na Avenida Getúlio Vargas, Nº 1700, 1700 FUNDAÇÕES E 1706 LOJA, CENTRO, NILÓPOLIS, RJ, CEP: 26.510-290, trata-se de imóvel a construir da qual será locada para utilização da CAIXA a área de 1.023,81m que será destinada à instalação da AGÊNCIA BELIA FLOR, RJ; Fundamentação Legal: Dispensa de Licitação, com base no Inciso V, do Art. 29, da Lei 13.303/16 e no Inciso V, do Art. 68 do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA; Justificativa: a Agência atual apresenta diversos problemas que estão comprometendo a realização de negócios e principalmente influenciando no atendimento dos clientes. O objetivo é oferecer aos clientes e colaboradores ambiente salubre e evitar litígio com vizinho, preservando a imagem da CAIXA; Locador(es): BEAUTIFUL CONSTRUCAO E ADMINISTRACAO DE IMOVEIS LTDA, inscrito(a/s) no CPF/CNPJ sob o(s) nº(s) 01.554.994/0001-50; Valor Mensal da Locação: R\$ R\$ 65.500,00 (sessenta e cinco mil reais); pelo prazo de 60 meses; Data de assinatura: 22/03/2023; Prazo de Vigência: 60 meses.

CONTRATO nº 2243/2023; OBJETO: Patrocínio do projeto FEMEC Feira do Agronegócio Mineiro; CONTRATADO: Sindicato Rural de Uberlândia, CNPJ nº 25.768.417/0001-20; PROCESSO nº 5688.01.0369.1/2023; MODALIDADE: Contratação Direta conforme art. 27, parágrafo 3º, da Lei 13.303/2016; VALOR: R\$ 130.000,00; DATA DE ASSINATURA: 21/03/2023; VIGÊNCIA: 21/03/2023 a 22/06/2023.

EXTRATO DA ATA

Processo: 5688.01.0131.1/2023; Contrato nº 2124/2023; Registro de preço para execução de serviços comuns de engenharia para implantação de novas unidades, mudança de endereço e reinvestimento em imóveis de uso da Caixa, vinculados à Região 1 - SR Porto Alegre e SR Norte Gaúcho, no estado do Rio Grande do Sul; Contratada: MARKFER ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - 05.762.393/0001-94; Contratante: Caixa Econômica Federal CNPJ (MF) nº 00.360.305/5614-83; Cadastro de Reserva: Não; Valor global: R\$ 9.578.971,20 (nove milhões, quinhentos e setenta e oito mil, novecentos e setenta e um reais e vinte centavos); Pregão Eletrônico nº 122/5688-2023; Vigência: 12 (doze) meses da publicação no DOU; Data de assinatura 22/03/2023.

CENTRALIZADORA NACIONAL GESTÃO FORMAL DE CONTRATOS
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Rescisão Amigável contrato nº 8051/2022, que tem por objeto Registro de Preços para prestação de serviços comuns de engenharia para adequações, adaptações e intervenções nas unidades e agências CAIXA vinculadas à SR Norte de Goiás. (ITEM 2) endereço entrega: 18 - 4500376836 PA PREF MUN PALMAS; Contratada: CONSTRUTORA FIBRA EIRELI; CNPJ: 10.900.422/0001-77; Enquadramento legal: Lei nº 13.303/2016; Processo Administrativo: 5688.01.0568.2/2022; Data da rescisão: 26/03/2023.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Renovação do contrato de locação de imóvel para uso da CAIXA destinado à instalação da Agência Senador Guimard/AC, na Rua Costa e Silva, SN, Centro, Senador Guimard/AC pelo período de 08/03/2023 a 07/03/2028 nas mesmas condições pactuadas, com base nas Leis 8.245/1991 e Lei 13.303/2016. PROCESSO: 7050.01.398/2018. VALOR MENSAL DO ALUGUEL: R\$ 9.000,00. LOCADOR: Remo Jarude e Maria Gerude da Silva Jarude. DATA DA ASSINATURA: 07/03/2023. RUBRICA: 5704-01

PROCESSO: 7062.01.1380.0/2020. CONTRATADA: INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA. OBJETO: Prestação de serviços contínuos de vigilância ostensiva fixa e extraordinária e serviços de implantação temporária de vigilante para atendimento a sinistro (ITS), acordo o que dispõe a Lei nº 7.102/83, Lei nº 8.863/94, Lei nº 9.017/95, Decreto nº 89.056/83, Decreto nº 1.592/95, Portaria 3.233/2012 - DPF, e respectivas alterações, demais legislação de regência, e pelas disposições da legislação civil, comercial, trabalhista, previdenciária e penal, visando a inibir e obstar ações criminosas, tais como roubos, furtos qualificados, furtos simples, sequestros, respectivas tentativas, bem como outros delitos do gênero, garantindo a incolumidade de empregados e clientes e a preservação do patrimônio da CAIXA em suas unidades (imóveis próprios e imóveis sob sua responsabilidade) no Estado de São Paulo, no âmbito da Região do Litoral Paulista e Vale do Paraíba Superintendência Regional Litoral Paulista e Vale. ADITIVO: Sexto Termo de Aditamento para Repactuação dos preços contratados. ENQUADRAMENTO LEGAL: Artigo 85, inciso II do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA e na Cláusula Quinta Parágrafo Primeiro do Instrumento Contratual. ITEM ORÇAMENTÁRIO: 5301-01 - Serviços de Vigilância, especificamente no Pré - comprometimento de recursos registrado no SAP sob o nº 8000013441. VALOR GLOBAL: R\$45.477.664,29 (quarenta e cinco milhões quatrocentos e setenta e sete mil seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e nove centavos). DATA DE ASSINATURA: 20/03/2023.

Processo: 7066.01.3218.01/2018; Objeto: Contrato de prestação de serviços técnicos especializados em tecnologia da informação e comunicação, visando a disponibilidade para o pleno uso dos recursos, dos serviços e da infraestrutura de TIC (informático aditivo: repactuação dos valores contratados); Contratada: Wyntech Serviços em Informática Ltda; CNPJ: 08.911.585/0001-03; Enquadramento Legal: Decreto 9.507/2018, Art. 12; Valor Total: R\$ 3.675.831,27; Data: 20/03/2023.

58 TA de Renovação do Contrato 90132/2012 de locação de imóvel de uso da CAIXA relativo a unidade Ag. Tibagi/PR, na PRACA LEOPOLDO MERCER, 126, CENTRO, TIBAGI/PR pelo período de 31/07/2022 a 30/07/2027 nas mesmas condições pactuadas, com base nas Leis 8.245/1991 e Lei 8566/1993. PROCESSO: 7068.01.130/2011. VALOR MENSAL DO ALUGUEL: R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). LOCADORA: MARIA PEDROLINA CHIZINI. DATA DA ASSINATURA: 16/03/2023. RUBRICA: 5704-01 - Aluguéis de imóveis para uso da CAIXA.

01º Termo Aditivo em cumprimento das Condições Suspensivas do contrato de locação de imóvel para uso da CAIXA destinado à instalação do PA AMARANTE/MA, na Rodovia MA-122, nº 981, saía 07, Centro, na cidade de Amarante do Maranhão/MA, com área do imóvel de 200,00m², com base nas Leis 8.245/1991 e 13.303/2016. Processo 5688.01.1129.0/2022; prazo do contrato 60 meses, 24/10/2022 a 23/10/2027; Locadores: LAURISVALDO RODRIGUES CANINANA e LEILANE RIBEIRO DA SILVA CANINANA; Data da Assinatura: 14/03/2023; RUBRICA: 5704-01 Aluguel de Imóveis para Uso.

04 Termo Aditivo para alteração de titularidade do contrato de locação de imóvel para uso da CAIXA destinado à instalação da Agência Alegre/ES, na Rua Dr. Chacon, nº 6, na cidade de Alegre/ES, com base nas Leis 8.245/1991 e 13.303/2016. PROCESSO: 7065.339/2002. LOCADORES: ANILTON MARINHO; SONIA MARIA PAULINO MARINHO; ALISSON PAULINO TREVIZOL; THAIS PAULINO TREVIZOL; DATA DA ASSINATURA: 23/02/2023. RUBRICA: 5704-01 Aluguel de Imóveis para Uso.

10 Termo de Aditamento para Alteração Qualitativa e Acréscimo de Serviços ao Contrato nº 16124/2020, de prestação de serviços de manutenção mínima periódica (MMP) e manutenção corretiva diferida (MCD) nas controladoras biométricas, nos circuitos fechados de televisão (CFTV), nas portas de segurança detectoras de metais PSDM, na solução restritora de visibilidade, nas fechaduras e no sistema de gerenciamento e controle de acesso físico com assistência técnica, reposição de peças e insumos, instalação, desinstalação e remanejamento nas unidades no âmbito do estado de Santa Catarina (Item





Gerência Executiva e Negocial de Governo São Luís - MA

Ofício nº 2304 / 2020 / GIGOV/SL

São Luís, 5 de Outubro de 2020

A Sua Excelência o Senhor
Nelson Horácio Macedo Fonseca
Prefeito Municipal

Município de Porto Franco
PCA DA BANDEIRA - 10 -
CEP: 65970-000 – Porto Franco – MA

Assunto: Prazo para Atendimento da Cláusula Suspensiva

Ref.: Contrato de Repasse OGU nº 902709/2020 - Operação 1072177-74 - Programa Agropecuária Sustentável - Adequação de Estradas Vicinais

Senhor Prefeito Municipal,

1. Lembramos que o prazo para atendimento à Cláusula Suspensiva do contrato em referência expira em 30/11/2021 .

1.1 Solicitamos o envio do projeto até 30/10/2021, com agendamento da recepção qualificada, para que seja possível a análise e aprovação do projeto, conforme cláusula contratual.

2. Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Respeitosamente,

JORGE NASCIMENTO
CORDEIRO:14914956
349
JORGE NASCIMENTO CORDEIRO
Coordenador de Filial
Gerência Executiva e Negocial de Governo São Luís - MA

Assinado de forma digital
por JORGE NASCIMENTO
CORDEIRO:14914956349
Dados: 2020.10.08

REGINA CELIA BARBOSA
RIBEIRO:48350141387

Assinado de forma digital por REGINA
CELIA BARBOSA RIBEIRO:48350141387
Dados: 2020.10.08 10:00:45 -03'00'

REGINA CELIA BARBOSA RIBEIRO
Gerente de Filial
Gerência Executiva e Negocial de Governo São Luís - MA

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)
Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
caixa.gov.br



Gerência Executiva e Negocial de Governo São Luís - MA

Ofício nº 2305 / 2020 / GIGOV/SL

São Luís, 5 de Outubro de 2020

À Sua Excelência o(a) Senhor (a)
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Franco
Praça Demétrio Milhomem, 01, Centro Porto Franco - MA.
CEP 65970-000 - Porto Franco - MA

Assunto: **Contrato de Repasse celebrado entre o Município de Porto Franco e a Caixa Econômica Federal**

Senhor(a) Presidente,

- 1 Em atendimento ao disposto no art. 116, §2º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, informamos a celebração do Contrato de Repasse nº 902709/2020 - Operação 1072177-74 que tem por finalidade "adequação de estradas vicinais".
- 2 O valor repassado é de R\$ 955.000,00 (novecentos e cinquenta e cinco mil reais), tendo o Município de Porto Franco se comprometido a aportar, a título de contrapartida, a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).
- 3 O prazo de vigência do Contrato de Repasse é até 31/10/2022.
- 4 Quaisquer informações adicionais relativas ao Contrato de Repasse referido podem ser obtidas, a qualquer tempo, junto a esta Gerência Executiva e Negocial de Governo São Luís - MA.

Respeitosamente,

JORGE NASCIMENTO
CORDEIRO:14914956349
Assinado de forma digital
por JORGE NASCIMENTO
CORDEIRO:14914956349
Dados: 2020.10.08
JORGE NASCIMENTO CORDEIRO
Coordenador de Filial
Gerência Executiva e Negocial de Governo São Luís - MA

REGINA CELIA BARBOSA
RIBEIRO:48350141387
Assinado de forma digital por
REGINA CELIA BARBOSA
RIBEIRO:48350141387
Dados: 2020.10.08 09:47:36 -03'00'
REGINA CELIA BARBOSA RIBEIRO
Gerente de Filial
Gerência Executiva e Negocial de Governo São Luís - MA

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO MANAUS - AM

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 902203/2020, firmado pelo SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA-AM, CNPJ 04.312.401/0001-38; junto à União Federal por intermédio do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - MMFDH, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04 e ESTADO DO AMAZONAS, CNPJ 04.312.369/0001-90; Objeto Construção e equipagem da casa mulher brasileira tipo I no Município de Manaus/AM; Programa Ações relativas a políticas para as mulheres: Promoção da igualdade e enfrentamento à violência; Valor: R\$ 10.010.000,00; dos recursos: R\$ 10.000.000,00, correrão à conta da União no exercício de 2020, UG 810023, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1442250341X0013, NE 2020NE800002, de 25/06/2020 e R\$ 10.000,00 de contrapartida. Vigência 24/03/2023 - 24/09/2020 HAMILTON CESAR PACHECO BANDEIRA; WILLIAM ALEXANDRE SILVA DE ABREU e WILSON MIRANDA LIMA.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Financeira nº 0202/2018, firmado pelo FUNDO SOCIOAMBIENTAL CAIXA, neste ato representado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CNPJ 00.360.305/0001-04, e pela Associação dos Produtores Rurais de Caruaru, CNPJ 00.984.909/0001-21, que estabelecem neste Termo Aditivo as seguintes cláusulas: CLÁUSULA PRIMEIRA: Altera-se a CLÁUSULA SEGUNDA VALOR, que passará a ter a seguinte redação: O valor total do PROJETO é de R\$ 1.162.591,48 (um milhão, cento e sessenta e dois mil, quinhentos e noventa e um reais e quarenta e oito centavos), englobando o montante a ser desembolsado pelo FSA CAIXA e a contrapartida, financeira e/ou mensurada, de responsabilidade do AGENTE EXECUTOR.; CLÁUSULA SEGUNDA Altera-se a CLÁUSULA TERCEIRA CONTRAPARTIDA, que passará a ter a seguinte redação: O AGENTE EXECUTOR compromete-se a participar, inclusive com auxílio de outras fontes, se necessário, com o valor de R\$ 247.976,48 (duzentos e quarenta e sete mil, novecentos e setenta e seis reais e quarenta e oito centavos), a título de contrapartida, financeira e/ou mensurada, devidamente especificada no Plano de Trabalho, a qual poderá ser aferida pelo FSA CAIXA.; CLÁUSULA TERCEIRA O acréscimo no valor desembolsado pelo AGENTE EXECUTOR, citado na cláusula segunda deste Aditivo refere-se à reprogramação entregue pelo Agente Executor e aprovada pela CAIXA; CLÁUSULA QUARTA Altera-se a CLÁUSULA QUARTA - VIGÊNCIA, que passará a ter a seguinte redação: Este Acordo terá vigência de 32 (trinta e dois) meses, contados a partir da data de sua assinatura.; CLÁUSULA QUINTA Ficam ratificadas todas as demais cláusulas do Acordo. 02 de outubro de 2020. JORINEIDE MARIA VASCONCELOS DE FREITAS e MANOEL DA CRUZ COSME DE SIQUEIRA.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO NATAL - RN

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 899835/2020, firmado pelo Município de Venha-Ver-RN, CNPJ 01.612.380/0001-88; junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto pavimentação e drenagem superficial de ruas; Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano; Valor: R\$ 239.856,00; dos recursos: R\$ 238.856,00, correrão à conta da União no exercício de 2020, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 154512217D730024, NE 2020NE800456, de 29/04/2020 e R\$ 1.000,00 de contrapartida. Vigência 30/08/2023 - 05/10/2020 SILVIO JOSÉ CONCEIÇÃO e José Célio Chaves de Lima.

ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 900823/2020, firmado pelo Município de Lajes-RN, CNPJ 08.113.466/0001-05; junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Construção de um galpão industrial para implementação de uma unidade de corte têxtil no Município de Lajes/RN; Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano; Valor: R\$ 2.973.000,00; dos recursos: R\$ 2.968.393,00, correrão à conta da União no exercício de 2020, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1524422177K661247, NE 2020NE801072, de 17/06/2020 e R\$ 4.607,00 de contrapartida. Vigência 30/08/2023 - 05/10/2020 SILVIO JOSÉ CONCEIÇÃO e José Marques Fernandes.

Contrato de Repasse nº 899908/2020, firmado pelo Município de São Miguel do Gostoso-RN, CNPJ 01.612.396/0001-90; junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Pavimentação de ruas; Programa DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO; Valor: R\$ 243.856,00; dos recursos: R\$ 238.856,00, correrão à conta da União no exercício de 2020, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 154512217D730024, NE 2020NE800529, de 08/06/2020 e R\$ 5.000,00 de contrapartida. Vigência 30/08/2023 - 15/09/2020 RAFAEL FIGUEIREDO ABREU DE MELO e José Renato Teixeira de Souza.

ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 899838/2020, firmado pelo Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura Familiar do RN - SEDRAF-RN, CNPJ 04.792.170/0001-07; junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04, Estado do Rio Grande do Norte, CNPJ 08.241.739/0001-05; Objeto DESENVOLVER A AGREGAÇÃO DE VALOR, ATRAVÉS DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DE PRODUTOS ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, COMO FORMA DE DIVERSIFICAR E MELHORAR A QUALIDADE DOS PRODUTOS OFERTADOS NO MERCADO, GERANDO EMPREGO E RENDA PARA AS FAMÍLIAS AGRICULTORAS, ESTIMULANDO E FORTALECENDO O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, FIXANDO O HOMEM NO CAMPO, EVITANDO A IMIGRAÇÃO PARA AS CIDADES, PARA TANTO, SERÃO CONSTRUÍDAS 02 UNIDADES DE BENEFICIAMENTO (UB) DE BENEFICIAMENTO DE FRUTAS, PARA PRODUÇÃO DE DOCES, GELÉIAS E POLPAS E UMA DE MILHO, PARA PRODUÇÃO DE CUSCÚZ CRIOULO.; Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano; Valor: R\$ 1.357.418,00; dos recursos: R\$ 1.356.060,58, correrão à conta da União no exercício de 2020, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1524422177K660024, NE 2020NE800459, de 08/06/2020 e R\$ 1.357,42 de contrapartida. Vigência 30/08/2023 - 06/10/2020 SILVIO JOSÉ CONCEIÇÃO e Alexandre de Oliveira Lima.

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO PIRACICABA - SP

EXTRATO DE RERRATIFICAÇÃO

Contrato de Repasse nº 813206/2014/MC/CAIXA, Contratado/Compromissário, Município de Descalvado DOU 01/10/2020, seção 3, página, 44 onde se lê altera CP R\$ 66.899,43), leia-se altera CP R\$ 44.441,70 05/10/2020 Marcio Antonio de Paula Capato (data da assinatura)

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO SÃO LUIS - MA

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 902709/2020, firmado pelo Município de Porto Franco-MA, CNPJ 06.208.946/0001-24; junto à União Federal por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Adequação de Estradas Vicinais; Programa Agropecuária Sustentável; Valor: R\$ 960.000,00; dos recursos: R\$ 955.000,00, correrão à conta da União no exercício de 2020, UG 135098, Gestão 00001, Programa de Trabalho 20608103120ZV0001, NE 2020NE800218, de 24/07/2020 e R\$ 5.000,00 de contrapartida. Vigência 31/10/2022 - 05/10/2020 Regina Célia Barbosa Ribeiro e Nelson Horácio Macedo Fonseca.

ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 902761/2020, firmado pelo Município de São Bernardo-MA, CNPJ 06.125.389/0001-88; junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto Pavimentação asfáltica no município de São Bernardo/MA; Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano; Valor: R\$ 102.453,00; dos recursos: R\$ 626.453,00, correrão à conta da União no exercício de 2020, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 1524422177K660001, NE 2020NE801404, de 29/07/2020 e R\$ 1.000,00 de contrapartida. Vigência 31/10/2022 - 05/10/2020 Regina Célia Barbosa Ribeiro e JOÃO IGOR VIEIRA CARVALHO.

AVISO DE RETIFICAÇÃO

No extrato do contrato de repasse nº 789323/2013/MDR/CAIXA, contratado: município de Governador Nunes Freire/MA, DOU de 22/06/2020, seção 3, página 35, onde se lê: "T.Aditivo: 29/04/2020", leia-se: "Ex-officio: 29/04/2020". Data da assinatura: 29/04/2020.

REGINA CÉLIA BARBOSA RIBEIRO
Gerente de Filial

GERÊNCIA EXECUTIVA GOVERNO VITÓRIA - ES

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE Contrato de Repasse nº 903612/2020, firmado pelo Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, CNPJ 27.165.588/0001-90; junto à União Federal por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, representada pela Caixa Econômica Federal, CNPJ 00.360.305/0001-04; Objeto: Construção de passeios públicos com acessibilidade no bairro Rui Pinto Bandeira, Cachoeiro de Itapemirim/ES; Programa Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano; Valor: R\$ 348.935,00; dos recursos: R\$ 345.445,00, correrão à conta da União no exercício de 2020, UG 175004, Gestão 00001, Programa de Trabalho 154512217D730032, NE 2020NE801698, de 08/09/2020 e R\$ 3.490,00 de contrapartida. Vigência 02/10/2023 Assinatura 02/10/2020, Jefferson Won Rondon de Souza e Victor da Silva Coelho.

GERÊNCIA DE FILIAL ALIENAR BENS MÓVEIS E IMÓVEIS GOIÂNIA - GO

AVISOS DE LICITAÇÃO

LEILÃO PÚBLICO Nº 58/2020/1 E LEILÃO PÚBLICO Nº 59/2020/2

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, por meio da Gerência de Filial Alienar Bens Móveis e Imóveis - GLIE/GO, torna público aos interessados que venderá, pela maior oferta, respeitado o preço mínimo de venda, constante do anexo II, deste Edital, no estado físico e de ocupação em que se encontra(m), imóvel (s) recebido (s) em garantia, nos contratos inadimplidos de Alienação Fiduciária, de propriedade da EMGEA ou de propriedade da CAIXA, discriminados no Anexo II do Edital. O Edital de Leilão Público - Condições Básicas, do qual é parte integrante o presente Aviso de Venda, estará à disposição dos interessados, no período de 07/10/2020 até 10/11/2020, no primeiro leilão, e de 12/11/2020 até 24/11/2020, no segundo leilão, em horário bancário, nas Agências da CAIXA situadas em Goiás, na Gerência de Filial Alienar Bens Móveis e Imóveis - GLIE/GO Rua 11, número 250, 6º andar Setor Central Goiânia/GO e no escritório do Leiloeiro JOHANN BRASIL BALDUINO sito à BR 153 KM 17 DAÍAG Aparecida de Goiânia/GO. Edital estará disponível também na Internet, na página da CAIXA www.caixa.gov.br e na página do leiloeiro, endereço: www.leiloesbrasil.com.br. Os interessados que desejarem contar com financiamento, ou utilizar recursos do FGTS, deverão dirigir-se às Agências da CAIXA, em tempo hábil para inteirar-se das condições gerais. O 1º Leilão realizar-se-á no dia 10/11/2020, às 14:00, no Somente pela Internet - www.leiloesbrasil.com.br. Os lotes remanescentes, não vendidos no 1º Leilão, serão ofertados no 2º Leilão no dia 24/11/2020, no mesmo local e horário do item anterior.

SUEDE LAURIANO SILVA
Gerente de Filial

AVISO DE REVOGAÇÃO
EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 50/2020/GO

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, em Goiás, através da Gerência de Filial Alienar Bens Móveis e Imóveis Goiânia/GO GLIE/GO, vem, a público, informar a revogação do item 02, do Leilão Público 0050/2020, imóvel localizado em Barra do Garças - MT, para o Exercício do Direito de Preferência.

SUEDE LAURIANO SILVA
Gerente de Filial

GERÊNCIA DE FILIAL GESTÃO DE PESSOAS BELO HORIZONTE - MG

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; CONTRATADO: CENTRO DE MEDICINA DO TRABALHO EIRELI CPF/CNPJ: 00.547.781/0001-39 ESPÉCIE: Prestação de Serviços Assistenciais; OBJETO: Termo Aditivo para ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL aos beneficiários do Programa de Assistência Médica Supletiva - Saúde CAIXA; MODALIDADE: CREDENCIAMENTO; HABILITAÇÃO: PAMS

GERÊNCIA DE FILIAL GESTÃO DE PESSOAS GOIÂNIA - GO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; CONTRATADO: HOSPITAL E MATERNIDADE SÃO PAULO, CPF/CNPJ: 05.561.915.0001-90; ESPÉCIE: Prestação de Serviços de Saúde; OBJETO: Termo Aditivo INCLUSÃO DO PROCEDIMENTO 40.31.461-8 PESQUISA RT PCR aos beneficiários do Programa de Assistência Médica Supletiva - Saúde CAIXA; MODALIDADE: CREDENCIAMENTO; HABILITAÇÃO: PAMS.

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; CONTRATADO: CMD CENTRO DE MEDICINA DIAGNÓSTICA CPF/CNPJ: 17.257.555.0001-16; ESPÉCIE: Prestação de Serviços de Saúde; OBJETO: Termo Aditivo, INCLUSÃO DOS PROCEDIMENTOS 40.32.478-8, 40.32.479-6 aos beneficiários do Programa de Assistência Médica Supletiva - Saúde CAIXA; MODALIDADE: CREDENCIAMENTO; HABILITAÇÃO: PCMSO.

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; CONTRATADO: CMD CENTRO DE MEDICINA DIAGNÓSTICA CPF/CNPJ: 17.257.555.0001-16; ESPÉCIE: Prestação de Serviços de Saúde; OBJETO: Termo Aditivo, INCLUSÃO DOS PROCEDIMENTOS 22.28.006-5, 22.28.007-3 aos beneficiários do Programa de Assistência Médica Supletiva - Saúde CAIXA; MODALIDADE: CREDENCIAMENTO; HABILITAÇÃO: PCMSO.

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; CONTRATADO: BOUE E RUIZ LTDA, CPF/CNPJ: 03.714.017/0001-07; ESPÉCIE: Prestação de Serviços Assistenciais; OBJETO: TERMO ADITIVO INCLUSÃO ELETROENCEFALOGRAMA, TABELA Nº 105691, aos beneficiários do Programa de Assistência Médica Supletiva - Saúde CAIXA; MODALIDADE: CREDENCIAMENTO; HABILITAÇÃO: PAMS

CONTRATANTE: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL; CONTRATADO: LABORATÓRIO PADRAO DE ANÁLISES CLÍNICAS CPF/CNPJ: 63.787.741.0001-84; ESPÉCIE: Prestação de Serviços de Saúde; OBJETO: Termo Aditivo INCLUSÃO DOS PROCEDIMENTOS 22.28.006-5, 22.28.007-3, aos beneficiários do Programa de Assistência Médica Supletiva - Saúde CAIXA; MODALIDADE: TERMO ADITIVO, TABELA Nº 83151 HABILITAÇÃO: PAMS.





PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MARANHÃO

**DECRETO MUNICIPAL DE NOMEAÇÃO EM CARGO COMISSIONADO, DE
04 DE JANEIRO DE 2021.**

O Prefeito Municipal de Porto Franco, Estado do Maranhão, **DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso II da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no art. 19, inciso II, da Constituição do Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Ordinária Municipal n.º 026/2017, de 02 de outubro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR para o cargo em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA, **NAARA PEREIRA DUARTE**, brasileira, solteira, portadora do CPF n.º 058.535.233-09, devendo assim se considerar a partir da assinatura do presente ato administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua assinatura e publicação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO,
ESTADO DO MARANHÃO, AOS 04 DE JANEIRO DE 2021, 199º DA
INDEPENDÊNCIA E 132º DA REPÚBLICA.

DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO
Prefeito de Porto Franco



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Assunto: REQUISIÇÃO DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO CONFORME DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA – DFD

ÓRGÃO REQUISITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA DE PORTO FRANCO - SINFRA.

Objeto: ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO, NOS TERMOS DO CONTRATO DE REPASSE Nº. 902709/2020/MAPA/CAIXA.

DESPACHO

A solicitação encontra-se em bons termos, conforme se pode ver do Documento de Formalização de Demanda (DFD), o qual vem instruído com os atos de nomeação da autorizada requisitante.

O pleito refere-se ao início de procedimento de licitação na conformidade da Lei nº 14.133/2021, o qual tem por objeto final a contratação de empresário ou sociedade empresária para a adequação de estradas vicinais, na forma da regulamentação pertinente.

As justificativas descritas no Documento de Formalização de Demanda (DFD) realizada pela Secretária Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, Sra. Naara Pereira Duarte, contém dados objetivos, inclusive justificativas bem elaboradas.

Entendo que a presente demanda está alinhada com as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana de Porto Franco - SINFRA, pois as estradas vicinais desempenham papel fundamental no transporte de mercadorias e no acesso a serviços essenciais para a população rural, faz-se necessário o a implementação de técnicas adequadas de terraplenagem, revestimento e drenagem para garantir maior durabilidade das vias, na conformidade do previsto no CONTRATO DE REPASSE Nº. 902709/2020/MAPA/CAIXA

Conforme preceitua o inciso I, do art. 17, da Lei nº 14.133/2021, o procedimento licitatório inicia-se numa fase preparatória e interna, na qual a Administração trata de planejar a futura licitação e o futuro contrato administrativo, definindo objeto, as melhores soluções para atender à necessidade, a estimativa do valor, e todas as condições, o que



deve, ao final, ser retratado nos documentos essenciais, quais sejam, Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência ou Projeto Básico e demais anexos pertinentes.

No caso, a autoridade requisitante instaurou o procedimento com Documento de Formalização de Demanda (DFD), com clareza e objetividade.

Assim sendo, entendo que o referido pleito merece acolhimento, razão pelo qual, encaminho para a Equipe de Planejamento, para a fase preparatória, devendo essa atuar para as devidas providências legais, assegurando a observância das normas e procedimentos aplicáveis à contratação de serviços pela administração pública.

Diante do exposto, com fundamento no art. 17, inciso I, da Lei nº 14.133/2021,

DECIDO:

I – Autorizar a equipe de planejamento a realizar, a partir do presente Documento de Formalização de Demanda (DFD), o planejamento para realização de procedimento licitatório destinado a contratar empresário individual ou sociedade empresária para adequação das estradas vicinais do Município de Porto Franco/MA.

II – Aprovar o DFD que formaliza a demanda em referência, considerando-o em conformidade com as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana de Porto Franco - SINFRA e de acordo com as normas legais vigentes.

III – Enfatizar a necessidade de rigorosa análise de todos os detalhes atinentes à contratação da empresa de construção, com foco na qualidade dos serviços e na competitividade dos preços.

IV – Encaminhar o DFD à unidade competente para as devidas providências, nos termos da legislação em vigor, visando à contratação para a realização dos serviços pretendidos.

Porto Franco (MA), 12 de dezembro de 2024.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
VALDERICE DA MOTA NEVES – Secretária Municipal de Administração
Decreto Municipal nº 014/2023



Dispõe sobre a delegação de poderes para ordenamento de despesas e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Porto Franco, Estado do Maranhão, **DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o disposto no art. 37, caput, da Constituição da República, parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, o art. 58 e seguintes da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, o art. 11 do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967 e o disposto no art. 14 da Lei n.º 9.784/99;

Considerando o art. 62 e seguintes da Lei Orgânica do Município de Porto Franco, Estado do Maranhão;

Considerando a necessidade de disciplinar a realização e identificação de despesas nas diversas Secretarias;

Considerando a necessidade de descentralização e maximização dos recursos orçamentários existentes;

Considerando que compete a cada Secretário Municipal praticar especialmente os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito;

Considerando que urge a edição de ato próprio para delegar expressamente tais atribuições, com o escopo de viabilizar maior eficiência administrativa;

DECRETA:

Art. 1.º Ficam delegados à Secretária Municipal de Administração, **VALDERICE DA MOTA NEVES**, portadora do CPF nº 343.896523-20 e CIRG Nº 029076532005-0 SSP-M, todos os poderes legais de ordenador de despesas da unidade gestora Prefeitura Municipal de Porto Franco, Secretária Municipal de Administração, Secretária Municipal de Comunicação, Secretária Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, Secretária Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretária Municipal da Juventude, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, tais como abertura de processos de licitação, contratação direta, homologação de procedimentos e adjudicação do objeto das licitações, assinatura de contratos e aditamentos, convênios e contratos de repasse, ajustes e instrumentos similares, emissão de empenho, emissão de ordem bancária ou outro documento autorizativo de pagamento, concessão de adiantamentos, reconhecimento de dívida e liquidação de despesas, comprometimento ou dispêndio do erário municipal, tudo na forma da Lei Federal nº 4.320/64 e outras disposições aplicáveis.

Art. 2.º O Chefe do Executivo poderá a qualquer momento, avocar, no todo ou em parte, qualquer processo que envolva poderes delegados por este Decreto ou mesmo revogá-los por ato administrativo específico veiculado via Decreto.

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura e publicação no Mural da Prefeitura, devendo também ser publicado no Diário Oficial do Município, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS 14 DE MARÇO DE 2023.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRE-SE.

DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO
Prefeito de Porto Franco

DECRETO MUNICIPAL DE NOMEAÇÃO EM CARGO COMISSIONADO Nº 13, DE 14 DE MARÇO DE 2023.

O Prefeito Municipal de Porto Franco, Estado do Maranhão, **DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso II da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no art. 19, inciso II e art. 158, VI da Constituição do Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Ordinária Municipal n.º 026/2017, de 02 de outubro de 2017.

RESOLVE:

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA

É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTES DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:

<https://portofranco.diariomunicipal.net.br>

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 963bef0f71d6b02344622ad3763e17e5b2b0d539

PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QR CODE AO LADO





Art. 1º. NOMEAR para o cargo em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, **VALDERICE DA MOTA NEVES**, portadora do CPF nº 343.896523-20 e CIRC Nº 029076532005-0 SSP-MA, devendo assim se considerar a partir da assinatura do presente ato administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua assinatura e publicação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS 14 DE MARÇO DE 2023.

DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO
Prefeito de Porto Franco

DECRETO MUNICIPAL Nº 014/2023, DE 14 DE MARÇO DE 2023.

Dispõe sobre a delegação de poderes para ordenamento de despesas e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Porto Franco, Estado do Maranhão, **DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município;

Considerando o disposto no art. 37, caput, da Constituição da República, parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, o art. 58 e seguintes da Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964, o art. 11 do Decreto-Lei n.º 200, de 25 de fevereiro de 1967 e o disposto no art. 14 da Lei n.º 9.784/99;

Considerando o art. 62 e seguintes da Lei Orgânica do Município de Porto Franco, Estado do Maranhão;

Considerando a necessidade de disciplinar a realização e identificação de despesas nas diversas Secretarias;

Considerando a necessidade de descentralização e maximização dos recursos orçamentários existentes;

Considerando que compete a cada Secretário Municipal praticar especialmente os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito;

Considerando que urge a edição de ato próprio para delegar expressamente tais atribuições, com o escopo de viabilizar maior eficiência administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Ficam delegados à Secretária Municipal de Administração, **VALDERICE DA MOTA NEVES**, portadora do CPF nº 343.896523-20 e CIRC Nº 029076532005-0 SSP-M, todos os poderes legais de ordenador de despesas da unidade gestora Prefeitura Municipal de Porto Franco, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria Municipal de Comunicação, Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria Municipal da Juventude, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, tais como abertura de processos de licitação, contratação direta, homologação de procedimentos e adjudicação do objeto das licitações, assinatura de contratos e aditamentos, convênios e contratos de repasse, ajustes e instrumentos similares, emissão de empenho, emissão de ordem bancária ou outro documento autorizativo de pagamento, concessão de adiantamentos, reconhecimento de dívida e liquidação de despesas, comprometimento ou dispêndio do erário municipal, tudo na forma da Lei Federal nº 4.320/64 e outras disposições aplicáveis.

Art. 2º O Chefe do Executivo poderá a qualquer momento, avocar, no todo ou em parte, qualquer processo que envolva poderes delegados por este Decreto ou mesmo revogá-los por ato administrativo específico veiculado via Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura e publicação no Mural da Prefeitura, devendo também ser publicado no Diário Oficial do Município, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO, ESTADO DO MARANHÃO, AOS 14 DE MARÇO DE 2023.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA

É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:

<https://porto franco.diariomunicipal.net.br>

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 963bef0f71d6b02344622ad3763e17e5b2b0d539

PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QR CODE AO LADO



DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO
Prefeito de Porto Franco



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA

É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTE DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:

<https://porto franco.diariomunicipal.net.br>

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 963bef0f71d6b02344622ad3763e17e5b2b0d539

PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QR CODE AO LADO

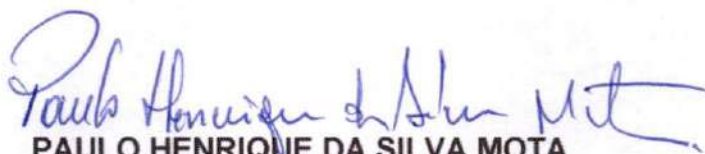


TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO

Aos 17 (dezessete) dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, lavrei o presente TERMO DE ABERTURA deste Processo Administrativo n°. 043/2024-SEMINFRA, visando atender a demanda de Adequação de Estradas Vicinais solicitada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana de Porto Franco/MA.

O processo será instruído com a autuação de todos os demais documentos necessários, devidamente numerados em ordem crescente de modo a atender ao disposto na legislação pertinente.

Por determinação da Secretária Municipal de Administração lavrei o presente Processo Administrativo, o qual encaminho para as providências necessárias.


PAULO HENRIQUE DA SILVA MOTA
Assessor Técnico



**DECRETO MUNICIPAL DE NOMEAÇÃO EM CARGO COMISSIONADO, DE 01
DE DEZEMBRO DE 2022.**

O Prefeito Municipal de Porto Franco, Estado do Maranhão, **DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso II da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no art. 19, inciso II e art. 158, VI da Constituição do Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Ordinária Municipal n.º 026/2017, de 02 de outubro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR para o cargo em comissão de **ASSESSOR TÉCNICO DA ADMINISTRAÇÃO GERAL**, **Paulo Henrique da Silva Mota**, brasileiro, solteiro, CPF 037.050.613-80 e RG n° 223558220028 GEJSP MA, devendo assim se considerar a partir da assinatura do presente ato administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua assinatura e publicação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO, ESTADO DO MARANHÃO, AO 01 DE DEZEMBRO DE 2022, 200º DA INDEPENDÊNCIA E 133º DA REPÚBLICA.



DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO

Prefeito de Porto Franco - MA



PORTARIA Nº 031/2024, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 014, de 14 de março de 2023, considerando o contido no Processo Administrativo nº 043/2024-SEMINFRA;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os membros a seguir descritos para compor a Equipe de Planejamento para contratação de empresa para Adequação de Estradas Vicinais.

- a) DEIVID SOBREIRO DE AMORIM– Matrícula nº 949973;
- b) LUCAS ABREU AGUIAR - Matrícula nº 5456674;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Valderice da Mota Neves – Secretária Municipal de Administração e
Ordenadora de Despesas



**DECRETO MUNICIPAL DE NOMEAÇÃO EM CARGO COMISSIONADO,
DE 01 DE FEVEREIRO DE 2023.**

O Prefeito Municipal de Porto Franco, Estado do Maranhão, **DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso II da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no art. 19, inciso II, da Constituição do Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Ordinária Municipal n.º 026/2017, de 02 de outubro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR **LUCAS ABREU AGUIAR**, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF sob n.º 047003113-12, para o cargo em comissão de **COORDENADOR DE OBRAS CIVIS E VIÁRIAS**, devendo assim se considerar a partir da assinatura do presente ato administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua assinatura e publicação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO, ESTADO DO MARANHÃO, 01 DE FEVEREIRO DE 2023, 201º DA INDEPENDÊNCIA E 134º DA REPÚBLICA.



DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO

Prefeito





**DECRETO MUNICIPAL DE NOMEAÇÃO EM CARGO COMISSIONADO Nº
002/2024, DE 02 DE JANEIRO DE 2024.**

O Prefeito Municipal de Porto Franco, Estado do Maranhão, **DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso II da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o disposto no art. 19, inciso II e art. 158, VI da Constituição do Estado do Maranhão;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Ordinária Municipal n.º 026/2017, de 02 de outubro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR para o cargo em comissão de COORDENADOR DE TRANSPORTE e TRÂNSITO, **DEIVID SOBREIRO DE AMORIM**, brasileiro, CPF 015.934.353-47, devendo assim se considerar a partir da assinatura do presente ato administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua assinatura e publicação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO, ESTADO DO MARANHÃO, AO 02 DE JANEIRO DE 2024, 202º DA INDEPENDÊNCIA E 134º DA REPÚBLICA.

DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO
Prefeito de Porto Franco - MA



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR ESTRADAS VICINAIS DE PORTO FRANCO – MA (CONVÊNIO)

1. INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) – instrumento integrante da fase interna ou preparatória da licitação – tem como base o Documento de Formalização da Demanda (DFD), elaborado pela **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana** do município de Porto Franco/MA. Este ETP representa o ponto inicial do planejamento para a contratação de empresa especializada na execução dos serviços de recuperação de estradas vicinais, etapa fundamental para atender às demandas de mobilidade rural e urbana.

O estudo está embasado no **art. 18 da Lei nº 14.133/2021**, que regulamenta as contratações públicas, e no **art. 9º da Instrução Normativa-SEGES/ME nº 58/2022**, com o objetivo de garantir uma análise abrangente e fundamentada da viabilidade técnica, econômica, jurídica e ambiental da contratação. Este documento tem como escopo:

- Identificar o problema e propor a melhor solução técnica aplicável.
- Avaliar a viabilidade do projeto, considerando critérios econômicos e ambientais.
- Detalhar os serviços a serem contratados, incluindo prazos, quantidades e custos estimados.

Para a elaboração do ETP, foi formada uma equipe de planejamento composta por profissionais multidisciplinares, garantindo uma abordagem técnica e integrada à realidade do município.

2. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

A demanda envolve a recuperação de **16.430 metros de estradas vicinais** em Porto Franco/MA, infraestrutura essencial para:

- Conectar a zona rural à área urbana, garantindo a mobilidade da população.
- Promover o escoamento de produtos agropecuários e a entrada de insumos nas áreas produtivas.
- Melhorar as condições de trafegabilidade, segurança e qualidade de vida da população rural.

3. DESCRIÇÃO DO OBJETO

A contratação abrange a execução de serviços especializados para a recuperação de estradas vicinais, incluindo:

- **Terraplenagem:** Limpeza, escavação, transporte e compactação de aterros.
- **Revestimento primário:** Aquisição, transporte e espalhamento de material (laterita).
- **Drenagem:** Instalação de bueiros simples de tubo de concreto (BSTC) e bocas de bueiro.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 11153-2689

Deputado



- **Serviços gerais:** Mobilização e desmobilização de equipamentos, administração local e recuperação de áreas degradadas.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

4.1. Técnica:

- As estradas vicinais desempenham papel crítico no transporte de mercadorias e no acesso a serviços essenciais para a população rural.
- A implementação de técnicas adequadas de terraplenagem, revestimento e drenagem garante maior durabilidade das vias, reduzindo custos de manutenção.

4.2. Econômica:

- Estradas em bom estado estimulam a economia local, facilitando o escoamento da produção e reduzindo perdas relacionadas ao transporte.
- Investimentos na infraestrutura viária geram retorno econômico ao atrair novos negócios e melhorar a competitividade do município.

4.3. Ambiental:

- A execução de obras planejadas inclui medidas para mitigar impactos ambientais, como recuperação de áreas degradadas e controle de erosão.
- A drenagem eficiente previne alagamentos e protege recursos naturais adjacentes.

4.4. Jurídica:

- A contratação está plenamente alinhada aos dispositivos da Lei nº 14.133/2021, assegurando transparência, eficiência e economicidade.

5. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

5.1. Fundamentação legal: Os critérios estabelecidos para habilitação técnica estão embasados no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que regula a qualificação técnico-operacional e técnico-profissional nas licitações públicas.

5.2. Requisitos de habilitação: Para garantir a qualidade e a capacidade técnica das empresas licitantes, os seguintes critérios foram definidos:

Atestados de capacidade técnica: Comprovação de experiência na execução de serviços similares, como:

- **Terraplenagem:** Limpeza, escavação, transporte e compactação de aterros.
- **Revestimento Primário:** Aplicação e compactação de laterita ou materiais equivalentes.
- **Drenagem:** Instalação de bueiros simples de tubo de concreto (BSTC) e bocas de bueiro.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA/MA 72689

Deiwei



Profissional responsável: Apresentação de profissional registrado no conselho competente, com experiência comprovada em obras similares e emissão de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica).

Disponibilidade de recursos: Declaração de posse ou acesso aos equipamentos e pessoal técnico necessário para a execução dos serviços.

5.3. Conclusão: Os critérios acima garantem a participação de empresas tecnicamente qualificadas, promovendo um certame justo, competitivo e alinhado aos objetivos do projeto.

6. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Vigência do Contrato: A vigência do contrato será de **420 dias**, sendo **360 dias para a execução da obra e 60 dias adicionais para finalização de pagamentos**, realização das medições finais, ajustes administrativos e encerramento contratual. Esse período adicional é necessário para garantir que todos os procedimentos sejam concluídos de forma ordenada e conforme os princípios da economicidade e eficiência, evitando quaisquer problemas administrativos ou financeiros.

6.2. Prazo de execução da obra: O prazo de execução será de **360 dias**, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço. Esse prazo foi definido com base no cronograma detalhado da obra, que prevê a realização das seguintes etapas principais:

- **Serviços iniciais:** Mobilização e desmobilização de equipamentos.
- **Terraplenagem:** Limpeza, escavação, transporte e compactação de aterros.
- **Revestimento primário:** Aquisição, transporte, espalhamento e compactação de material (laterita).
- **Drenagem:** Instalação de bueiros simples de tubo de concreto (BSTC) e bocas de bueiro.
- **Recuperação ambiental:** Recuperação de áreas degradadas ao término da obra.

Justificativa: O prazo de 360 dias é suficiente para a execução de todos os serviços previstos no projeto, garantindo qualidade técnica e segurança nas obras. Os 60 dias adicionais na vigência do contrato asseguram a conformidade com as boas práticas administrativas, permitindo o encerramento contratual sem prejudicar os pagamentos finais e a documentação de encerramento.

7. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

A recuperação das estradas vicinais de Porto Franco-MA engloba os seguintes serviços principais, detalhados conforme especificado no **Memorial de Cálculo**, no **Projeto Executivo** e nas planilhas de orçamento:

7.1. Serviços iniciais

Placa de obra:

Descrição: Confeccionada com dimensões de 3,00 x 2,00 metros, instalada em local visível para informar sobre o projeto.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 111837-2689

assinado



Justificativa técnica: Cumpre exigências legais de transparência e comunicação pública sobre recursos e execução.

Mobilização e desmobilização de equipamentos:

Descrição: Transporte e preparação de equipamentos para o início e conclusão das obras.

Justificativa técnica: Essencial para garantir o uso adequado de maquinário no local da obra, evitando atrasos.

7.2. Serviços de terraplenagem

Limpeza mecânica da camada vegetal:

Descrição: Remoção de vegetação e pequenos obstáculos com trator de esteiras, abrangendo largura de 1,50 metros em ambos os lados da via.

Justificativa técnica: Prepara a superfície para nivelamento e compactação, assegurando a durabilidade da estrada.

Escavação e transporte de solo:

Descrição: Remoção de solo de 1ª categoria, com transporte em caminhões basculantes de 14 m³.

Justificativa técnica: Garante a conformação adequada da via e previne o acúmulo de água.

Compactação do corpo de aterro:

Descrição: Compactação com 95% de energia Proctor normal, utilizando solo predominantemente arenoso.

Justificativa técnica: Aumenta a estabilidade estrutural da via, reduzindo deformações.

7.3. Serviços de revestimento primário

Aquisição, transporte e espalhamento de material (laterita):

Descrição: Aplicação de 12.322,50 m³ de laterita, com espessura de 0,15 metros, cobrindo largura média de 5,00 metros.

Justificativa técnica: Proporciona uma superfície de rodagem resistente, adequada para estradas vicinais.

7.4. Serviços de Drenagem

Instalação de Bueiros Simples de Tubo de Concreto (BSTC):

Descrição: Instalação de tubos com diâmetros de 0,80 m e 1,00 m, incluindo corpos e bocas com alas esconsas.

Justificativa técnica: Essencial para escoamento de águas pluviais, prevenindo erosão e acúmulo de água.

7.5. Recuperação de áreas degradadas

Recuperação ambiental:

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 11183-2689

Assinado



Descrição: Recuperação de danos físicos ao meio ambiente, cobrindo 22.258,28 m² com escavação e tratamento adequado.

Justificativa técnica: Atende às exigências legais e promove a sustentabilidade ambiental da obra.

8. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado é uma etapa fundamental do **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, com o objetivo de identificar as condições atuais do mercado, avaliar a capacidade técnica e produtiva dos fornecedores e coletar informações sobre preços, prazos e inovações tecnológicas. Esse processo é essencial para assegurar que a licitação será conduzida de forma eficiente, garantindo competitividade, viabilidade econômica e qualidade na contratação de serviços para o projeto de recuperação das estradas vicinais do município de Porto Franco-MA.

8.1. Identificação de fornecedores: Para a realização do levantamento, foram consultadas empresas especializadas em terraplenagem, revestimento primário, drenagem e outros serviços correlatos, selecionadas com base em sua:

- Experiência prévia em projetos similares.
- Capacidade técnica e produtiva.
- Histórico de participação em licitações públicas de obras viárias.

As consultas abrangeram tantas empresas locais quanto regionais, visando ampliar a competitividade e obter uma visão abrangente das condições de mercado. Os perfis identificados incluem:

Empresas de construção civil: Especializadas em infraestrutura viária, com experiência em obras públicas e privadas.

Fornecedores de materiais: Aptos a atender demandas específicas para terraplenagem, drenagem e sinalização.

Empresas de engenharia e consultoria: Com capacidade técnica para administração e execução de obras similares.

Essa análise confirma que o mercado dispõe de fornecedores qualificados e com condições de atender ao objeto licitado dentro dos padrões técnicos exigidos.

8.2. Pesquisa de preços: Optou-se pelo uso exclusivo de sistemas oficiais de custos, garantindo transparência e eficiência. Foram utilizados os seguintes parâmetros:

SINAPI (Versão 11/2024 – Maranhão): Atualizado pela Caixa Econômica Federal e IBGE, com abrangência nacional, reflete as variações de preços de insumos e serviços da construção civil no Maranhão.

SICRO 3 (Versão 07/2024 – Maranhão): Mantido pelo DNIT, adequado para obras de infraestrutura rodoviária.

8.2.1. Fidedignidade e atualização dos parâmetros: Os sistemas mencionados oferecem bases confiáveis, atualizadas e amplamente reconhecidas para elaboração de orçamentos. No caso do

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 11184-2689

Deivid

SINAPI e SICRO, os parâmetros estão ajustados à realidade do Maranhão, refletindo a dinâmica local de preços.

8.2.2. Conformidade legal: O uso desses sistemas atende ao disposto na **Lei nº 14.133/2021**, art. 23, §1º, que prioriza bases de dados oficiais para estimativas de preços. Isso assegura a transparência, evita superfaturamentos e facilita a governança pública.

8.3. Capacidade técnica e produtiva: O levantamento avaliou os seguintes aspectos dos potenciais fornecedores:

- Capacidade de fornecer materiais adequados para terraplenagem, drenagem e revestimento.
- Disponibilidade de equipamentos essenciais, como caminhões basculantes, tratores de esteira e compactadores.
- Qualificação de recursos humanos, incluindo engenheiros e operadores de máquinas.

Além disso, foram analisadas a logística de transporte e a experiência em obras viárias, garantindo que os fornecedores tenham condições de atender aos padrões técnicos exigidos.

8.4. Condições comerciais e prazos: O levantamento considerou:

- Prazos compatíveis com o cronograma de execução de 360 dias.
- Condições de pagamento equilibradas, respeitando o fluxo de caixa do município.

8.5. Concorrência e competitividade: O mercado apresenta um cenário competitivo, com participação de empresas qualificadas, tanto locais quanto regionais. Essa diversidade permite ao município obter propostas vantajosas, assegurando o princípio da economicidade e a seleção da proposta mais vantajosa.

8.6. Conclusão: O levantamento de mercado realizado demonstra a existência de fornecedores qualificados e capazes de executar os serviços com qualidade e dentro dos padrões técnicos exigidos. A utilização de sistemas oficiais para estimativas de custos, como SINAPI e SICRO, garante fidedignidade, conformidade legal e eficiência no processo licitatório. O cenário de concorrência equilibrada reforça a viabilidade e a legalidade do certame, proporcionando ao município de Porto Franco-MA uma contratação eficiente e vantajosa.

9. TIPO DE LICITAÇÃO E FORMA DE EXECUÇÃO

A escolha do tipo de licitação e da forma de execução é estratégica, devendo ser fundamentada em critérios técnicos e jurídicos para garantir a competitividade, legalidade e eficiência na contratação dos serviços de recuperação das estradas vicinais do município de Porto Franco-MA. A decisão está em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**, que estabelece os princípios e diretrizes para as contratações públicas.

9.1. Modalidade de licitação - concorrência: A modalidade de licitação escolhida é a **Concorrência**, considerando que:

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA/MA nº 11183-2689

Denúncia



- **Complexidade e natureza técnica:** A recuperação das estradas vicinais é classificada como obra de engenharia, conforme o art. 6º, inciso XXXII, da Lei nº 14.133/2021, devido à transformação física do ambiente, incluindo serviços como terraplenagem, drenagem e revestimento primário.
- **Valor estimado do contrato:** Em razão do montante envolvido, a modalidade de Pregão é inaplicável, conforme entendimento consolidado de que esta modalidade é limitada a bens e serviços comuns e não abrange obras de engenharia complexas.

Inaplicabilidade de Pregão: O Pregão, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021, art. 6º, inciso LVII, é destinado a contratações de bens e serviços comuns, definidos como aqueles cujas especificações possam ser objetivamente descritas. No entanto, a execução de uma obra de engenharia com múltiplos serviços e necessidade de planejamento técnico detalhado excede essa definição, justificando a escolha pela modalidade de Concorrência.

9.2. Critério de julgamento - menor preço: O critério de julgamento adotado será o de **Menor Preço**, pois:

- O escopo da obra é bem definido, permitindo a comparação objetiva entre as propostas dos licitantes.
- Este critério assegura a contratação da proposta mais vantajosa financeiramente, desde que atendidas todas as exigências técnicas e legais do edital, conforme preconizado no art. 33 da Lei nº 14.133/2021.

Essa escolha promove:

- **Competitividade:** Atrai o maior número de concorrentes qualificados.
- **Transparência e isonomia:** Garante que todos os licitantes sejam avaliados com base nos mesmos parâmetros técnicos e financeiros.

9.3. Forma de execução: empreitada: A forma de execução recomendada é a **Empreitada por Preço Global**, com base nas seguintes razões:

- **Definição clara do escopo:** O projeto básico apresenta especificações detalhadas e previsibilidade dos custos envolvidos, como volume de materiais e cronograma de execução.
- **Previsibilidade financeira:** Permite maior controle de orçamento, e previsibilidade de custos minimizando a necessidade de aditivos contratuais, conforme o art. 46 da Lei nº 14.133/2021.
- **Eficiência administrativa:** Simplifica a gestão contratual, uma vez que o contratado assume a responsabilidade por todos os serviços por um valor fixo.

Alternativa Empreitada por Preço Unitário: Embora a empreitada por preço unitário ofereça flexibilidade para ajustes durante a execução, sua aplicação é menos recomendada para este projeto, pois:

- O escopo está bem definido, reduzindo incertezas quanto ao volume de serviços.
- A adoção de preço global proporciona maior segurança orçamentária.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA/MA nº 111837-2689

Dirceu

1000

1000

1000

1000

1000



9.4. Melhor escolha: Após análise técnica e jurídica, conclui-se que:

- A **modalidade de concorrência** com critério de **Menor Preço** é a mais adequada, dada a complexidade técnica da obra e a necessidade de competitividade e transparência.
- A **empreitada por preço global** é a forma de execução recomendada, considerando a previsibilidade dos custos e a eficiência na gestão contratual.

Essa escolha está em plena conformidade com os princípios da economicidade, eficiência e transparência previstos na **Lei nº 14.133/2021**, garantindo uma contratação vantajosa para a Administração Pública e a execução eficiente dos serviços.

10. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

A escolha da solução para a execução das estradas vicinais de Porto Franco-MA foi cuidadosamente fundamentada em aspectos técnicos, econômicos, ambientais e operacionais. A proposta visa atender às necessidades de recuperação e melhoria da infraestrutura viária rural, garantindo eficiência, segurança e sustentabilidade durante e após a execução dos serviços.

10.1. Considerações técnicas: As considerações técnicas foram determinantes para a escolha da solução, considerando que a recuperação das estradas vicinais exige serviços especializados, planejamento rigoroso e o uso de materiais e técnicas adequados à realidade local.

- **Melhoria da infraestrutura viária:** A solução técnica adota revestimento primário com laterita, material amplamente utilizado em estradas vicinais por sua resistência, durabilidade e custo-benefício. Essa escolha atende às características do tráfego rural, garantindo a trafegabilidade em diferentes condições climáticas.
- **Sistemas de drenagem:** A implantação de **bueiros simples de tubos de concreto (BSTC)** e bocas de bueiro foi projetada para assegurar o escoamento eficiente das águas pluviais, reduzindo erosões e danos às vias. Esses sistemas são essenciais para a preservação estrutural das estradas, especialmente em regiões sujeitas a chuvas intensas.
- **Execução com técnicas avançadas:** A compactação do solo com 95% da energia Proctor normal e o transporte de materiais com equipamentos modernos garantem a qualidade técnica da execução e a longevidade das intervenções.

10.2. Considerações econômicas: A análise econômica reforça a viabilidade e a eficiência da solução proposta, considerando os custos de implantação e os benefícios a longo prazo para o município.

- **Eficiência orçamentária:** O custo da execução foi calculado com base nos sistemas oficiais de custos (SINAPI e SICRO), garantindo precisão e transparência na estimativa dos valores. A adoção de empreitada por preço global reduz o risco de aditivos e assegura previsibilidade financeira.
- **Redução de custos futuros:** Investimentos em drenagem e revestimento primário de qualidade minimizam intervenções corretivas futuras, gerando economia ao longo da vida útil das vias.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CRM 11537-2689

Daivid

1000
1000
1000

1000
1000
1000

1000
1000
1000

1000
1000
1000

1000
1000
1000

1000
1000
1000

1000
1000
1000

1000
1000
1000

10.3. Considerações ambientais: A sustentabilidade ambiental foi um critério prioritário na escolha da solução, mitigando os impactos das obras sobre o meio ambiente.

- **Materiais sustentáveis:** A utilização de laterita e tubos de concreto, materiais duráveis e ambientalmente adequados, reduz os impactos das operações.
- **Drenagem sustentável:** O projeto de drenagem foi dimensionado para proteger os recursos hídricos e evitar alagamentos, erosões e outros danos ambientais.
- **Gestão de resíduos:** Sobras de materiais serão devidamente destinadas, respeitando as normas ambientais e promovendo a reciclagem.

10.4. Considerações operacionais: Do ponto de vista operacional, a solução foi planejada para garantir eficiência durante a execução e minimizar os impactos à população.

- **Planejamento em etapas:** A execução será realizada por trechos, de modo a assegurar o acesso contínuo dos moradores e reduzir transtornos no tráfego local.
- **Logística eficiente:** A mobilização de equipamentos e equipes especializadas permitirá o cumprimento dos prazos estabelecidos, garantindo celeridade na execução.
- **Capacidade técnica:** A modalidade de licitação por concorrência pública selecionará empresas com comprovada experiência em obras viárias, assegurando a qualidade da execução.

10.5. Justificativa da forma de contratação: A forma de contratação recomendada é a **Empreitada por Preço Global**, com base em:

- **Previsão orçamentária:** O escopo detalhado no projeto básico permite que todos os custos estejam claramente definidos, reduzindo incertezas e eliminando a necessidade de múltiplos aditivos contratuais.
- **Controle e fiscalização:** O modelo facilita o acompanhamento técnico e financeiro, garantindo que a execução seja realizada conforme os padrões estabelecidos e dentro do orçamento previsto.

10.6. Conclusão da justificativa: A solução escolhida para a execução das estradas vicinais de Porto Franco/MA é resultado de uma análise abrangente e fundamentada. Ela combina eficiência técnica, viabilidade econômica, sustentabilidade ambiental e operacionalidade. A forma de contratação por empreitada por preço global, aliada à modalidade de licitação por concorrência pública com critério de menor preço, assegura:

- Controle financeiro e técnico do projeto.
- Qualidade e durabilidade das intervenções.
- Atendimento aos princípios da economicidade, eficiência e transparência previstos na **Lei nº 14.133/2021**.

Essa escolha reflete o compromisso do município em garantir uma infraestrutura viária de qualidade, promovendo o desenvolvimento socioeconômico da região e melhorando a mobilidade da população rural.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 111837-2689

Deveci

[The page contains extremely faint, illegible text, likely bleed-through from the reverse side. The text is organized into several paragraphs and possibly a list or table, but the characters are too light to transcribe accurately.]



11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta para a execução das estradas vicinais do município de Porto Franco-MA é apresentada a seguir, com detalhamento dos objetivos, estratégia de execução, condições da contratação e benefícios esperados. Esta abordagem visa atender às necessidades de recuperação da infraestrutura viária rural, garantindo eficiência, segurança e sustentabilidade.

11.1. Objetivos da solução proposta: Os objetivos principais da solução proposta são:

- **Melhoria da infraestrutura viária:** Proporcionar a recuperação das estradas vicinais, melhorando as condições de tráfego, a segurança e a conectividade entre as áreas rurais e urbanas.
- **Escoamento da produção rural:** Facilitar o transporte de produtos agrícolas e pecuários para os mercados, promovendo o desenvolvimento socioeconômico da região.
- **Eficiência operacional:** Implementar uma estratégia de execução eficiente, com cronograma claro e uso otimizado de recursos públicos.
- **Sustentabilidade e preservação ambiental:** Integrar soluções de drenagem e recuperação ambiental para reduzir os impactos negativos das obras no meio ambiente.

11.2. Estratégia de execução: A execução será orientada por um cronograma físico-financeiro distribuído ao longo de 360 dias, considerando as necessidades prioritárias de cada trecho identificado no projeto. A estratégia inclui:

- **Execução em trechos:** Os serviços serão realizados em etapas para minimizar os impactos no trânsito local e garantir a continuidade do acesso às comunidades.
- **Integração de técnicas e equipamentos:** Utilização de maquinário pesado e técnicas avançadas, como compactação com 95% de energia Proctor, garantindo a qualidade das intervenções.
- **Serviços Previstos:**

Terraplenagem: Limpeza, escavação, transporte e compactação.

Revestimento primário: Aplicação de laterita para maior durabilidade das vias.

Drenagem: Instalação de bueiros simples de tubo de concreto (BSTC) e bocas de bueiro.

Recuperação ambiental: Medidas para mitigar os impactos das obras no entorno.

11.3. Modalidade e regime de contratação

- **Tipo de contratação:** A contratação será realizada na modalidade de **empreitada por preço global**, garantindo controle financeiro e previsibilidade dos custos.
- **Prazo de execução dos serviços:** Os serviços serão executados em **360 dias**, conforme o cronograma estabelecido.
- **Prazo de vigência do contrato:** O contrato terá vigência de **420 dias**, incluindo um período adicional de 60 dias para fechamento financeiro e ajustes administrativos.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689

Revisão



- **Modalidade de licitação:** A modalidade de licitação será **Concorrência Pública**, assegurando a participação de empresas qualificadas e promovendo a competitividade.
- **Processo licitatório:** Conduzido conforme a **Lei nº 14.133/2021**, desde a publicação do edital até a assinatura do contrato.

11.4. Benefícios esperados: A implementação da solução proposta trará os seguintes benefícios:

- **Melhoria da mobilidade rural:** Estradas vicinais em melhores condições facilitarão o transporte de pessoas e mercadorias, promovendo o acesso a serviços essenciais.
- **Aumento da segurança viária:** A recuperação das vias e a instalação de sistemas de drenagem reduzirão o risco de acidentes e erosões.
- **Desenvolvimento econômico:** A infraestrutura rural revitalizada estimulará a produção agrícola e pecuária, fortalecendo a economia local.
- **Sustentabilidade ambiental:** O uso de materiais adequados e a recuperação ambiental mitigam os impactos das obras, promovendo a conservação dos recursos naturais.
- **Eficiência no uso de recursos públicos:** A previsão de manutenção preventiva reduz custos futuros com reparos corretivos emergenciais.

Conclusão: A solução proposta para a execução das estradas vicinais de Porto Franco-MA reflete um compromisso com a qualidade, eficiência e sustentabilidade. Com um planejamento estruturado, atendimento às normas técnicas e foco no desenvolvimento socioeconômico da região, esta abordagem busca atender às demandas da população de forma responsável e eficaz.

12. ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO E VALOR NECESSÁRIO

A estimativa quantitativa foi elaborada com base no **Projeto Básico** e no **Projeto Executivo**, desenvolvidos pelo corpo técnico da Prefeitura Municipal de Porto Franco-MA. Esses projetos consideraram todos os quantitativos necessários de materiais, insumos, mão de obra e equipamentos, assegurando a plena execução dos serviços de recuperação das estradas vicinais.

12.1. Metodologia de Cálculo: Os valores foram estimados com base em sistemas de custos reconhecidos nacionalmente, garantindo precisão e transparência no planejamento orçamentário. Os parâmetros utilizados foram:

- **SINAPI (11/2024 – Maranhão):** Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, amplamente utilizado para obras públicas.
- **SICRO3 (07/2024 – Maranhão):** Sistema de Custos Referenciais de Obras Rodoviárias, referência para infraestrutura viária.

12.2. Valor Total Estimado: O valor total estimado para a execução do projeto de recuperação das estradas vicinais é de **R\$ 867.934,45** (oitocentos e sessenta e sete mil, novecentos e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos). Esse valor contempla:

- **Materiais:** Incluindo laterita, tubos de concreto (BSTC) e insumos para drenagem e revestimento.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 11837-2689

Revisão



- **Mão de obra:** Profissionais qualificados, como engenheiros, operadores de máquinas e equipes de execução.
- **Equipamentos:** Tratores, caminhões basculantes e compactadores.
- **Administração local:** Custos relacionados ao gerenciamento e fiscalização das obras.

12.3. Conformidade Legal: A estimativa foi elaborada em conformidade com a **Lei nº 14.133/2021**, que orienta o uso de sistemas oficiais de custos para a formulação de orçamentos de obras públicas. Essa abordagem garante:

- **Transparência:** A utilização de bases de dados públicas e reconhecidas facilita o controle externo e interno.
- **Precisão orçamentária:** Reduz a necessidade de aditivos contratuais.
- **Alinhamento ao mercado local:** Os índices utilizados refletem os preços praticados no estado do Maranhão, assegurando adequação à realidade regional.

13. JUSTIFICATIVA DO MODELO LICITATÓRIO

13.1. Introdução: A escolha pelo modelo de licitação sem pré-qualificação está fundamentada em uma análise detalhada das necessidades do projeto e dos princípios de economicidade, eficiência e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

13.2. Razões para a não adoção da pré-qualificação

Ampla participação: A ausência da pré-qualificação amplia o número de concorrentes, incentivando a competitividade e garantindo maior número de propostas para análise.

Redução de custos e tempo: Elimina a fase de análise prévia de documentos, acelerando o processo licitatório e reduzindo os custos administrativos.

Critérios de habilitação suficientes: Os requisitos técnicos do Capítulo 5 são adequados para assegurar a participação de empresas capacitadas, sem necessidade de uma etapa adicional.

13.3. Benefícios do modelo escolhido

Celeridade: Agilidade na contratação, com economia de tempo e recursos.

Inclusividade: Permite maior diversidade de propostas, aumentando as chances de obter a proposta mais vantajosa.

Transparência: A eliminação de uma etapa preliminar reduz possíveis questionamentos administrativos ou jurídicos.

13.4. Conclusão: A decisão de não adotar a pré-qualificação reflete o compromisso da administração pública com a eficiência e a transparência, assegurando que a contratação seja conduzida de forma ágil e competitiva, sem comprometer a qualidade dos serviços a serem executados.


Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA 1115372689



2. It also emphasizes the need for regular audits to ensure the integrity of the financial data.

3. The second section outlines the various methods used to collect and analyze financial data, including direct observation and interviews.

4. This section also discusses the challenges associated with data collection and the steps taken to overcome them.

5. The third part of the document describes the results of the study, highlighting the key findings and their implications.

6. It also includes a discussion of the limitations of the study and suggestions for future research.

7. The fourth section provides a detailed analysis of the data, including a breakdown of the results by category.

8. This section also includes a comparison of the results with those of previous studies.

9. The fifth part of the document discusses the conclusions drawn from the study and the implications for practice.

10. It also includes a summary of the key points and a final statement on the importance of the research.

11. The sixth section provides a detailed analysis of the data, including a breakdown of the results by category.

12. This section also includes a comparison of the results with those of previous studies.

13. The seventh part of the document discusses the conclusions drawn from the study and the implications for practice.

14. It also includes a summary of the key points and a final statement on the importance of the research.



14. JUSTIFICATIVAS PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A decisão pelo não parcelamento da contratação para a execução dos serviços de recuperação das estradas vicinais de Porto Franco-MA está fundamentada em aspectos técnicos, econômicos e administrativos que garantem a eficiência e a eficácia da implementação do projeto. As razões apresentadas a seguir evidenciam a necessidade de uma contratação global, que assegure a execução integrada e coesa dos serviços:

14.1. Eficiência operacional: A execução dos serviços de recuperação das estradas vicinais exige uma abordagem contínua e integrada, dado que as etapas de terraplenagem, revestimento primário e drenagem estão interligadas. O parcelamento poderia gerar descompassos na execução, resultando em atrasos, incoerências e interrupções nos trabalhos. A contratação única assegura uma coordenação eficiente entre as etapas, promovendo a fluidez na execução e a entrega dentro dos prazos estabelecidos.

14.2. Economia de escala: Uma contratação global permite que a empresa contratada otimize recursos, insumos e equipamentos ao realizar os serviços de forma integrada. O volume mínimo de serviços necessário para justificar o deslocamento e a mobilização de maquinário pesado (tratores, caminhões basculantes, compactadores, entre outros) seria dificultado com o parcelamento. A abordagem global assegura a economia de escala, reduzindo os custos unitários e maximizando o uso eficiente dos recursos públicos.

14.3. Complexidade dos serviços: Os serviços de recuperação das estradas vicinais envolvem atividades interdependentes, como:

- Terraplenagem (escavação, transporte e compactação de aterro).
- Revestimento primário (aquisição, transporte e espalhamento de laterita).
- Drenagem (instalação de bueiros simples de tubo de concreto e bocas de bueiro).

O parcelamento poderia dificultar a coordenação dessas atividades, aumentando a probabilidade de erros e retrabalhos. Uma única contratação possibilita uma gestão integrada e simplificada, garantindo maior controle sobre todas as etapas do projeto.

14.4. Redução de Riscos Administrativos: A fragmentação da contratação poderia acarretar riscos administrativos, como:

- Dificuldades na coordenação entre diferentes contratados.
- Possibilidade de disputas contratuais.
- Incremento na carga administrativa necessária para fiscalização.

Com a contratação global, esses riscos são minimizados, pois a responsabilidade pela entrega de todos os serviços recai sobre uma única empresa, facilitando a gestão e a fiscalização.

14.5. Prazo de execução: A necessidade de atender às demandas da população rural de forma ágil e eficiente é crucial. O parcelamento poderia comprometer o cumprimento do cronograma, afetando a continuidade e a qualidade dos serviços. A contratação única garante a execução sistemática e alinhada ao cronograma físico-financeiro, proporcionando resultados dentro do prazo previsto.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689

Lucas

14.6. Foco na qualidade dos serviços: ao centralizar a execução em um único contrato, é possível assegurar maior rigor no controle de qualidade. Uma única empresa responsável facilita a aplicação de padrões de qualidade em todas as etapas, minimizando os riscos de execução inadequada que poderiam surgir em um modelo parcelado.

14.7. Alinhamento com normas legais: A opção pelo não parcelamento está alinhada aos princípios da **Lei nº 14.133/2021**, que prioriza a eficiência e a efetividade nas contratações públicas. A escolha pela contratação única demonstra o compromisso da administração com a legalidade, a transparência e o uso responsável dos recursos públicos.

14.8. Conclusão: As justificativas apresentadas demonstram que o não parcelamento da contratação para os serviços de recuperação das estradas vicinais é a alternativa mais eficiente e vantajosa para o município de Porto Franco-MA.

A abordagem global permite a execução integrada, uma gestão simplificada e um controle rigoroso da qualidade, refletindo o compromisso da administração pública com a melhoria da infraestrutura viária rural e o atendimento às necessidades da população.

15. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se aplica ao caso, visto que para esta solução não há contratações correlatas nem interdependentes que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

16. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

A solução escolhida atende plenamente os requisitos de negócio estabelecidos no presente estudo, com a vantagem de permitir melhor adequação dos serviços às efetivas necessidades do município, por meio de melhorias no modelo de execução e gestão.

Os requisitos técnicos estabelecidos para a pretensa contratação estão de acordo com as necessidades da secretaria, e incluem ferramentas de controle adequadas à gestão e fiscalização apropriada do objeto.

17. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A Prefeitura Municipal de Porto Franco/MA, tendo em vista que em 2023 ainda estava aplicando a Lei 8.666/93, não elaborou o Plano Anual de Contratações para o exercício de 2024, o que será providenciado para o exercício de 2025.

18. RESULTADOS PRETENDIDOS

A execução dos serviços de recuperação das estradas vicinais no município de Porto Franco-MA busca alcançar resultados concretos e mensuráveis, que reflitam o impacto positivo da obra para a


Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689


Dirceu



população local e o desenvolvimento socioeconômico da região. Os resultados esperados estão alinhados às diretrizes do projeto, visando eficiência, qualidade e sustentabilidade.

18.1. Melhoria da Mobilidade Rural:

- Proporcionar condições adequadas de tráfego nas estradas vicinais, garantindo o acesso seguro e contínuo às comunidades rurais.
- Reduzir o tempo e os custos de transporte para moradores e produtores, facilitando o acesso a serviços essenciais e mercados regionais.

18.2. escoamento da Produção Rural:

- Viabilizar o transporte eficiente de produtos agrícolas e pecuários, fortalecendo a economia local e incentivando o crescimento da produção rural.
- Melhorar a competitividade dos produtores, reduzindo perdas logísticas e promovendo maior integração com mercados urbanos.

18.3. Aumento da Segurança Viária

- Mitigar riscos de acidentes por meio de uma infraestrutura viária de qualidade, incluindo sistemas de drenagem que evitam alagamentos e erosões.
- Oferecer condições de tráfego mais seguras para veículos leves, pesados e pedestres.

18.4. Sustentabilidade Ambiental:

- Implementar soluções técnicas que preservem o meio ambiente, como a recuperação de áreas degradadas e a utilização de materiais adequados.
- Garantir o escoamento eficiente de águas pluviais, protegendo os recursos naturais adjacentes.

18.5. Economia de Recursos Públicos:

- Reduzir custos futuros com manutenções corretivas por meio de uma execução de alta qualidade, priorizando a durabilidade das vias.
- Otimizar o uso de recursos públicos, assegurando um projeto eficiente e com impacto positivo duradouro.

18.6. Desenvolvimento Regional:

- Estimular o crescimento econômico por meio da melhoria da infraestrutura rural, promovendo maior integração entre as zonas urbana e rural.
- Atrair novos investimentos e oportunidades de negócios para a região, fortalecendo a base econômica do município.

18.7. Qualidade de Vida:

- Melhorar as condições de vida da população rural, promovendo maior acessibilidade e mobilidade.


Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 111837/2689





- Garantir que os benefícios gerados pela obra contribuam diretamente para o bem-estar das comunidades atendidas.

19. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para a implementação bem-sucedida dos serviços de recuperação das estradas vicinais do município de Porto Franco-MA, é essencial que um conjunto de providências seja adotado. Essas ações garantem a eficiência, eficácia e conformidade legal durante todas as etapas do processo. As seguintes etapas e medidas são recomendadas:

19.1. Planejamento Detalhado do Cronograma de Execução: Um cronograma físico-financeiro detalhado deve ser elaborado, especificando:

- Etapas de execução dos serviços, como terraplenagem, revestimento primário e drenagem.
- Prazos para cada fase e metas intermediárias.
- Recursos humanos, materiais e financeiros necessários.

O cronograma deve ser atualizado periodicamente para refletir o progresso das obras e eventuais ajustes necessários devido às condições locais. Adicionalmente, o planejamento deve prever períodos críticos, como épocas de chuvas, para minimizar interrupções.

19.2. Contratação de Profissionais Qualificados: A formação de uma equipe técnica experiente é indispensável, incluindo:

- Engenheiros civis e técnicos de infraestrutura rodoviária.
- Supervisores de obra para fiscalização em campo, com foco especial na qualidade das drenagens instaladas.
- Técnicos de segurança do trabalho, garantindo a aplicação de normas de segurança.

Esses profissionais serão responsáveis por assegurar a execução correta e em conformidade com as normas técnicas e de qualidade.

19.3. Adoção de Medidas de Segurança: Devem ser implementadas medidas rigorosas de segurança durante toda a execução da obra:

- Uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por todos os trabalhadores.
- Sinalização adequada nas áreas de trabalho, especialmente em vias de tráfego rural.
- Treinamento contínuo dos funcionários sobre práticas seguras.

Essas ações garantem a segurança dos trabalhadores e da população local que utiliza as vias em recuperação.

19.4. Comunicação com a População: Um plano de comunicação específico deve ser estabelecido para garantir a transparência e a redução de transtornos à população rural. As ações incluem:

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
Ano 111837-2689



- **Reuniões Comunitárias:** Encontros com lideranças locais para informar sobre o escopo, o cronograma e os impactos das obras.
- **Divulgação Digital e Impressa:** Utilização de redes sociais, cartazes e informativos para atualizar sobre o andamento das obras e possíveis interrupções no tráfego.
- **Canais de Reclamação e Sugestões:** Disponibilização de um meio de contato (telefone ou e-mail) para que a população possa reportar problemas ou obter informações adicionais.
- **Sinalização Local:** Instalação de placas informativas nas áreas impactadas, indicando desvios e prazos previstos.

19.5. Acompanhamento e Fiscalização: A administração pública deve realizar a fiscalização contínua das obras, incluindo:

- Designação de um responsável técnico para monitorar a execução.
- Inspeções específicas nos sistemas de drenagem, assegurando que estejam dimensionados e instalados corretamente para mitigar os riscos de alagamento e erosão.
- Elaboração de relatórios periódicos documentando o andamento das intervenções e verificando a conformidade com o projeto.

Esses relatórios garantirão transparência e a aplicação correta dos recursos públicos.

19.6. Gestão de Recursos Financeiros: Um planejamento financeiro rigoroso deve ser adotado para assegurar a disponibilidade e o uso eficiente dos recursos alocados:

- Controle detalhado dos gastos em cada etapa da obra.
- Transparência na aplicação dos recursos, evitando desvios e desperdícios.
- Adoção de medidas de contingência para imprevistos financeiros.

19.7. Avaliação e Ajustes Durante a Execução: Deve ser implementado um processo contínuo de avaliação das intervenções realizadas. Caso sejam identificadas necessidades de ajustes, essas devem ser aplicadas prontamente para garantir a qualidade dos serviços e o atendimento aos objetivos do projeto. A drenagem deverá receber atenção especial para evitar falhas durante períodos de chuvas intensas.

19.8. Relatório de Conclusão e Avaliação de Resultados: Ao término dos serviços, deve ser elaborado um relatório final contendo:

- Atividades realizadas e etapas concluídas.
- Resultados alcançados em termos de melhorias viárias.
- Análise crítica do processo, com recomendações para intervenções futuras.

19.9. Conclusão: As providências listadas são fundamentais para o sucesso na execução das obras de recuperação das estradas vicinais. A implementação dessas medidas assegura eficiência operacional, gestão financeira responsável e entrega de serviços de qualidade para a população. O plano de comunicação com as comunidades e a fiscalização rigorosa dos sistemas de drenagem são elementos cruciais para garantir a transparência e a mitigação de riscos climáticos. O resultado

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689

Deivis



será uma infraestrutura viária rural mais segura, acessível e sustentável, promovendo o desenvolvimento socioeconômico da região.

20. REQUISITOS TÉCNICOS

Para a execução dos serviços de recuperação das estradas vicinais no município de Porto Franco-MA, é imprescindível o atendimento a requisitos técnicos que assegurem a qualidade, a conformidade e a durabilidade das intervenções. Esses requisitos abrangem a utilização de equipamentos adequados, a presença de mão de obra qualificada e a observância de normas técnicas específicas para obras de infraestrutura viária.

20.1. Equipamentos Necessários: A execução das obras exige o uso de equipamentos especializados para cada etapa do projeto, garantindo eficiência e segurança. Os principais equipamentos incluem:

- **Tratores de esteira:** Para a limpeza e movimentação de solos em grandes volumes.
- **Caminhões basculantes:** Para o transporte de materiais, como laterita e resíduos.
- **Rolos compactadores:** Para compactação do solo, assegurando a estabilidade da base e do revestimento primário.
- **Motoniveladoras:** Para nivelamento e regularização das superfícies das estradas.
- **Escavadeiras hidráulicas:** Utilizadas na abertura de valas e na instalação de sistemas de drenagem.
- **Pás carregadeiras:** Para movimentação e carga de materiais diversos.

Esses equipamentos devem estar devidamente revisados e com manutenção em dia para evitar paralisações durante a execução das obras.

20.2. Mão de Obra Qualificada: A execução das obras depende de uma equipe técnica capacitada e experiente, que garanta a conformidade com os padrões técnicos e a segurança nas operações. Os principais profissionais necessários incluem:

- **Engenheiros Civis:** Para planejamento, supervisão e garantia da qualidade das obras.
- **Técnicos de Segurança do Trabalho:** Responsáveis pela implementação de práticas seguras no canteiro de obras.
- **Operadores de Máquinas Pesadas:** Qualificados para operar tratores, motoniveladoras, rolos compactadores e escavadeiras.
- **Topógrafos:** Para levantamento de dados e controle geométrico das vias.
- **Trabalhadores Gerais:** Para apoio às atividades de campo, como preparação de superfícies e serviços complementares.

20.3. Conformidade com Normas Técnicas: Os serviços devem ser realizados em conformidade com normas aplicáveis à recuperação de estradas vicinais e infraestrutura viária. Entre as normas relevantes, destacam-se:


Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689



1. The first part of the report discusses the general situation of the company and the results of the audit.

2. The second part of the report discusses the results of the audit of the financial statements.

3. The third part of the report discusses the results of the audit of the internal control system.

4. The fourth part of the report discusses the results of the audit of the management system.

5. The fifth part of the report discusses the results of the audit of the environmental management system.

6. The sixth part of the report discusses the results of the audit of the social management system.

7. The seventh part of the report discusses the results of the audit of the information management system.



- **ABNT NBR 7181:1984:** Ensaios de caracterização do solo, incluindo granulometria, limite de liquidez e plasticidade.
- **NR 6 - Equipamento de proteção individual:** Garantindo a segurança dos trabalhadores.
- **NR 18 - Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção:** Estabelece diretrizes de segurança para canteiros de obras.
- **NR 12 - Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos:** Aplicável aos equipamentos utilizados nas obras.

20.4. Garantia da Qualidade: O controle de qualidade deve ser rigorosamente implementado em todas as etapas, contemplando:

- **Ensaios Técnicos:** Verificação da compactação, granulometria e resistência dos materiais aplicados.
- **Inspecões Periódicas:** Realizadas por profissionais especializados para assegurar o cumprimento das especificações do projeto.
- **Documentação Técnica:** Registros detalhados do andamento das obras e dos testes realizados.

Conclusão: O atendimento aos requisitos técnicos descritos é essencial para assegurar a eficiência, a durabilidade e a segurança das intervenções. A disponibilidade de equipamentos adequados, a qualificação dos profissionais envolvidos e a observância das normas técnicas aplicáveis refletem o compromisso da administração pública com a entrega de uma infraestrutura viária de qualidade, capaz de atender às necessidades da população de Porto Franco-MA.

21. RISCOS E MITIGAÇÕES

A execução de obras de recuperação de estradas vicinais envolve uma série de riscos que, se não gerenciados adequadamente, podem comprometer os prazos, a qualidade e os custos do projeto. Este capítulo apresenta os principais riscos identificados, suas possíveis consequências e as estratégias de mitigação que serão adotadas para garantir o sucesso do empreendimento.

21.1. Riscos Identificados e Estratégias de Mitigação

21.1.1. Riscos Técnicos

- Risco: Condições inadequadas do solo, como alta umidade ou baixa capacidade de suporte.
- Mitigação: Realização de ensaios prévios de caracterização do solo e implementação de técnicas de melhoramento, como compactação adequada e reforço com materiais apropriados.
- Risco: Falhas na compactação e revestimento primário.
- Mitigação: Inspecões regulares de qualidade durante as etapas de terraplenagem e revestimento, além do uso de equipamentos calibrados e mantidos.

21.1.2. Riscos Climáticos

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689

Almeida

[illegible]

—

Figure 6. The effect of the concentration of the inhibitor on the rate of polymerization of styrene initiated by AIBN at 70°C. [Styrene] = 1.0 M; [AIBN] = 0.001 M; [Inhibitor] = 0.0001–0.001 M. (●) DMSO; (○) DMF; (□) NMP; (△) CH₂Cl₂; (◇) CH₃CN; (▽) CH₃COCH₃.

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Arar and Collins (1971) using a Shimadzu 1601 UV-Visible Spectrophotometer. The concentration of chlorophyll was expressed in $\mu\text{g mL}^{-1}$.

the 1990s, the number of people in the world who are illiterate has increased from 1.2 billion to 1.5 billion. The number of illiterate people in the world is expected to reach 1.7 billion by the year 2015. The number of illiterate people in the world is expected to reach 1.7 billion by the year 2015.

Journal of Management Education 36(7) 809–824

the 1990s, the number of people in the world who are illiterate has increased from 1.2 billion to 1.5 billion. The number of illiterate people in the world is projected to reach 1.7 billion by the year 2015. The number of illiterate people in the world is projected to reach 1.7 billion by the year 2015.

1. *Journal of Management Studies*, 1997, 34, 1, 1-14.

1. *Journal of the American Medical Association*, 2000; 283: 2689-2694.

1. *Chlorophyll a* (Chl *a*) and *Chlorophyll b* (Chl *b*) were determined by the method of Arar and Collins (1987). The concentration of Chl *a* and Chl *b* was expressed as $\mu\text{g mL}^{-1}$ of the sample.



- Risco: Interrupções causadas por chuvas intensas ou prolongadas.
- Mitigação: Planejamento do cronograma considerando a sazonalidade climática, preferência para execução em períodos de estiagem. Disponibilidade de alternativas para drenagem provisória.

21.1.3. Riscos Operacionais

- Risco: Atrasos na mobilização de equipamentos ou materiais.
- Mitigação: Contratos bem definidos com fornecedores e monitoramento constante da logística de transporte.
- Risco: Ausência de mão de obra qualificada em tempo hábil.
- Mitigação: Antecipação na contratação de equipes e promoção de treinamentos específicos para os trabalhadores.

21.1.4. Riscos Ambientais

- Risco: Impacto ambiental não previsto, como danos a áreas de preservação próximas às obras.
- Mitigação: Realização de estudos ambientais detalhados, adoção de boas práticas de gerenciamento de resíduos e supervisão ambiental durante a execução.

21.1.5. Riscos Financeiros

- Risco: Insuficiência de recursos financeiros para a continuidade das obras.
- Mitigação: Planejamento financeiro rigoroso e reserva de contingência para cobrir eventuais imprevistos.

21.1.6. Riscos Administrativos

- Risco: Atrasos no processo licitatório ou impugnações.
- Mitigação: Elaboração de edital claro e completo, com critérios objetivos e bem fundamentados. Promoção de ampla publicidade para aumentar a competitividade.

21.2. Estratégias Gerais de Mitigação: Além das estratégias específicas para cada risco, serão adotadas medidas gerais de mitigação, incluindo:

- **Gestão integrada de riscos:** Estabelecimento de um plano de gestão de riscos para monitorar e tratar possíveis eventos ao longo da execução.
- **Fiscalização contínua:** Acompanhamento técnico rigoroso das obras por parte da administração pública.
- **Relatórios periódicos:** Elaboração de relatórios de progresso que identifiquem possíveis desvios e permitam ações corretivas imediatas.
- **Engajamento com as comunidades:** Comunicação regular com os moradores das áreas impactadas pelas obras, garantindo transparência e minimizando insatisfações.


Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CRM-MA nº 1118372689


Dirceu



21.3. Conclusão: A identificação dos riscos e a implementação de estratégias de mitigação são fundamentais para o sucesso do projeto. A adoção de medidas preventivas e corretivas assegura a eficiência, a qualidade e a sustentabilidade das obras, minimizando impactos adversos e garantindo que os objetivos sejam alcançados de forma eficiente e responsável.

22. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA LICITAÇÃO

Para assegurar a legalidade, transparência e eficiência no processo de contratação para a execução dos serviços de recuperação das estradas vicinais do município de Porto Franco-MA, os seguintes requisitos foram estabelecidos como fundamentais para a realização da licitação:

22.1. Base legal e regulamentação: A licitação será conduzida em conformidade com:

Lei nº 14.133/2021: Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que estabelece os princípios e diretrizes para as contratações públicas.

Normas técnicas aplicáveis: ABNT e demais regulamentos referentes a obras de infraestrutura viária.

Parâmetros oficiais de custos: Uso de sistemas como SINAPI (11/2024 – Maranhão) e SICRO3 (07/2024 – Maranhão) para elaboração do orçamento referencial.

22.2. Critérios de habilitação: Os licitantes deverão apresentar os seguintes documentos para comprovar sua capacidade jurídica, técnica e financeira:

a) Habilitação jurídica:

Contrato social ou estatuto e alterações, se aplicável.

Registro comercial (empresas individuais).

b) Regularidade fiscal e trabalhista:

Certidões negativas de débitos federais, estaduais e municipais.

Certidão de regularidade com o FGTS e INSS.

c) Qualificação técnica: Atestados de capacidade técnica comprovando experiência na execução de obras similares, incluindo:

○ **Terraplenagem:** Serviços de escavação, transporte e compactação de aterro.

○ **Revestimento primário:** Transporte e aplicação de laterita ou material equivalente.

○ **Drenagem:** Instalação de bueiros simples de tubo de concreto (BSTC) e bocas de bueiro.

○ Acervo técnico registrado no **CREA** ou equivalente.

d) Qualificação Econômico-Financeira: Índices contábeis que demonstrem saúde financeira, como:

○ Índice de Liquidez Geral (ILG).

○ Índice de Solvência Geral (ISG).


Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA/MA nº 1118372689



22.3. Critério de Julgamento: O critério de julgamento adotado será o de Menor Preço, considerando que o escopo do projeto está claramente definido, permitindo a comparação objetiva das propostas. Essa escolha promove a competitividade e garante a contratação mais vantajosa para a Administração Pública.

22.4. Requisitos de Participação

- **Empresas Nacionais:** O certame será aberto a empresas legalmente constituídas no Brasil.
- **Consórcios:** A participação de consórcios será permitida, desde que atendam aos requisitos estabelecidos no edital e apresentem documentação que comprove sua regularidade.

22.5. Detalhamento do Objeto: O objeto da licitação abrange a recuperação de estradas vicinais, contemplando:

- **Terraplenagem:** Limpeza, escavação, transporte e compactação de aterro.
- **Revestimento primário:** Aplicação de laterita para garantir a trafegabilidade das vias.
- **Drenagem:** Instalação de bueiros e bocas de bueiro, promovendo o escoamento adequado das águas pluviais.
- **Administração local:** Gerenciamento técnico para garantir a execução dentro dos padrões de qualidade.

22.6. Condições contratuais

- **Prazo de execução:** O prazo estabelecido para a conclusão das obras é de **360 dias** a partir da emissão da ordem de serviço.
- **Vigência do contrato:** A vigência será de **420 dias**, considerando o período para fechamento financeiro e ajustes finais.
- **Forma de contratação:** Empreitada por preço global, assegurando controle financeiro e previsibilidade dos custos.
- **Penalidades:** Estabelecimento de multas e sanções para casos de descumprimento contratual.

22.7. Gestão Financeira: O orçamento total estimado é de **R\$ 867.934,45**. A utilização de parâmetros oficiais como SINAPI, ORSE e SICRO garante a adequação dos valores ao mercado local, proporcionando transparência e eficiência no uso dos recursos públicos.

Conclusão: Os requisitos estabelecidos garantem que a licitação seja conduzida de forma transparente e eficiente, promovendo a competitividade e a contratação de uma empresa qualificada para a execução dos serviços. O cumprimento desses critérios assegura que as obras sejam realizadas com qualidade, dentro do prazo e em conformidade com as necessidades da população rural de Porto Franco-MA.

23. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE


Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689





Com base na análise detalhada das alternativas de atendimento as necessidades da população rural e nos aspectos normativos aplicáveis, este Estudo Técnico Preliminar conclui pela **VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO** para a recuperação das estradas vicinais no município de Porto Franco-MA. A presente proposta demonstra plena capacidade de atender às demandas logísticas e de mobilidade, promovendo avanços significativos em diversos aspectos.

Benefícios Socioeconômicos

1. Melhoria do Acesso e Mobilidade Rural:

- As estradas vicinais são a principal conexão entre as comunidades rurais e os centros urbanos, sendo fundamentais para garantir o transporte de bens, pessoas e serviços. A melhoria na infraestrutura viária reduzirá o tempo de deslocamento e facilitará o acesso da população rural a serviços essenciais, como saúde, educação e comércio.

2. Fortalecimento da Economia Local:

- A recuperação das estradas vicinais impulsionará a logística para o escoamento da produção agrícola e pecuária, reduzindo custos de transporte e ampliando o acesso dos produtores locais aos mercados regionais e nacionais. Isso contribuirá diretamente para o aumento da competitividade e da renda dos agricultores e pecuaristas.

3. Redução de Custos e Impactos Negativos:

- Estradas em melhores condições reduzem custos com manutenção de veículos e tempo de transporte, além de minimizar riscos de acidentes e danos causados por condições precárias das vias.

4. Desenvolvimento Social e Inclusão:

- A melhoria da infraestrutura viária promove maior integração entre as comunidades rurais e urbanas, reduzindo o isolamento e incentivando o desenvolvimento social.

Conclusão: Portanto, a contratação é plenamente viável e recomendada, considerando os significativos benefícios socioeconômicos esperados, a melhoria na qualidade de vida da população rural e o impacto positivo para o desenvolvimento do município de Porto Franco-MA. Reforçamos a importância de dar prosseguimento a esta iniciativa, garantindo que as necessidades identificadas sejam atendidas com eficiência, responsabilidade e compromisso com o bem-estar da população

24. RESPONSÁVEIS

A equipe de planejamento da contratação será composta pelos seguintes servidores:

- a) ROSILEIDE FERREIRA SILVA, Coordenadora de Convênios – Matrícula nº 950318;
- b) ALEXANDRE CHAVES MOTA, Diretor de Infraestrutura, Matrícula nº 5456674;


Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
RUA MAN 1118372689


Alexandre Chaves Mota

25. LISTA DE ANEXOS

Os documentos anexos ao Estudo Técnico Preliminar (ETP) de pavimentação são essenciais para fornecer uma visão detalhada e fundamentada do projeto, permitindo a análise completa da viabilidade técnica, econômica e operacional. Estes anexos contêm informações relevantes sobre os custos, riscos, planejamento e execução dos serviços de pavimentação, garantindo que todas as exigências legais e normativas sejam atendidas. A seguir, apresenta-se a lista dos documentos anexos que acompanham este ETP:

Anexo I – Planilhas Orçamentárias: (resumo do orçamento, planilha orçamentária sintética, planilha orçamentária analítica, curva ABC de insumos e serviços, cronograma físico-financeiro detalhado, composição do BDI -Benefícios e Despesas Indiretas)

Anexo II – Mapa de Riscos: (identificação e categorização dos riscos associados à execução da obra, medidas de mitigação de riscos operacionais, ambientais e financeiros, avaliação da probabilidade e impacto dos principais riscos)

Anexo III – Projeto: (descrição técnica do projeto de pavimentação, especificações dos materiais a serem utilizados, diretrizes para execução dos serviços, plantas, cortes e detalhes do projeto).

Anexo IV – Memorial Descritivo: (detalhamento das etapas de execução da obra, técnicas construtivas e metodologias aplicada, cronograma de atividades)

Anexo VI – Cronograma Detalhado:(sequência de atividades e prazos de execução, integração do cronograma físico e financeiro)

Anexo VII – Projeto Básico: Projeto básico elaborado de acordo com o Artigo 6º, inciso XXIII da Lei 14.133/2021 (definição do escopo dos serviços, critérios de medição e pagamento, requisitos para o acompanhamento e fiscalização).

Porto Franco - MA, 30 de dezembro de 2024.

Lucas Abreu Aguiar
LUCAS ABREU AGUIAR
Matrícula nº 949193
CREA/MA 1118372689

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689

Deivid Sobreiro de Amorim
DEIVID SOBREIRO DE AMORIM
Matrícula nº 949973

Obra
CONVENIO ESTRADAS VICINAIS ATUALIZADO QNT

Bancos
SINAPI - 11/2024 -
Maranhão
SICRO3 - 07/2024 -
Maranhão
ORSE - 09/2024 - Sergipe

B.D.I.
26,14%

Encargos Sociais
Desonerado: embutido nos
preços unitário dos insumos de
mão de obra, de acordo com as
bases.

Orçamento Sintético

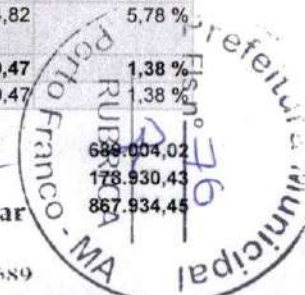
Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			SERVIÇOS INICIAIS		1		3.511,92	3.511,92	0,40 %
1.1	103689	SINAPI	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022 PS	m²	6	464,03	585,32	3.511,92	0,40 %
2			MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO		1		9.351,40	9.351,40	1,08 %
2.1	COMP002		MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO	un	1	3.706,76	4.675,70	4.675,70	0,54 %
2.2	COMP002	Próprio	DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO	un	1	3.706,76	4.675,70	4.675,70	0,54 %
3			ADMINISTRAÇÃO LOCAL		1		39.400,80	39.400,80	4,54 %
3.1	COMP003	Próprio	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA	mes	5	6.247,16	7.880,16	39.400,80	4,54 %
4			SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM		1		326.735,72	326.735,72	37,65 %
4.1	98525	SINAPI	LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024	m²	49290	0,64	0,80	39.432,00	4,54 %
4.2	101114	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3). AF_07/2020	m³	17121,75	4,36	5,49	93.998,40	10,83 %
4.3	5915320	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em revestimento primário	tkm	57203,08	0,70	0,88	50.338,71	5,80 %
4.4	96386	SINAPI	EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO ESPESSURA 15CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m³	17121,75	6,62	8,35	142.966,61	16,47 %
5			SERVIÇOS DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO		1		317.136,22	317.136,22	36,54 %
5.1	COMP004	Próprio	AQUISIÇÃO DE MATERIAL 1º CATEGORIA	m³	12322,5	11,68	14,73	181.510,42	20,91 %
5.2	101114	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3). AF_07/2020	m³	12322,5	4,36	5,49	67.650,52	7,79 %
5.3	5915320	SICRO3	Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em revestimento primário	tkm	53159,75	0,70	0,88	46.780,58	5,39 %
5.4	100574	SINAPI	ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024	m³	12322,5	1,37	1,72	21.194,70	2,44 %
6			SERVIÇOS DE DRENAGEM		1		159.778,92	159.778,92	18,41 %
6.1	0804029	SICRO3	Corpo de BSTC D = 0,80 m PA1 - areia, brita e pedra de mão comerciais	m	42	620,63	782,86	32.880,12	3,79 %
6.2	0804385	SICRO3	Boca de BSTC D = 0,80 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas esconsas	un	14	1.839,99	2.320,96	32.493,44	3,74 %
6.3	0804037	SICRO3	Corpo de BSTC D = 1,00 m PA1 - areia, brita e pedra de mão comerciais	m	42	834,69	1.052,87	44.220,54	5,09 %
6.4	0804393	SICRO3	Boca de BSTC D = 1,00 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas esconsas	un	14	2.841,79	3.584,63	50.184,82	5,78 %
7			RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADAS		1		12.019,47	12.019,47	1,38 %
7.1	COMP005	Próprio	REPARAÇÃO DE DANOS FÍSICOS AO MEIO AMBIENTE	m²	22258,28	0,43	0,54	12.019,47	1,38 %

livres

Total sem BDI
Total do BDI
Total Geral

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689

688.004,02
178.930,43
867.934,45





ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO
EQUIPE DE PLANEJAMENTO

MAPA DE RISCOS

ETAPA: CRIAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO	
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato	
RISCO: Ausência de ato designatório da Equipe de Planejamento de Contratação.	
PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	(X) Baixa () Média () Alta
DANO:	Descumprimento de formalidade legal.
AÇÃO PREVENTIVA:	Adotar checklist dos procedimentos a serem realizados para o planejamento de contratação.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Administração
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Providenciar o ato de designação formal da equipe de planejamento.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Administração

ETAPA: ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES	
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato	
RISCO: Estudos preliminares deficientes.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa (X) Média (X) Alta
DANO:	Licitação fracassada, deserta ou contratação deficiente, gastos com processo licitatório ineficiente.
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar checklist que contemple, no que couber, os requisitos previstos na lista de verificação de licitação para compras e serviços, exceto engenharia e TIC, da AGU.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Corrigir as deficiências detectadas nos estudos preliminares.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento.

ETAPA: ELABORAÇÃO DOS ESTUDOS PRELIMINARES	
(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor () Gestão do Contrato	
RISCO: Contratação e/ou aquisição com preços acima dos praticados no mercado local	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
MA n 1118372689



AÇÃO PREVENTIVA:	1. Realizar ampla pesquisa de preços junto mercado, e sites governamentais, conforme previsto em legislação 2. Sempre que aditar o contrato, será feita pesquisa de mercado.
RESPONSÁVEL:	1. Equipe de Planejamento
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Não renovar o contrato, caso verificado a materialização do risco.
RESPONSÁVEL:	1. Equipe de Planejamento

ETAPA: ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

() Gestão do Contrato

RISCO: Falha na elaboração do termo de referência.

PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Licitação fracassada, deserta ou contratação deficiente, gastos com processo licitatório ineficiente.
AÇÃO PREVENTIVA:	Elaborar checklist que identifique, no que couber, os requisitos previstos no art. 30, da IN/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Revisão do termo de referência com inclusão das instruções ausentes.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento.

ETAPA: APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

() Gestão do Contrato

RISCO: Ausência de aprovação do termo de referência.

PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	(X) Baixa () Média () Alta
DANO:	Atraso na contratação do objeto.
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de checklist com item de aprovação do TR pela autoridade competente.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Encaminhar à autoridade competente o processo para aprovação do Termo de Referência.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento.

ETAPA: DESIGNAÇÃO DE COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO OU PREGOEIRO

(X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor

() Gestão do Contrato

RISCO: Ausência de designação formal da comissão de contratação ou do pregoeiro.

PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	(X) Baixa () Média () Alta
DANO:	Ausência de designação formal da comissão de contratação ou do pregoeiro.

AÇÃO PREVENTIVA:	Identificar no processo, ato formal da autoridade competente designando a equipe do pregão.
RESPONSÁVEL:	Equipe de Planejamento.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Providenciar o ato de designação da equipe de pregão.
RESPONSÁVEL:	Gabinete do Prefeito

ETAPA: ELABORAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- (X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
() Gestão do Contrato

RISCO: Restrição da competitividade, impugnação do edital.

PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Atraso ou anulação da licitação. Custos para a Administração.
AÇÃO PREVENTIVA:	Submissão do processo a análise da Procuradoria Geral do Município. Verificar a existência de cláusulas nulas e/ou restritivas.
RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratação / Pregoeiro/Secretaria Municipal de Administração
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Readequação do edital com retirada de cláusulas nulas e/ou restritivas.
RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratação / Pregoeiro.

ETAPA: PUBLICAÇÃO / DIVULGAÇÃO DO EDITAL

- (X) Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
() Gestão do Contrato

RISCO: Ausência de publicação do edital.

PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa (X) Média () Alta
DANO:	Anulação dos atos praticados.
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de checklist contemplando o item "publicação/divulgação do edital".
RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratação / Pregoeiro.
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Providenciar a publicação e reiniciar a contagem do prazo de apresentação da proposta.
RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratação / Pregoeiro.

ETAPA: FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

- () Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato

RISCO: Não assinatura do contrato.

PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Atraso na contratação dos serviços. Custos para a Administração.
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificação na fase de habilitação do certame que o fornecedor reúne todos os requisitos habilitatórios exigidos em edital.



RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratação / Pregoeiro / Equipe de Apoio
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Reabertura do certame e volta de fases na licitação para convocação do fornecedor mais bem classificado.
RESPONSÁVEL:	Comissão de Contratação / Pregoeiro

ETAPA: PUBLICAÇÃO DO CONTRATO

- () Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato

RISCO: Falta de publicidade do ato administrativo

PROBABILIDADE:	(X) Baixa () Média () Alta
IMPACTO:	(X) Baixa () Média () Alta
DANO:	Descumprimento de formalidade legal.
AÇÃO PREVENTIVA:	Adoção de checklist contemplando o item "publicação do contrato".
RESPONSÁVEL:	Setor de Contratos
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Publicar o contrato tão logo seja detectado a ausência de publicidade.
RESPONSÁVEL:	Setor de Contratos

ETAPA: DESIGNAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO

- () Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato

RISCO: Designação de servidor sem capacidade técnica para desempenho da atividade.

PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Comprometimento dos resultados esperados. Falhas na fiscalização do contrato.
AÇÃO PREVENTIVA:	Indicar servidores com conhecimento técnico na área do objeto do contrato. Promover capacitação dos fiscais/gestor do contrato.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Administração
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Substituir fiscal não capacitado para a fiscalização do objeto contratado.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Administração

ETAPA: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- () Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor
(X) Gestão do Contrato

RISCO: Falha na prestação dos serviços - Interrupção temporária dos serviços por quaisquer razões.

PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Serviço prestado de forma ineficiente e inconforme, podendo gerar riscos à segurança dos alunos e/ou atraso na entrega da obra
AÇÃO PREVENTIVA:	Acompanhar a execução contratual, de modo a prever situações que possam dar causa à interrupção dos serviços.
RESPONSÁVEL:	Fiscal do Contrato

AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Notificar a contratada pelo descumprimento de obrigação contratual.
RESPONSÁVEL:	Gestor do Contrato.

ETAPA: EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
(X) Gestão do Contrato	
RISCO: Execução em desacordo com o contrato.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário, responsabilização subsidiária da Administração.
AÇÃO PREVENTIVA:	Notificar e solicitar a resolução imediata.
RESPONSÁVEL:	Gestor de Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Aplicar sanções previstas no contrato.
RESPONSÁVEL:	Secretaria de Administração

ETAPA: ALTERAÇÕES DO CONTRATO	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
(X) Gestão do Contrato	
RISCO: Desequilíbrio do contrato; percentuais superiores aos fixados na norma, jogo de planilha.	
PROBABILIDADE:	() Baixa () Média (X) Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário.
AÇÃO PREVENTIVA:	Atentar para os requisitos legais sobre acréscimos e supressões de quantidades. Adotar controles adicionais como sistemas ou planilhas, dentre outros correlatos.
RESPONSÁVEL:	Gestor do Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Realizar os ajustes necessários e, adotar medidas de ressarcimento.
RESPONSÁVEL:	Secretaria de Administração

ETAPA: REPACTUAÇÕES / REAJUSTES DO CONTRATO	
() Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
(X) Gestão do Contrato	
RISCO: Desequilíbrio do contrato; Uso de índices distintos dos fixados no contrato; Análise inadequada das planilhas; Jogo de planilha.	
PROBABILIDADE:	() Baixa (X) Média () Alta
IMPACTO:	() Baixa () Média (X) Alta
DANO:	Prejuízo ao erário.
AÇÃO PREVENTIVA:	Indicar, no contrato, critérios distintos para ajuste dos preços (índices). Contar com apoio profissional da área na análise das planilhas. Realizar pesquisa de mercado, com vista a constatar a permanência da vantajosidade do contrato.
RESPONSÁVEL:	Gestor de Contrato



AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Ajustar os preços conforme o contrato; apurar valores pagos a maior, a fim de que sejam efetuadas retenções. Negociar preços mais vantajosos.
RESPONSÁVEL:	Secretaria de Administração

ETAPA: GARANTIAS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL	
☐ Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor ☒ Gestão do Contrato	
RISCO: Não apresentação de garantias	
PROBABILIDADE:	☐ Baixa ☒ Média ☐ Alta
IMPACTO:	☐ Baixa ☐ Média ☒ Alta
DANO:	Prejuízo ao erário.
AÇÃO PREVENTIVA:	Exigir, como condição para início dos serviços, garantias de execução contratual para cobertura de prejuízos a terceiros.
RESPONSÁVEL:	Gestor de Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Retenção de valores correspondentes a garantia até sua efetivação. Execução da apólice de seguro.
RESPONSÁVEL:	Secretaria de Administração

ETAPA: PAGAMENTO DOS SERVIÇOS	
☐ Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor ☒ Gestão do Contrato	
RISCO: Não retenção dos valores dos impostos	
PROBABILIDADE:	☒ Baixa ☐ Média ☐ Alta
IMPACTO:	☐ Baixa ☒ Média ☐ Alta
DANO:	Responsabilização subsidiária e substituição tributária.
AÇÃO PREVENTIVA:	Certificar-se dos percentuais e valores que deverão ser retidos, de acordo com o Código Tributário do local da prestação dos serviços.
RESPONSÁVEL:	Contabilidade Geral do Município
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Reter e enviar os valores para seus respectivos destinos.
RESPONSÁVEL:	Contabilidade Geral do Município

ETAPA: EXECUÇÃO E ENCERRAMENTO DO CONTRATO	
☐ Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor ☒ Gestão do Contrato	
RISCO: Falência da empresa, descontinuidade do contrato ou de abandono por parte da empresa	
PROBABILIDADE:	☒ Baixa ☐ Média ☐ Alta
IMPACTO:	☐ Baixa ☐ Média ☒ Alta
DANO:	Serviços não serem prestados, impactando as atividades fim e meio
AÇÃO PREVENTIVA:	Fiscalização constante
RESPONSÁVEL:	Gestor de Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Contratação emergencial e nova licitação, acionamento do seguro-garantia, em caso de prejuízo.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana



ETAPA: SANÇÕES	
☐ Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
☒ Gestão do Contrato	
RISCO: Rito processual inadequado ou que não oferece garantias do contraditório e ampla defesa.	
PROBABILIDADE:	☒ Baixa ☐ Média ☐ Alta
IMPACTO:	☐ Baixa ☐ Média ☒ Alta
DANO:	Impossibilidade de reparação dos prejuízos ocorridos.
AÇÃO PREVENTIVA:	Estabelecer, mediante normativo interno, os ritos do processo administrativo disciplinar.
RESPONSÁVEL:	Controladoria
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Oferecer as garantias constitucionais à empresa acusada.
RESPONSÁVEL:	Procuradoria do Município

ETAPA: ENCERRAMENTO DO CONTRATO	
☐ Planejamento da Contratação e Seleção do Fornecedor	
☒ Gestão do Contrato	
RISCO: Não observar se requisitos do contrato foram plenamente atendidos.	
PROBABILIDADE:	☒ Baixa ☐ Média ☐ Alta
IMPACTO:	☐ Baixa ☒ Média ☐ Alta
DANO:	Prejuízo ao erário.
AÇÃO PREVENTIVA:	Verificar a inexistência de ressarcimentos.
RESPONSÁVEL:	Fiscal do Contrato
AÇÃO DE CONTINGÊNCIA:	Notificar a contratada para regularizar as pendências, comunicar a seguradora dos inadimplimentos, reter valores até o limite do ressarcimento.
RESPONSÁVEL:	Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana /Gestor do contrato

Porto Franco - MA, 30 de dezembro de 2024.

RESPONSÁVEIS


LUCAS ABREU AGUIAR
Matricula nº 949193
CREA/MA 1118372689

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689


DEIVID SOBREIRO DE AMORIM
Matricula nº 949973

Equipe de Planejamento

Portaria nº 031/2024 de 18 de dezembro de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 043/2024-SEMINFRA

À

CONTABILIDADE GERAL DO MUNICÍPIO

REFERENTE: Adequação de Estradas Vicinais em Porto Franco/MA.

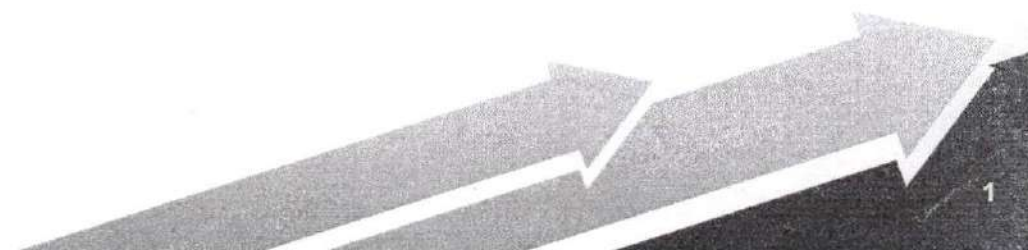
Considerando o planejamento realizado para as obras de Adequação de Estradas Vicinais neste município, solicitamos a declaração de existência de Dotação Orçamentária para execução dos serviços, conforme objeto constante no processo Administrativo nº. 043/2024-SEMINFRA.

Caso afirmativo, solicita-se Declaração de Dotação Orçamentária para compor o presente estudo técnico e determinar a viabilidade da contratação.

Porto Franco, 07 de janeiro de 2025.

Lucas Abreu Aguiar
LUCAS ABREU AGUIAR
Matrícula nº 949193
CREA/MA 1118372689

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689



Ao Ilmo.
Sr. Lucas Abreu Aguiar
Equipe de Planejamento
Prefeitura Municipal de Porto Franco/MA

DESPACHO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Trata-se de solicitação de dotação orçamentária para cobrir despesa referente ao Processo Administrativo n.º 043/2024-SEMINFRA, relativa a “Contratação de empresa especializada para adequação de estradas vicinais do município de Porto Franco/MA,” e que revendo a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2025, verificou-se a existência da seguinte rubrica orçamentária:

ÓRGÃO	16 – SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
UNIDADE	00 - SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
AÇÃO	26.782.0710.1025.0000 – CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
NAT. DESPESA	4.4.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES

Porto Franco, 07 de Janeiro de 2025.


Ardiles Silva Soares
Contador Geral de Porto Franco/MA



PROJETO BÁSICO

O Projeto Básico é um instrumento obrigatório para toda contratação, sendo elaborado a partir de Estudos Técnicos Preliminares, de forma a reunir os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto, bem como as condições da licitação e da contratação.

1. DEFINIÇÕES

1.1. **Objeto:** Este Projeto Básico tem como objetivo, estabelecer os critérios básicos a serem considerados na preparação das propostas para o certame licitatório para a ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS no município de Porto Franco, conforme quantidades e condições estabelecidas neste documento, por meio de licitação da modalidade Concorrência Eletrônica.

1.2. Informações essenciais:

1.2.1. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na Planilha Orçamentária de Referência (Anexo I) do presente PROJETO BÁSICO.

1.2.2. O contrato terá vigência pelo período de 420 (quatrocentos e vinte) dias.

1.2.3. Prazo de execução será de 360 (trezentos e sessenta) dias.

1.2.4. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global,

1.2.5. Será permitida a participação de Consórcios, de acordo com o regime da Lei nº 14.133/21.

1.2.6. Os preços unitários que deram origem ao valor do orçamento referencial foram elaborados com base na SINAPI, ORSE e SICRO e devidamente aprovados pela Caixa Econômica Federal.

1.2.7. Tipo de licitação: Menor Preço

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

2.1. O presente Projeto Básico estabelece as condições e requisitos técnicos que deverão ser obedecidos pela empresa **CONTRATADA** na execução dos serviços, e, Normas Técnicas Brasileiras, Legislação Federal, Estadual, Municipal e órgãos competentes, servirá de documento hábil a ação da **FISCALIZAÇÃO**.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689



2.2.A participação no certame será de ampla disputa. Será garantida às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte que se enquadrem nos termos do art. 34 da Lei Federal nº 11.488/2007, como critério de desempate, preferência de contratação nos termos previsto na Seção I do Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações introduzidas pela lei complementar 147/2014.

2.3.As microempresas, empresas de pequeno porte mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, e o microempreendedor individual (MEI), nos limites previstos na lei, e desde que não se encontrem em qualquer das exclusões previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverão declarar como tal, para o exercício do tratamento jurídico simplificado e diferenciado previsto na referida Lei.

2.4.A empresa **CONTRATADA**, nos termos da legislação vigente, assume integral responsabilidade técnica e civil sobre todos os materiais e serviços a serem adotados na execução da obra.

2.5.A obra deverá ser executada integral e rigorosamente em obediência às normas e especificações contidas neste Projeto Básico, de acordo com o Projeto de Arquitetura, Estrutura e demais projetos complementares obedecendo a suas Planilhas Orçamentárias de Quantitativos e Preços, Cronogramas Físico-Financeiros e demais peças que compõem esse objeto. Todos os materiais e ou equipamentos fornecidos pela **CONTRATADA**, deverão ser de primeira qualidade, entendendo-se primeira qualidade, o nível de qualidade mais elevado da linha do material e ou equipamento a ser utilizado, de forma a satisfazer as especificações da ABNT, do INMETRO, e ainda, estarem de acordo com o especificado nos projetos, memoriais, bem como, devidamente aprovados pela **FISCALIZAÇÃO**.

2.6.Não será permitido o emprego de materiais e ou equipamentos usados e/ou danificados. Quando houver motivos justificáveis para a substituição de material e/ou equipamento, em relação ao que foi especificado, a **CONTRATADA**, deverá apresentar solicitação com justificativa - por escrito - à **FISCALIZAÇÃO**, e aguardar a sua aprovação.

2.7.Os materiais e ou equipamentos deverão ser armazenados em locais apropriados cobertos ou não, de acordo com sua natureza, ficando sua guarda sob a responsabilidade da **CONTRATADA**.

2.8.A mão de obra deverá ser competente e capaz de proporcionar serviços tecnicamente executados. Ficará a critério da **FISCALIZAÇÃO**, impugnar qualquer serviço executado que não satisfaça as condições contratuais.

2.9.Não serão toleradas modificações no projeto - e nas especificações de materiais - sem prévia autorização, por escrito da fiscalização. Todos os projetos e especificações deverão ser examinados minuciosamente. Caso haja, dúvidas, partes não suficientemente claras, em discordância ou imprecisas, estas devem ser apontadas - por escrito e com a devida

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
1118372689

Divisão



antecedência - antes da aquisição de materiais e equipamentos ou do início de trabalhos gerais, ou parciais. Quaisquer divergências entre obra e desenho, entre um desenho e outro, entre especificações e desenho ou entre desenho e detalhe, deverão ser comunicadas ao gestor do contrato da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana - por escrito, com antecedência necessária, para que sejam feitos, se for o caso, os ajustes de interpretação ou compatibilização.

2.10. Administração da obra: A construtora deverá manter na obra um preposto, com conhecimentos que lhe permitam conduzir com perfeição a execução de todos os serviços, bem como funcionários na quantidade suficiente para o bom andamento da obra.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E DA ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

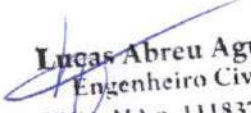
5.1. A descrição dos requisitos da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

6. DA EXECUÇÃO E DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O prazo de execução dos serviços será de 360 (trezentos e sessenta) dias, contado da assinatura da Ordem de Serviço, e de acordo com o cronograma em anexo.

6.2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.3. Em caso de impedimento, ou de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.


Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689



6.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do caput do art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.2. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.4. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, tomando as providências cabíveis.

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que

obstam o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de fisco eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade máxima àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. Cabe ao gestor do contrato, em tempo hábil, verificar o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

7.1. Obedecida as condições constantes do Contrato de Repasse 902709/2020.

7.2. Recebimento do Serviço

7.2.1. Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, no prazo de 30 (trinta) dias, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo nos termos do art. 140, I, a da Lei nº 14.133/2021.

7.2.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.2.3. O contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA/MA nº 111837/2689

Revisar

100

[illegible]

the 1990s, the number of people in the world who are illiterate has increased from 400 million to 600 million. The number of illiterate people in the world is expected to reach 700 million by the year 2015. The number of illiterate people in the world is expected to reach 800 million by the year 2020. The number of illiterate people in the world is expected to reach 900 million by the year 2025. The number of illiterate people in the world is expected to reach 1 billion by the year 2030. The number of illiterate people in the world is expected to reach 1.1 billion by the year 2035. The number of illiterate people in the world is expected to reach 1.2 billion by the year 2040. The number of illiterate people in the world is expected to reach 1.3 billion by the year 2045. The number of illiterate people in the world is expected to reach 1.4 billion by the year 2050. The number of illiterate people in the world is expected to reach 1.5 billion by the year 2055. The number of illiterate people in the world is expected to reach 1.6 billion by the year 2060. The number of illiterate people in the world is expected to reach 1.7 billion by the year 2065. The number of illiterate people in the world is expected to reach 1.8 billion by the year 2070. The number of illiterate people in the world is expected to reach 1.9 billion by the year 2075. The number of illiterate people in the world is expected to reach 2 billion by the year 2080. The number of illiterate people in the world is expected to reach 2.1 billion by the year 2085. The number of illiterate people in the world is expected to reach 2.2 billion by the year 2090. The number of illiterate people in the world is expected to reach 2.3 billion by the year 2095. The number of illiterate people in the world is expected to reach 2.4 billion by the year 2100.

• • • • •

1. *Journal of the American Medical Association*, 277: 1005-1006, 1997.

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Arar and Collins (1971) using a Shimadzu 1601 UV-Visible Spectrophotometer. The concentration of chlorophyll was expressed in $\mu\text{g mL}^{-1}$.

Journal of Management Education 30(6)

1. *Phragmites* (common)
2. *Phragmites* (common)
3. *Phragmites* (common)
4. *Phragmites* (common)
5. *Phragmites* (common)
6. *Phragmites* (common)
7. *Phragmites* (common)
8. *Phragmites* (common)
9. *Phragmites* (common)
10. *Phragmites* (common)



atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório nos termos do art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133/2021.

7.2.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.2.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.5. Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE no prazo de 60 (sessenta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.2.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo (s) fiscal (is) no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.2.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.2.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.2.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.2.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.2.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-

se ao contratado para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.2.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.2.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.3. Liquidação

7.3.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

7.3.1.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

7.3.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

7.3.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.3.4. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.3.5. A CONTRATADA se obriga a apresentar junto à fatura dos serviços prestados, cópia da quitação das seguintes obrigações patronais referente ao mês anterior ao do pagamento:

- a) Recolhimento das contribuições devidas ao INSS (parte do empregador e parte do empregado), relativas aos empregados envolvidos na execução do objeto deste instrumento;
- b) Recolhimento do FGTS, relativo aos empregados referidos na alínea anterior;

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA MA nº 1118372689



- c) Comprovante de recolhimento do PIS e ISS, quando for o caso, dentro de 20 (vinte) dias a partir do recolhimento destes encargos;
- d) Relação dos empregados utilizados nos serviços contratados assinada pela Fiscalização do Contrato;
- e) Folha de pagamento relativa aos empregados utilizados nos serviços contratados
- f) Cópia da ART da obra; e
- g) Cópia do CEI (Cadastro Específico do INSS).

7.4. Prazo de pagamento

7.4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

7.5. Forma de pagamento

7.5.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias da emissão da nota fiscal referente à medição atestada da CONTRATADA pela CONTRATANTE. As medições deverão ser elaboradas pela CONTRATADA, de comum acordo com a fiscalização, referente aos serviços executados, e entregues entre os dias 01 (primeiro) e 05 (cinco) de cada mês. As medições terão periodicidade mensal, entre os dias 01 (primeiro) e 30 (trinta) do mês subsequente, exceto a primeira que será elaborada no início dos serviços até o dia 30 (trinta). A fiscalização atestará os serviços executados até o dia 30 (trinta) de cada mês.

7.5.2. O pagamento será realizado mediante crédito em conta corrente do contratado.

7.5.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

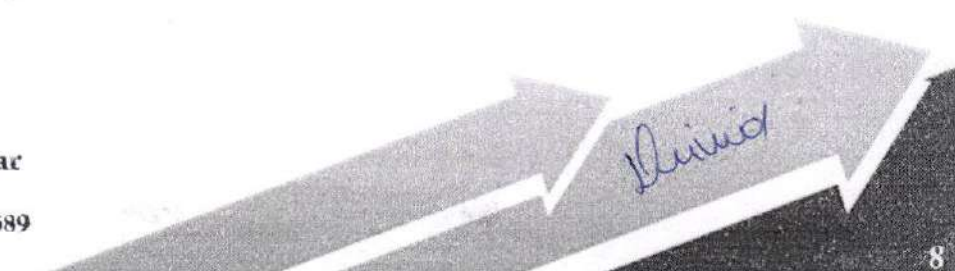
7.5.4. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.5.4.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.5.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.6. Antecipação de pagamento

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689





7.6.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento.

8. UNIDADE REQUISITANTE

8.1. A Unidade Requisitante do objeto pretendido é a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana.

9. REQUISITOS DO FORNECEDOR/CONTRATADA.

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Preço.

10. PROPOSTA

10.1. A proposta de preços, que compreende a descrição do material ou serviço ofertado pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes do presente e seus anexos, bem como atender as seguintes exigências:

- a) Descrição do material ou serviço, observadas as mesmas especificações constantes deste documento (Projeto Básico), de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários e totais detalhados em planilha, inclusive apresentando a composição de preços unitários (CPU).
- b) O licitante não poderá cotar e colocar preços superiores aos estabelecidos pela Planilha de Referência, sejam eles no preço unitário ou no valor total do orçamento. Não serão permitidas alterações nas quantidades ou exclusões dos itens constantes das composições de custos unitários.
- c) O licitante deverá apresentar todas as composições de custos unitários e auxiliares.
- d) Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua assinatura e o prazo de garantia.

11. HABILITAÇÃO

11.1. Da Qualificação Técnica

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, que conste responsável(eis) técnico(s) com aptidão para desempenho de atividade pertinente ao objeto da licitação.


Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689



Atestados de Capacidade Técnica

Capacidade Operacional: A licitante (pessoa jurídica) deve ter experiência na execução de serviço de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, comprovadas por intermédio de atestado de Conclusão de Obra, emitidos por pessoas jurídicas de direitos público ou privado, em nome da empresa licitante relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características do objeto da licitação, conforme estabelecido abaixo:

- **Terraplenagem:** Serviços de escavação, transporte e compactação de aterro.
- **Revestimento primário:** Transporte e aplicação de laterita ou material equivalente.
- **Drenagem:** Instalação de bueiros simples de tubo de concreto (BSTC) e bocas de bueiro.
- Acervo técnico registrado no **CREA** ou equivalente.

Observações:

a) Os itens relacionados acima deverão ser comprovados através de certidões e/ou atestados fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado, devidamente acompanhado pelo respectivo CAO (Certidão de Acervo Operacional). Quando a certidão e /ou atestado não for emitida pelo contratante principal da obra (órgão ou ente público), deverá ser juntado à documentação pelo menos um dos seguintes documentos:

- Declaração formal do contratante principal confirmando que o Licitante tenha participado da execução do serviço objeto do contrato;
- Autorização da subcontratação pelo contratante principal, em que conste o nome do Licitante subcontratado para o qual se está emitindo o atestado;
- Contrato firmado entre contratado principal e licitante subcontratado, devidamente registrado no CREA.

Vistoria

A visita é facultativa, podendo a empresa licitante apresentar a declaração de pleno conhecimento, onde serão executados os serviços, objeto desta licitação, assumindo total responsabilidade quanto ao conhecimento à situação da obra e condições ambientais do local onde serão executados os serviços. Caso deseje visitar o local da obra, a visita deverá ser agendada pelo e-mail infraestrutura@portoofranco.ma.gov.br da Secretaria Municipal de Infraestrutura, e ocorrerá em dia e horário distintos das demais interessadas.

11.2. Habilitação Jurídica

11.2.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

11.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1. $\frac{1}{2}$ of the population is 100,000,000.

2. 1

9

• •

•

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 836. 837. 838. 839. 840. 84

—

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Arar and Collins (1971) using a Shimadzu 1601 UV-Visible Spectrophotometer. The concentration of chlorophyll was expressed in $\mu\text{g mL}^{-1}$.

[illegible]

the 1990s, the number of people in the world who are under 15 years of age is expected to increase from 1.1 billion to 1.5 billion. The number of people aged 65 and over is expected to increase from 200 million to 400 million. The number of people aged 15 and over is expected to increase from 3.5 billion to 4.5 billion. The number of people aged 15 and over is expected to increase from 3.5 billion to 4.5 billion. The number of people aged 15 and over is expected to increase from 3.5 billion to 4.5 billion.

1. *Phragmites australis* (Cav.) Trin. ex Steud.

1. *Chlorophyll a* (Chl *a*)
 2. *Chlorophyll b* (Chl *b*)
 3. *Chlorophyll c* (Chl *c*)
 4. *Chlorophyll d* (Chl *d*)
 5. *Chlorophyll e* (Chl *e*)
 6. *Chlorophyll f* (Chl *f*)
 7. *Chlorophyll g* (Chl *g*)
 8. *Chlorophyll h* (Chl *h*)
 9. *Chlorophyll i* (Chl *i*)
 10. *Chlorophyll j* (Chl *j*)
 11. *Chlorophyll k* (Chl *k*)
 12. *Chlorophyll l* (Chl *l*)
 13. *Chlorophyll m* (Chl *m*)
 14. *Chlorophyll n* (Chl *n*)
 15. *Chlorophyll o* (Chl *o*)
 16. *Chlorophyll p* (Chl *p*)
 17. *Chlorophyll q* (Chl *q*)
 18. *Chlorophyll r* (Chl *r*)
 19. *Chlorophyll s* (Chl *s*)
 20. *Chlorophyll t* (Chl *t*)
 21. *Chlorophyll u* (Chl *u*)
 22. *Chlorophyll v* (Chl *v*)
 23. *Chlorophyll w* (Chl *w*)
 24. *Chlorophyll x* (Chl *x*)
 25. *Chlorophyll y* (Chl *y*)
 26. *Chlorophyll z* (Chl *z*)
 27. *Chlorophyll aa* (Chl *aa*)
 28. *Chlorophyll ab* (Chl *ab*)
 29. *Chlorophyll ac* (Chl *ac*)
 30. *Chlorophyll ad* (Chl *ad*)
 31. *Chlorophyll ae* (Chl *ae*)
 32. *Chlorophyll af* (Chl *af*)
 33. *Chlorophyll ag* (Chl *ag*)
 34. *Chlorophyll ah* (Chl *ah*)
 35. *Chlorophyll ai* (Chl *ai*)
 36. *Chlorophyll aj* (Chl *aj*)
 37. *Chlorophyll ak* (Chl *ak*)
 38. *Chlorophyll al* (Chl *al*)
 39. *Chlorophyll am* (Chl *am*)
 40. *Chlorophyll an* (Chl *an*)
 41. *Chlorophyll ao* (Chl *ao*)
 42. *Chlorophyll ap* (Chl *ap*)
 43. *Chlorophyll aq* (Chl *aq*)
 44. *Chlorophyll ar* (Chl *ar*)
 45. *Chlorophyll as* (Chl *as*)
 46. *Chlorophyll at* (Chl *at*)
 47. *Chlorophyll au* (Chl *au*)
 48. *Chlorophyll av* (Chl *av*)
 49. *Chlorophyll aw* (Chl *aw*)
 50. *Chlorophyll ax* (Chl *ax*)
 51. *Chlorophyll ay* (Chl *ay*)
 52. *Chlorophyll az* (Chl *az*)
 53. *Chlorophyll aza* (Chl *aza*)
 54. *Chlorophyll abz* (Chl *abz*)
 55. *Chlorophyll acz* (Chl *acz*)
 56. *Chlorophyll adz* (Chl *adz*)
 57. *Chlorophyll aez* (Chl *aez*)
 58. *Chlorophyll afz* (Chl *afz*)
 59. *Chlorophyll agz* (Chl *agz*)
 60. *Chlorophyll ahz* (Chl *ahz*)
 61. *Chlorophyll aiz* (Chl *aiz*)
 62. *Chlorophyll ajz* (Chl *ajz*)
 63. *Chlorophyll akz* (Chl *akz*)
 64. *Chlorophyll alz* (Chl *alz*)
 65. *Chlorophyll amz* (Chl *amz*)
 66. *Chlorophyll anz* (Chl *anz*)
 67. *Chlorophyll aoz* (Chl *aoz*)
 68. *Chlorophyll apz* (Chl *apz*)
 69. *Chlorophyll aqz* (Chl *aqz*)
 70. *Chlorophyll arz* (Chl *arz*)
 71. *Chlorophyll asz* (Chl *asz*)
 72. *Chlorophyll atz* (Chl *atz*)
 73. *Chlorophyll auz* (Chl *auz*)
 74. *Chlorophyll avz* (Chl *avz*)
 75. *Chlorophyll awz* (Chl *awz*)
 76. *Chlorophyll axz* (Chl *axz*)
 77. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 78. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 79. *Chlorophyll azz* (Chl *azz*)
 80. *Chlorophyll azaa* (Chl *aza*)
 81. *Chlorophyll abz* (Chl *abz*)
 82. *Chlorophyll acz* (Chl *acz*)
 83. *Chlorophyll adz* (Chl *adz*)
 84. *Chlorophyll aez* (Chl *aez*)
 85. *Chlorophyll afz* (Chl *afz*)
 86. *Chlorophyll agz* (Chl *agz*)
 87. *Chlorophyll ahz* (Chl *ahz*)
 88. *Chlorophyll aiz* (Chl *aiz*)
 89. *Chlorophyll ajz* (Chl *ajz*)
 90. *Chlorophyll akz* (Chl *akz*)
 91. *Chlorophyll alz* (Chl *alz*)
 92. *Chlorophyll amz* (Chl *amz*)
 93. *Chlorophyll anz* (Chl *anz*)
 94. *Chlorophyll aoz* (Chl *aoz*)
 95. *Chlorophyll apz* (Chl *apz*)
 96. *Chlorophyll aqz* (Chl *aqz*)
 97. *Chlorophyll arz* (Chl *arz*)
 98. *Chlorophyll asz* (Chl *asz*)
 99. *Chlorophyll atz* (Chl *atz*)
 100. *Chlorophyll auz* (Chl *auz*)
 101. *Chlorophyll avz* (Chl *avz*)
 102. *Chlorophyll awz* (Chl *awz*)
 103. *Chlorophyll axz* (Chl *axz*)
 104. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 105. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 106. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 107. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 108. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 109. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 110. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 111. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 112. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 113. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 114. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 115. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 116. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 117. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 118. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 119. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 120. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 121. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 122. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 123. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 124. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 125. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 126. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 127. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 128. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 129. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 130. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 131. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*)
 132. *Chlorophyll ayz* (Chl *ayz*

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Arar and Collins (1971). The concentration of chlorophylls was expressed as $\mu\text{g mL}^{-1}$ of the sample.

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Lichtenthaler and Whistler (1973).

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Arar and Collins (1971). The concentration of chlorophylls was expressed in $\mu\text{g mL}^{-1}$ of the sample.

$\frac{1}{2} \times \frac{1}{2}$

[Illegible text]

• • •

1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9. 10. 11. 12. 13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30. 31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50. 51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70. 71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90. 91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100. 101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120. 121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140. 141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160. 161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180. 181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200. 201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220. 221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240. 241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260. 261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280. 281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300. 301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320. 321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340. 341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360. 361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380. 381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400. 401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420. 421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440. 441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460. 461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480. 481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500. 501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520. 521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540. 541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560. 561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580. 581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600. 601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620. 621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640. 641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660. 661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680. 681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700. 701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720. 721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740. 741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760. 761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780. 781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800. 801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820. 821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 836. 837. 838. 839. 840. 84

1. *Chlorophyll a* and *Chlorophyll b* were determined by the method of Arar and Collins (1971).

[illegible]

11.2.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

11.2.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.2.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.3. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

11.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

11.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

11.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

11.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

11.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

11.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

11.3.8. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100

100



11.3.9. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

11.4. Qualificação Econômico-Financeira

11.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples;

11.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante (inciso II do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021);

11.4.3. Balanço patrimonial dos últimos dois exercícios sociais exigíveis, apresentados na forma da lei.

11.4.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$;

II - Solvência Geral (SG) = $(\text{Ativo Total}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$; e

III - Liquidez Corrente (LC) = $(\text{Ativo Circulante}) \div (\text{Passivo Circulante})$.

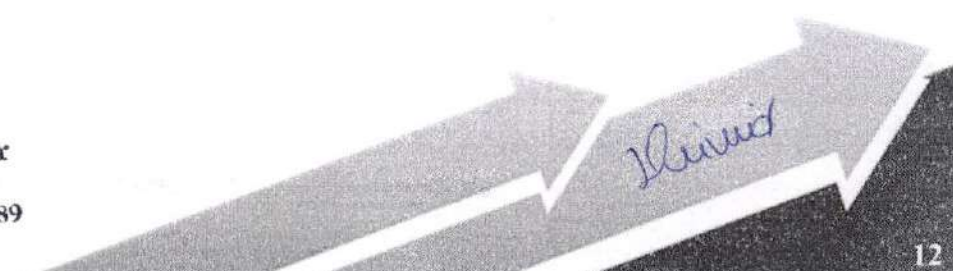
a) Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

b) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.

11.4.5. Como condição de participação será exigido Patrimônio Líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. (§4º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (§1º do art. 65 da Lei nº 14.133, de 2021).


Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA/MA nº 1118372689



2. It is essential for the accounting department to implement robust internal controls and procedures to prevent errors and fraud, and to ensure that all transactions are properly documented and recorded.

3. The accounting department should also be responsible for providing timely and accurate financial reports to management and other stakeholders, and for ensuring that the company's financial statements are prepared in accordance with applicable accounting standards.

4. In addition, the accounting department should play a key role in budgeting and financial planning, and in monitoring the company's financial performance against its budget and strategic goals.

5. Finally, the accounting department should be responsible for ensuring that the company's financial data is secure and protected from unauthorized access and disclosure, and for implementing measures to prevent data loss and corruption.

6. The accounting department should also be responsible for ensuring that the company's financial data is accurate and reliable, and for implementing measures to prevent errors and fraud.

7. The accounting department should also be responsible for ensuring that the company's financial data is secure and protected from unauthorized access and disclosure, and for implementing measures to prevent data loss and corruption.

8. The accounting department should also be responsible for ensuring that the company's financial data is accurate and reliable, and for implementing measures to prevent errors and fraud.

9. The accounting department should also be responsible for ensuring that the company's financial data is secure and protected from unauthorized access and disclosure, and for implementing measures to prevent data loss and corruption.

10. The accounting department should also be responsible for ensuring that the company's financial data is accurate and reliable, and for implementing measures to prevent errors and fraud.



11.4.7. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos (§ 6º do art. 69 da Lei nº 14.133, de 2021).

12. PRAZO DE GARANTIA NOS CONTRATOS DE EMPREITADA

12.1. A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem como pelos danos decorrentes da realização dos trabalhos. Durante a execução dos serviços contratados não serão admitidas paralisações dos serviços por prazo, parcelado ou único, superior a 60 (sessenta) dias consecutivos, salvo por motivo de força maior, aceito por ambas as partes contratantes, excluídas quaisquer indenizações.

12.2. A questão da responsabilidade de empreiteiros e construtores estava disciplinada no art. 1.245 do Código Civil de 1.916, sendo assimilada pelo Código Civil de 2002, no seu art. 618: *"Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de 05 (cinco) anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo"*.

13. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

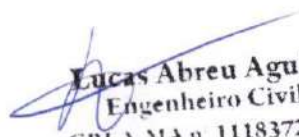
13.1. O cronograma de atividades apresentado pela licitante representa as quantidades de serviços a serem executados pelo contrato e é o elemento básico de controle da obra como também elemento de referência para medição e pagamento. Com base nesse cronograma de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da assinatura do contrato ou de outro documento hábil.

14. GARANTIA CONTRATUAL

Deverá ser apresentada a garantia na forma prevista no Edital e nos termos do § 1, do Art. 96, da Lei 14.133/2021.

14.1. Para assinar o contrato, deverá a vencedora prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor deste, a preços iniciais, sob a pena de decair o direito à contratação.

14.2. A caução inicial será reforçada durante a execução dos serviços contratados, de forma a totalizar sempre 5% (cinco por cento) do valor vigente do Contrato (preços iniciais mais aditivos e reajustamentos se houver).


Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689



1. The first part of the report discusses the general situation of the company and the results of the audit.

2. The second part of the report discusses the specific findings of the audit and the recommendations for improvement.

3. The third part of the report discusses the conclusions of the audit and the overall assessment of the company's financial position.

4. The fourth part of the report discusses the recommendations for improvement and the measures to be taken to address the findings.

5. The fifth part of the report discusses the conclusions of the audit and the overall assessment of the company's financial position.

6. The sixth part of the report discusses the recommendations for improvement and the measures to be taken to address the findings.

7. The seventh part of the report discusses the conclusions of the audit and the overall assessment of the company's financial position.

8. The eighth part of the report discusses the recommendations for improvement and the measures to be taken to address the findings.

9. The ninth part of the report discusses the conclusions of the audit and the overall assessment of the company's financial position.

10. The tenth part of the report discusses the recommendations for improvement and the measures to be taken to address the findings.

11. The eleventh part of the report discusses the conclusions of the audit and the overall assessment of the company's financial position.

12. The twelfth part of the report discusses the recommendations for improvement and the measures to be taken to address the findings.

13. The thirteenth part of the report discusses the conclusions of the audit and the overall assessment of the company's financial position.

14. The fourteenth part of the report discusses the recommendations for improvement and the measures to be taken to address the findings.

15. The fifteenth part of the report discusses the conclusions of the audit and the overall assessment of the company's financial position.

16. The sixteenth part of the report discusses the recommendations for improvement and the measures to be taken to address the findings.



14.3. Todas as garantias contratuais deverão ser realizadas com prazo de vencimento de 01 (um) mês após a data prevista para o término contratual vigente.

14.4. A garantia e seus reforços poderão ser realizados em uma das seguintes modalidades:

a) Caução em dinheiro ou título da dívida pública;

- No caso de opção por caução em dinheiro, o interessado deverá procurar a Tesouraria da Prefeitura Municipal de Porto Franco/MA, para obter instruções de como efetuar-la.
- A garantia prestada pela licitante vencedora lhe será restituída ou liberada 60 (sessenta) dias corridos após o Recebimento Definitivo do (s) serviço (s).
- No caso de opção por Títulos da Dívida Pública, estes deverão estar acompanhados de laudo de avaliação da Secretaria do Tesouro Nacional, no qual esta informará sobre a exequibilidade, valor e prazo de resgate, taxa de atualização, e condições de resgate.

b) Seguro garantia;

- No caso da opção pelo seguro garantia o mesmo será feito mediante entrega da competente apólice emitida por entidade em funcionamento no País, e em nome da CONTRATANTE, cobrindo o risco de quebra do contrato, pelo prazo da duração do contrato, devendo a contratada providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação da CONTRATANTE, sob a pena de rescisão contratual.

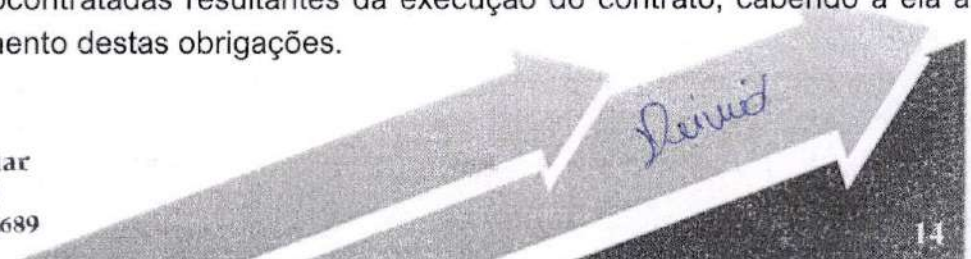
c) Carta de fiança bancária;

- No caso de fiança bancária, esta deverá ser a critério da licitante, fornecida por um banco localizado no Brasil, pelo prazo da duração do contrato, devendo a contratada providenciar sua prorrogação, por toda a duração do contrato, independente de notificação da CONTRATANTE, sob pena de rescisão contratual, ressalvados os casos em que a duração do contrato for inferior ao prazo acima estipulado, quando deverá a caução ser feita pelo prazo contratual. Durante o período em que o contrato se encontre oficialmente paralisado ou suspenso não poderá ser exigida a prorrogação das fianças bancárias.

d) Título de Capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total;

14.5. A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros. A contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais de suas subcontratadas resultantes da execução do contrato, cabendo a ela a fiscalização do cumprimento destas obrigações.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689



15. REAJUSTE DE PREÇOS

15.1. As regras de reajuste estarão devidamente dispostas na minuta do contrato.

16. SUBCONTRATAÇÃO.

16.1. Será permitida a subcontratação para atividades que não constituam o escopo principal do objeto licitado, respeitando o limite de até 30% (trinta por cento) do valor total do orçamento. As atividades passíveis de subcontratação devem ser previamente autorizadas pela contratante e indicadas claramente na proposta do licitante. A empresa contratada permanecerá integralmente responsável pela qualidade, conformidade e cumprimento dos prazos estabelecidos no contrato, mesmo nas atividades subcontratadas.

17. OS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Constituem direito e obrigações da CONTRATANTE:

17.1. Emitir as convocações, as ordens formais de execução e o Termo de Contrato relativo ao objeto da licitação;

17.2. Rejeitar, no todo ou em parte, a execução dos serviços contratados em desacordo com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, e com as especificações técnicas constante do edital e seus anexos;

17.3. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela CONTRATADA com relação ao objeto da licitação;

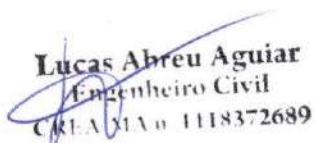
17.4. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;

17.5. Cumprir as demais obrigações constantes do Projeto Básico.

17.6. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela a execução do objeto, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

18.1. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como:


Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA/MA nº 1118372689





18.2. Executar o objeto da licitação de acordo com as especificações técnicas citadas no Projeto Básico, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da CONTRATANTE.

18.3. Fornecer todos os materiais, máquinas, equipamentos, veículos e combustível necessário à perfeita execução dos serviços.

18.4. Fornecer mão de obra adequada e capacitada a execução dos serviços.

18.5. Responsabilizarem-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do edital decorrente;

18.6. Responder por danos materiais ou físicos, causados por seus empregados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo;

18.7. Prestar esclarecimentos à CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos desabonadores noticiados que a envolvam, independentemente de solicitação;

18.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados;

18.9. Manter, durante todo o período de execução do objeto, as condições de habilitação exigidas na licitação;

19. VALOR ESTIMADO.

19.1. Foi estimado o valor de **R\$ 867.934,45** (oitocentos e sessenta e sete mil, novecentos e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

20. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

| | |
|--------------|---|
| ÓRGÃO | 16 – SEC. MUN. INFRAESTRUTURA E MOBILID. URBANA |
| UNIDADE | 00 – SEC. MUN. INFRAESTRUTURA E MOBILID. URBANA |
| AÇÃO | 26.782.0710.1025.0000 – CONSTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS |
| NAT. DESPESA | 4.4.90.51.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES |

21. ASSINATURAS


Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA/MA nº 1118372689





21.1. Declaro que sou responsável pela elaboração do Projeto Básico, que corresponde a seleção de empresa especializada com vistas à ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.

21.2. Declaro que sou responsável pela elaboração das planilhas orçamentárias, bem como sua compatibilidade com o presente Projeto Básico e com os custos do sistema de referência, sendo as mesmas atuais e adequadas.

Porto Franco/MA, 10 de janeiro de 2025

Lucas Abreu Aguiar

LUCAS ABREU AGUIAR

Matrícula nº 949193

CREA/MA 1118372689

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689

Deivid Sobreiro de Amorim

DEIVID SOBREIRO DE AMORIM

Matrícula nº 949973



Obra
CONVENIO ESTRADAS VICINAIS ATUALIZADO QNT

Bancos
SINAPI - 11/2024 - Maranhão
SICRO3 - 07/2024 - Maranhão
ORSE - 09/2024 - Sergipe

B.D.I.
26,14%

Encargos Sociais
Desonerado: embutido nos preços
unitário dos insumos de mão de
obra, de acordo com as bases.

Planilha Orçamentária Resumida

| Item | Descrição | | Total | Peso (%) |
|------|---|---|------------|----------|
| 1 | SERVIÇOS INICIAIS | 1 | 3.511,92 | 0,40 % |
| 2 | MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO | 1 | 9.351,40 | 1,08 % |
| 3 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | 1 | 39.400,80 | 4,54 % |
| 4 | SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM | 1 | 326.735,72 | 37,65 % |
| 5 | SERVIÇOS DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO | 1 | 317.136,22 | 36,54 % |
| 6 | SERVIÇOS DE DRENAGEM | 1 | 159.778,92 | 18,41 % |
| 7 | RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADAS | 1 | 12.019,47 | 1,38 % |

Total sem 689.004,02
Total do 178.930,43
Total Geral 867.934,45

Obra
CONVENIO ESTRADAS VICINAIS ATUALIZADO QNT

Bancos
SINAPI - 11/2024 -
Maranhão
SICRO3 - 07/2024 -
Maranhão
ORSE - 09/2024 - Sergipe

B.D.I.
26,14%

Encargos Sociais
Desonerado:
embutido nos preços
unitário dos insumos
de mão de obra, de
acordo com as bases.

Orçamento Sintético

| Item | Código | Banco | Descrição | Und | Quant. | Valor Unit | Valor Unit com BDI | Total | Peso (%) |
|----------|---------|---------|--|-----|----------|------------|--------------------|-------------------|----------------|
| 1 | | | SERVIÇOS INICIAIS | | 1 | | 3.511,92 | 3.511,92 | 0,40 % |
| 1.1 | 103689 | SINAPI | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS | m² | 6 | 464,03 | 585,32 | 3.511,92 | 0,40 % |
| 2 | | | MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO | | 1 | | 9.351,40 | 9.351,40 | 1,08 % |
| 2.1 | COMP002 | | MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO | un | 1 | 3.706,76 | 4.675,70 | 4.675,70 | 0,54 % |
| 2.2 | COMP002 | Próprio | DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO | un | 1 | 3.706,76 | 4.675,70 | 4.675,70 | 0,54 % |
| 3 | | | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | | 1 | | 39.400,80 | 39.400,80 | 4,54 % |
| 3.1 | COMP003 | Próprio | ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA | mes | 5 | 6.247,16 | 7.880,16 | 39.400,80 | 4,54 % |
| 4 | | | SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM | | 1 | | 326.735,72 | 326.735,72 | 37,65 % |
| 4.1 | 98525 | SINAPI | LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024 | m² | 49290 | 0,64 | 0,80 | 39.432,00 | 4,54 % |
| 4.2 | 101114 | SINAPI | ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3). AF_07/2020 | m³ | 17121,8 | 4,36 | 5,49 | 93.998,40 | 10,83 % |
| 4.3 | 5915320 | SICRO3 | Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em revestimento primário | tkm | 57203,1 | 0,70 | 0,88 | 50.338,71 | 5,80 % |
| 4.4 | 96386 | SINAPI | EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO ESPESSURA 15CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024 | m³ | 17121,8 | 6,62 | 8,35 | 142.966,61 | 16,47 % |
| 5 | | | SERVIÇOS DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO | | 1 | | 317.136,22 | 317.136,22 | 36,54 % |
| 5.1 | COMP004 | Próprio | AQUISIÇÃO DE MATERIAL 1º CATEGORIA | m³ | 12322,5 | 11,68 | 14,73 | 181.510,42 | 20,91 % |
| 5.2 | 101114 | SINAPI | ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3). AF_07/2020 | m³ | 12322,5 | 4,36 | 5,49 | 67.650,52 | 7,79 % |
| 5.3 | 5915320 | SICRO3 | Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em revestimento primário | tkm | 53159,8 | 0,70 | 0,88 | 46.780,58 | 5,39 % |

| | | | | | | | | | |
|-----|---------|---------|---|----|---------|----------|------------|------------|---------|
| 5.4 | 100574 | SINAPI | ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024 | m³ | 12322,5 | 1,37 | 1,72 | 21.194,70 | 2,44 % |
| 6 | | | SERVIÇOS DE DRENAGEM | | 1 | | 159.778,92 | 159.778,92 | 18,41 % |
| 6.1 | 0804029 | SICRO3 | Corpo de BSTC D = 0,80 m PA1 - areia, brita e pedra de mão comerciais | m | 42 | 620,63 | 782,86 | 32.880,12 | 3,79 % |
| 6.2 | 0804385 | SICRO3 | Boca de BSTC D = 0,80 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas esconsas | un | 14 | 1.839,99 | 2.320,96 | 32.493,44 | 3,74 % |
| 6.3 | 0804037 | SICRO3 | Corpo de BSTC D = 1,00 m PA1 - areia, brita e pedra de mão comerciais | m | 42 | 834,69 | 1.052,87 | 44.220,54 | 5,09 % |
| 6.4 | 0804393 | SICRO3 | Boca de BSTC D = 1,00 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas esconsas | un | 14 | 2.841,79 | 3.584,63 | 50.184,82 | 5,78 % |
| 7 | | | RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADAS | | 1 | | 12.019,47 | 12.019,47 | 1,38 % |
| 7.1 | COMP005 | Próprio | REPARAÇÃO DE DANOS FÍSICOS AO MEIO AMBIENTE | m² | 22258,3 | 0,43 | 0,54 | 12.019,47 | 1,38 % |

Total sem BDI

689.004,02

Total do BDI

178.930,43

Total Geral

867.934,45

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 118372689



Handwritten signature

Obra
CONVENIO ESTRADAS VICINAIS ATUALIZADO QNT

Bancos
SINAPI - 11/2024 - Maranhão
SICRO3 - 07/2024 - Maranhão
ORSE - 09/2024 - Seroábe

B.D.I.
26,14%

Encargos Sociais
Desonerado: embutido nos preços unitário dos insumos de mão de obra, de acordo com as bases.

Planilha Orçamentária Analítica

| 1 | | SERVIÇOS INICIAIS | | | | | 3.511,92 |
|---------------------|-----------------|---|--------------------------|-----------------|-----------|------------------|----------|
| 1.1 | Código Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Composição | 103689 SINAPI | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS | PAVI - PAVIMENTAÇÃO | m² | 1,0000000 | 464,03 | 464,03 |
| Composição Auxiliar | 88316 SINAPI | SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | H | 1,1186000 | 21,43 | 23,97 |
| Composição Auxiliar | 88262 SINAPI | CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | H | 0,3729000 | 25,99 | 9,69 |
| Composição Auxiliar | 102234 SINAPI | PINTURA IMUNIZANTE PARA MADEIRA, 2 DEMÃOS. AF_01/2021 | PINT - PINTURAS | m² | 0,5000000 | 20,64 | 10,32 |
| Insumo | 00004813 SINAPI | PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUÇÃO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22", ADESIVADA, DE *2,4 X 1,2* M (SEM POSTES PARA FIXAÇÃO) | Material | M² | 1,0000000 | 400,00 | 400,00 |
| Insumo | 00004509 SINAPI | SARRAFO *2,5 X 10* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIÃO - BRUTA | Material | M | 3,2083000 | 6,04 | 19,37 |
| Insumo | 00005069 SINAPI | PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 17 X 27 (2 1/2 X 11) | Material | KG | 0,0132000 | 20,01 | 0,26 |
| Insumo | 00005065 SINAPI | PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 10 X 10 (7/8 X 17) | Material | KG | 0,0113000 | 37,34 | 0,42 |
| | | | | MO sem LS => | 25,09 | LS => | 0,00 |
| | | | | Valor do BDI => | 121,29 | | 25,09 |
| | | | | | | MO com LS => | 25,09 |
| | | | | | | Valor com BDI => | 585,32 |
| | | | | Quant. => | 6,00 | Preço Total => | 3.511,92 |

| 2 | | MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO | | | | | 9.351,40 |
|--------|------------------|---|---|-----------------|-----------|----------------|----------|
| Insumo | Código Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| | COMP 002 Próprio | MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO | Transporte | un | 1,0000000 | 3.706,76 | 3.706,76 |
| | 91366 SINAPI | CAMINHÃO BASCULANTE 10 M3, TRUCADO CABINE SIMPLES, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTÊNCIA 230 CV INCLUSIVE CAÇAMBA METÁLICA - CHP DIURNO. AF_06/2014 | CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | CHP | 3,0 | 720,69 | 720,69 |
| | 5901 SINAPI | CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHP DIURNO. AF_06/2014 | CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | CHP | 3,0138 | 867,37 | 867,37 |
| | 5932 SINAPI | MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M - CHP DIURNO. AF_06/2014 | CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | CHP | 3,0 | 689,97 | 689,97 |
| | 7049 SINAPI | ROLO COMPACTADOR PE DE CARNEIRO VIBRATORIO, POTENCIA 125 HP, PESO OPERACIONAL SEM/COM LASTRO 11,95 / 13,30 T, IMPACTO DINAMICO 38,5 / 22,5 T, LARGURA DE TRABALHO 2,15 M - CHP DIURNO. AF_06/2014 | CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | CHP | 3,0 | 629,85 | 629,85 |
| | 95631 SINAPI | ROLO COMPACTADOR VIBRATORIO TANDEM, AÇO LISO, POTENCIA 125 HP, PESO SEM/COM LASTRO 10,20/11,65 T, LARGURA DE TRABALHO 1,73 M - CHP DIURNO. AF_11/2016 | CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | CHP | 3,65 | 798,87 | 798,87 |
| | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | Valor do BDI => | | | 4.675,70 |
| | | | | Quant. => | 1,00 | Preço Total => | 4.675,70 |

| 3 | | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | | | | | |
|--------|------------------|-----------------------------|---------------|-----|------------|------------|----------|
| Insumo | Código Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| | COMP 003 Próprio | ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA | Administração | mes | 1,0000000 | 6.247,16 | 6.247,16 |
| | 90779 SINAPI | ENGENHEIRO CIVIL | | H | 41,1400000 | 151,84 | 6.247,16 |

Divid

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689



MO sem LS => 0,00 LS => 0,00 MO com LS => 0,00
Valor do BDI => 7.880,16
Quant. => 5,00 Preço Total => 39.400,80

| | | | | | | | | |
|---------------------|---------------------------|--|---|-----------|-----------|----------------|------------------|------|
| 4 | SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM | | | | | | 326.735,72 | |
| 4.1 | Código Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | |
| Composição | 98525 SINAPI | LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024 | URBA - URBANIZAÇÃO | m² | 1,0000000 | 0,64 | 0,64 | |
| Composição Auxiliar | 88441 SINAPI | JARDINEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | H | 0,0046000 | 22,21 | 0,10 | |
| Composição Auxiliar | 89031 SINAPI | TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - CHI DIURNO. AF_06/2014 | CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | CHI | 0,0029000 | 74,74 | 0,21 | |
| Composição Auxiliar | 89032 SINAPI | TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - CHP DIURNO. AF_06/2014 | CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | CHP | 0,0017000 | 195,85 | 0,33 | |
| | | | MO sem LS => | 0,14 | LS => | 0,00 | MO com LS => | 0,14 |
| | | | Valor do BDI => | 0,16 | | | Valor com BDI => | 0,80 |
| | | | | Quant. => | 49.290,00 | Preço Total => | 39.432,00 | |

| 4.2 | Código Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | |
|---------------------|---------------|--|---|-----------|-----------|----------------|------------------|------|
| Composição | 101114 SINAPI | ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3). AF_07/2020 | MOVT - MOVIMENTO DE TERRA | m³ | 1,0000000 | 4,36 | 4,36 | |
| Composição Auxiliar | 88316 SINAPI | SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | H | 0,0310000 | 21,43 | 0,66 | |
| Composição Auxiliar | 89032 SINAPI | TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - CHP DIURNO. AF_06/2014 | CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | CHP | 0,0115000 | 195,85 | 2,25 | |
| Composição Auxiliar | 89031 SINAPI | TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - CHI DIURNO. AF_06/2014 | CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | CHI | 0,0195000 | 74,74 | 1,45 | |
| | | | MO sem LS => | 0,96 | LS => | 0,00 | MO com LS => | 0,96 |
| | | | Valor do BDI => | 1,13 | | | Valor com BDI => | 5,49 |
| | | | | Quant. => | 17.121,75 | Preço Total => | 93.998,40 | |

| | | | | | | | | |
|------------|----------------|--|-----------------|------------|-------------|-------------------------------------|------------------|---------------------|
| 4.3 | Código Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | |
| Composição | 5915320 SICRO3 | Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em revestimento primário | | tkm | 1,0000000 | 0,70 | 0,70 | |
| A | Código Banco | Equipamentos | Quantidade | Utilização | | Custo Horário | | Custo Horário Total |
| | | | | Operativa | Improdutiva | Operativa | Improdutiva | |
| Insumo | E9667 SICRO3 | Caminhão basculante com capacidade de 14 m³ - 210 kW | 1,0000000 | 1,00 | 0,00 | 298,5214 | 86,6931 | 298,5214 |
| | | | | | | Custo horário total de equipamentos | | 298,5214 |
| | | | | | | Custo horário total de execução | | 298,5214 |
| | | | | | | Produção de equipe | | 435,75 |
| | | | | | | Custo unitário de execução | | 0,6851 |
| | | | | | | Custo do FIC | | 0,0182 |
| | | | | | | Custo do FIT | | 0 |
| | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 | MO com LS => | 0,00 |
| | | | Valor do BDI => | 0,18 | | | Valor com BDI => | 0,88 |
| | | | | | Quant. => | 57.203,08 | Preço Total => | 50.338,71 |

| | | | | | | | |
|------------|--------------|--|--------------------------|-----|-----------|------------|-------|
| 4.4 | Código Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Composição | 96386 SINAPI | EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO ESPESSURA 15CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024 | MOV - MOVIMENTO DE TERRA | m³ | 1,0000000 | 6,62 | 6,62 |

Divid

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689



| | | | | | | | |
|---------------------|--------------|---|---|-----------------|-----------|------------------|------------|
| Composição Auxiliar | 5934 SINAPI | MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M - CHI DIURNO. AF_06/2014 | CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | CHI | 0,0109146 | 96,14 | 1,04 |
| Composição Auxiliar | 5932 SINAPI | MOTONIVELADORA POTÊNCIA BÁSICA LÍQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13032 KG, LARGURA DA LÂMINA DE 3,7 M - CHP DIURNO. AF_06/2014 | CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | CHP | 0,0045112 | 253,21 | 1,14 |
| Composição Auxiliar | 96464 SINAPI | ROLO COMPACTADOR DE PNEUS, ESTÁTICO, PRESSÃO VARIÁVEL, POTÊNCIA 110 HP, PESO SEM/COM LASTRO 10,8/27 T, LARGURA DE ROLAGEM 2,30 M - CHI DIURNO. AF_06/2017 | CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | CHI | 0,0122774 | 90,45 | 1,11 |
| Composição Auxiliar | 96463 SINAPI | ROLO COMPACTADOR DE PNEUS, ESTÁTICO, PRESSÃO VARIÁVEL, POTÊNCIA 110 HP, PESO SEM/COM LASTRO 10,8/27 T, LARGURA DE ROLAGEM 2,30 M - CHP DIURNO. AF_06/2017 | CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | CHP | 0,0031484 | 219,41 | 0,69 |
| Composição Auxiliar | 5901 SINAPI | CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHP DIURNO. AF_06/2014 | CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | CHP | 0,0042570 | 328,56 | 1,39 |
| Composição Auxiliar | 5903 SINAPI | CAMINHÃO PIPA 10.000 L TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23.000 KG, CARGA ÚTIL MÁXIMA 15.935 KG, DISTÂNCIA ENTRE EIXOS 4,8 M, POTÊNCIA 230 CV, INCLUSIVE TANQUE DE AÇO PARA TRANSPORTE DE ÁGUA - CHI DIURNO. AF_06/2014 | CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | CHI | 0,0111688 | 82,54 | 0,92 |
| Composição Auxiliar | 88316 SINAPI | SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | H | 0,0154259 | 21,43 | 0,33 |
| | | | | MO sem LS => | 1,17 | LS => | 0,00 |
| | | | | Valor do BDI => | 1,73 | MO com LS => | 1,17 |
| | | | | | | Valor com BDI => | 8,35 |
| | | | | Quant. => | 17.121,75 | Preço Total => | 142.966,61 |

| | | | | | | | |
|--------|-----------------|---|----------|-----------------|-----------|------------------|------------|
| 5 | | SERVIÇOS DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO | | | | | 317.136,22 |
| Insumo | Código Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| | COMP004 Próprio | AQUISIÇÃO DE MATERIAL 1ª CATEGORIA | Material | m³ | 1,0000000 | 11,68 | 11,68 |
| | 4746 SINAPI | PEDREGULHO OU PIÇARRA DE JAZIDA, AO NATURAL | Material | m³ | 1,0000000 | 11,68 | 11,68 |
| | | | | MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 |
| | | | | Valor do BDI => | | MO com LS => | 0,00 |
| | | | | | | Valor com BDI => | 14,73 |
| | | | | Quant. => | 12.322,50 | Preço Total => | 181.510,42 |

| | | | | | | | |
|---------------------|---------------|--|---|-----------------|-----------|------------------|-----------|
| 5.2 | Código Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Composição | 101114 SINAPI | ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3). AF_07/2020 | MOVT - MOVIMENTO DE TERRA | m³ | 1,0000000 | 4,36 | 4,36 |
| Composição Auxiliar | 88316 SINAPI | SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | H | 0,0310000 | 21,43 | 0,66 |
| Composição Auxiliar | 89032 SINAPI | TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - CHP DIURNO. AF_06/2014 | CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | CHP | 0,0115000 | 195,85 | 2,25 |
| Composição Auxiliar | 89031 SINAPI | TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 100 HP, PESO OPERACIONAL 9,4 T, COM LÂMINA 2,19 M3 - CHI DIURNO. AF_06/2014 | CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | CHI | 0,0195000 | 74,74 | 1,45 |
| | | | | MO sem LS => | 0,96 | LS => | 0,00 |
| | | | | Valor do BDI => | 1,13 | MO com LS => | 0,96 |
| | | | | | | Valor com BDI => | 5,49 |
| | | | | Quant. => | 12.322,50 | Preço Total => | 67.650,52 |

| | | | | | | | |
|------------|----------------|--|------|-----|-----------|------------|-------|
| 5.3 | Código Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Composição | 5915320 SICRO3 | Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em revestimento primário | | tkm | 1,0000000 | 0,70 | 0,70 |

| | | | | | | |
|--------|--------------|--|------------|---------------------------------|--|---------------------|
| A | Código Banco | Equipamentos | Quantidade | Utilização | Custo Horário | Custo Horário Total |
| Insumo | E9667 SICRO3 | Caminhão basculante com capacidade de 14 m³ - 210 kW | 1,0000000 | Operativa 1,00 Improdutiva 0,00 | Operativa 298,5214 Improdutiva 86,6931 | 298,5214 |
| | | | | | | 298,5214 |
| | | | | | | 298,5214 |
| | | | | | | 435,75 |

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA n° 1118372689



Divisão

| | | | | | |
|-----------------|------|-----------|-----------|----------------------------|-----------|
| | | | | Custo unitário de execução | 0,6851 |
| | | | | Custo do FIC | 0,0182 |
| | | | | Custo do FIT | 0 |
| MO sem LS => | 0,00 | LS => | 0,00 | MO com LS => | 0,00 |
| Valor do BDI => | 0,18 | | | Valor com BDI => | 0,88 |
| | | Quant. => | 53.159,75 | Preço Total => | 46.780,58 |

| 5.4 | Código Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
|---------------------|---------------|---|---|-----|-----------|------------|-------|
| Composição | 100574 SINAPI | ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024 | PAVI - PAVIMENTAÇÃO | m³ | 1,0000000 | 1,37 | 1,37 |
| Composição Auxiliar | 88316 SINAPI | SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | SEDI - SERVIÇOS DIVERSOS | H | 0,0086260 | 21,43 | 0,18 |
| Composição Auxiliar | 5853 SINAPI | TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 150 HP, PESO OPERACIONAL 16,7 T, COM RODA MOTRIZ ELEVADA E LÂMINA 3,18 M3 - CHI DIURNO. AF_05/2014 | CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | CHI | 0,0061034 | 89,09 | 0,54 |
| Composição Auxiliar | 5851 SINAPI | TRATOR DE ESTEIRAS, POTÊNCIA 150 HP, PESO OPERACIONAL 16,7 T, COM RODA MOTRIZ ELEVADA E LÂMINA 3,18 M3 - CHP DIURNO. AF_06/2014 | CHOR - CUSTOS HORÁRIOS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS | CHP | 0,0025226 | 258,59 | 0,65 |

| | | | | | |
|-----------------|------|-----------|-----------|------------------|-----------|
| MO sem LS => | 0,26 | LS => | 0,00 | MO com LS => | 0,26 |
| Valor do BDI => | 0,35 | | | Valor com BDI => | 1,72 |
| | | Quant. => | 12.322,50 | Preço Total => | 21.194,70 |

| 6 | Código Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
|--------|----------------|---|------------|------------|---------------|-------------------------------------|---------------------|
| 6.1 | 0804029 SICRO3 | Corpo de BSTC D = 0,80 m PA1 - areia, brita e pedra de mão comerciais | | m | 1,0000000 | 620,63 | 620,63 |
| A | Código Banco | Equipamentos | Quantidade | Utilização | Custo Horário | Custo Horário Total | |
| | | | | Operativa | Improdutiva | Operativa | Improdutiva |
| Insumo | E9686 SICRO3 | Caminhão carroceria com guindauto com capacidade de 20 t.m - 136 kW | 1,0000000 | 1,00 | 0,00 | 301,3550 | 113,7321 |
| | | | | | | Custo horário total de equipamentos | 301,355 |
| B | Código Banco | Mão de Obra | Quantidade | | | Custo Horário | Custo Horário Total |
| Insumo | P9824 SICRO3 | Servente | 3,0000000 | | | 18,6371 | 55,9113 |
| | | | | | | Custo horário total de mão de obra | 55,9113 |
| | | | | | | Custo horário total de execução | 357,2663 |
| | | | | | | Produção de equipe | 4,15 |
| | | | | | | Custo unitário de execução | 86,0883 |
| | | | | | | Custo do FIC | 0 |
| | | | | | | Custo do FIT | 0 |

| C | Unidade | Preço Unitário | Custo Horário |
|--------|--------------|--|----------------------------------|
| Insumo | M2171 SICRO3 | Tubo de concreto armado PA1 - D = 0,80 m | 1,0000000 |
| | | | m |
| | | | 352,4196 |
| | | | Custo unitário total de material |
| | | | 352,4196 |

| D | Unidade | Preço Unitário | Custo Horário |
|------------|----------------|---|--------------------------------------|
| Composição | 3103302 SICRO3 | Fôrmas de tábuas de pinho para dispositivos de drenagem - utilização de 3 vezes - confecção, instalação e retirada | 0,7000000 |
| Composição | 1109671 SICRO3 | Argamassa de cimento e areia 1:4 - confecção em betoneira e lançamento manual - areia comercial | 0,0055000 |
| Composição | 1106165 SICRO3 | Concreto ciclópico fck = 20 MPa - confecção em betoneira e lançamento manual - areia, brita e pedra de mão comerciais | 0,3080000 |
| | | | m² |
| | | | m³ |
| | | | m³ |
| | | | 76,6200 |
| | | | 443,9300 |
| | | | 409,2300 |
| | | | Custo total de atividades auxiliares |
| | | | 182,1164 |

| F | Momento de Transporte | Banco | Descrição | Quantidade | Distância Média de Transporte (DMT) | Custo Horário |
|---|-----------------------|-------|-----------|------------|-------------------------------------|---------------|
| | | | | | LN | RP |
| | | | | | P | FE |

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689



| | | | | | | | | |
|--------|--------------|--|-----------------|---------|-----------|---------|---------------------------|-----------|
| Insumo | M2171 SICRO3 | Tubo de concreto armado PA1 - D = 0,80 m | 0,5446200 | 5914584 | 5914599 | 5914614 | -- | 0,0000 |
| | | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| | | | | 2,63 | 2,11 | 1,71 | | |
| | | | | 0,0000 | 0,0000 | 0,0000 | | |
| | | | | | | | Custo total de transporte | 0 |
| | | | MO sem LS => | 55,19 | LS => | 0,01 | MO com LS => | 55,20 |
| | | | Valor do BDI => | 162,23 | | | Valor com BDI => | 782,86 |
| | | | | | Quant. => | 42,00 | Preço Total => | 32.880,12 |

| | | | | | | | |
|------------|----------------|---|------|-----|-----------|------------|----------|
| 6.2 | Código Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Composição | 0804385 SICRO3 | Boca de BSTC D = 0,80 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas esconsas | | un | 1,0000000 | 1.839,99 | 1.839,99 |

| | |
|---------------------------------|---|
| Custo horário total de execução | 0 |
| Produção de equipe | 1 |
| Custo unitário de execução | 0 |
| Custo do FIC | 0 |
| Custo do FIT | 0 |

| | | | | | | |
|------------|----------------|--|------------|----------------|----------|---------------|
| D | | | Unidade | Preço Unitário | | Custo Horário |
| Composição | 1107892 SICRO3 | Concreto fck = 20 MPa - confecção em betoneira e lançamento manual - areia e brita comerciais | 2,1400000 | m³ | 459,8800 | 984,1432 |
| Composição | 3103302 SICRO3 | Fôrmas de tábuas de pinho para dispositivos de drenagem - utilização de 3 vezes - confecção, instalação e retirada | 11,1700000 | m² | 76,6200 | 855,8454 |

| | |
|--------------------------------------|-----------|
| Custo total de atividades auxiliares | 1839,9886 |
| MO sem LS => | 551,42 |
| Valor do BDI => | 480,97 |
| Quant. => | 14,00 |
| Preço Total => | 32.493,44 |

| | | | | | | | |
|------------|----------------|---|------|-----|-----------|------------|--------|
| 6.3 | Código Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Composição | 0804037 SICRO3 | Corpo de BSTC D = 1,00 m PA1 - areia, brita e pedra de mão comerciais | | m | 1,0000000 | 834,69 | 834,69 |

| | | | | | | |
|--------|--------------|---|------------|------------|---------------|-------------------------------------|
| A | Código Banco | Equipamentos | Quantidade | Utilização | Custo Horário | Custo Horário Total |
| | | | | Operativa | Improdutiva | |
| Insumo | E9686 SICRO3 | Caminhão carroceria com guindauto com capacidade de 20 t.m - 136 kW | 1,0000000 | 1,00 | 0,00 | 301,3550 |
| | | | | | | Custo horário total de equipamentos |
| | | | | | | 301,355 |

| | | | | | | |
|--------|--------------|-------------|------------|--|---------------|---------------------|
| B | Código Banco | Mão de Obra | Quantidade | | Custo Horário | Custo Horário Total |
| Insumo | P9824 SICRO3 | Servente | 3,0000000 | | 18,6371 | 55,9113 |

| | |
|------------------------------------|----------|
| Custo horário total de mão de obra | 55,9113 |
| Custo horário total de execução | 357,2663 |
| Produção de equipe | 3,1125 |
| Custo unitário de execução | 114,7844 |
| Custo do FIC | 0 |
| Custo do FIT | 0 |

| | | | | | | |
|--------|--------------|--|-----------|----------------|----------|---------------|
| C | | | Unidade | Preço Unitário | | Custo Horário |
| Insumo | M2175 SICRO3 | Tubo de concreto armado PA1 - D = 1,00 m | 1,0000000 | m | 490,8384 | 490,8384 |

| | | | | | | |
|------------|----------------|---|-----------|----------------|----------|---------------|
| D | | | Unidade | Preço Unitário | | Custo Horário |
| Composição | 1106165 SICRO3 | Concreto ciclópico fck = 20 MPa - confecção em betoneira e lançamento manual - areia, brita e pedra de mão comerciais | 0,4020000 | m³ | 409,2300 | 164,5100 |

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689



Linus

| | | | | | | |
|------------|----------------|--|-----------|----|----------|---------|
| Composição | 3103302 SICRO3 | Fôrmas de tábuas de pinho para dispositivos de drenagem - utilização de 3 vezes - confecção, instalação e retirada | 0,8000000 | m² | 76,6200 | 61,2960 |
| Composição | 1109671 SICRO3 | Argamassa de cimento e areia 1:4 - confecção em betoneira e lançamento manual - areia comercial | 0,0073500 | m³ | 443,9300 | 3,2629 |

| F | | Momento de Banco Transporte | Descrição | Quantidade | Custo total de atividades auxiliares | | | | 229,0694 |
|--------|--------------|-----------------------------|--|------------|--------------------------------------|---------|----------------|------|---------------------------|
| | | | | | Distância Média de Transporte (DMT) | | | | Custo Horário |
| | | | | | LN | RP | P | FE | |
| Insumo | M2175 SICRO3 | | Tubo de concreto armado PA1 - D = 1,00 m | 0,7866700 | 5914584 | 5914599 | 5914614 | — | 0,0000 |
| | | | | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | | |
| | | | | | 2,63 | 2,11 | 1,71 | | |
| | | | | | 0,0000 | 0,0000 | 0,0000 | | |
| | | | | | Custo total de transporte | | | | 0 |
| | | | | | MO sem LS => | 67,88 | LS => | 0,01 | MO com LS => 67,89 |
| | | | | | Valor do BDI => | 218,18 | | | Valor com BDI => 1.052,87 |
| | | | | | Quant. => | 42,00 | Preço Total => | | 44.220,54 |

| | | | | | | | |
|---------------------------------|----------------|---|------|-----|-----------|------------|----------|
| 6.4 | Código Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Composição | 0804393 SICRO3 | Boca de BSTC D = 1,00 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas esconsas | | un | 1,0000000 | 2.841,79 | 2.841,79 |
| Custo horário total de execução | | | | | | | 0 |
| Produção de equipe | | | | | | | 1 |
| Custo unitário de execução | | | | | | | 0 |
| Custo do FIC | | | | | | | 0 |
| Custo do FIT | | | | | | | 0 |

| D | | | Unidade | Preço Unitário | Custo Horário | |
|--------------------------------------|----------------|--|------------|----------------|---------------|------------|
| Composição | 3103302 SICRO3 | Fôrmas de tábuas de pinho para dispositivos de drenagem - utilização de 3 vezes - confecção, instalação e retirada | 15,6800000 | m² | 76,6200 | 1.201,4016 |
| Composição | 1107892 SICRO3 | Concreto fck = 20 MPa - confecção em betoneira e lançamento manual - areia e brita comerciais | 3,5670000 | m³ | 459,8800 | 1.640,3920 |
| Custo total de atividades auxiliares | | | | | | 2841,7936 |
| MO sem LS => | | | | | | 801,66 |
| Valor do BDI => | | | | | | 3.584,63 |
| Quant. => | | | | | | 14,00 |
| Preço Total => | | | | | | 50.184,82 |

| | | | | | | | |
|-----------------|-------------------------------|---|----------|-----|-----------|------------|-----------|
| 7 | RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADAS | | | | | | 12.019,47 |
| | Código Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total |
| Insumo | COMP005 Próprio | REPARAÇÃO DE DANOS FÍSICOS AO MEIO AMBIENTE | Serviços | m² | 1,0000000 | 0,43 | 0,43 |
| | 88316 SINAPI | SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES | | H | 0,0100000 | 12,69 | |
| | 5722 SINAPI | TRATOR DE ESTEIRAS, POTENCIA 347 HP, PESO OPERACIONAL 38,5T, COM LAMINA 8,70 M3 - MATERIAIS NA OPERAÇÃO | | H | 0,0019000 | 166,70 | |
| MO sem LS => | | | | | | | 0,00 |
| Valor do BDI => | | | | | | | 0,54 |
| Quant. => | | | | | | | 22.258,28 |
| Preço Total => | | | | | | | 12.019,47 |

Total sem BDI
Total do BDI
Total Geral

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA n° 11183-2689



Revisão

Obra
CONVENIO ESTRADAS VICINAIS ATUALIZADO QNT

Bancos
SINAPI - 11/2024 - Maranhão

Curva ABC de Insumos

| Código | Banco | Grupo | Descrição | Tipo | Und | Quantidade | Improdutiva | Operativa | Improdutiva | Operativa | Improdutiva | Geral | Peso | Valor Acumulado | Peso Acumulado |
|-------------|---------|-------|--|---------------|-----|----------------|-------------|--------------|-------------|------------|-------------|------------|--------|-----------------|----------------|
| COMP 172030 | Próprio | | AQUISIÇÃO DE MATERIAL 1ª CATEGORIA | Material | m³ | 12.322,5000000 | | 14,73 | | 181.510,43 | | 181.510,43 | 20,91% | 181.510,43 | 20,91% |
| 00007622 | SINAPI | | TRATOR DE ESTEIRAS, POTENCIA DE 100 HP, PESO OPERACIONAL DE 9,4 T, COM LAMINA COM CAPACIDADE DE 2,19 M3 | Equipamento | UN | 0,0745354 | | 1.362.208,56 | | 101.532,76 | | 101.532,76 | 11,70% | 283.043,19 | 32,61% |
| E9667 | SICRO3 | | Caminhão basculante com capacidade de 14 m³ - 210 kW | Equipamento | H | 253,2709811 | 0,0000000 | 376,55 | 89,66 | 95.369,54 | 0,00 | 95.369,54 | 10,99% | 378.412,73 | 43,60% |
| 00004221 | SINAPI | | OLEO DIESEL COMBUSTIVEL COMUM METROPOLITANO S-10 OU S-500 | Material | L | 8.896,7894855 | | 7,37 | | 65.569,34 | | 65.569,34 | 7,55% | 443.982,07 | 51,15% |
| COMP 172032 | Próprio | | ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA | Administração | mes | 5,0000000 | | 7.880,16 | | 39.400,80 | | 39.400,80 | 4,54% | 483.382,87 | 55,69% |
| 00004230 | SINAPI | | OPERADOR DE MAQUINAS E TRATORES DIVERSOS - TERRAPLANAGEM (HORISTA) | Mão de Obra | H | 1.262,3438542 | | 23,51 | | 29.677,70 | | 29.677,70 | 3,42% | 513.060,57 | 59,11% |
| 00004090 | SINAPI | | MOTONIVELADORA POTENCIA BASICA LIQUIDA (PRIMEIRA MARCHA) 125 HP, PESO BRUTO 13843 KG, LARGURA DA LAMINA DE 3,7 M | Equipamento | UN | 0,0192552 | | 1.475.838,00 | | 28.417,59 | | 28.417,59 | 3,27% | 541.478,16 | 62,39% |
| 00014511 | SINAPI | | ROLO COMPACTADOR DE PNEUS, ESTATICO, PRESSAO VARIÁVEL, POTENCIA 110 HP, PESO SEM/COM LASTRO 10,8/27 T, LARGURA DE ROLAGEM 2,30 M | Equipamento | UN | 0,0214498 | | 1.258.656,97 | | 26.997,97 | | 26.997,97 | 3,11% | 568.476,13 | 65,50% |
| M2175 | SICRO3 | | Tubo de concreto armado PA1 - D = 1,00 m | Material | m | 42,0000000 | | 619,14 | | 26.003,81 | | 26.003,81 | 3,00% | 594.479,95 | 68,49% |
| M0424 | SICRO3 | | Cimento Portland CP II - 32 - saco | Material | kg | 28.628,5746285 | | 0,90 | | 25.843,01 | | 25.843,01 | 2,98% | 620.322,96 | 71,47% |
| 00006111 | SINAPI | | SERVENTE DE OBRAS (HORISTA) | Mão de Obra | H | 1.321,3948898 | | 15,85 | | 20.944,11 | | 20.944,11 | 2,41% | 641.267,07 | 73,88% |
| 00037370 | SINAPI | | ALIMENTAÇÃO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES) | Material | H | 3.558,3754468 | | 5,85 | | 20.816,50 | | 20.816,50 | 2,40% | 662.083,57 | 76,28% |
| 00037758 | SINAPI | | CAMINHAO TRUCADO, PESO BRUTO TOTAL 23000 KG, CARGA UTIL MAXIMA 15285 KG, DISTANCIA ENTRE EIXOS 4,80 M, POTENCIA 326 CV (INCLUI CABINE E CHASSI, NAO INCLUI CARROCERIA) | Equipamento | UN | 0,0189754 | | 1.019.597,54 | | 19.347,24 | | 19.347,24 | 2,23% | 681.430,80 | 78,51% |
| M2171 | SICRO3 | | Tubo de concreto armado PA1 - D = 0,80 m | Material | m | 42,0000000 | | 444,54 | | 18.670,66 | | 18.670,66 | 2,15% | 700.101,47 | 80,66% |
| M1429 | SICRO3 | | Tábua de pinho de terceira - E = 2,5 cm | Material | m² | 177,4472700 | | 76,27 | | 13.533,57 | | 13.533,57 | 1,56% | 713.635,03 | 82,22% |
| P9808 | SICRO3 | | Carpinteiro | Mão de Obra | h | 395,0100000 | | 31,50 | | 12.441,63 | | 12.441,63 | 1,43% | 726.076,66 | 83,66% |
| COMP 172033 | Próprio | | REPARAÇÃO DE DANOS FÍSICOS AO MEIO AMBIENTE | Serviços | m² | 22.258,2800000 | | 0,54 | | 12.019,47 | | 12.019,47 | 1,38% | 738.096,13 | 85,04% |
| 00007624 | SINAPI | | TRATOR DE ESTEIRAS, POTENCIA DE 150 HP, PESO OPERACIONAL DE 16,7 T, COM RODA MOTRIZ ELEVADA E LAMINA COM CONTATO DE 3,18M3 | Equipamento | UN | 0,0064903 | | 1.765.960,00 | | 11.461,57 | | 11.461,57 | 1,32% | 749.557,70 | 86,36% |
| P9801 | SICRO3 | | Ajudante | Mão de Obra | h | 395,0100000 | | 24,52 | | 9.685,37 | | 9.685,37 | 1,12% | 759.243,07 | 87,48% |
| COMP 172029 | Próprio | | MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO | Transporte | un | 2,0000000 | | 4.675,70 | | 9.351,40 | | 9.351,40 | 1,08% | 768.594,47 | 88,55% |
| E9686 | SICRO3 | | Caminhão carroceria com guindauto com capacidade de 20 t.m - 136 kW | Equipamento | H | 23,6144578 | 0,0000000 | 380,13 | 120,07 | 8.976,45 | 0,00 | 8.976,45 | 1,03% | 777.570,92 | 89,59% |
| 00004239 | SINAPI | | OPERADOR DE MOTONIVELADORA (HORISTA) | Mão de Obra | H | 266,6442879 | | 31,68 | | 8.447,29 | | 8.447,29 | 0,97% | 786.018,21 | 90,56% |
| 00004093 | SINAPI | | MOTORISTA DE CAMINHAO (HORISTA) | Mão de Obra | H | 265,6644150 | | 31,21 | | 8.291,39 | | 8.291,39 | 0,96% | 794.309,60 | 91,52% |

Lucas

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689



| | | | | | | | | | | | | | | |
|----------|--------|---|-------------|----|---------------|------------|----------|----------|----------|------------|----------|-------|------------|---------|
| M0082 | SICRO3 | Areia média lavada | Material | m³ | 64,4174936 | 124,68 | 8.031,56 | 8.031,56 | 0,93% | 802.341,16 | 92,44% | | | |
| P9824 | SICRO3 | Servente | Mão de Obra | h | 335,5031095 | 23,51 | 7.886,71 | 7.886,71 | 0,91% | 810.227,86 | 93,35% | | | |
| M0191 | SICRO3 | Brita 1 | Material | m³ | 37,0377409 | 191,40 | 7.089,04 | 7.089,04 | 0,82% | 817.316,90 | 94,17% | | | |
| M0192 | SICRO3 | Brita 2 | Material | m³ | 37,0377409 | 190,14 | 7.042,37 | 7.042,37 | 0,81% | 824.359,27 | 94,98% | | | |
| 00037372 | SINAPI | EXAMES - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES) | Material | H | 3.558,3754468 | 1,69 | 6.013,65 | 6.013,65 | 0,69% | 830.372,92 | 95,67% | | | |
| 00004238 | SINAPI | OPERADOR DE ROLO COMPACTADOR (HORISTA) | Mão de Obra | H | 266,8442879 | 19,40 | 5.172,90 | 5.172,90 | 0,60% | 835.545,82 | 96,27% | | | |
| M0290 | SICRO3 | Tábua - E = 2,5 cm e L = 10 cm | Material | m | 533,2152210 | 7,31 | 3.899,03 | 3.899,03 | 0,45% | 839.444,85 | 96,72% | | | |
| 00044503 | SINAPI | JARDINEIRO (HORISTA) | Mão de Obra | H | 228,0626612 | 16,97 | 3.870,22 | 3.870,22 | 0,45% | 843.315,08 | 97,16% | | | |
| 00004813 | SINAPI | PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,4 X 1,2* M (SEM POSTES PARA FIXACAO) | Material | M² | 6,0000000 | 504,56 | 3.027,36 | 3.027,36 | 0,35% | 846.342,44 | 97,51% | | | |
| M1097 | SICRO3 | Pedra de mão ou rachão | Material | m³ | 15,6853200 | 183,30 | 2.875,14 | 2.875,14 | 0,33% | 849.217,57 | 97,84% | | | |
| 00037371 | SINAPI | TRANSPORTE - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES) | Serviços | H | 3.558,3754468 | 0,79 | 2.811,12 | 2.811,12 | 0,32% | 852.028,69 | 98,17% | | | |
| 00037736 | SINAPI | TANQUE DE ACO CARBONO NAO REVESTIDO, PARA TRANSPORTE DE AGUA COM CAPACIDADE DE 10 M3, COM BOMBA CENTRIFUGA POR TOMADA DE FORCA, VAZAO MAXIMA *75* M3/H (INCLUI MONTAGEM, NAO INCLUI CAMINHAO) | Material | UN | 0,0249099 | 108.417,33 | 2.700,67 | 2.700,67 | 0,31% | 854.729,36 | 98,46% | | | |
| 00043488 | SINAPI | EPI - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Equipamento | H | 2.038,1497085 | 1,08 | 2.201,20 | 2.201,20 | 0,25% | 856.930,56 | 98,73% | | | |
| 00043491 | SINAPI | EPI - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Equipamento | H | 1.289,8956383 | 1,67 | 2.154,13 | 2.154,13 | 0,25% | 859.084,69 | 98,98% | | | |
| E9519 | SICRO3 | Betoneira com motor a gasolina com capacidade de 600 l - 10 kW | Equipamento | H | 25,7772864 | 0,0000000 | 61,40 | 31,41 | 1.582,67 | 0,00 | 1.582,67 | 0,18% | 860.667,35 | 99,16% |
| E9535 | SICRO3 | Serra circular com bancada - D = 30 cm - 4 kW | Equipamento | H | 41,1337080 | 0,0000000 | 32,77 | 28,29 | 1.348,00 | 0,00 | 1.348,00 | 0,16% | 862.015,35 | 99,32% |
| 00043467 | SINAPI | FERRAMENTAS - FAMILIA SERVENTE - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Equipamento | H | 1.289,8956383 | 0,76 | 980,32 | 980,32 | 0,11% | 862.995,67 | 99,43% | | | |
| E9066 | SICRO3 | Grupo gerador - 14 kVA | Equipamento | H | 41,1337080 | 0,0000000 | 22,81 | 4,63 | 938,12 | 0,00 | 938,12 | 0,11% | 863.933,80 | 99,54% |
| E9592 | SICRO3 | Caminhão carroceria com capacidade de 15 t - 188 kW | Equipamento | H | 2,9141141 | 0,0000000 | 313,41 | 72,47 | 913,30 | 0,00 | 913,30 | 0,11% | 864.847,10 | 99,64% |
| M0030 | SICRO3 | Aditivo plastificante e retardador de pega para concreto e argamassa | Material | kg | 85,2994671 | 9,67 | 825,03 | 825,03 | 0,10% | 865.672,13 | 99,74% | | | |
| P9821 | SICRO3 | Pedreiro | Mão de Obra | h | 25,7772864 | 31,37 | 808,57 | 808,57 | 0,09% | 866.480,70 | 99,83% | | | |
| E9579 | SICRO3 | Caminhão basculante com capacidade de 10 m³ - 210 kW | Equipamento | H | 1,3051667 | 0,2124690 | 375,64 | 89,29 | 490,28 | 18,97 | 509,25 | 0,06% | 866.989,95 | 99,89% |
| 00043489 | SINAPI | EPI - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Equipamento | H | 226,7340000 | 1,56 | 353,71 | 353,71 | 0,04% | 867.343,65 | 99,93% | | | |
| 00043465 | SINAPI | FERRAMENTAS - FAMILIA PEDREIRO - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Equipamento | H | 226,7340000 | 1,03 | 233,54 | 233,54 | 0,03% | 867.577,19 | 99,96% | | | |
| M1205 | SICRO3 | Prego de ferro | Material | kg | 10,3799850 | 19,96 | 207,22 | 207,22 | 0,02% | 867.784,41 | 99,98% | | | |
| 00004509 | SINAPI | SARRAFO *2,5 X 10* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA | Material | M | 19,2498000 | 7,61 | 146,49 | 146,49 | 0,02% | 867.930,90 | 100,00% | | | |
| M0560 | SICRO3 | Desmoldante para fôrmas de madeira | Material | l | 8,1284280 | 16,24 | 132,02 | 132,02 | 0,02% | 868.062,92 | 100,01% | | | |
| E9064 | SICRO3 | Transportador manual gerica com capacidade de 180 l | Equipamento | H | 31,6944555 | 45,6374038 | 2,09 | 1,13 | 66,16 | 51,42 | 117,58 | 0,01% | 868.180,50 | 100,03% |
| E9071 | SICRO3 | Transportador manual carrinho de mão com capacidade de 80 l | Equipamento | H | 92,7311695 | 10,3779761 | 0,90 | 0,49 | 83,65 | 5,09 | 88,75 | 0,01% | 868.269,24 | 100,04% |
| 00001213 | SINAPI | CARPINTEIRO DE FORMAS PARA CONCRETO (HORISTA) | Mão de Obra | H | 2,2671127 | 21,73 | 49,26 | 49,26 | 0,04% | 868.318,57 | 100,04% | | | |

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689



Divisão

| | | | | | | | | | | | | | | |
|----------|--------|--|-------------|----|---------------|-----------|-------|------|-------|------|-------|-------|------------|---------|
| E9010 | SICRO3 | Balança plataforma digital à bateria, com mesa de 75 x 75 cm e capacidade de 500 kg | Equipamento | H | 25,6483218 | 0,0000000 | 1,58 | 0,85 | 40,50 | 0,00 | 40,50 | 0,00% | 868.359,00 | 100,05% |
| 00037373 | SINAPI | SEGURO - HORISTA (COLETADO CAIXA - ENCARGOS COMPLEMENTARES) | Taxas | H | 3.558,3754468 | | 0,01 | | 35,58 | | 35,58 | 0,00% | 868.394,59 | 100,05% |
| 00004783 | SINAPI | PINTOR (HORISTA) | Mão de Obra | H | 1,3817843 | | 23,03 | | 31,82 | | 31,82 | 0,00% | 868.426,41 | 100,06% |
| 00007340 | SINAPI | IMUNIZANTE PARA MADEIRA, INCOLOR | Material | L | 0,9771000 | | 29,28 | | 28,61 | | 28,61 | 0,00% | 868.455,02 | 100,06% |
| 00043464 | SINAPI | FERRAMENTAS - FAMILIA OPERADOR ESCAVADEIRA - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Equipamento | H | 2.038,1497085 | | 0,01 | | 20,38 | | 20,38 | 0,00% | 868.475,40 | 100,06% |
| 00043483 | SINAPI | EPI - FAMILIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Equipamento | H | 2,2374000 | | 1,80 | | 4,03 | | 4,03 | 0,00% | 868.479,43 | 100,06% |
| 00043466 | SINAPI | FERRAMENTAS - FAMILIA PINTOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Equipamento | H | 1,3587000 | | 2,48 | | 3,37 | | 3,37 | 0,00% | 868.482,80 | 100,06% |
| 00005065 | SINAPI | PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 10 X 10 (7/8 X 17) | Material | KG | 0,0678000 | | 47,10 | | 3,19 | | 3,19 | 0,00% | 868.485,99 | 100,06% |
| 00043490 | SINAPI | EPI - FAMILIA PINTOR - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Equipamento | H | 1,3587000 | | 2,18 | | 2,96 | | 2,96 | 0,00% | 868.488,95 | 100,06% |
| 00005069 | SINAPI | PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 27 (2 1/2 X 11) | Material | KG | 0,0792000 | | 25,24 | | 2,00 | | 2,00 | 0,00% | 868.490,95 | 100,06% |
| 00043459 | SINAPI | FERRAMENTAS - FAMILIA CARPINTEIRO DE FORMAS - HORISTA (ENCARGOS COMPLEMENTARES - COLETADO CAIXA) | Equipamento | H | 2,2374000 | | 0,61 | | 1,36 | | 1,36 | 0,00% | 868.492,32 | 100,06% |

| | |
|----------------------------|----------------|
| Equipamento | R\$ 303.596,27 |
| Equipamento para Aquisição | R\$ 0,00 |
| Mão de Obra | R\$ 107.306,97 |
| Material | R\$ 393.970,70 |
| Serviços | R\$ 14.830,59 |
| Taxas | R\$ 35,58 |
| Administração | R\$ 39.400,80 |
| Aluguel | R\$ 0,00 |
| Verba | R\$ 0,00 |
| Transporte | R\$ 9.351,40 |
| Franquia | R\$ 0,00 |
| Outros | R\$ 0,00 |

| | |
|---------------|------------|
| Total sem BDI | 689.004,02 |
| Total do BDI | 178.930,43 |
| Total Geral | 867.934,45 |

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689



Lucas

Obra
CONVENIO ESTRADAS VICINAIS ATUALIZADO QNT

Bancos
SINAPI - 11/2024 - Maranhão
SICRO3 - 07/2024 - Maranhão
ORSE - 09/2024 - Sergipe

B.D.I.
26,14% **Encargos Sociais**
Desonerado: embutido nos preços
unitário dos insumos de mão de
obra, de acordo com as bases.

Curva ABC de Serviços

| Código | Banco | Descrição | Tipo | Und | Quant. | Valor Unit | Total | Peso (%) | Peso Acumulado (%) |
|-------------|---------|--|---------------------------|-----|------------|------------|------------|----------|--------------------|
| COMP 172030 | Próprio | AQUISIÇÃO DE MATERIAL 1º CATEGORIA | Material | m³ | 12.322,5 | 14,73 | 181.510,42 | 20,91 | 20,91 |
| 101114 | SINAPI | ESCAVAÇÃO HORIZONTAL EM SOLO DE 1A CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3). AF_07/2020 | MOVT - MOVIMENTO DE TERRA | m³ | 29.444,25 | 5,49 | 161.648,93 | 18,62 | 39,54 |
| 96386 | SINAPI | EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE CORPO DE ATERRO (95% DE ENERGIA DO PROCTOR NORMAL) COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO ESPESSURA 15CM - EXCLUSIVE MATERIAL, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024 | MOVT - MOVIMENTO DE TERRA | m³ | 17.121,75 | 8,35 | 142.966,61 | 16,47 | 56,01 |
| 5915320 | SICRO3 | Transporte com caminhão basculante de 14 m³ - rodovia em revestimento primário | | tkm | 110.362,83 | 0,88 | 97.119,29 | 11,19 | 67,20 |
| 0804393 | SICRO3 | Boca de BSTC D = 1,00 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas esconsas | | un | 14,0 | 3.584,63 | 50.184,82 | 5,78 | 72,98 |
| 0804037 | SICRO3 | Corpo de BSTC D = 1,00 m PA1 - areia, brita e pedra de mão comerciais | | m | 42,0 | 1.052,87 | 44.220,54 | 5,09 | 78,08 |
| 98525 | SINAPI | LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_03/2024 | URBA - URBANIZAÇÃO | m² | 49.290,0 | 0,80 | 39.432,00 | 4,54 | 82,62 |
| COMP 172032 | Próprio | ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA | Administração | mes | 5,0 | 7.880,16 | 39.400,80 | 4,54 | 87,16 |
| 0804029 | SICRO3 | Corpo de BSTC D = 0,80 m PA1 - areia, brita e pedra de mão comerciais | | m | 42,0 | 782,86 | 32.880,12 | 3,79 | 90,95 |
| 0804385 | SICRO3 | Boca de BSTC D = 0,80 m - esconsidade 0° - areia e brita comerciais - alas esconsas | | un | 14,0 | 2.320,96 | 32.493,44 | 3,74 | 94,69 |

Lucas

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689



| | | | | | | | | | |
|-------------|---------|--|---------------------|----|-----------|----------|-----------|------|--------|
| 100574 | SINAPI | ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_09/2024 | PAVI - PAVIMENTAÇÃO | m³ | 12.322,5 | 1,72 | 21.194,70 | 2,44 | 97,13 |
| COMP 172033 | Próprio | REPARAÇÃO DE DANOS FÍSICOS AO MEIO AMBIENTE | Serviços | m² | 22.258,28 | 0,54 | 12.019,47 | 1,38 | 98,52 |
| COMP 172029 | Próprio | MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO | Transporte | un | 2,0 | 4.675,70 | 9.351,40 | 1,08 | 99,60 |
| 103689 | SINAPI | FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_03/2022_PS | PAVI - PAVIMENTAÇÃO | m² | 6,0 | 585,32 | 3.511,92 | 0,40 | 100,00 |

| | |
|----------------------|-------------------|
| Total sem BDI | 689.004,02 |
| Total do BDI | 178.930,43 |
| Total Geral | 867.934,45 |

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689



Divisão

Obra
CONVENIO ESTRADAS
VICINAIS ATUALIZADO QNT

Bancos
SINAPI - 11/2024 - Maranhão
SICRO3 - 07/2024 - Maranhão
ORSE - 09/2024 - Sergipe

B.D.I.
26,14%
Encargos Sociais
Desonerado: embutido nos preços unitário
dos insumos de mão de obra, de acordo
com as bases.

Cronograma Físico e Financeiro

| Item | Descrição | Total Por Etapa | 30 DIAS | 60 DIAS | 90 DIAS | 120 DIAS | 150 DIAS | 180 DIAS | 210 DIAS | 240 DIAS | 270 DIAS | 300 DIAS | 330 DIAS | 360 DIAS |
|-----------------------|-----------------------------------|-----------------|-----------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| 1 | SERVIÇOS INICIAIS | 100,00% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% |
| | | 3.511,92 | 292,65 | 292,65 | 292,65 | 292,65 | 292,65 | 292,65 | 292,65 | 292,65 | 292,65 | 292,65 | 292,65 | 292,65 |
| 2 | MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE | 100,00% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% |
| | | 9.351,40 | 779,25 | 779,25 | 779,25 | 779,25 | 779,25 | 779,25 | 779,25 | 779,25 | 779,25 | 779,25 | 779,25 | 779,25 |
| 3 | ADMINISTRAÇÃO LOCAL | 100,00% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% |
| | | 39.400,80 | 3.283,27 | 3.283,27 | 3.283,27 | 3.283,27 | 3.283,27 | 3.283,27 | 3.283,27 | 3.283,27 | 3.283,27 | 3.283,27 | 3.283,27 | 3.283,27 |
| 4 | SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM | 100,00% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% |
| | | 326.735,72 | 27.226,89 | 27.226,89 | 27.226,89 | 27.226,89 | 27.226,89 | 27.226,89 | 27.226,89 | 27.226,89 | 27.226,89 | 27.226,89 | 27.226,89 | 27.226,89 |
| 5 | SERVIÇOS DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO | 100,00% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% |
| | | 317.136,22 | 26.426,96 | 26.426,96 | 26.426,96 | 26.426,96 | 26.426,96 | 26.426,96 | 26.426,96 | 26.426,96 | 26.426,96 | 26.426,96 | 26.426,96 | 26.426,96 |
| 6 | SERVIÇOS DE DRENAGEM | 100,00% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% |
| | | 159.778,92 | 13.314,38 | 13.314,38 | 13.314,38 | 13.314,38 | 13.314,38 | 13.314,38 | 13.314,38 | 13.314,38 | 13.314,38 | 13.314,38 | 13.314,38 | 13.314,38 |
| 7 | RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADAS | 100,00% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% |
| | | 12.019,47 | 1.001,58 | 1.001,58 | 1.001,58 | 1.001,58 | 1.001,58 | 1.001,58 | 1.001,58 | 1.001,58 | 1.001,58 | 1.001,58 | 1.001,58 | 1.001,58 |
| Porcentagem | | | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% | 8,33% |
| Custo | | | 72.324,98 | 72.324,98 | 72.324,98 | 72.324,98 | 72.324,98 | 72.324,98 | 72.324,98 | 72.324,98 | 72.324,98 | 72.324,98 | 72.324,98 | 72.324,98 |
| Porcentagem Acumulado | | | 8,33% | 16,67% | 25,0% | 33,33% | 41,66% | 50,0% | 58,33% | 66,66% | 75,0% | 83,33% | 91,66% | 100,0% |
| Custo Acumulado | | | 72.324,97 | 144.649,95 | 216.974,93 | 289.299,91 | 361.624,88 | 433.949,86 | 506.274,84 | 578.599,82 | 650.924,79 | 723.249,77 | 795.574,75 | 867.934,45 |

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 11183-2689



divid



ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS / RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO/MA

| | |
|---|---------|
| Conforme legislação tributária municipal, definir estimativa de percentual da base de cálculo para o ISS: | 100,00% |
| Sobre a base de cálculo, definir a respectiva alíquota do ISS (entre 2% e 5%): | 2,50% |

BDI 1

TIPO DE OBRA

Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas

| Itens | Siglas | %
Adotado |
|---|----------------|---------------|
| Administração Central | AC | 3,80% |
| Seguro e Garantia | SG | 0,32% |
| Risco | R | 0,50% |
| Despesas Financeiras | DF | 1,02% |
| Lucro | L | 6,64% |
| Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%) | CP | 3,65% |
| Tributos (ISS, variável de acordo com o município) | ISS | 2,50% |
| Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta - 0% ou 4,5% - Desoneração) | CPRB | 4,50% |
| BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU) | BDI PAD | 20,09% |
| BDI COM desoneração | BDI DES | 26,14% |

Os valores de BDI foram calculados com o emprego da fórmula:

$$BDI = \frac{(1+AC+S+R+G)*(1+DF)*(1+L)}{(1-CP-ISS-CPRB)} - 1$$

Declaro para os devidos fins que, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo deste tipo de obra corresponde à 100%, com a respectiva alíquota de 2,5%.

Declaro para os devidos fins que o regime de Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta adotado para elaboração do orçamento foi COM Desoneração, e que esta é a alternativa mais adequada para a Administração Pública.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA n 1118372689

Quinor

**CADERNO DE DISCRIMINAÇÕES TÉCNICAS DA ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS
VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO/MA.**

ÍNDICE

- MEMORIAL DESCRITIVO
- ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
- COMPOSIÇÃO DE BDI
- ENCARGOS SOCIAIS
- MEMÓRIA DE CÁLCULO
- PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
- COMPOSIÇÕES DE CUSTOS
- CURVA ABC
- PLANILHA DE EVENTOS E CRONOGRAMA
- QCI
- CÁLCULO DE TRANSPORTE
- QUADRO DE CUBAGEM
- ART
- PLANTAS
- CD

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 111837-2689
Lucas Abreu Aguiar

MEMORIAL DESCRITIVO

LOCALIDADE

- TRECHO I: RAMAL BONITO (COITÉ), EXT. 1.600,00 M;
TRECHO II: RAMAL JOÃO MANOEL/SUCUPIRA (COITÉ), EXT. 3.270,00 M;
TRECHO III: RAMAL SUCUPIRA/SÃO DOMINGOS (COITÉ), EXT. 3.600,00 M;
TRECHO IV: RAMAL JOÃO DELADIA/EDIVALDO (COITÉ), EXT. 2.100,00 M;
TRECHO V: RAMAL MANGUEIRA (COITÉ), EXT. 1.200,00 M;
TRECHO VI: RAMAL MANGUEIRA/TRINDADE (COITÉ), EXT. 3.850,00 M;
TRECHO VII: RAMAL CAMPAL (COITÉ), EXT. 315,00 M;
TRECHO VIII: RAMAL SÃO EN 1 (COITÉ), EXT. 400,00 M;
TRECHO IX: RAMAL SÃO EN 2 (COITÉ), EXT. 300,00 M;
TRECHO X: RAMAL EDSON GOMES/GASPAR (COITÉ), EXT. 2.000,00 M;
TRECHO XI: RAMAL AQUINO (SOMBRAS), EXT. 600,00 M;
TRECHO XII: RAMAL JOÃO ROCHO/ISAURA (SOMBRAS), EXT. 1.100,00 M;
TRECHO XIII: RAMAL NOUREDIM/SUCUPIRA (SOMBRAS), EXT. 2.800,00 M;
TRECHO XIV: RAMAL JOJOTA (MARIA MOTA), EXT. 1.000,00 M;
TRECHO XV: RAMAL IRMÃO LINO (MARIA MOTA), EXT. 355,00 M;
TRECHO XVI: RAMAL RAIMUNDO/JR. BALA (MARIA MOTA), EXT. 410,00 M.

EXTENSÃO TOTAL: 24.900,00 M

JUSTIFICATIVA TÉCNICA:

A estradas vicinais dos trechos de melhoramento dá acessibilidade a diversos povoados, essas estradas encontram-se em péssimas condições tornando-se difícil os acessos às bases produtivas rurais, responsáveis por grande parte do PIB municipal com o escoamento da produção dos pecuaristas e agricultores, além do que estas estradas recuperadas proporcionaram facilidade de acesso das crianças às escolas; portanto a manutenção da trafegabilidade do trecho em questão é de suma importância para o desenvolvimento do município.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 11183-2680
Lucas Abreu Aguiar

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO TRECHO:

Estes trechos de 24,9 km tiveram suas implantações há longos anos e atualmente necessitam de obras de recuperação, pois o revestimento primário já não existe. A elevação de greide de terraplanagem em grande parte e recomposição do revestimento primário.

As cotas de aterro serão elevadas até que possa proporcionar um escoamento superficial seguro para que os envaletamentos direcionem as águas pluviais para a faixa de domínio.

As plataformas de projeto para obras desta natureza devem ter largura mínima de 5,00m, com taludes 1:2 em áreas de corte e aterro, que se tecnicamente executados com material de primeira categoria, importado de jazidas com bom CBR das áreas circunvizinhas, proporcionará estabilidade e segurança da estrutura construída.

CADASTRO DA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO

Nesta fase, procederam-se o levantamento da área, da funcionalidade e as condições de aproveitamento.

OBJETIVOS

Geral

Implementar um sistema de melhoramento da estrada vicinal e drenagem, oferecendo melhores condições de deslocamento para a sede do município.

Específico

- Prover para a população de Porto Franco, estradas trafegáveis na extensão de 24,9 Km, na zona rural do município;
- Promover a melhoria nas condições de conforto e segurança no trânsito do município;
- Contribuir para a manutenção do bem-estar da população.

DEFINIÇÃO DAS ETAPAS E INFORMAÇÕES CONSTRUTIVAS

Introdução

Todos os materiais a serem empregados na obra deverão ser comprovadamente de boa qualidade e satisfazer rigorosamente as especificações a seguir. Todos os serviços serão executados em completa obediência aos princípios de boa técnica, devendo ainda satisfazer rigorosamente às Normas Brasileiras.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA n° 11183-2689
Lucas Abreu Aguiar

Durante a obra será feita periódica remoção de todo entulho e detritos que venham a se acumular no local.

Competirá à empreiteira fornecer todo o ferramental, instalações provisórias, maquinaria e aparelhamento adequado a mais perfeita execução dos serviços contratados.

Qualquer dúvida na especificação, caso algum material tenha saído de linha durante a obra, ou ainda caso faça opção pelo uso de algum material equivalente, consultar a Fiscalização de Obras que, se necessário, buscará junto aos departamentos e divisões na Rede Física o apoio para essa definição e para maiores esclarecimentos a fim de que a obra mantenha o mesmo padrão de qualidade, em todos os níveis da edificação.

Este Memorial Descritivo tem a função de propiciar a perfeita compreensão do projeto e de orientar o construtor objetivando a boa execução da obra.

Os serviços deverão ser feitos rigorosamente de acordo com o projeto de execução. Toda e qualquer alteração que por necessidade deva ser introduzida no projeto ou nas especificações.

Poderá a fiscalização paralisar os serviços ou mesmo mandar refazê-los, quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica.

Deve também manter serviço ininterrupto de vigilância da obra até sua entrega definitiva, responsabilizando-se por quaisquer danos decorrentes da execução da mesma. É de sua responsabilidade manter atualizados, no canteiro de obras, Alvará,

Certidões e Licenças, evitando interrupções por embargo, assim como ter um jogo completo, aprovado e atualizado dos projetos, especificações.

Mobilização

A empreiteira deverá tomar todas as providências relativas à mobilização de pessoal e equipamentos de construção imediatamente após a assinatura do contrato, de forma a permitir início efetivo às obras e possibilitar o cumprimento do cronograma de execução.

Vistoria e manutenção da obra

A obra de melhoramento deverá sofrer vistorias periódicas para avaliar a estrutura durante a execução. Nesta deverão ser avaliadas possíveis alterações que aconteçam na obra e o projetista deverá ser comunicado para a devida análise.

Diário de ocorrências

Durante a execução da obra, a CONTRATADA deverá manter diário de ocorrências atualizado para acompanhamento da fiscalização.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA n.º 111837-2689
Lucas Abreu Aguiar

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

SERVIÇOS INICIAIS

Placa de obra

O material a ser utilizado na confecção será:

Placa: (2,00x3,00)m = 6,00m²

Placa em folha de zinco de 2,50mm

Apoio: peça em madeira 3"x6" de lei do tipo jatobá com 3,00m de altura.

Contraventamento: sarrafo de madeira de 1"x4" com comprimento de 3,20m.

Todas as peças serão fixadas com pregos 2 ½ x 1 ½ x 13.

A placa deverá ser instalada em local de fácil visibilidade.

Mobilização e Desmobilização

Quanto à mobilização, a Contratada deverá iniciar imediatamente após a liberação da Ordem de Serviço, e em obediência ao cronograma. A mobilização compreenderá o transporte de máquinas e equipamentos, pessoal e instalações provisórias necessárias para a perfeita execução das obras.

A desmobilização compreenderá a completa limpeza dos locais da obra, retirada dos materiais e dos equipamentos da obra e o deslocamento dos empregados da Contratada.

Administração Local

Serviços:

O CONSTRUTOR deverá manter na obra, durante o tempo indicado em planilha, efetivo de mão-de-obra composta no mínimo por:

- 1 Engenheiro / Pleno e Senior, responsável, com ART vinculada à obra;
- 1 Apontador;
- 1 Topógrafo;
- 1 Auxiliar de topógrafo;
- 1 Técnico de segurança do trabalho;
- 1 Encarregado de Obra.

Os serviços serão medidos mensalmente, desde que fornecidos e detalhados na composição unitária de preço pertencente a proposta financeira do edital e durante o período de execução da obra. A Fiscalização poderá suprimir recursos de itens não fornecidos, bem como aqueles que não forem detalhados na composição de custo dos preços unitários.

Caso o detalhamento seja feito de forma global, ficará a cargo da fiscalização o critério de medição.

O pagamento será realizado de acordo com a planilha de orçamentação de obras. Caso as obras sofram atrasos por ritmo reduzido dos serviços, ou qualquer impedimento legal poderá ser reduzido o valor

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA 0 11183-2689
Lucas Abreu Aguiar

mensal pago a este item e que posteriormente será pago na prestação dos serviços a serem realizados fora do prazo previsto de forma proporcional até o valor total estabelecido pela empresa na sua proposta do edital.

SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM

Limpeza mecanizada de camada vegetal, vegetação e pequenas árvores (diâmetro de tronco menor que 0,20 m), com trator de esteiras

Serviços Iniciais:

A remoção ou estocagem dependerá de eventual utilização, a ser definida pela fiscalização, não sendo permitida a sua deposição em locais de aterros nem sua permanência em locais que possam provocar a obstrução dos sistemas de drenagem natural.

Execução:

As operações de desmatamento, destocamento e limpeza se darão dentro das faixas de serviço das obras. As operações serão executadas na área mínima compreendida entre as estacas de amarração, "off sets", com o acréscimo de um metro para cada lado. No caso de empréstimo ou jazida, a área será a indispensável a sua exploração.

Serão removidos todos os tocos e raízes bem como toda a camada de solo orgânico e outros materiais indesejáveis que ocorram até o nível do terreno considerado apto para terraplanagem. A profundidade será definida pela fiscalização.

O material proveniente do serviço será removido, podendo ser transportado para local de "bota-fora", local de estocagem ou ainda enleirado e queimado com fogo controlado, a critério da fiscalização.

Equipamentos:

As operações serão executadas utilizando-se equipamentos adequados complementados com o emprego de serviço manual. A escolha do equipamento se fará em função da densidade e do tipo de vegetação local e dos prazos exigidos para a execução da obra.

Inspeção:

Verificação Final da Qualidade

A verificação das operações de desmatamento, destocamento e limpeza será por apreciação visual da qualidade dos serviços.

Aceitação ou Rejeição:

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA 011187-2/80
Lucas Abreu Aguiar

Os serviços serão aceitos desde que atendam às exigências preconizadas nesta Especificação e rejeitados caso contrário.

Os serviços rejeitados deverão ser corrigidos, complementados ou refeitos.

Critérios de medição:

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os critérios seguintes:

Os serviços de desmatamento e de destocamento de árvores de diâmetro inferior a 0,15m e limpeza serão medidos em função da área efetivamente trabalhada.

As árvores de diâmetro igual ou superior a 0,15m serão medidas isoladamente, em função das unidades destocadas.

O diâmetro das árvores será apreciado a um metro de altura do nível do terreno.

A remoção e o transporte de material proveniente do desmatamento, destocamento e limpeza não serão considerados para fins de medição.

Condições Gerais:

Os serviços de desmatamento, destocamento e limpeza devem preservar os elementos de composição paisagística, assinalados no projeto;

Nenhum movimento de terra poderá ter início enquanto as operações de desmatamento, destocamento e limpeza não tenham sido totalmente concluídas.

Escavação e carga de material de jazida - aterro

- Cargas de materiais

Materiais:

Os materiais a serem objeto deste tipo de operação são todos aqueles oriundos da movimentação de volumes de terraplenagem, revestimentos, etc., quando não previstos na composição dos serviços.

Equipamentos:

Serão utilizadas carregadeiras frontais para as operações de carga e caminhões basculantes para as operações de transporte.

- Decapagem de jazidas

Execução:

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 11181-2089
Lucas Abreu Aguiar

Estes serviços compreendem a escavação e transporte em distâncias de até 50m de materiais inservíveis de jazidas, à finalidade indicada. Enquadra-se neste tipo de serviço a estocagem de solos de decapagem cujas propriedades indicam seu aproveitamento nos serviços de proteção vegetal como camada de preparação ao plantio/semearia de espécies de gramíneas, leguminosas e arbustivas. Estes materiais serão classificados de acordo com a ES-MP01 CORTES. Os preços unitários dos serviços foram obtidos com base na movimentação de volumes de escavação classificados como material comum, prevendo-se a utilização econômica dos seguintes equipamentos: Trator de esteiras com lâmina, 335 HP, para escavação e transporte.

• **Hora-Máquina**

Descrição:

Este tipo de serviço compreende o uso de motoniveladora para a execução de uma série de serviços tais como: (i) Manutenção das condições de tráfego da pista de rolamento em situações emergenciais em caso de chuvas, (ii) Remoção de barreiras sobre a pista, (iii) Manutenção de vias alternativas em caso de desvio de tráfego.

• **Extração, carga e descarga de material para aterro**

Descrição:

Este serviço compreende a Escavação, carga e descarga de aterro necessário à execução do aterro, quando não incluído no custo de execução dos serviços.

Equipamentos:

Tais serviços serão executados com base na utilização econômica dos seguintes equipamentos:

- Extração com Drag-Line:

Drag-Line, 140 HP, para extração;

Pá carregadeira de pneus, 170 HP para carga.

- Extração com trator de esteiras:

Trator de esteiras com lâmina, 335 HP, para extração;

Pá carregadeira de pneus, 170 HP para carga.

Condições Gerais:

A descarga do material para aterro será precedida da execução dos serviços de desmatamento, destocamento e limpeza da área do empréstimo.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA 11157-2000
Lucas Abreu Aguiar

As operações serão executadas utilizando-se equipamentos adequados complementados com o emprego de serviço manual. A escolha do equipamento se fará em função da necessidade exigida na execução da obra.

Transporte com caminhão basculante de 14 m3.

• **Momento Extraordinário de Transporte**

Os transportes de materiais cuja faixa de transporte (DMT) excedam à distância de 300 metros, os mesmos serão medidos considerando-se momento extraordinário de transporte. A unidade de medição será expressa em t.Km.

Condições Gerais:

Não será permitido o transporte do material para o local do aterro, quando o subleito ou a camada subjacente estiver molhada, não sendo capaz de suportar, sem se deformar, a movimentação do equipamento.

Os caminhões basculantes descarregarão as respectivas cargas em pilhas, com adequado espaçamento. O espalhamento será efetuado mediante atuação da motoniveladora.

Nesta fase, especial atenção deverá ser conferida à definição da espessura da camada solta, objetivando-se evitar a adição de material na fase de acabamento.

Execução e compactação de aterro com solo predominantemente arenoso - exclusive solo, escavação, carga e transporte

Serviços iniciais:

A operação será precedida da execução dos serviços de desmatamento, destocamento e limpeza.

Preliminarmente a execução dos aterros, deverão estar concluídas as obras de arte correntes necessárias à drenagem da bacia hidrográfica interceptada pelos mesmos.

Material:

Os solos deverão ser preferencialmente utilizados atendendo à qualidade e a destinação prévia, indicadas no projeto.

Equipamentos:

A execução dos aterros deverá prever a utilização racional de equipamento apropriado, atendidas às condições locais e a produtividade exigida.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372044
Lucas Abreu Aguiar

Poderão ser empregados tratores de lâmina, escavo-transportadores, moto-escavo-transportadores, caminhões basculantes, moto-niveladoras, rolos lisos, de pneus, pés de carneiro, estáticos ou vibratórios.

Execução:

As operações de execução do aterro subordinam-se aos elementos técnicos, constantes do projeto, e compreenderão:

Descarga, espalhamento, homogeneização, conveniente umedecimento ou aeração, compactação dos materiais selecionados procedentes de cortes ou empréstimos, para a construção do corpo do aterro até a cota correspondente ao greide da terraplenagem.

Descarga, espalhamento, conveniente umedecimento ou aeração, e compactação dos materiais procedentes de cortes ou empréstimos, destinados a substituir eventualmente os materiais de qualidade inferior, previamente retirados, a fim de melhorar as fundações dos aterros.

No caso de aterros assentes sobre encostas, com inclinação transversal acentuada e de acordo com o projeto, as encostas naturais deverão ser escarificadas com um trator de lâmina, produzindo ranhuras, acompanhando as curvas de nível. Se a natureza do solo condicionar a adoção de medidas especiais para a solidarização do aterro ao terreno natural, exige-se a execução de degraus ao longo da área a ser aterrada.

O lançamento do material para a construção dos aterros deve ser feito em camadas sucessivas, em toda a largura da seção transversal, e em extensões tais, que permitam seu umedecimento e compactação de acordo com o previsto nesta Norma. Para o corpo dos aterros a espessura da camada compactada não deverá ultrapassar 0,30m. Para as camadas finais essa espessura não deverá ultrapassar 0,20m.

Todas as camadas do solo deverão ser convenientemente compactadas. Para o corpo dos aterros, na umidade ótima, mais ou menos 3%, até se obter a massa específica aparente seca correspondente a 95% da massa específica aparente máxima seca, do ensaio DNER-ME 92 ou DNER-ME 37. Para as camadas finais aquela massa específica aparente seca deve corresponder a 100% da massa específica aparente máxima seca, do referido ensaio. Os trechos que não atingirem as condições mínimas de compactação deverão ser escarificados, homogeneizados, levados à umidade adequada e novamente compactados, de acordo com a massa específica aparente seca exigida.

No caso de alargamento de aterros a execução será obrigatoriamente procedida de baixo para cima, acompanhada de degraus nos seus taludes. Desde que, justificado em projeto, a execução poderá ser realizada por meio de arrasamento parcial do aterro existente, até que o material escavado preencha a nova seção transversal, complementando-se com material importado toda a largura da referida seção transversal.

Inspeção:

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 11183-2689
Lucas Abreu Aguiar

Deverão ser adotados os seguintes procedimentos:

- a) 01 ensaio de compactação, segundo o método DNER-ME 129 para cada 1.000m³ de material do corpo do aterro;
- b) 01 ensaio de compactação, segundo o método DNER-ME 129 para cada 200m³ de material de camada final do aterro;
- c) 01 ensaio de granulometria (DNER-ME 080) do limite de liquidez (DNER-ME 122) e do limite de plasticidade (DNER-ME 082) para o corpo do aterro, para todo o grupo de dez amostras submetidas ao ensaio de compactação, segundo a alínea a;
- d) 01 ensaio para granulometria (DNER-ME 080) do limite de liquidez (DNER-ME 122) e do limite de plasticidade (DNER-ME 082) para camadas finais do aterro, para todo o grupo de quatro amostras submetidas ao ensaio de compactação, segundo a alínea b.
- e) 01 ensaio do Índice de Suporte Califórnia, com energia do Método DNER-ME 49 para camada final, para cada grupo de quatro amostras submetidas a ensaios de compactação, segundo a alínea b.

Controle da Execução:

Ensaio de massa específica aparente seca "in situ" em locais escolhidos aleatoriamente, por camada, distribuídos regularmente ao longo do segmento, pelo método DNER-ME 092 e DNER-ME 037. Para pistas de extensões limitadas, com volume de no máximo 1.200m³ no corpo do aterro, ou 800m³ para as camadas finais deverão ser feitas pelo menos 5 determinações para o cálculo do grau de compactação - GC.

Controle Geométrico:

O acabamento da plataforma de aterro será procedido mecanicamente de forma a alcançar a conformação da seção transversal do projeto, admitidas as tolerâncias seguintes:

variação da altura máxima de $\pm 0,04$ m para o eixo e bordos;

variação máxima da largura de + 0,30m para a plataforma, não sendo admitida variação para menos.

O controle deverá ser efetuado por nivelamento de eixo e bordo.

Aceitação ou Rejeição:

A expansão, determinada no ensaio de ISC, deverá sempre apresentar o seguinte resultado:

- a) corpo do aterro : ISC = 2% e expansão = 4%;

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA n 11183-2689
Lucas Abreu Aguiar

b) camadas finais : ISC = 2% e expansão = 2%.

Será controlado o valor mínimo para o ISC e grau de compactação - GC, com valores de k obtidos na Tabela de Amostragem Variável, adotando-se o procedimento seguinte:

Para ISC e GC têm-se:

- $k_s < \text{valor mínimo admitido}$ - rejeita-se o serviço;

- $k_s > \text{valor mínimo admitido}$ - aceita-se o serviço.

Para a expansão, têm-se:

+ $k_s > \text{valor máximo admitido}$ - rejeita-se o serviço;

+ $k_s = \text{valor máximo admitido}$ - aceita-se o serviço.

Sendo:

Onde:

i - valores individuais.

- média da amostra.

s - desvio padrão da amostra.

k - coeficiente tabelado em função do número de determinações.

n - número de determinações.

Os serviços rejeitados deverão ser corrigidos, complementados ou refeitos.

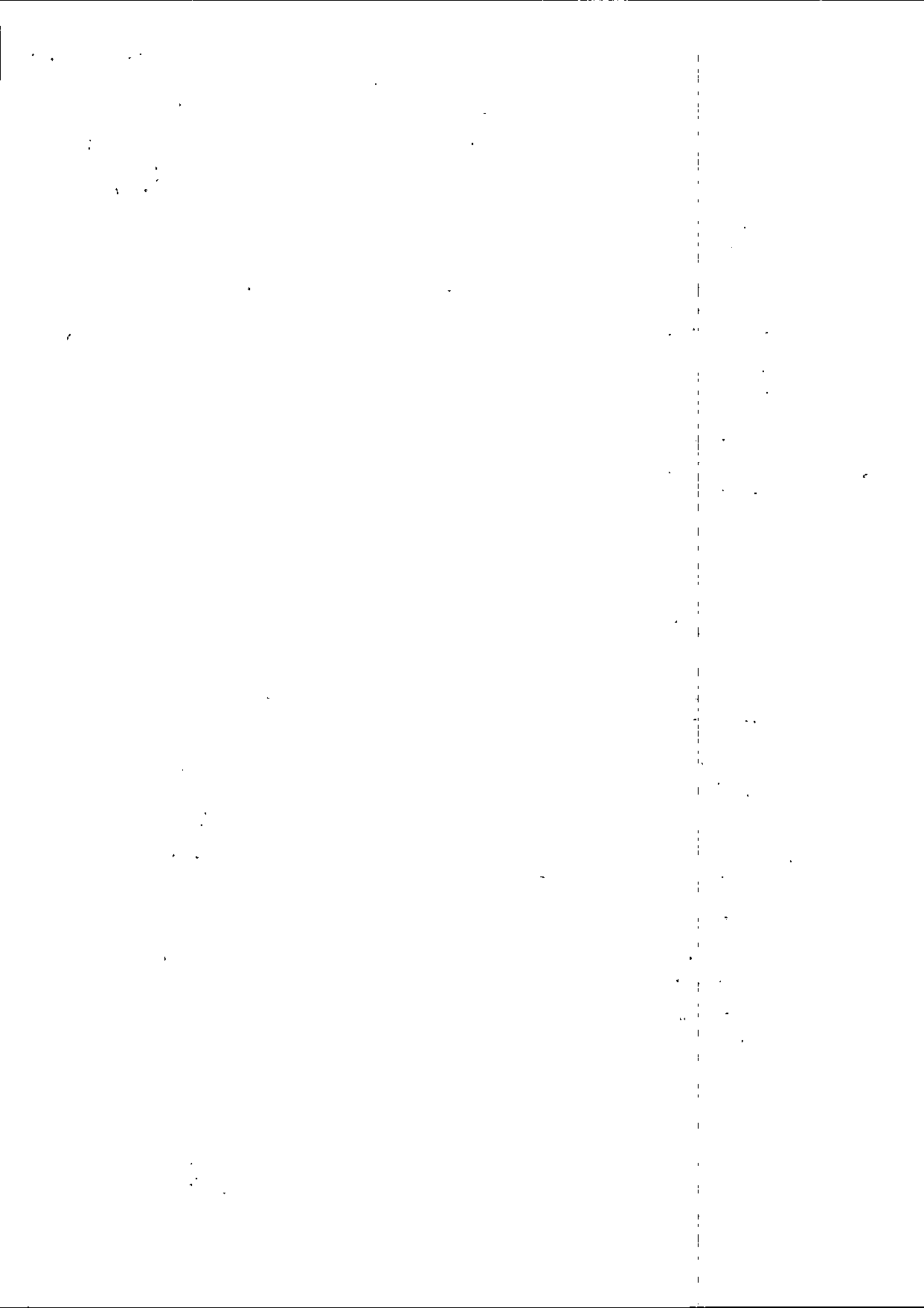
Os resultados do controle estatístico da execução serão registrados em relatórios periódicos de acompanhamento.

Crêterios de medição:

Os serviços aceitos serão medidos de acordo com os crêterios seguintes:

O volume transportado para os aterros deve ser objeto de medição, por ocasião da execução dos cortes e dos empréstimos.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 11183-2689
Lucas Abreu Aguiar



A compactação será medida em m^3 , sendo considerado o volume de aterro executado de acordo com a seção transversal do projeto.

Nos serviços onde houver coincidência da camada final de 0,20m conforme o item 5.3.4, nas obras de terraplenagem, com a regularização das obras de pavimentação, este último serviço não deverá ser medido, por ser idêntico ao primeiro.

O equipamento, a mão de obra, o material e o transporte, bem como as despesas indiretas não serão objeto de medição, apenas considerados por ocasião da composição dos preços dos serviços.

SERVIÇOS DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO

O revestimento primário será confeccionado com solo laterítico, proveniente da jazida localizada, na DMT definida em planta.

Os materiais a serem usados, apresentam índice de Suporte Califórnia de 50% e expansão máxima de 1% e índice de grupo zero.

Na execução do revestimento primário ocorrerão as seguintes operações:

- Reconformação da Plataforma;
- Escavação e Carga de Material de Jazida;
- Transporte de material de jazida;
- Espalhamento de material de jazida;

Essas operações serão executadas na pista devidamente preparada na largura desejada, nas quantidades que permitam após a estabilização atingir a espessura de 0,20m.

Aquisição, Escavação e carga de material de jazida

- Cargas de materiais

Materiais:

Os materiais a serem objeto deste tipo de operação são todos aqueles oriundos da movimentação de volumes de terraplenagem, revestimentos, etc., quando não previstos na composição dos serviços.

Equipamentos:

Serão utilizadas carregadeiras frontais para as operações de carga e caminhões basculantes para as operações de transporte.

- Decapagem de jazidas

Execução:

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 11183-2/089
Lucas Abreu Aguiar

Estes serviços compreendem a escavação e transporte em distâncias de até 50m de materiais inservíveis de jazidas, à finalidade indicada. Enquadra-se neste tipo de serviço a estocagem de solos de decapagem cujas propriedades indicam seu aproveitamento nos serviços de proteção vegetal como camada de preparação ao plantio/semearia de espécies de gramíneas, leguminosas e arbustivas. Estes materiais serão classificados de acordo com a ES-MP01 CORTES. Os preços unitários dos serviços foram obtidos com base na movimentação de volumes de escavação classificados como material comum, prevendo-se a utilização econômica dos seguintes equipamentos: Trator de esteiras com lâmina, 335 HP, para escavação e transporte.

- **Hora-Máquina**

Descrição:

Este tipo de serviço compreende o uso de motoniveladora para a execução de uma série de serviços tais como: (i) Manutenção das condições de tráfego da pista de rolamento em situações emergenciais em caso de chuvas, (ii) Remoção de barreiras sobre a pista, (iii) Manutenção de vias alternativas em caso de desvio de tráfego.

- **Extração, carga e descarga de material para aterro**

Descrição:

Este serviço compreende a Escavação, carga e descarga de aterro necessário à execução do aterro, quando não incluído no custo de execução dos serviços.

Equipamentos:

Tais serviços serão executados com base na utilização econômica dos seguintes equipamentos:

- Extração com Drag-Line:

Drag-Line, 140 HP, para extração;

Pá carregadeira de pneus, 170 HP para carga.

- Extração com trator de esteiras:

Trator de esteiras com lâmina, 335 HP, para extração;

Pá carregadeira de pneus, 170 HP para carga.

Condições Gerais: A descarga do material para aterro será precedida da execução dos serviços de desmatamento, destocamento e limpeza da área do empréstimo.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 111837-2/689
Lucas Abreu Aguiar

As operações serão executadas utilizando-se equipamentos adequados complementados com o emprego de serviço manual. A escolha do equipamento se fará em função da necessidade exigida na execução da obra.

Transporte com caminhão basculante de 14 m3.

Os transportes de materiais cuja faixa de transporte (DMT) indicados em planta, os mesmos serão medidos considerando-se momento extraordinário de transporte. A unidade de medição será expressa em t.Km.

Espalhamento de material de jazida ou de empréstimo

Serviços executados na pista (com ou sem mistura de materias)

Revestimento primário é a camada constituída da mistura de solos de partículas granulares naturais ou artificias resistentes, formadora da capa da pista de rolamento.

As jazidas de material de revestimento primário somente serão utilizadas após ser realizado o estudo de economicidade das mesmas e aprovadas pela Fiscalização

A execução da camada de revestimento primário, somente deverá ser iniciada após a conclusão dos serviços de regularização da plataforma.

O lançamento do material do revestimento deverá ser processado em montes sucessivos, no interior da faixa definida topograficamente, para ser a pista de rolamento. E o seu espalhamento deverá ser desenvolvido com a utilização de motoniveladora, para obtenção da necessária uniformidade da espessura da camada, atentando-se para manutenção do abaulamento da plataforma, o qual não poderá ser inferior a 03% (três por cento).

SERVIÇOS DE DRENAGEM

Bueiros

Os bueiros são os elementos principais deste tipo de drenagem e podemos defini-los como dispositivos destinados a conduzir as águas de um talvegue, de um lado para o outro da estrada (bueiros de grotá). Podem ainda, proporcionar a passagem de águas coletadas pelas sarjetas ou outros dispositivos de drenagem da plataforma da estrada e/ou taludes de corte aos locais convenientes (bueiros de greide).

Os bueiros compõem-se de corpo e boca e sua seção de vazão pode induzir à construção de bueiros SIMPLES, DUPLOS ou TRIPLOS conforme a necessidade. No caso de o nível da entrada d'água na boca de montante estiver situada acima da superfície do bueiro, a referida boca deverá ser substituída por uma caixa coletora.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 111837-2/080
Lucas Abreu Aguiar

Dimensionamento das obras de arte:

Particularmente com respeito à drenagem corrente, que será implementada através da utilização de bueiros tubulares para ambos os tipos de projetos de engenharia, o dimensionamento destes sistemas de drenagem poderá ser realizado de forma expedita, ou seja, através da obtenção de informações junto aos residentes do município. Excetuam-se os casos em que os projetos de adequação indiquem relocações importantes de traçado em determinados trechos, as quais apresentem bacias de contribuição que necessitem de um levantamento mais preciso objetivando um dimensionamento da seção de vazão dos bueiros em bases mais seguras.

Materials:

As condições de aceitação dos materiais serão regidas pelos termos contidos nestas especificações e as normas da ABNT.

Os tubos de concreto deverão ter armadura dupla e obedecer às especificações NBR 9794, NBR 9795 e NBR 9796 e no que couber, as Especificações ES – SD11 Concretos e Argamassas.

Equipamento:

Os equipamentos necessários à execução dos serviços serão adequados aos locais de instalação dos bueiros e compatíveis com os materiais utilizados nas obras de arte correntes, atendendo ao que dispões as prescrições específicas para os serviços similares.

Recomendam-se, como mínimo, os seguintes equipamentos: caminhão basculante; caminhão de carroceria; betoneira ou caminhão betoneira; motoniveladora; pá carregadeira; rolo compactador metálico; retroescavadeira valetadeira; guincho ou caminhão com grua ou Munck; Serra elétrica para formas e vibradores de placa ou de imersão.

Execução:

As vaías deverão ser executadas no sentido de jusante para montante e as escavações deverão obedecer às dimensões e cotas necessárias para o assentamento dos tubos, garantindo aos mesmos um recobrimento mínimo de 1,5 vezes o diâmetro do bueiro, principalmente se ocorrerem casos onde os bueiros sejam constituídos de tubos de concreto desprovidos de armadura de reforço;

A esconsidade do bueiro, quando não indicada nos desenhos de projeto, deverá ser considerada, a priori, como sendo de 0º. Nestes casos a locação definitiva e o comprimento total do bueiro deverão ser definidos no local da obra em conjunto com a fiscalização, devendo orientar-se da seguinte forma:

a) Nivelar e apiloar o fundo da vala, cuidando para que na existência de água, drenar a mesma antecipadamente. Executar base em enrocamento de pedra arrumada e berço de concreto simples.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 111837-2689
Lucas Abreu Aguiar

b) Assentar os tubos, executar o berço complementar e promover o rejunte dos tubos com argamassa de cimento e areia cujo traço deverá ser 1:4;

c) Reaterrar e compactar a cava do bueiro utilizando-se sapo mecânico, preferencialmente com o próprio material escavado, desde que o mesmo seja de boa qualidade, espalhando-o em camadas de 0,20 m, até que seja atingida a espessura de no mínimo 0,60m acima da geratriz superior externa do corpo do bueiro. Deste ponto em diante e até a cota de projeto, os aterros remanescentes poderão ser compactados por meio dos rolos compactadores tradicionais;

d) Posteriormente deverão ser executadas as bocas/caixas coletoras, nas cotas determinadas pelo projeto de engenharia;

e) Em casos especiais de elevado volume d'água em tais dispositivos, aliado a condições particulares de possibilidade de erosão à montante e jusante dos bueiros, recomenda-se a execução de enrocamento de pedra arrumada.

Controle Geométrico:

a) Locação e nivelamento da vala, admitindo-se uma variação máxima do alinhamento da mesma, de 2" (dois graus) e a declividade longitudinal do fundo da vala deverá ser contínua;

b) Apreciação, em bases visuais, das condições de acabamento dos tubos e células, observando-se a não ocorrência de imperfeições na mistura ou moldagem, de trincas ou danos ocorridos no manuseio ou transporte;

c) Os tubos não poderão apresentar variações maiores que 2 cm por metro de comprimento e 0,2cm na espessura do tubo;

d) Conferência por métodos topográficos correntes das dimensões e demais características geométricas previstas. Não serão admitidas variações em qualquer dimensão, de 5%, para pontos isolados;

e) Apreciação, em bases visuais, das condições de acabamento do corpo e das bocas dos bueiros, observando-se a não ocorrência de trincas ou outras imperfeições.

RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

Reparações de danos físicos ao meio ambiente

A recuperação das áreas degradadas (áreas de empréstimos e jazidas) consiste na recomposição da vegetação natural, correspondendo ao transporte de material estocado na periferia quando da exploração dessas áreas, seu espalhamento.

Ao terminar a exploração das zonas de empréstimos e jazidas, a Empreiteira deverá recompor os locais utilizados com a redistribuição da terra vegetal retirada para que apresentem bom aspecto.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA n.º 111837-2089
Lucas Abreu Aguiar

O material orgânico resultante da roçada manual da limpeza da faixa de domínio, de empréstimo e de jazidas será estocado e posteriormente espalhado sobre os taludes de aterros, fundos das caixas de empréstimos e de jazidas respectivamente, como medida de proteção ambiental.

As áreas de jazidas e de caixas de empréstimos serão recompostas fazendo-se retornar ao seu interior a camada fértil ou expurgo armazenado na sua periferia. No entanto, antes do lançamento e regularização da camada, será feita a escarificação e destorroamento do fundo da cova no sentido de facilitar o enraizamento das espécies a germinarem. A reposição do material estocado deve ser feita na ordem inversa de sua remoção, espalhando-se primeiro o material proveniente dos horizontes mais profundos e depois o solo orgânico.

Crîtérios de medição e pagamento:

Estes serviços serão medidos e pagos por m² de acordo com a planilha de orçamentação de obras.

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA n 111837-2089
Lucas Abreu Aguiar

MEMÓRIA DE CÁLCULO

TRECHOS:

Recuperação de Estradas Vicinais no município de Porto Franco/MA:

| | | |
|--|---------|---|
| TRECHO I: RAMAL BONITO (COITÉ) | 1600,00 | m |
| TRECHO II: RAMAL JOÃO MANOEL/SUCUPIRA (COITÉ) | 3270,00 | m |
| TRECHO III: RAMAL SUCUPIRA/SÃO DOMINGOS (COITÉ) | 3600,00 | m |
| TRECHO IV: RAMAL JOÃO DELADIA/EDIVALDO (COITÉ) | 2100,00 | m |
| TRECHO V: RAMAL MANGUEIRA (COITÉ) | 1200,00 | m |
| TRECHO VI: RAMAL MANGUEIRA/TRINDADE (COITÉ) | 3850,00 | m |
| TRECHO VII: RAMAL CAMPAL (COITÉ) | 315,00 | m |
| TRECHO VIII: RAMAL SÃO EN 1 (COITÉ) | 400,00 | m |
| TRECHO IX: RAMAL SÃO EN 2 (COITÉ) | 300,00 | m |
| TRECHO X: RAMAL EDSON GOMES/GASPAR (COITÉ) | 2000,00 | m |
| TRECHO XI: RAMAL AQUINO (SOMBRAS) | 600,00 | m |
| TRECHO XII: RAMAL JOÃO ROCHO/ISAURA (SOMBRAS) | 1100,00 | m |
| TRECHO XIII: RAMAL NOUREDIM/SUCUPIRA (SOMBRAS) | 2800,00 | m |
| TRECHO XIV: RAMAL JOJOTA (MARIA MOTA) | 1000,00 | m |
| TRECHO XV: RAMAL IRMÃO LINO (MARIA MOTA) | 355,00 | m |
| TRECHO XVI: RAMAL RAIMUNDO/JR. BALA (MARIA MOTA) | 410,00 | m |

Extensão total: = 24900,00 m

DADOS:

| | | |
|--------------------------|---|-------------|
| Extensão Total (m) | = | 24.900,00 m |
| Larg. Média (m) | = | 5,00 m |
| Base (m) | = | 0,15 m |
| Peso específico laterita | = | 1,50 t/m³ |

1.1. SERVIÇOS INICIAIS

1.1.1. PLACA INDICATIVA DA OBRA

| | | | | | |
|-----------------|---|-------------|---|------|----|
| Comprimento (m) | | Largura (m) | | | |
| 3,00 | x | 2,00 | = | 6,00 | m² |

1.1.2. BARRACÃO DE OBRA

| | | | | | |
|-----------------|---|-------------|---|-------|----|
| Comprimento (m) | | Largura (m) | | | |
| 6,00 | x | 4,00 | = | 24,00 | m² |

1.2. MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO

1.2.1. MOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO

= 1,00 und

1.2.2. DESMOBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTO

= 1,00 und

1.3. ADMINISTRAÇÃO DA OBRA

1.3.1. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

= 5,00 mês

1.4. SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM

1.4.1. LIMPEZA MECANIZADA DE CAMADA VEGETAL, VEGETAÇÃO E PEQUENAS ÁRVORES (DIÂMETRO DE TRONCO MENOR QUE 0,20 M), COM TRATOR DE ESTEIRAS AF_05/2018

| | | | | | | |
|--------------|---|-------------|---|-------|---|-------------|
| Extensão (m) | | Largura (m) | | lados | | |
| 24900,00 | x | 1,5 | x | 2 | = | 74700,00 m² |

1.4.2. ESCAVAÇÃO E CARGA MATERIAL 1A CATEGORIA, UTILIZANDO TRATOR DE ESTEIRAS DE 110 A 160HP COM LAMINA, PESO OPERACIONAL * 13T E PA CARREGADEIRA COM 170 HP

| | | | |
|--------------|---|----------|----|
| Trecho I: | = | 1653,03 | m³ |
| Trecho II: | = | 3491,00 | m³ |
| Trecho III: | = | 3731,00 | m³ |
| Trecho IV: | = | 2188,00 | m³ |
| Trecho V: | = | 1228,00 | m³ |
| Trecho VI: | = | 3981,50 | m³ |
| Trecho VII: | = | 352,75 | m³ |
| Trecho VIII: | = | 442,00 | m³ |
| Trecho IX: | = | 316,00 | m³ |
| Trecho X: | = | 2079,00 | m³ |
| Trecho XI: | = | 660,00 | m³ |
| Trecho XII: | = | 1125,00 | m³ |
| Trecho XIII: | = | 2920,00 | m³ |
| Trecho XIV: | = | 995,00 | m³ |
| Trecho XV: | = | 392,00 | m³ |
| Trecho XVI: | = | 442,50 | m³ |
| | = | 25996,78 | m³ |

Volume encontrado no quadro de cubagem no trecho

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA MA 11184-2009

Lucas Abreu Aguiar



MEMÓRIA DE CÁLCULO

1.4.3. TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA EM LEITO NATURAL

| Escavação e carga (m³) | Peso específico laterita | DMT mat. jazida - aterro | |
|------------------------|--------------------------|--------------------------|-----------------|
| Trecho I: 1653,03 | x 1,50 | x 3,28 | = 8132,81 tckm |
| Trecho II: 3491,00 | x 1,50 | x 2,62 | = 13719,63 tckm |
| Trecho III: 3731,00 | x 1,50 | x 2,93 | = 16397,75 tckm |
| Trecho IV: 2188,00 | x 1,50 | x 1,50 | = 4923,00 tckm |
| Trecho V: 1228,00 | x 1,50 | x 1,13 | = 2081,46 tckm |
| Trecho VI: 3981,50 | x 1,50 | x 3,71 | = 22157,05 tckm |
| Trecho VII: 352,75 | x 1,50 | x 0,70 | = 370,39 tckm |
| Trecho VIII: 442,00 | x 1,50 | x 0,97 | = 643,11 tckm |
| Trecho IX: 316,00 | x 1,50 | x 0,15 | = 71,10 tckm |
| Trecho X: 2079,00 | x 1,50 | x 2,08 | = 6486,48 tckm |
| Trecho XI: 660,00 | x 1,50 | x 1,52 | = 1504,80 tckm |
| Trecho XII: 1115,00 | x 1,50 | x 3,93 | = 6631,88 tckm |
| Trecho XIII: 2920,00 | x 1,50 | x 2,09 | = 9154,20 tckm |
| Trecho XIV: 995,00 | x 1,50 | x 0,74 | = 1104,45 tckm |
| Trecho XV: 392,00 | x 1,50 | x 0,82 | = 482,16 tckm |
| Trecho XVI: 442,50 | x 1,50 | x 2,40 | = 1593,00 tckm |
| | | | = 95453,27 tckm |

1.4.4. EXECUÇÃO E COMPACTAÇÃO DE ATERRO COM SOLO PREDOMINANTEMENTE ARENOSO - EXCLUSIVO SOLO, ESCAVAÇÃO, CARGA E TRANSPORTE. AF_11/2019

| | | | | | |
|------------------|---|----------------|---|----------|----|
| Compactação (m³) | = | Escavação (m³) | = | 25996,78 | m³ |
|------------------|---|----------------|---|----------|----|

1.5. SERVIÇOS DE REVESTIMENTO PRIMÁRIO

1.5.1. AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE 1ª CATEGORIA

| Extensão Total (m) | Larg. Média (m) | Base (m) | |
|--------------------|-----------------|----------|---------------|
| 24900,00 | x 5,00 | x 0,15 | = 18675,00 m³ |

1.5.2. ESCAVAÇÃO E CARGA MATERIAL 1A CATEGORIA, UTILIZANDO TRATOR DE ESTEIRAS DE 110 A 160HP COM LAMINA, PESO OPERACIONAL

* 13T E PA CARREGADEIRA COM 170 HP

| Extensão Total (m) | Larg. Média (m) | Base (m) | |
|----------------------|-----------------|----------|---------------|
| Trecho I: 1600,00 | x 5,00 | x 0,15 | = 1200,00 m³ |
| Trecho II: 3270,00 | x 5,00 | x 0,15 | = 2452,50 m³ |
| Trecho III: 3600,00 | x 5,00 | x 0,15 | = 2700,00 m³ |
| Trecho IV: 2100,00 | x 5,00 | x 0,15 | = 1575,00 m³ |
| Trecho V: 1200,00 | x 5,00 | x 0,15 | = 900,00 m³ |
| Trecho VI: 3850,00 | x 5,00 | x 0,15 | = 2887,50 m³ |
| Trecho VII: 315,00 | x 5,00 | x 0,15 | = 236,25 m³ |
| Trecho VIII: 400,00 | x 5,00 | x 0,15 | = 300,00 m³ |
| Trecho IX: 300,00 | x 5,00 | x 0,15 | = 225,00 m³ |
| Trecho X: 2000,00 | x 5,00 | x 0,15 | = 1500,00 m³ |
| Trecho XI: 600,00 | x 5,00 | x 0,15 | = 450,00 m³ |
| Trecho XII: 1100,00 | x 5,00 | x 0,15 | = 825,00 m³ |
| Trecho XIII: 2800,00 | x 5,00 | x 0,15 | = 2100,00 m³ |
| Trecho XIV: 1000,00 | x 5,00 | x 0,15 | = 750,00 m³ |
| Trecho XV: 355,00 | x 5,00 | x 0,15 | = 266,25 m³ |
| Trecho XVI: 410,00 | x 5,00 | x 0,15 | = 307,50 m³ |
| | | | = 18675,00 m³ |

1.5.3. TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³ - RODOVIA EM LEITO NATURAL

| Escavação e carga (m³) | Peso específico laterita | DMT mat. jazida - cascalho | |
|------------------------|--------------------------|----------------------------|-----------------|
| Trecho I: 1200,00 | x 1,50 | x 3,28 | = 5903,93 tckm |
| Trecho II: 2452,50 | x 1,50 | x 2,62 | = 9638,33 tckm |
| Trecho III: 2700,00 | x 1,50 | x 2,93 | = 11866,50 tckm |
| Trecho IV: 1575,00 | x 1,50 | x 1,50 | = 3543,75 tckm |
| Trecho V: 900,00 | x 1,50 | x 1,13 | = 1525,50 tckm |
| Trecho VI: 2887,50 | x 1,50 | x 3,71 | = 16068,94 tckm |
| Trecho VII: 236,25 | x 1,50 | x 0,70 | = 248,06 tckm |
| Trecho VIII: 300,00 | x 1,50 | x 0,97 | = 436,50 tckm |
| Trecho IX: 225,00 | x 1,50 | x 0,15 | = 50,63 tckm |
| Trecho X: 1500,00 | x 1,50 | x 2,08 | = 4680,00 tckm |
| Trecho XI: 450,00 | x 1,50 | x 1,52 | = 1026,00 tckm |
| Trecho XII: 825,00 | x 1,50 | x 3,93 | = 4863,38 tckm |
| Trecho XIII: 2100,00 | x 1,50 | x 2,09 | = 6583,50 tckm |
| Trecho XIV: 750,00 | x 1,50 | x 0,74 | = 832,50 tckm |
| Trecho XV: 266,25 | x 1,50 | x 0,82 | = 327,49 tckm |
| Trecho XVI: 307,50 | x 1,50 | x 2,40 | = 1107,00 tckm |
| | | | = 68702,01 tckm |

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 11185-2/089
Lucas Abreu Aguiar

MEMÓRIA DE CÁLCULO



| | | | | | | |
|---|---|-----------------|---|----------|---|-------------|
| 1.5.4. ESPALHAMENTO DE MATERIAL COM TRATOR DE ESTEIRAS. AF_11/2019 | | | | | | |
| Extensão Total (m) | | Larg. Média (m) | | Base (m) | | |
| 24900,00 | x | 5,00 | x | 0,15 | = | 18675,00 m³ |

1.6. SERVIÇOS DE DRENAGEM

| | | | | | | |
|---|---|--------------------------------|---|-------|------------|--|
| 1.6.1. CORPO DE BSTC D = 0,80 M CA1 - AREIA, BRITA E PEDRA DE MÃO COMERCIAIS | | | | | | |
| | | comprimento (m) | = | 6,00 | m | |
| | | quantidade de bueiros | = | 7,00 | unidade(s) | |
| Corpo de bueiro (m) | = | | | 42,00 | m | |
| 1.6.2. BOCA BSTC D = 0,80 M - ESCONDSIDE 0° - AREIA E BRITA COMERCIAIS - ALAS ESCONSAS | | | | | | |
| | | n.º de bueiros | = | 7,00 | unidade(s) | |
| | | quantidade de bocas por bueiro | = | 2,00 | unidade(s) | |
| | | Quantidade de bocas | = | 14,00 | unidade(s) | |
| 1.6.3. CORPO DE BSTC D = 1,00 M CA1 - AREIA, BRITA E PEDRA DE MÃO COMERCIAIS | | | | | | |
| | | comprimento (m) | = | 6,00 | m | |
| | | quantidade de bueiros | = | 7,00 | unidade(s) | |
| Corpo de bueiro (m) | = | | | 42,00 | m | |
| 1.6.4. BOCA BSTC D = 1,00 M - ESCONDSIDE 0° - AREIA E BRITA COMERCIAIS - ALAS ESCONSAS | | | | | | |
| | | n.º de bueiros | = | 7,00 | unidade(s) | |
| | | quantidade de bocas por bueiro | = | 2,00 | unidade(s) | |
| | | Quantidade de bocas | = | 14,00 | unidade(s) | |

1.7. RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

| | | | | | | |
|---|---|----------------|---|----------|----|--|
| 1.7.1. REPARAÇÃO DE DANOS FÍSICOS AO MEIO AMBIENTE | | | | | | |
| Escavação (m³) | | Espessura. (m) | | | | |
| 25996,78 | x | 1,30 | = | 33795,81 | m³ | |

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 111847-2/689
Lucas Abreu Aguiar

LIBERAÇÃO DE PROJETO Nº 01/2021

PROPRIETÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO

ENDEREÇO: PRAÇA DEMÉTRIO MILHOMEM, 10, CENTRO

CIDADE: PORTO FRANCO MA

CPF/CNPJ: 06.208.946/0001-24

AUTOR DO PROJETO

NOME: LUCAS ABREU AGUIAR

CREA/MA: 1118372689

Nº RT/ART: MA20210468160

DADOS DA OBRA:

ENDEREÇO: POVOADO MARIA MOTA, COITÉ E SOMBRAS

CIDADE: PORTO FRANCO

FINALIDADE: RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS

ÁREA CONSTRUÍDA: 24.90 KM

Tendo em vista a análise do processo e estando em conformidade com as normas técnicas, fica concedida a liberação de projeto **APROVADO** para os trâmites legais da lei de licitação para a execução.

PORTO FRANCO – MA, 28 DE OUTUBRO DE 2021.



NAARA PEREIRA DUARTE

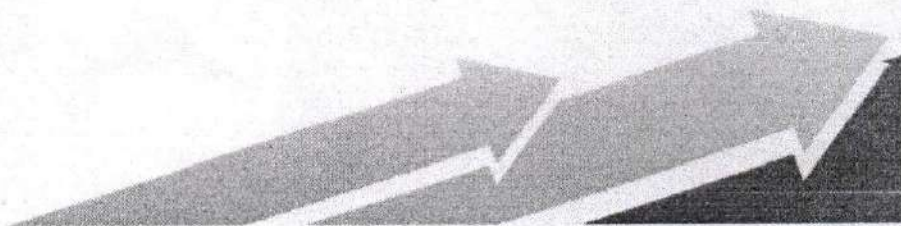
Eng. Civil

SECRETÁRIA DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

Nota: Válido por 1 (um) ano.

Qualquer alteração de projeto torna sem validade este documento.

Qualquer rasura torna sem validade este documento



DECLARAÇÃO DO REGIME CONSTRUTIVO

A Prefeitura Municipal de Porto Franco, CNPJ: 06.208.946/0001-24, vem através desta, declarar para os devidos fins, que na elaboração do orçamento referente ao projeto cujo objeto é "ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS", Convênio nº: 902709/2020, foi adotado percentual de BDI de 26,14 % (conforme planilha na composição analítica) e encargos em conformidade com o estabelecido SINAPI.

O regime de execução da obra será empreitada por preço global.

Oportunamente, declaramos que a opção de orçamento considerando os encargos desonerados é a opção mais adequada para a Administração Pública Municipal.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

Porto Franco/MA, 21 de julho de 2021

DEOCLIDES ANTONIO
SANTOS NETO
MACEDO:20864760353

Assinado de forma digital por
DEOCLIDES ANTONIO SANTOS
NETO MACEDO:20864760353
Dados: 2021.08.17 17:40:28 -03'00'

DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO
Prefeito Municipal

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE JAZIDA PARA REVESTIMENTO PRIMARIO E PARA PARA ATERRO - DMT



TRECHO I

Empolamento: 20%
Distância entre estacas: 20,00
Largura da plataforma: 5,00

Peso específico: 1,5 t/m³
Espessura da camada: 0,1 m

| Jazida Utilizada | Localização da jazida | Sub-trecho | | | | | | Tamanho Sub-trecho (m) | Volume empolado (m³) | Peso (t) | Dist. Fixa (km) | Tamanho médio Subtrecho (km) | MT Sub-trecho | |
|------------------|-----------------------|------------|---|------|-----|---|----|------------------------|----------------------|----------|-----------------|------------------------------|---------------|----|
| J-1 | Trecho I | E | 0 | 0,00 | Até | E | 80 | 1600,000 | 960,000 | 1440,00 | 2,480 | 0,800 | 4723,20 | |
| SOMATÓRIO | | | | | | | | 1600,00 | 960,00 | 1440,00 | | | 4723,20 | |
| | | | | | | | | | | | | DMT | 3,28 | km |

TRECHO II

Empolamento: 20%
Distância entre estacas: 20,00
Largura da plataforma: 5,00

Peso específico: 1,5 t/m³
Espessura da camada: 0,2 m

| Jazida Utilizada | Localização da jazida | Sub-trecho | | | | | | Tamanho Sub-trecho (m) | Volume empolado (m³) | Peso (t) | Dist. Fixa (km) | Tamanho médio Subtrecho (km) | MT Sub-trecho | |
|------------------|-----------------------|------------|---|------|-----|---|-----|------------------------|----------------------|----------|-----------------|------------------------------|---------------|----------|
| J-2 | Trecho II | E | 0 | 0,00 | A16 | E | 163 | 10,00 | 3270,000 | 3924,000 | 5886,00 | 0,980 | 1,635 | 15391,89 |
| SOMATÓRIO | | | | | | | | | 3270,00 | 3924,00 | 5886,00 | | | 15391,89 |
| | | | | | | | | | | | | DMT | 2,62 | km |

TRECHO III

Empolamento: 20%
Distância entre estacas: 20,00
Largura da plataforma: 5,00

Peso específico: 1,5 t/m³
Espessura da camada: 0,2 m

| Jazida Utilizada | Localização da jazida | Sub-trecho | | | | | | Tamanho Sub-trecho (m) | Volume empolado (m³) | Peso (t) | Dist. Fixa (km) | Tamanho médio Subtrecho (km) | MT Sub-trecho | |
|------------------|-----------------------|------------|---|------|-----|---|-----|------------------------|----------------------|----------|-----------------|------------------------------|---------------|----|
| J-3 | Trecho III | E | 0 | 0,00 | Até | E | 180 | 3600,000 | 4320,000 | 6480,00 | 1,129 | 1,800 | 18979,92 | |
| SOMATÓRIO | | | | | | | | 3600,00 | 4320,00 | 6480,00 | | | 18979,92 | |
| | | | | | | | | | | | | DMT | 2,93 | km |

TRECHO IV

Empolamento: 20%
Distância entre estacas: 20,00
Largura da plataforma: 5,00

Peso específico: 1,5 t/m³
Espessura da camada: 0,2 m

| Jazida Utilizada | Localização da jazida | Sub-trecho | | | | | | Tamanho Sub-trecho (m) | Volume empolado (m³) | Peso (t) | Dist. Fixa (km) | Tamanho médio Subtrecho (km) | MT Sub-trecho | |
|------------------|-----------------------|------------|---|------|-----|---|-----|------------------------|----------------------|----------|-----------------|------------------------------|---------------|----|
| J-4 | Trecho IV | E | 0 | 0,00 | Até | E | 105 | 2100,000 | 2520,000 | 3780,00 | 0,449 | 1,050 | 5666,22 | |
| SOMATÓRIO | | | | | | | | 2100,00 | 2520,00 | 3780,00 | | | 5666,22 | |
| | | | | | | | | | | | | DMT | 1,50 | km |

TRECHO V

Empolamento: 20%
Distância entre estacas: 20,00
Largura da plataforma: 5,00

Peso específico: 1,5 t/m³
Espessura da camada: 0,2 m

| Jazida Utilizada | Localização da jazida | Sub-trecho | | | | | | Tamanho Sub-trecho (m) | Volume empolado (m³) | Peso (t) | Dist. Fixa (km) | Tamanho médio Subtrecho (km) | MT Sub-trecho | |
|------------------|-----------------------|------------|---|------|-----|---|----|------------------------|----------------------|----------|-----------------|------------------------------|---------------|----|
| J-5 | Trecho V | E | 0 | 0,00 | Até | E | 60 | 1200,000 | 1440,000 | 2160,00 | 0,531 | 0,600 | 2442,96 | |
| SOMATÓRIO | | | | | | | | 1200,00 | 1440,00 | 2160,00 | | | 2442,96 | |
| | | | | | | | | | | | | DMT | 1,13 | km |

TRECHO VI

Empolamento: 20%
Distância entre estacas: 20,00
Largura da plataforma: 5,00

Peso específico: 1,5 t/m³
Espessura da camada: 0,2 m

| Jazida Utilizada | Localização da jazida | Sub-trecho | | | | | | | Tamanho Sub-trecho (m) | Volume empolado (m³) | Peso (t) | Dist. Fixa (km) | Tamanho médio Subtrecho (km) | MT Sub-trecho |
|------------------|-----------------------|------------|---|------|-----|---|-----|-------|------------------------|----------------------|----------|-----------------|------------------------------|---------------|
| J-5 | Trecho V | E | 0 | 0,00 | Até | E | 192 | 10,00 | 3850,000 | 4620,000 | 6930,00 | 1,789 | 1,925 | 25738,02 |
| SOMATÓRIO | | | | | | | | | 3850,00 | 4620,00 | 6930,00 | | | 25738,02 |
| | | | | | | | | | | | | DMT | 3,71 | km |

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA n° 11183-2680
Lucas Abreu Aguiar

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE JAZIDA PARA REVESTIMENTO PRIMARIO E PARA PARA ATERRO - DMT



TRECHO VII

Empolamento: 20% Peso específico: 1,5 t/m³
 Distância entre estacas: 20,00 metros
 Largura da plataforma: 5,00 Espessura da camada: 0,2 m

| Jazida Utilizada | Localização da jazida | Sub-trecho | | | | | | | Tamanho Sub-trecho (m) | Volume empolado (m³) | Peso (t) | Dist. Fixa (km) | Tamanho médio Subtrecho (km) | MT Sub-trecho |
|------------------|-----------------------|------------|---|------|-----|---|----|-------|------------------------|----------------------|----------|-----------------|------------------------------|---------------|
| J-5 | Trecho V | E | 0 | 0,00 | Até | E | 15 | 15,00 | 315,000 | 378,000 | 567,00 | 0,539 | 0,158 | 395,20 |
| SOMATORIO | | | | | | | | | 315,00 | 378,00 | 567,00 | | | 395,20 |

DMT 0,70 km

TRECHO VIII

Empolamento: 20% Peso específico: 1,5 t/m³
 Distância entre estacas: 20,00 metros
 Largura da plataforma: 5,00 Espessura da camada: 0,2 m

| Jazida Utilizada | Localização da jazida | Sub-trecho | | | | | | Tamanho Sub-trecho (m) | Volume empolado (m³) | Peso (t) | Dist. Fixa (km) | Tamanho médio Subtrecho (km) | MT Sub-trecho |
|------------------|-----------------------|------------|---|------|-----|---|----|------------------------|----------------------|----------|-----------------|------------------------------|---------------|
| J-5 | Trecho V | E | 0 | 0,00 | Até | E | 20 | 400,000 | 480,000 | 720,00 | 0,770 | 0,200 | 698,40 |
| SOMATORIO | | | | | | | | 400,00 | 480,00 | 720,00 | | | 698,40 |

DMT 0,97 km

TRECHO IX

Empolamento: 20% Peso específico: 1,5 t/m³
 Distância entre estacas: 20,00 metros
 Largura da plataforma: 5,00 Espessura da camada: 0,2 m

| Jazida Utilizada | Localização da jazida | Sub-trecho | | | | | | Tamanho Sub-trecho (m) | Volume empolado (m³) | Peso (t) | Dist. Fixa (km) | Tamanho médio Subtrecho (km) | MT Sub-trecho |
|------------------|-----------------------|------------|---|------|-----|---|----|------------------------|----------------------|----------|-----------------|------------------------------|---------------|
| J-5 | Trecho V | E | 0 | 0,00 | Até | E | 15 | 300,000 | 360,000 | 540,00 | 0,000 | 0,150 | 81,00 |
| SOMATORIO | | | | | | | | 300,00 | 360,00 | 540,00 | | | 81,00 |

DMT 0,15 km

TRECHO X

Empolamento: 20% Peso específico: 1,5 t/m³
 Distância entre estacas: 20,00 metros
 Largura da plataforma: 5,00 Espessura da camada: 0,2 m

| Jazida Utilizada | Localização da jazida | Sub-trecho | | | | | | Tamanho Sub-trecho (m) | Volume empolado (m³) | Peso (t) | Dist. Fixa (km) | Tamanho médio Subtrecho (km) | MT Sub-trecho |
|------------------|-----------------------|------------|---|------|-----|---|-----|------------------------|----------------------|----------|-----------------|------------------------------|---------------|
| J-5 | Trecho V | E | 0 | 0,00 | Até | E | 100 | 2000,000 | 2400,000 | 3600,00 | 1,075 | 1,000 | 7470,00 |
| SOMATORIO | | | | | | | | 2000,00 | 2400,00 | 3600,00 | | | 7470,00 |

DMT 2,08 km

TRECHO XI

Empolamento: 20% Peso específico: 1,5 t/m³
 Distância entre estacas: 20,00 metros
 Largura da plataforma: 5,00 Espessura da camada: 0,2 m

| Jazida Utilizada | Localização da jazida | Sub-trecho | | | | | | | Tamanho Sub-trecho (m) | Volume empolado (m³) | Peso (t) | Dist. Fixa (km) | Tamanho médio Subtrecho (km) | MT Sub-trecho |
|------------------|-----------------------|------------|---|------|-----|---|----|--|------------------------|----------------------|----------|-----------------|------------------------------|---------------|
| J-5 | Trecho V | E | 0 | 0,00 | Até | E | 30 | | 600,000 | 720,000 | 1080,00 | 1,223 | 0,300 | 1644,84 |
| SOMATÓRIO | | | | | | | | | 600,00 | 720,00 | 1080,00 | | | 1644,84 |

DMT 1,52 km

TRECHO XII

Empolamento: 20% Peso específico: 1,5 t/m³
 Distância entre estacas: 20,00 metros
 Largura da plataforma: 5,00 Espessura da camada: 0,2 m

| Jazida Utilizada | Localização da jazida | Sub-trecho | | | | | | Tamanho Sub-trecho (m) | Volume empolado (m³) | Peso (t) | Dist. Fixa (km) | Tamanho médio Subtrecho (km) | MT Sub-trecho |
|------------------|-----------------------|------------|---|------|-----|---|----|------------------------|----------------------|----------|-----------------|------------------------------|---------------|
| J-5 | Trecho V | E | 0 | 0,00 | Até | E | 55 | 1100,000 | 1320,000 | 1980,00 | 3,382 | 0,550 | 7785,36 |
| SOMATORIO | | | | | | | | 1100,00 | 1320,00 | 1980,00 | | | 7785,36 |

DMT 3,93 km

Lucas Abreu Aguiar
 Engenheiro Civil
 CREA-MA nº 111837-2/2000
Lucas Abreu Aguiar

QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DE JAZIDA PARA REVESTIMENTO PRIMARIO E PARA PARA ATERRO - DMT



TRECHO XIII

Empolamento: 20% Peso específico: 1,5 t/m³
 Distância entre estacas: 20,00 metros
 Largura da plataforma: 5,00 Espessura da camada: 0,2 m

| Jazida Utilizada | Localização da jazida | Sub-trecho | | | | | | Tamanho Sub-trecho (m) | Volume empolado (m³) | Peso (t) | Dist. Fixa (km) | Tamanho médio Subtrecho (km) | MT Sub-trecho |
|------------------|-----------------------|------------|---|------|-----|---|-----|------------------------|----------------------|----------|-----------------|------------------------------|---------------|
| J-5 | Trecho V | E | 0 | 0,00 | Até | E | 140 | 2800,000 | 3360,000 | 5040,00 | 0,586 | 1,400 | 19513,44 |
| SOMATORIO | | | | | | | | 2800,00 | 3360,00 | 5040,00 | | | 19513,44 |
| DMT | | | | | | | | | | | | 2,09 | km |

TRECHO XIV

Empolamento: 20% Peso específico: 1,5 t/m³
 Distância entre estacas: 20,00 metros
 Largura da plataforma: 5,00 Espessura da camada: 0,2 m

| Jazida Utilizada | Localização da jazida | Sub-trecho | | | | | | Tamanho Sub-trecho (m) | Volume empolado (m³) | Peso (t) | Dist. Fixa (km) | Tamanho médio Subtrecho (km) | MT Sub-trecho |
|------------------|-----------------------|------------|---|------|-----|---|----|------------------------|----------------------|----------|-----------------|------------------------------|---------------|
| J-5 | Trecho V | E | 0 | 0,00 | Até | E | 50 | 1000,000 | 1200,000 | 1800,00 | 0,243 | 0,500 | 1337,40 |
| SOMATORIO | | | | | | | | 1000,00 | 1200,00 | 1800,00 | | | 1337,40 |
| DMT | | | | | | | | | | | | 0,74 | km |

TRECHO XV

Empolamento: 20% Peso específico: 1,5 t/m³
 Distância entre estacas: 20,00 metros
 Largura da plataforma: 5,00 Espessura da camada: 0,2 m

| Jazida Utilizada | Localização da jazida | Sub-trecho | | | | | | Tamanho Sub-trecho (m) | Volume empolado (m³) | Peso (t) | Dist. Fixa (km) | Tamanho médio Subtrecho (km) | MT Sub-trecho |
|------------------|-----------------------|------------|---|------|-----|---|----|------------------------|----------------------|----------|-----------------|------------------------------|---------------|
| J-5 | Trecho V | E | 0 | 0,00 | Até | E | 17 | 355,000 | 426,000 | 639,00 | 0,642 | 0,178 | 523,98 |
| SOMATORIO | | | | | | | | 355,00 | 426,00 | 639,00 | | | 523,98 |
| DMT | | | | | | | | | | | | 0,82 | km |

TRECHO XVI

Empolamento: 20% Peso específico: 1,5 t/m³
 Distância entre estacas: 20,00 metros
 Largura da plataforma: 5,00 Espessura da camada: 0,2 m

| Jazida Utilizada | Localização da jazida | Sub-trecho | | | | | | Tamanho Sub-trecho (m) | Volume empolado (m³) | Peso (t) | Dist. Fixa (km) | Tamanho médio Subtrecho (km) | MT Sub-trecho |
|------------------|-----------------------|------------|---|------|-----|---|----|------------------------|----------------------|----------|-----------------|------------------------------|---------------|
| J-5 | Trecho V | E | 0 | 0,00 | Até | E | 20 | 410,000 | 492,000 | 738,00 | 2,195 | 0,205 | 1771,20 |
| SOMATORIO | | | | | | | | 410,00 | 492,00 | 738,00 | | | 1771,20 |
| DMT | | | | | | | | | | | | 2,40 | km |

Lucas Abreu Aguiar
 Engenheiro Civil
 CREA-MA n.º 111837-2680
Lucas Abreu Aguiar

ANEXO I

LISTA DE VERIFICAÇÃO EM ACESSIBILIDADE

| ITEM | DESCRIÇÃO | ATENDIMENTO* | | | ETAPA DE VERIFICAÇÃO | | | ITEM DA NBR 9050/15: | OBS |
|----------------|-----------|--------------|-------------------|--|--|---|---|---------------------------------------|-----|
| | | SIM | NÃO nesta etapa** | N/A - Justificar (não será verificado) | PELO CONCEDENTE OU MANDATÁRIA** * NO PROJETO DE ENGENHARIA | PELO CONVENIENTE NO PROJETO EXECUTIVO DE ACESSIBILIDADE | PELO CONVENIENTE NO LAUDO DE CONFORMIDADE | | |
| ROTA ACESSÍVEL | 1 | | | X - ESTRADA VICINAL | s | s | s | 6.1 | |
| ALÇADAS | 2 | | | X - ESTRADA VICINAL | s | s | s | 6.12.3.b) | |
| | 3 | | | X - ESTRADA VICINAL | n | s | s | 6.12.3.b) | |
| | 4 | | | X - ESTRADA VICINAL | n | s | s | 6.12.3.a) | |
| | 5 | | | X - ESTRADA VICINAL | n | s | s | 6.12.1
6.12.3.c) | |
| | 6 | | | X - ESTRADA VICINAL | n | s | s | 6.12.3.b) | |
| | 7 | | | X - ESTRADA VICINAL | n | s | s | 5.2.8.2.3 | |
| | 8 | | | X - ESTRADA VICINAL | n | s | s | 6.12.3.b) | |
| | 9 | | | X - ESTRADA VICINAL | n | s | s | ABNT NBR 16537 - 7.6.1 | |
| | 10 | | | X - ESTRADA VICINAL | n | s | s | 5.4.6.2 | |
| | 11 | | | X - ESTRADA VICINAL | n | s | s | 5.4.6.3
ABNT NBR 16537 - 6.6 - 7.4 | |

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689
Lucas Abreu Aguiar

| | | | | | | | | | |
|----|--|--|--|---------------------------|---|---|---|------------------------|--|
| | guia nas calçadas novas ou reformadas? | | | | | | | | |
| 12 | A faixa livre das calçadas novas ou reformadas possui piso com superfície regular, firme, estável, não trepidante e anti derrapante, sob condição seca ou molhada? | | | X -
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | 6.3.2 | |
| 13 | O acesso de veículos aos lotes cria degraus ou desníveis na faixa livre nas calçadas novas ou reformadas? | | | X -
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | 6.12.4 | |
| 14 | Os rebaixamentos de calçadas ou faixas elevadas para a travessia das vias constantes da intervenção estão na direção do fluxo da travessia de pedestres em calçadas novas ou reformadas ou reformadas? | | | X -
ESTRADA
VICINAL | s | s | s | 6.12.7 | |
| 15 | Os rebaixamentos de calçadas possuem inclinação igual ou inferior a 8,33% (nas rampas laterais e central) ou igual ou inferior a 5% para rebaixamento total (nas rampas laterais) em calçadas novas? | | | X -
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | 6.12.7.3
6.12.7.3.4 | |
| 16 | Os rebaixamentos de calçadas possuem rampa central com largura mínima de 1,50m em calçadas novas ou reformadas? | | | X -
ESTRADA
VICINAL | s | s | s | 6.12.7.3 | |
| 17 | Os rebaixamentos de calçadas são feitos de forma a não reduzir a largura da faixa livre ou passeio em medida inferior a 1,20m em calçadas novas ou reformadas? | | | X -
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | 6.12.7.3 | |
| 18 | Há desnível entre o término do rebaixamento da calçada e o leito carroçável em calçadas novas ou reformadas? | | | X -
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | 6.12.7.3.1 | |
| 19 | Há rebaixamento do canteiro divisor de pistas, com largura igual à da faixa de travessia? | | | X -
ESTRADA
VICINAL | s | s | s | 6.12.7.3.5 | |
| 20 | Os semáforos para pedestres possuem dispositivos sincronizados com sinais visuais e sonoros? | | | X -
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | 8.2.2.3 | |
| 21 | Os semáforos, se acionados manualmente, possuem comando com altura entre 0,80 m e 1,20 m do piso? | | | X -
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | 5.6.4.3
8.2.2.1 | |

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil

CREA-MA n 1118372689

Lucas Abreu Aguiar

| | | | | | | | | | |
|------------------|----|--|--|---------------------------|---|---|---|---------|--|
| PASSARELAS | 22 | As passarelas de pedestres possuem uma das alternativas?
a. rampas;
b. rampas e escadas;
c. rampas e elevadores;
d. escadas e elevadores. | | X -
ESTRADA
VICINAL | s | s | s | 6.13.1 | |
| RAMPAS E ESCADAS | 23 | As rampas em rota acessível possuem, no mínimo, 1,20 m de largura? | | X -
ESTRADA
VICINAL | s | s | s | 6.6.2.5 | |
| | 24 | Os patamares (intermediários, de início e término da rampa) possuem dimensão longitudinal mínima de 1,20 m e não invadem a área de circulação adjacente? | | X -
ESTRADA
VICINAL | s | s | s | 6.6.4 | |
| | 25 | Para segmento de rampa com desnível máximo de 1,50 m, a inclinação é de 5%? | | X -
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | 6.6.2.1 | |
| | 26 | Para segmento de rampa com desnível máximo de 1,00 m, a inclinação é de até 6,25%? | | X -
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | 6.6.2.1 | |
| | 27 | Para segmento de rampa com desnível máximo de 0,80 m, sua inclinação é de até 8,33% e o número máximo de segmentos de rampa é 15? | | X -
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | 6.6.2.1 | |
| | 28 | Em rampas, na ausência de paredes laterais, há guarda corpos e guias de balizamento? | | X -
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | 6.9.5 | |
| | 29 | As escadas em rota acessível possuem no mínimo 1,20 m de largura? | | X -
ESTRADA
VICINAL | s | s | s | 6.8.3 | |
| | 30 | Há patamar em escadas a cada desnível de 3,20 m (exceto escada de lances curvos ou mistos) com no mínimo 1,20m de dimensão longitudinal? | | X -
ESTRADA
VICINAL | s | s | s | 6.8.7 | |
| | 31 | Os pisos dos degraus das escadas possuem dimensão entre 0,28 m e 0,32 m? | | X -
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | 6.8.2 | |
| | 32 | Os espelhos dos degraus das escadas possuem dimensão entre 0,16 m e 0,18 m? | | X -
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | 6.8.2 | |
| | 33 | Há sinalização visual aplicada nos pisos e espelhos dos degraus, contrastante com o revestimento adjacente? | | X -
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | 5.4.4 | |
| | 34 | Em escadas, na ausência de paredes laterais, há guarda corpos e guias de balizamento? | | X -
ESTRADA
VICINAL | s | s | s | 6.9.5 | |

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689

Lucas Abreu Aguiar

| | | | | | | | | | |
|--------------------------|----|---|--|---------------------|---|---|---|----------------------------|--|
| PLATAFORMAS E ELEVADORES | 35 | Nas rampas e escadas há corrimãos? | | X - ESTRADA VICINAL | s | s | s | 6.9.2.1 | |
| | 36 | Em escadas e rampas os corrimãos são contínuos com diâmetro entre 30 mm a 45 mm, com altura de 0,92 m e a 0,70 m do piso e prolongamento mínimo de 0,30 m nas extremidades e recurvados nas extremidades? | | X - ESTRADA VICINAL | n | s | s | 6.9 | |
| | 37 | Em rampas ou escadas com largura igual ou superior a 2,40 m, há instalação de corrimão intermediário? | | X - ESTRADA VICINAL | n | s | s | 6.9.4 | |
| | 38 | Em rampas ou escadas, se há corrimão intermediário e patamar com comprimento superior a 1,40 m, há espaçamento mínimo de 0,80 m? | | X - ESTRADA VICINAL | n | s | s | 6.9.4.1 | |
| | 39 | Em plataforma de elevação vertical com percurso aberto, há fechamento contínuo com altura de 1,10 m e sem vãos laterais? | | X - ESTRADA VICINAL | n | s | s | 6.10 | |
| | 40 | Em plataforma de elevação vertical com percurso superior a 2,00 m, o percurso é fechado? | | X - ESTRADA VICINAL | n | s | s | 6.10.3.2 | |
| | 41 | Em plataforma de elevação inclinada há parada programada no patamares ou pelo menos a cada 3,20 m de desnível? | | X - ESTRADA VICINAL | n | s | s | 6.10.4.2 | |
| | 42 | Há dispositivos de comunicação interno e externo à caixa de corrida, para solicitação de auxílio? | | X - ESTRADA VICINAL | n | s | s | 6.10.1 | |
| | 43 | Os elevadores, quando projetados para 1 cadeira de rodas e 1 outro usuário, possuem cabine com dimensões mínimas de 1,40 m x 1,10 m? | | X - ESTRADA VICINAL | s | s | s | ABNT NBR NM 313 - Tabela 1 | |
| | 44 | Em elevadores, quando projetados para 1 cadeira de rodas e 1 outro usuário, as portas, quando abertas, possuem vão livre de 0,80 m x 2,10 m? | | X - ESTRADA VICINAL | n | s | s | ABNT NBR NM 313 - Tabela 1 | |
| | 45 | O piso da cabine contrasta com o da circulação? | | X - ESTRADA VICINAL | n | s | s | ABNT NBR NM 313 | |
| | 46 | Há sinalização com piso tátil de alerta junto à porta dos elevadores e plataformas de elevação vertical? | | X - ESTRADA VICINAL | n | s | s | ABNT NBR 16537 - 6.9.1 | |
| | 47 | Possui sinalização sonora informando o pavimento em equipamentos com mais de duas paradas? | | X - ESTRADA VICINAL | n | s | s | 6.10.1 | |

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 11183-2689
Lucas Abreu Aguiar

| | | | | | | | | | |
|----------------------------|----|--|--|--------------------------|---|---|---|------------------------|--|
| ESTACIONAMENTO DE VEÍCULOS | 48 | Junto à porta do elevador há dispositivo entre 1,80 m e 2,50 m que emite sinais sonoro e visual, indicando o sentido em que a cabine se movimenta? | | X-
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | ABNT
NBR NM
313 | |
| | 49 | A botoeira do pavimento está localizada entre 0,90 m e 1,10 m do piso? | | X-
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | ABNT
NBR NM
313 | |
| | 50 | A botoeira da cabine está localizada entre 0,90 m e 1,30 m do piso? | | X-
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | ABNT
NBR NM
313 | |
| | 51 | O desnível entre o piso da cabine e o piso externo é de, no máximo, 15 mm? | | X-
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | ABNT
NBR NM
313 | |
| | 52 | A distância horizontal entre o piso da cabine e o piso externo é de, no máximo, 35 mm? | | X-
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | ABNT
NBR NM
313 | |
| | 53 | O número do pavimento está localizado nos batentes externos, indicando o andar, em relevo e em Braille? | | X-
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | 5.4.5.2 | |
| | 54 | Há rota acessível interligando as vagas reservadas dos estacionamentos aos acessos? | | X-
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | 6.2.4 | |
| | 55 | Há vagas de estacionamento reservadas a veículos que transportem pessoas com deficiência? | | X-
ESTRADA
VICINAL | s | s | s | Lei
13.146/20
15 | |
| | 56 | O número de vagas de estacionamento reservadas a veículos que transportem pessoas com deficiência é de, no mínimo, 2% do total de vagas, assegurada, no mínimo 1 vaga? | | X-
ESTRADA
VICINAL | s | s | s | Lei
13.146/20
15 | |
| | 57 | As vagas destinadas a pessoas com deficiência localizam-se a, no máximo, 50m do acesso à edificação ou elevadores? | | X-
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | 6.14.1.2 | |
| | 58 | As vagas destinadas a pessoas com deficiência contam com espaço adicional de, no mínimo, 1,20 m de largura? | | X-
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | 6.14.1.2 | |
| | 59 | Há vagas de estacionamento reservadas a veículos que transportem pessoas idosas? | | X-
ESTRADA
VICINAL | s | s | s | Lei
10.741/20
03 | |
| | 60 | O número de vagas destinadas a veículos que transportem pessoas idosas é de, no mínimo, 5% do total de vagas, com no mínimo uma vaga? | | X-
ESTRADA
VICINAL | s | s | s | Lei
10.741/20
03 | |
| | 61 | As vagas destinadas a pessoas idosas estão posicionadas próximas das entradas do edifício? | | X-
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | 6.14 | |
| | 62 | As vagas reservadas contêm sinalização vertical e horizontal? | | X-
ESTRADA
VICINAL | n | s | s | 5.5.2.3
6.14 | |

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil

CREA-MA nº 11483-2689

Lucas Abreu Aguiar

| | | | | | | | | | |
|--------|----|---|--|-----------------------|---|---|---|---------------------------|--|
| ACESSO | 63 | Há indicação no projeto do traçado da rota acessível? | | X-
ESTRADA VICINAL | s | s | s | 6.1.1 | |
| | 64 | A rota acessível interliga as áreas de uso público e adaptadas da edificação e incorpora as circulações? | | X-
ESTRADA VICINAL | s | s | s | 6.1.1 | |
| | 65 | Todas as entradas da edificação de uso público ou comum são acessíveis? | | X-
ESTRADA VICINAL | n | s | s | 6.2.1;
6.1.1.1 | |
| | 66 | Se houver controle de acesso, tipo catracas ou cancelas, pelo menos um deles em cada conjunto é acessível? | | X-
ESTRADA VICINAL | n | s | s | 6.2.5 | |
| | 67 | Possui sinalização informativa e direcional nas entradas e saídas acessíveis? | | X-
ESTRADA VICINAL | n | s | s | 6.2.8 | |
| | 68 | Há mapa acessível instalado imediatamente após a entrada principal com piso tátil associado, informando os principais pontos de distribuição no prédio ou locais de maior utilização? | | X-
ESTRADA VICINAL | n | s | s | Anexo B
B.4 | |
| | 69 | Há pelo menos duas formas de deslocamento vertical nas circulações verticais? (escadas, rampas, plataformas elevatórias ou elevador) | | X-
ESTRADA VICINAL | s | s | s | 6.3 | |
| PISO | 70 | As superfícies de piso possuem revestimento regular, firme, estável, não trepidante e antiderrapante, estando secas ou molhadas? | | X-
ESTRADA VICINAL | n | s | s | 6.3.2 | |
| | 71 | A rota acessível é nivelada ou possui desníveis de no máximo 0,5 cm, ou quando maior que 0,5 cm é menor que 2 cm e chanfrada na proporção 1:2 (50%) | | X-
ESTRADA VICINAL | n | s | s | 6.3.4.1 | |
| | 72 | Há rampa nos casos em que ocorra um desnível maior que 2 cm? | | X-
ESTRADA VICINAL | n | | | 6.1
6.1.1.2
6.3.4.1 | |
| | 73 | Se houver grelhas e juntas de dilatação em rotas acessíveis, os vãos perpendiculares ao fluxo principal possuem dimensão máxima de 15mm? | | X-
ESTRADA VICINAL | n | s | s | 6.3.5 | |

* A ser preenchido pelo Proponente na entrega de documentação para a Mandatária / Concedente, referente a 1ª etapa de verificação (análise do Projeto Engenharia)

** Será verificado pelo Conveniente no Projeto Executivo de Acessibilidade

*** A Mandatária verificará somente os itens inseridos na rota acessível (indicada no projeto) marcados com "SIM" nos instrumentos de transferência com valor de repasse acima de R\$ 5 milhões.

N/A - Não se aplica; s-sim; n-não

OBS: OS ITENS 74 EM DIANTE NÃO SERÃO PREENCHIDOS PELA JUSTIFICATIVA DE SEREM REALACIONADOS A OUTROS TIPOS DE EDIFICAÇÕES QUE NÃO SE APLICAM AO OBJETO DO CONTRATO

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 11183-2680

Lucas Abreu Aguiar



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-MA

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão

ART OBRA / SERVIÇO
Nº MA20210468964

SUBSTITUIÇÃO a
MA20210468160

RUBRICA
Porto Franco - MA

1. Responsável Técnico

LUCAS ABREU AGUIAR

Título profissional: ENGENHEIRO CIVIL

RNP: 1118372689

Registro: 1118372689MA

2. Dados do Contrato

Contratante: Prefeitura Municipal de Porto Franco

PRAÇA Praça da Bandeira

Complemento:

Cidade: PORTO FRANCO

Bairro: Centro

UF: MA

CPF/CNPJ: 06.208.946/0001-24

Nº: 10

CEP: 65970000

Contrato: Não especificado

Valor: R\$ 960.000,00

Ação Institucional: Agricultura familiar

Celebrado em:

Tipo de contratante: Pessoa Jurídica de Direito Público

3. Dados da Obra/Serviço

POVOADO Povoado Maria Mota, Coité e Sombras

Complemento:

Cidade: PORTO FRANCO

Data de Início: 01/08/2021

Previsão de término: 01/08/2022

Coordenadas Geográficas: -6.341381, -47.175212

Finalidade: Ambiental

Proprietário: Prefeitura Municipal de Porto Franco

Bairro: Regiões

UF: MA

Nº: 00

CEP: 65970000

Código: Não Especificado

CPF/CNPJ: 06.208.946/0001-24

4. Atividade Técnica

4 - Concepção

80 - Projeto > AGRONOMIA, AGRÍCOLA, FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA > CONSTRUÇÕES PARA FINS AGROPECUÁRIOS, AGROINDUSTRIAS, AQUÍCOLAS E FLORESTAIS > #TOS_39.27.4 - DE ESTRADAS RURAIS

Quantidade

24,90

Unidade

km

35 - Elaboração de orçamento > AGRONOMIA, AGRÍCOLA, FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA > CONSTRUÇÕES PARA FINS AGROPECUÁRIOS, AGROINDUSTRIAS, AQUÍCOLAS E FLORESTAIS > #TOS_39.27.4 - DE ESTRADAS RURAIS

24,90

km

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deve proceder a baixa desta ART

5. Observações

Recuperação de estradas vicinais do município de Porto Franco - MA, convênio n 902709/2020

6. Declarações

- Cláusula Compromissória: Qualquer conflito ou litígio originado do presente contrato, bem como sua interpretação ou execução, será resolvido por arbitragem, de acordo com a Lei no. 9.307, de 23 de setembro de 1996, por meio do Centro de Mediação e Arbitragem - CMA vinculado ao Crea-MA, nos termos do respectivo regulamento de arbitragem que, expressamente, as partes declaram concordar.

7. Entidade de Classe

SINTEC - MA

8. Assinaturas

Declaro serem verdadeiras as informações acima

Porto Franco - MA 29 de outubro de 2021

Local

data

Lucas Abreu Aguiar

LUCAS ABREU AGUIAR - CPF: 047.003.113-12

DEOCLIDES ANTONIO SANTOS Assinada de forma digital por DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO/20864760353 Data: 2021.10.29 17:30:19 -0300

Prefeitura Municipal de Porto Franco - CNPJ: 06.208.946/0001-24

9. Informações

* A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.

10. Valor

Esta ART é isenta de taxa

Registrada em: 28/10/2021

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 1118372689

A autenticidade desta ART pode ser verificada em: <https://crea-ma.sitac.com.br/publico/>, com a chave: 0x8d0
Impresso em: 28/10/2021 às 16:44:24 por: , ip: 190.180.150.32

www.creama.org.br

faleconosco@crea-ma.org.br

Tel: (98) 2106-8300

Fax: (98) 2106-8300

CREA-MA
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão



QUADRO DE CUBAGEM DE VOLUMES DE ATERRO

TRECHO I

| ATERRO | | | | | | | Situação |
|---------------|--------------------------|---------------|-------------|------------|----------|------------------------------|----------|
| Nº da Estação | Dist. entre Estações (m) | Nº da Estação | Largura (m) | Altura (m) | Volumem³ | Altura x Largura x Volume m³ | |
| E 00 | 20,00 m | 01 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 01 | 20,00 m | 02 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 02 | 20,00 m | 03 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 03 | 20,00 m | 04 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | | ATERRO |
| E 04 | 20,00 m | 05 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 05 | 20,00 m | 06 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 06 | 20,00 m | 07 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 07 | 20,00 m | 08 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 08 | 20,00 m | 09 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 09 | 20,00 m | 10 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 10 | 20,00 m | 11 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 11 | 20,00 m | 12 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | | ATERRO |
| E 12 | 20,00 m | 13 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 13 | 20,00 m | 14 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 14 | 20,00 m | 15 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | | ATERRO |
| E 15 | 20,00 m | 16 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 16 | 20,00 m | 17 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 17 | 20,00 m | 18 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 18 | 20,00 m | 19 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 19 | 20,00 m | 20 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 20 | 20,00 m | 21 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 21 | 20,00 m | 22 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | | ATERRO |
| E 22 | 20,00 m | 23 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 23 | 20,00 m | 24 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 24 | 20,00 m | 25 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | | ATERRO |
| E 25 | 20,00 m | 26 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 26 | 20,00 m | 27 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 27 | 20,00 m | 28 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 28 | 20,00 m | 29 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 29 | 20,00 m | 30 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 30 | 20,00 m | 31 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | | ATERRO |
| E 31 | 20,00 m | 32 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 32 | 20,00 m | 33 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 33 | 20,00 m | 34 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | | ATERRO |
| E 34 | 20,00 m | 35 | 5,00 m | 0,28 m | 28,00 m³ | | ATERRO |
| E 35 | 20,00 m | 36 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 36 | 20,00 m | 37 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | | ATERRO |
| E 37 | 20,00 m | 38 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 38 | 20,00 m | 39 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 39 | 20,00 m | 40 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 40 | 20,00 m | 41 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 41 | 20,00 m | 42 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 42 | 20,00 m | 43 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 43 | 20,00 m | 44 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 44 | 20,00 m | 45 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 45 | 20,00 m | 46 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 46 | 20,00 m | 47 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 47 | 20,00 m | 48 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 48 | 20,00 m | 49 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | | ATERRO |
| E 49 | 20,00 m | 50 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 50 | 20,00 m | 51 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 51 | 20,00 m | 52 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 52 | 20,00 m | 53 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 53 | 20,00 m | 54 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 54 | 20,00 m | 55 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | | ATERRO |
| E 55 | 20,00 m | 56 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 56 | 20,00 m | 57 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 57 | 20,00 m | 58 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 58 | 20,00 m | 59 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 59 | 20,00 m | 60 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | | ATERRO |
| E 60 | 20,00 m | 61 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 61 | 20,00 m | 62 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 62 | 20,00 m | 63 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 63 | 20,00 m | 64 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | | ATERRO |
| E 64 | 20,00 m | 65 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | | ATERRO |
| E 65 | 20,00 m | 66 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 66 | 20,00 m | 67 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 67 | 20,00 m | 68 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 68 | 20,00 m | 69 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | | ATERRO |
| E 69 | 20,00 m | 70 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 70 | 20,00 m | 71 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 71 | 20,00 m | 72 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 72 | 20,00 m | 73 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 73 | 20,00 m | 74 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 74 | 20,00 m | 75 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 75 | 20,00 m | 76 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 76 | 20,00 m | 77 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 77 | 20,00 m | 78 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | | ATERRO |
| E 78 | 20,00 m | 79 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 79 | 20,00 m | 80 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |

EXT. TOTAL 1.600,00 m

VOLUME ATERRO 1.453,05 m³

prefeitura Municipal
Fls nº 153
4
RUBRICA
Porto Franco - MA

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 11153-2689
Lucas Abreu Aguiar

QUADRO DE CUBAGEM DE VOLUMES DE ATERRO

TRECHO II

ATERRO

| | Nº da Estação | Dist. entre Estações (m) | Nº da Estação | Largura (m) | Altura (m) | Voluma (m³) | Situação |
|---|---------------|--------------------------|---------------|-------------|------------|-------------|----------|
| E | 00 | 20,00 m | 01 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E | 01 | 20,00 m | 02 | 5,00 m | 0,33 m | 33,00 m³ | ATERRO |
| E | 02 | 20,00 m | 03 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E | 03 | 20,00 m | 04 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E | 04 | 20,00 m | 05 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 05 | 20,00 m | 06 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E | 06 | 20,00 m | 07 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E | 07 | 20,00 m | 08 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E | 08 | 20,00 m | 09 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E | 09 | 20,00 m | 10 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 10 | 20,00 m | 11 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E | 11 | 20,00 m | 12 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 12 | 20,00 m | 13 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E | 13 | 20,00 m | 14 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E | 14 | 20,00 m | 15 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E | 15 | 20,00 m | 16 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 16 | 20,00 m | 17 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E | 17 | 20,00 m | 18 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 18 | 20,00 m | 19 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E | 19 | 20,00 m | 20 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 20 | 20,00 m | 21 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E | 21 | 20,00 m | 22 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E | 22 | 20,00 m | 23 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 23 | 20,00 m | 24 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 24 | 20,00 m | 25 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E | 25 | 20,00 m | 26 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 26 | 20,00 m | 27 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E | 27 | 20,00 m | 28 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E | 28 | 20,00 m | 29 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 29 | 20,00 m | 30 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 30 | 20,00 m | 31 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 31 | 20,00 m | 32 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E | 32 | 20,00 m | 33 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 33 | 20,00 m | 34 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 34 | 20,00 m | 35 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E | 35 | 20,00 m | 36 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E | 36 | 20,00 m | 37 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E | 37 | 20,00 m | 38 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E | 38 | 20,00 m | 39 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 39 | 20,00 m | 40 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E | 40 | 20,00 m | 41 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E | 41 | 20,00 m | 42 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E | 42 | 20,00 m | 43 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E | 43 | 20,00 m | 44 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E | 44 | 20,00 m | 45 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E | 45 | 20,00 m | 46 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 46 | 20,00 m | 47 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E | 47 | 20,00 m | 48 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E | 48 | 20,00 m | 49 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 49 | 20,00 m | 50 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E | 50 | 20,00 m | 51 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E | 51 | 20,00 m | 52 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E | 52 | 20,00 m | 53 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E | 53 | 20,00 m | 54 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E | 54 | 20,00 m | 55 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E | 55 | 20,00 m | 56 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 56 | 20,00 m | 57 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 57 | 20,00 m | 58 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E | 58 | 20,00 m | 59 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 59 | 20,00 m | 60 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 60 | 20,00 m | 61 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E | 61 | 20,00 m | 62 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 62 | 20,00 m | 63 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E | 63 | 20,00 m | 64 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E | 64 | 20,00 m | 65 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E | 65 | 20,00 m | 66 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E | 66 | 20,00 m | 67 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 67 | 20,00 m | 68 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E | 68 | 20,00 m | 69 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 69 | 20,00 m | 70 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E | 70 | 20,00 m | 71 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E | 71 | 20,00 m | 72 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E | 72 | 20,00 m | 73 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E | 73 | 20,00 m | 74 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E | 74 | 20,00 m | 75 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E | 75 | 20,00 m | 76 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E | 76 | 20,00 m | 77 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E | 77 | 20,00 m | 78 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E | 78 | 20,00 m | 79 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E | 79 | 20,00 m | 80 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E | 80 | 20,00 m | 81 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 81 | 20,00 m | 82 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 82 | 20,00 m | 83 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E | 83 | 20,00 m | 84 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E | 84 | 20,00 m | 85 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E | 85 | 20,00 m | 86 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E | 86 | 20,00 m | 87 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E | 87 | 20,00 m | 88 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E | 88 | 20,00 m | 89 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 89 | 20,00 m | 90 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E | 90 | 20,00 m | 91 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E | 91 | 20,00 m | 92 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E | 92 | 20,00 m | 93 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E | 93 | 20,00 m | 94 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E | 94 | 20,00 m | 95 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E | 95 | 20,00 m | 96 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E | 96 | 20,00 m | 97 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E | 97 | 20,00 m | 98 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E | 98 | 20,00 m | 99 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E | 99 | 20,00 m | 100 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E | 100 | 20,00 m | 101 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E | 101 | 20,00 m | 102 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E | 102 | 20,00 m | 103 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 103 | 20,00 m | 104 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E | 104 | 20,00 m | 105 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E | 105 | 20,00 m | 106 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E | 106 | 20,00 m | 107 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E | 107 | 20,00 m | 108 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |



Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 111837-2689
Lucas Abreu Aguiar

QUADRO DE CUBAGEM DE VOLUMES DE ATERRO

TRECHO II

ATERRO

| | Nº da Estação | Dist. entre Estações (m) | Nº da Estação | Largeza (m) | Altura (m) | Volume(m³) | Situação |
|---|---------------|--------------------------|---------------|-------------|------------|---|----------|
| | | | | | | <small>Área x Largura x Volume (m³)</small> | |
| E | 108 | 20,00 m | 109 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E | 109 | 20,00 m | 110 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 110 | 20,00 m | 111 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 111 | 20,00 m | 112 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E | 112 | 20,00 m | 113 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E | 113 | 20,00 m | 114 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E | 114 | 20,00 m | 115 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E | 115 | 20,00 m | 116 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 116 | 20,00 m | 117 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E | 117 | 20,00 m | 118 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E | 118 | 20,00 m | 119 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E | 119 | 20,00 m | 120 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E | 120 | 20,00 m | 121 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E | 121 | 20,00 m | 122 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E | 122 | 20,00 m | 123 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E | 123 | 20,00 m | 124 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E | 124 | 20,00 m | 125 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E | 125 | 20,00 m | 126 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E | 126 | 20,00 m | 127 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E | 127 | 20,00 m | 128 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E | 128 | 20,00 m | 129 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 129 | 20,00 m | 130 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E | 130 | 20,00 m | 131 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E | 131 | 20,00 m | 132 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E | 132 | 20,00 m | 133 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E | 133 | 20,00 m | 134 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E | 134 | 20,00 m | 135 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E | 135 | 20,00 m | 136 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E | 136 | 20,00 m | 137 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E | 137 | 20,00 m | 138 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E | 138 | 20,00 m | 139 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 139 | 20,00 m | 140 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E | 140 | 20,00 m | 141 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E | 141 | 20,00 m | 142 | 5,30 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E | 142 | 20,00 m | 143 | 5,30 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E | 143 | 20,00 m | 144 | 5,30 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E | 144 | 20,00 m | 145 | 5,30 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E | 145 | 20,00 m | 146 | 5,30 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E | 146 | 20,00 m | 147 | 5,30 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E | 147 | 20,00 m | 148 | 5,30 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E | 148 | 20,00 m | 149 | 5,30 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E | 149 | 20,00 m | 150 | 5,30 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E | 150 | 20,00 m | 151 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 151 | 20,00 m | 152 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E | 152 | 20,00 m | 153 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E | 153 | 20,00 m | 154 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E | 154 | 20,00 m | 155 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 155 | 20,00 m | 156 | 5,00 m | 0,14 m | 14,00 m³ | ATERRO |
| E | 156 | 20,00 m | 157 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E | 157 | 20,00 m | 158 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 158 | 20,00 m | 159 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E | 159 | 20,00 m | 160 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E | 160 | 20,00 m | 161 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E | 161 | 20,00 m | 162 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E | 162 | 20,00 m | 163 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 163 | 10,00 m | 163+10m | 5,00 m | 0,19 m | 9,00 m³ | ATERRO |

EXT. TOTAL 3.276,00 m

VOLUME ATERRO 5.491,00 m³



Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 111837-2689
Lucas Abreu Aguiar

QUADRO DE CUBAGEM DE VOLUMES DE ATERRO

TRECHO III

ATERRO

| Nº da Estação | Dist. entre Estações (m) | Nº da Estação | Comprimento (m) | Altura (m) | Volumem(m³) | Obs. | Observação |
|---------------|--------------------------|---------------|-----------------|------------|-------------|------|------------|
| E 00 | 20,00 m | 01 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 01 | 20,00 m | 02 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 02 | 20,00 m | 03 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 03 | 20,00 m | 04 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 04 | 20,00 m | 05 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 05 | 20,00 m | 06 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 06 | 20,00 m | 07 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 07 | 20,00 m | 08 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 08 | 20,00 m | 09 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | | ATERRO |
| E 09 | 20,00 m | 10 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 10 | 20,00 m | 11 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 11 | 20,00 m | 12 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 12 | 20,00 m | 13 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | | ATERRO |
| E 13 | 20,00 m | 14 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 14 | 20,00 m | 15 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 15 | 20,00 m | 16 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 16 | 20,00 m | 17 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 17 | 20,00 m | 18 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 18 | 20,00 m | 19 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | | ATERRO |
| E 19 | 20,00 m | 20 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 20 | 20,00 m | 21 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 21 | 20,00 m | 22 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 22 | 20,00 m | 23 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 23 | 20,00 m | 24 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | | ATERRO |
| E 24 | 20,00 m | 25 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 25 | 20,00 m | 26 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | | ATERRO |
| E 26 | 20,00 m | 27 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 27 | 20,00 m | 28 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 28 | 20,00 m | 29 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 29 | 20,00 m | 30 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | | ATERRO |
| E 30 | 20,00 m | 31 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 31 | 20,00 m | 32 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 32 | 20,00 m | 33 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 33 | 20,00 m | 34 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 34 | 20,00 m | 35 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | | ATERRO |
| E 35 | 20,00 m | 36 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 36 | 20,00 m | 37 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 37 | 20,00 m | 38 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 38 | 20,00 m | 39 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 39 | 20,00 m | 40 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 40 | 20,00 m | 41 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 41 | 20,00 m | 42 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 42 | 20,00 m | 43 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 43 | 20,00 m | 44 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 44 | 20,00 m | 45 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 45 | 20,00 m | 46 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 46 | 20,00 m | 47 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 47 | 20,00 m | 48 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 48 | 20,00 m | 49 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 49 | 20,00 m | 50 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 50 | 20,00 m | 51 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 51 | 20,00 m | 52 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 52 | 20,00 m | 53 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 53 | 20,00 m | 54 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 54 | 20,00 m | 55 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | | ATERRO |
| E 55 | 20,00 m | 56 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 56 | 20,00 m | 57 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 57 | 20,00 m | 58 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 58 | 20,00 m | 59 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | | ATERRO |
| E 59 | 20,00 m | 60 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | | ATERRO |
| E 60 | 20,00 m | 61 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 61 | 20,00 m | 62 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 62 | 20,00 m | 63 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 63 | 20,00 m | 64 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 64 | 20,00 m | 65 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 65 | 20,00 m | 66 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 66 | 20,00 m | 67 | 5,00 m | 0,35 m | 35,00 m³ | | ATERRO |
| E 67 | 20,00 m | 68 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 68 | 20,00 m | 69 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 69 | 20,00 m | 70 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 70 | 20,00 m | 71 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 71 | 20,00 m | 72 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 72 | 20,00 m | 73 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 73 | 20,00 m | 74 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 74 | 20,00 m | 75 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 75 | 20,00 m | 76 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 76 | 20,00 m | 77 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 77 | 20,00 m | 78 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 78 | 20,00 m | 79 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 79 | 20,00 m | 80 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 80 | 20,00 m | 81 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 81 | 20,00 m | 82 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 82 | 20,00 m | 83 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 83 | 20,00 m | 84 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 84 | 20,00 m | 85 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | | ATERRO |
| E 85 | 20,00 m | 86 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 86 | 20,00 m | 87 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 87 | 20,00 m | 88 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 88 | 20,00 m | 89 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 89 | 20,00 m | 90 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 90 | 20,00 m | 91 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 91 | 20,00 m | 92 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 92 | 20,00 m | 93 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 93 | 20,00 m | 94 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 94 | 20,00 m | 95 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 95 | 20,00 m | 96 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 96 | 20,00 m | 97 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 97 | 20,00 m | 98 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 98 | 20,00 m | 99 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 99 | 20,00 m | 100 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 100 | 20,00 m | 101 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 101 | 20,00 m | 102 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 102 | 20,00 m | 103 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 103 | 20,00 m | 104 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 104 | 20,00 m | 105 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 105 | 20,00 m | 106 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 106 | 20,00 m | 107 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 107 | 20,00 m | 108 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |



Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 11183726/99
Lucas Abreu Aguiar

QUADRO DE CUBAGEM DE VOLUMES DE ATERRO

TRECHO III

ATERRO

| Nº da Estação | Dist. entre Estações (m) | Nº da Estação | Largura (m) | Altura (m) | Volume(m³)
<small>Altura x Largura x Distância (m)</small> | Situação |
|---------------|--------------------------|---------------|-------------|------------|---|----------|
| | | | | | | |
| E 108 | 20,00 m | 109 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 109 | 20,00 m | 110 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E 110 | 20,00 m | 111 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E 111 | 20,00 m | 112 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E 112 | 20,00 m | 113 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 113 | 20,00 m | 114 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 114 | 20,00 m | 115 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 115 | 20,00 m | 116 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 116 | 20,00 m | 117 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E 117 | 20,00 m | 118 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 118 | 20,00 m | 119 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 119 | 20,00 m | 120 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 120 | 20,00 m | 121 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E 121 | 20,00 m | 122 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 122 | 20,00 m | 123 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 123 | 20,00 m | 124 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 124 | 20,00 m | 125 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E 125 | 20,00 m | 126 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 126 | 20,00 m | 127 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 127 | 20,00 m | 128 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E 128 | 20,00 m | 129 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 129 | 20,00 m | 130 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 130 | 20,00 m | 131 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E 131 | 20,00 m | 132 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 132 | 20,00 m | 133 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E 133 | 20,00 m | 134 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 134 | 20,00 m | 135 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 135 | 20,00 m | 136 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 136 | 20,00 m | 137 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 137 | 20,00 m | 138 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 138 | 20,00 m | 139 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 139 | 20,00 m | 140 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 140 | 20,00 m | 141 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 141 | 20,00 m | 142 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 142 | 20,00 m | 143 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 143 | 20,00 m | 144 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 144 | 20,00 m | 145 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 145 | 20,00 m | 146 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 146 | 20,00 m | 147 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 147 | 20,00 m | 148 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E 148 | 20,00 m | 149 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E 149 | 20,00 m | 150 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 150 | 20,00 m | 151 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 151 | 20,00 m | 152 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E 152 | 20,00 m | 153 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 153 | 20,00 m | 154 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 154 | 20,00 m | 155 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 155 | 20,00 m | 156 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 156 | 20,00 m | 157 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 157 | 20,00 m | 158 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 158 | 20,00 m | 159 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 159 | 20,00 m | 160 | 5,00 m | 0,34 m | 34,00 m³ | ATERRO |
| E 160 | 20,00 m | 161 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 161 | 20,00 m | 162 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E 162 | 20,00 m | 163 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 163 | 20,00 m | 164 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 164 | 20,00 m | 165 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 165 | 20,00 m | 166 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 166 | 20,00 m | 167 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 167 | 20,00 m | 168 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 168 | 20,00 m | 169 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 169 | 20,00 m | 170 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 170 | 20,00 m | 171 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 171 | 20,00 m | 172 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 172 | 20,00 m | 173 | 5,00 m | 0,30 m | 30,00 m³ | ATERRO |
| E 173 | 20,00 m | 174 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 174 | 20,00 m | 175 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 175 | 20,00 m | 176 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 176 | 20,00 m | 177 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E 177 | 20,00 m | 178 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 178 | 20,00 m | 179 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 179 | 20,00 m | 180 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |

EXT. TOTAL 3.600,00 m

VOLUME ATERRO 3.731,00 m³



Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 111837-2689
Lucas Abreu Aguiar

TRAFFIC IN

| | |
|------------|-------------|
| EXT. TOTAL | 2,100,00 mi |
|------------|-------------|

Lucas Abreu Aguiar
Engenharia Civil
CREA-MA nº 11183-2689
Lucas Abreu Aguiar

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MG 1118372689



QUADRO DE CUBAGEM DE VOLUMES DE ATERRIO

TRECHO V

| ATERRIO | | VOLUME ATERRIO | | | | EXT TOTAL | |
|---------------|--------------------------|----------------|------------|-------------|-------------|----------------|-----------------|
| Nº de Estação | Dist. entre Estações (m) | Nº de Estação | Altura (m) | Largura (m) | Volume (m³) | Ext. Total (m) | Ext. Total (m²) |
| 00 | 20,00 | 01 | 0,16 | 3,00 | 0,48 | 58 | 10,00 |
| 01 | 20,00 | 02 | 0,16 | 3,00 | 0,48 | 59 | 10,00 |
| 02 | 20,00 | 03 | 0,16 | 3,00 | 0,48 | 60 | 10,00 |
| 03 | 20,00 | 04 | 0,22 | 3,00 | 0,66 | 61 | 10,00 |
| 04 | 20,00 | 05 | 0,26 | 3,00 | 0,78 | 62 | 10,00 |
| 05 | 20,00 | 06 | 0,26 | 3,00 | 0,78 | 63 | 10,00 |
| 06 | 20,00 | 07 | 0,24 | 3,00 | 0,72 | 64 | 10,00 |
| 07 | 20,00 | 08 | 0,27 | 3,00 | 0,81 | 65 | 10,00 |
| 08 | 20,00 | 09 | 0,31 | 3,00 | 0,93 | 66 | 10,00 |
| 09 | 20,00 | 10 | 0,19 | 3,00 | 0,57 | 67 | 10,00 |
| 10 | 20,00 | 11 | 0,24 | 3,00 | 0,72 | 68 | 10,00 |
| 11 | 20,00 | 12 | 0,20 | 3,00 | 0,60 | 69 | 10,00 |
| 12 | 20,00 | 13 | 0,20 | 3,00 | 0,60 | 70 | 10,00 |
| 13 | 20,00 | 14 | 0,16 | 3,00 | 0,48 | 71 | 10,00 |
| 14 | 20,00 | 15 | 0,27 | 3,00 | 0,81 | 72 | 10,00 |
| 15 | 20,00 | 16 | 0,27 | 3,00 | 0,81 | 73 | 10,00 |
| 16 | 20,00 | 17 | 0,16 | 3,00 | 0,48 | 74 | 10,00 |
| 17 | 20,00 | 18 | 0,16 | 3,00 | 0,48 | 75 | 10,00 |
| 18 | 20,00 | 19 | 0,27 | 3,00 | 0,81 | 76 | 10,00 |
| 19 | 20,00 | 20 | 0,17 | 3,00 | 0,51 | 77 | 10,00 |
| 20 | 20,00 | 21 | 0,29 | 3,00 | 0,87 | 78 | 10,00 |
| 21 | 20,00 | 22 | 0,29 | 3,00 | 0,87 | 79 | 10,00 |
| 22 | 20,00 | 23 | 0,29 | 3,00 | 0,87 | 80 | 10,00 |
| 23 | 20,00 | 24 | 0,21 | 3,00 | 0,63 | 81 | 10,00 |
| 24 | 20,00 | 25 | 0,21 | 3,00 | 0,63 | 82 | 10,00 |
| 25 | 20,00 | 26 | 0,24 | 3,00 | 0,72 | 83 | 10,00 |
| 26 | 20,00 | 27 | 0,16 | 3,00 | 0,48 | 84 | 10,00 |
| 27 | 20,00 | 28 | 0,24 | 3,00 | 0,72 | 85 | 10,00 |
| 28 | 20,00 | 29 | 0,16 | 3,00 | 0,48 | 86 | 10,00 |
| 29 | 20,00 | 30 | 0,27 | 3,00 | 0,81 | 87 | 10,00 |
| 30 | 20,00 | 31 | 0,25 | 3,00 | 0,75 | 88 | 10,00 |
| 31 | 20,00 | 32 | 0,25 | 3,00 | 0,75 | 89 | 10,00 |
| 32 | 20,00 | 33 | 0,25 | 3,00 | 0,75 | 90 | 10,00 |
| 33 | 20,00 | 34 | 0,27 | 3,00 | 0,81 | 91 | 10,00 |
| 34 | 20,00 | 35 | 0,25 | 3,00 | 0,75 | 92 | 10,00 |
| 35 | 20,00 | 36 | 0,25 | 3,00 | 0,75 | 93 | 10,00 |
| 36 | 20,00 | 37 | 0,16 | 3,00 | 0,48 | 94 | 10,00 |
| 37 | 20,00 | 38 | 0,19 | 3,00 | 0,57 | 95 | 10,00 |
| 38 | 20,00 | 39 | 0,19 | 3,00 | 0,57 | 96 | 10,00 |
| 39 | 20,00 | 40 | 0,25 | 3,00 | 0,75 | 97 | 10,00 |
| 40 | 20,00 | 41 | 0,25 | 3,00 | 0,75 | 98 | 10,00 |
| 41 | 20,00 | 42 | 0,25 | 3,00 | 0,75 | 99 | 10,00 |
| 42 | 20,00 | 43 | 0,20 | 3,00 | 0,60 | 100 | 10,00 |
| 43 | 20,00 | 44 | 0,26 | 3,00 | 0,78 | 101 | 10,00 |
| 44 | 20,00 | 45 | 0,26 | 3,00 | 0,78 | 102 | 10,00 |
| 45 | 20,00 | 46 | 0,24 | 3,00 | 0,72 | 103 | 10,00 |
| 46 | 20,00 | 47 | 0,19 | 3,00 | 0,57 | 104 | 10,00 |
| 47 | 20,00 | 48 | 0,19 | 3,00 | 0,57 | 105 | 10,00 |
| 48 | 20,00 | 49 | 0,17 | 3,00 | 0,51 | 106 | 10,00 |
| 49 | 20,00 | 50 | 0,24 | 3,00 | 0,72 | 107 | 10,00 |
| 50 | 20,00 | 51 | 0,16 | 3,00 | 0,48 | 108 | 10,00 |
| 51 | 20,00 | 52 | 0,16 | 3,00 | 0,48 | 109 | 10,00 |
| 52 | 20,00 | 53 | 0,22 | 3,00 | 0,66 | 110 | 10,00 |
| 53 | 20,00 | 54 | 0,20 | 3,00 | 0,60 | 111 | 10,00 |
| 54 | 20,00 | 55 | 0,17 | 3,00 | 0,51 | 112 | 10,00 |
| 55 | 20,00 | 56 | 0,18 | 3,00 | 0,54 | 113 | 10,00 |
| 56 | 20,00 | 57 | 0,21 | 3,00 | 0,63 | 114 | 10,00 |
| 57 | 20,00 | 58 | 0,24 | 3,00 | 0,72 | 115 | 10,00 |
| 58 | 20,00 | 59 | 0,25 | 3,00 | 0,75 | 116 | 10,00 |
| 59 | 20,00 | 60 | 0,15 | 3,00 | 0,45 | 117 | 10,00 |

QUADRO DE CUBAGEM DE VOLUMES DE ATERRIO

TRECHO VI

| ATERRO | | | | | P.L. | Situação |
|---------------|--------------------------|---------------|-------------|------------|----------|----------|
| Nº da Estação | Dist. entre Estações (m) | Nº da Estação | largura (m) | Altura (m) | | |
| 00 | 20,00 m | 01 | 3,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| 01 | 20,00 m | 02 | 3,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| 02 | 20,00 m | 03 | 3,00 m | 0,23 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| 03 | 20,00 m | 04 | 3,00 m | 0,23 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| 04 | 20,00 m | 05 | 3,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| 05 | 20,00 m | 06 | 3,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| 06 | 20,00 m | 07 | 3,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| 07 | 20,00 m | 08 | 3,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| 08 | 20,00 m | 09 | 3,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| 09 | 20,00 m | 10 | 3,00 m | 0,14 m | 14,00 m³ | ATERRO |
| 10 | 20,00 m | 11 | 3,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| 11 | 20,00 m | 12 | 3,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| 12 | 20,00 m | 13 | 3,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| 13 | 20,00 m | 14 | 3,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| 14 | 20,00 m | 15 | 3,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| 15 | 20,00 m | 16 | 3,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| 16 | 20,00 m | 17 | 3,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| 17 | 20,00 m | 18 | 3,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| 18 | 20,00 m | 19 | 3,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| 19 | 20,00 m | 20 | 3,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| 20 | 20,00 m | 21 | 3,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| 21 | 20,00 m | 22 | 3,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| 22 | 20,00 m | 23 | 3,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| 23 | 20,00 m | 24 | 3,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| 24 | 20,00 m | 25 | 3,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| 25 | 20,00 m | 26 | 3,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| 26 | 20,00 m | 27 | 3,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| 27 | 20,00 m | 28 | 3,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| 28 | 20,00 m | 29 | 3,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| 29 | 20,00 m | 30 | 3,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| 30 | 20,00 m | 31 | 3,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| 31 | 20,00 m | 32 | 3,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| 32 | 20,00 m | 33 | 3,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| 33 | 20,00 m | 34 | 3,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| 34 | 20,00 m | 35 | 3,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| 35 | 20,00 m | 36 | 3,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| 36 | 20,00 m | 37 | 3,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| 37 | 20,00 m | 38 | 3,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| 38 | 20,00 m | 39 | 3,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| 39 | 20,00 m | 40 | 3,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| 40 | 20,00 m | 41 | 3,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| 41 | 20,00 m | 42 | 3,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| 42 | 20,00 m | 43 | 3,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| 43 | 20,00 m | 44 | 3,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| 44 | 20,00 m | 45 | 3,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| 45 | 20,00 m | 46 | 3,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| 46 | 20,00 m | 47 | 3,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| 47 | 20,00 m | 48 | 3,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| 48 | 20,00 m | 49 | 3,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| 49 | 20,00 m | 50 | 3,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| 50 | 20,00 m | 51 | 3,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| 51 | 20,00 m | 52 | 3,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| 52 | 20,00 m | 53 | 3,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| 53 | 20,00 m | 54 | 3,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| 54 | 20,00 m | 55 | 3,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| 55 | 20,00 m | 56 | 3,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| 56 | 20,00 m | 57 | 3,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| 57 | 20,00 m | 58 | 3,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| 58 | 20,00 m | 59 | 3,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| 59 | 20,00 m | 60 | 3,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| 60 | 20,00 m | 61 | 3,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| 61 | 20,00 m | 62 | 3,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| 62 | 20,00 m | 63 | 3,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| 63 | 20,00 m | 64 | 3,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| 64 | 20,00 m | 65 | 3,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| 65 | 20,00 m | 66 | 3,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| 66 | 20,00 m | 67 | 3,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| 67 | 20,00 m | 68 | 3,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| 68 | 20,00 m | 69 | 3,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| 69 | 20,00 m | 70 | 3,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| 70 | 20,00 m | 71 | 3,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| 71 | 20,00 m | 72 | 3,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| 72 | 20,00 m | 73 | 3,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| 73 | 20,00 m | 74 | 3,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| 74 | 20,00 m | 75 | 3,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| 75 | 20,00 m | 76 | 3,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| 76 | 20,00 m | 77 | 3,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| 77 | 20,00 m | 78 | 3,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| 78 | 20,00 m | 79 | 3,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| 79 | 20,00 m | 80 | 3,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| 80 | 20,00 m | 81 | 3,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| 81 | 20,00 m | 82 | 3,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| 82 | 20,00 m | 83 | 3,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| 83 | 20,00 m | 84 | 3,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| 84 | 20,00 m | 85 | 3,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| 85 | 20,00 m | 86 | 3,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| 86 | 20,00 m | 87 | 3,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| 87 | 20,00 m | 88 | 3,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| 88 | 20,00 m | 89 | 3,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| 89 | 20,00 m | 90 | 3,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| 90 | 20,00 m | 91 | 3,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| 91 | 20,00 m | 92 | 3,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| 92 | 20,00 m | 93 | 3,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| 93 | 20,00 m | 94 | 3,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| 94 | 20,00 m | 95 | 3,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| 95 | 20,00 m | 96 | 3,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| 96 | 20,00 m | 97 | 3,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| 97 | 20,00 m | 98 | 3,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| 98 | 20,00 m | 99 | 3,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| 99 | 20,00 m | 100 | 3,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| 100 | 20,00 m | 101 | 3,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| 101 | 20,00 m | 102 | 3,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| 102 | 20,00 m | 103 | 3,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| 103 | 20,00 m | 104 | 3,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| 104 | 20,00 m | 105 | 3,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| 105 | 20,00 m | 106 | 3,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| 106 | 20,00 m | 107 | 3,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |



Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 111837-2/89
Rúbrica

QUADRO DE CUBAGEM DE VOLUMES DE ATERRO

TRECHO VI

ATERRO

| № da Estação | Dist. entre Estações (m) | № da Estação | Largura (m) | Altura (m) | Volumen(m³)
Método da Seção Transversal | Situação |
|--------------|--------------------------|--------------|-------------|------------|--|----------|
| E 108 | 20,00 m | 109 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E 109 | 20,00 m | 110 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 110 | 20,00 m | 111 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 111 | 20,00 m | 112 | 5,00 m | 0,28 m | 28,00 m³ | ATERRO |
| E 112 | 20,00 m | 113 | 5,00 m | 0,28 m | 28,00 m³ | ATERRO |
| E 113 | 20,00 m | 114 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E 114 | 20,00 m | 115 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 115 | 20,00 m | 116 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E 116 | 20,00 m | 117 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 117 | 20,00 m | 118 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 118 | 20,00 m | 119 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 119 | 20,00 m | 120 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E 120 | 20,00 m | 121 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E 121 | 20,00 m | 122 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 122 | 20,00 m | 123 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 123 | 20,00 m | 124 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E 124 | 20,00 m | 125 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 125 | 20,00 m | 126 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 126 | 20,00 m | 127 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 127 | 20,00 m | 128 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 128 | 20,00 m | 129 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 129 | 20,00 m | 130 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 130 | 20,00 m | 131 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 131 | 20,00 m | 132 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 132 | 20,00 m | 133 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 133 | 20,00 m | 134 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 134 | 20,00 m | 135 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 135 | 20,00 m | 136 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 136 | 20,00 m | 137 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 137 | 20,00 m | 138 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E 138 | 20,00 m | 139 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 139 | 20,00 m | 140 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 140 | 20,00 m | 141 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E 141 | 20,00 m | 142 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 142 | 20,00 m | 143 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 143 | 20,00 m | 144 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 144 | 20,00 m | 145 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 145 | 20,00 m | 146 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 146 | 20,00 m | 147 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E 147 | 20,00 m | 148 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 148 | 20,00 m | 149 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 149 | 20,00 m | 150 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E 150 | 20,00 m | 151 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 151 | 20,00 m | 152 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E 152 | 20,00 m | 153 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E 153 | 20,00 m | 154 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 154 | 20,00 m | 155 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 155 | 20,00 m | 156 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 156 | 20,00 m | 157 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 157 | 20,00 m | 158 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E 158 | 20,00 m | 159 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 159 | 20,00 m | 160 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 160 | 20,00 m | 161 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 161 | 20,00 m | 162 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E 162 | 20,00 m | 163 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 163 | 20,00 m | 164 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 164 | 20,00 m | 165 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 165 | 20,00 m | 166 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 166 | 20,00 m | 167 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E 167 | 20,00 m | 168 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 168 | 20,00 m | 169 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 169 | 20,00 m | 170 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 170 | 20,00 m | 171 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 171 | 20,00 m | 172 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 172 | 20,00 m | 173 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 173 | 20,00 m | 174 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 174 | 20,00 m | 175 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E 175 | 20,00 m | 176 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E 176 | 20,00 m | 177 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E 177 | 20,00 m | 178 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 178 | 20,00 m | 179 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 179 | 20,00 m | 180 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E 180 | 20,00 m | 181 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E 181 | 20,00 m | 182 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 182 | 20,00 m | 183 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 183 | 20,00 m | 184 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 184 | 20,00 m | 185 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 185 | 20,00 m | 186 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 186 | 20,00 m | 187 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 187 | 20,00 m | 188 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 188 | 20,00 m | 189 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 189 | 20,00 m | 190 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 190 | 20,00 m | 191 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 191 | 20,00 m | 192 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E 192 | 10,00 m | 192+10m | 5,00 m | 0,19 m | 9,50 m³ | ATERRO |

EXT. TOTAL 3.850,00 m

VOLUME ATERRO 3.981,50 m³



Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 111837-2/89
Lucas Abreu Aguiar

QUADRO DE CUBAGEM DE VOLUMES DE ATERRO

TRECHO VII

| ATERRO | | | | | | |
|---------------|--------------------------|---------------|-------------|---------------|---|-----------|
| Nº da Estação | Dist. entre Estações (m) | Nº da Estação | Largeza (m) | Altura (m) | Volume(m³)
<small>Altura x Largeza x Volume (m³)</small> | Situação |
| E 00 | 20,00 m | 01 | 9,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 01 | 20,00 m | 02 | 9,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 02 | 20,00 m | 03 | 9,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 03 | 20,00 m | 04 | 9,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 04 | 20,00 m | 05 | 9,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 05 | 20,00 m | 06 | 9,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E 06 | 20,00 m | 07 | 9,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 07 | 20,00 m | 08 | 9,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 08 | 20,00 m | 09 | 9,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 09 | 20,00 m | 10 | 9,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 10 | 20,00 m | 11 | 9,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 11 | 20,00 m | 12 | 9,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 12 | 20,00 m | 13 | 9,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 13 | 20,00 m | 14 | 9,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 14 | 20,00 m | 15 | 9,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 15 | 15,00 m | 15+15m | 9,00 m | 0,17 m | 12,75 m³ | ATERRO |
| EXT. TOTAL | | 315,00 m | | VOLUME ATERRO | | 352,75 m³ |



Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 111837-2689
Lucas Abreu Aguiar

QUADRO DE CUBAGEM DE VOLUMES DE ATERRO

TRECHO VIII

ATERRO

| ATERRO | | | | | | | Situação |
|---------------|--------------------------|---------------|---------------|------------|---|-----------|----------|
| Nº da Estação | Dist. entre Estações (m) | Nº da Estação | Compr. (m) | Altura (m) | Volumen(m³)
<small>Compr. x Largura x (Altura+m/3)</small> | | |
| E 00 | 20,00 m | 01 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO | |
| E 01 | 20,00 m | 02 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO | |
| E 02 | 20,00 m | 03 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO | |
| E 03 | 20,00 m | 04 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO | |
| E 04 | 20,00 m | 05 | 5,00 m | 0,23 m | 22,00 m³ | ATERRO | |
| E 05 | 20,00 m | 06 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO | |
| E 06 | 20,00 m | 07 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO | |
| E 07 | 20,00 m | 08 | 5,00 m | 0,23 m | 27,00 m³ | ATERRO | |
| E 08 | 20,00 m | 09 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO | |
| E 09 | 20,00 m | 10 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO | |
| E 10 | 20,00 m | 11 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO | |
| E 11 | 20,00 m | 12 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO | |
| E 12 | 20,00 m | 13 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO | |
| E 13 | 20,00 m | 14 | 5,00 m | 0,17 m | 22,00 m³ | ATERRO | |
| E 14 | 20,00 m | 15 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO | |
| E 15 | 20,00 m | 16 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO | |
| E 16 | 20,00 m | 17 | 5,00 m | 0,23 m | 20,00 m³ | ATERRO | |
| E 17 | 20,00 m | 18 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO | |
| E 18 | 20,00 m | 19 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO | |
| E 19 | 20,00 m | 20 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO | |
| EXT. TOTAL | | 400,00 m | VOLUME ATERRO | | | 442,00 m³ | |



Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 111837-2689
Lucas Abreu Aguiar

QUADRO DE CUBAGEM DE VOLUMES DE ATERRO

TRECHO IX

| ATERRO | | | | | | | Situação |
|---------------|--------------------------|---------------|-------------|---------------|---|-----------|----------|
| Nº da Estação | Dist. entre Estações (m) | Nº da Estação | largura (m) | Altura (m) | Voluma(m³)
<small>(Altura x largura x Volume m³)</small> | km + | |
| E 00 | 20,00 m | 01 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 01 | 20,00 m | 02 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | | ATERRO |
| E 02 | 20,00 m | 03 | 5,00 m | 0,12 m | 12,00 m³ | | ATERRO |
| E 03 | 20,00 m | 04 | 5,00 m | 0,06 m | 6,00 m³ | | ATERRO |
| E 04 | 20,00 m | 05 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | | ATERRO |
| E 05 | 20,00 m | 06 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 06 | 20,00 m | 07 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 07 | 20,00 m | 08 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 08 | 20,00 m | 09 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 09 | 20,00 m | 10 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 10 | 20,00 m | 11 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | | ATERRO |
| E 11 | 20,00 m | 12 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 12 | 20,00 m | 13 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 13 | 20,00 m | 14 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 14 | 20,00 m | 15 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| EXT. TOTAL | | 300,00 m | | VOLUME ATERRO | | 316,00 m³ | |



Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA n° 11183-2689
Lucas Abreu Aguiar

QUADRO DE CUBAGEM DE VOLUMES DE ATERRO

TRECHO X

ATERRO

| Nº da Estação | Dist. entre Estações (m) | Nº da Estação | Legenda (m) | Altura (m) | Volume(m³) | Situação |
|---------------|--------------------------|---------------|-------------|------------|------------|----------|
| E 01 | 20,00 m | 01 | 5,00 m | 0,14 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 02 | 20,00 m | 02 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 03 | 20,00 m | 03 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 04 | 20,00 m | 04 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 05 | 20,00 m | 05 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 06 | 20,00 m | 06 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E 07 | 20,00 m | 07 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 08 | 20,00 m | 08 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E 09 | 20,00 m | 09 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 10 | 20,00 m | 10 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 11 | 20,00 m | 11 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 12 | 20,00 m | 12 | 5,00 m | 0,14 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 13 | 20,00 m | 13 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 14 | 20,00 m | 14 | 5,00 m | 0,28 m | 28,00 m³ | ATERRO |
| E 15 | 20,00 m | 15 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 16 | 20,00 m | 16 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E 17 | 20,00 m | 17 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 18 | 20,00 m | 18 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E 19 | 20,00 m | 19 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 20 | 20,00 m | 20 | 5,00 m | 0,14 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 21 | 20,00 m | 21 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 22 | 20,00 m | 22 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 23 | 20,00 m | 23 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 24 | 20,00 m | 24 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E 25 | 20,00 m | 25 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 26 | 20,00 m | 26 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 27 | 20,00 m | 27 | 5,00 m | 0,28 m | 28,00 m³ | ATERRO |
| E 28 | 20,00 m | 28 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 29 | 20,00 m | 29 | 5,00 m | 0,28 m | 28,00 m³ | ATERRO |
| E 30 | 20,00 m | 30 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 31 | 20,00 m | 31 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E 32 | 20,00 m | 32 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E 33 | 20,00 m | 33 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 34 | 20,00 m | 34 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 35 | 20,00 m | 35 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 36 | 20,00 m | 36 | 5,00 m | 0,28 m | 28,00 m³ | ATERRO |
| E 37 | 20,00 m | 37 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 38 | 20,00 m | 38 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 39 | 20,00 m | 39 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 40 | 20,00 m | 40 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 41 | 20,00 m | 41 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 42 | 20,00 m | 42 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 43 | 20,00 m | 43 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E 44 | 20,00 m | 44 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 45 | 20,00 m | 45 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 46 | 20,00 m | 46 | 5,00 m | 0,32 m | 32,00 m³ | ATERRO |
| E 47 | 20,00 m | 47 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 48 | 20,00 m | 48 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 49 | 20,00 m | 49 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E 50 | 20,00 m | 50 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 51 | 20,00 m | 51 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 52 | 20,00 m | 52 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 53 | 20,00 m | 53 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 54 | 20,00 m | 54 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 55 | 20,00 m | 55 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 56 | 20,00 m | 56 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 57 | 20,00 m | 57 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 58 | 20,00 m | 58 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 59 | 20,00 m | 59 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E 60 | 20,00 m | 60 | 5,00 m | 0,28 m | 28,00 m³ | ATERRO |
| E 61 | 20,00 m | 61 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 62 | 20,00 m | 62 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 63 | 20,00 m | 63 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 64 | 20,00 m | 64 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E 65 | 20,00 m | 65 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 66 | 20,00 m | 66 | 5,00 m | 0,28 m | 28,00 m³ | ATERRO |
| E 67 | 20,00 m | 67 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 68 | 20,00 m | 68 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E 69 | 20,00 m | 69 | 5,00 m | 0,30 m | 30,00 m³ | ATERRO |
| E 70 | 20,00 m | 70 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 71 | 20,00 m | 71 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 72 | 20,00 m | 72 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 73 | 20,00 m | 73 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 74 | 20,00 m | 74 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 75 | 20,00 m | 75 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E 76 | 20,00 m | 76 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E 77 | 20,00 m | 77 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E 78 | 20,00 m | 78 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 79 | 20,00 m | 79 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 80 | 20,00 m | 80 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E 81 | 20,00 m | 81 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 82 | 20,00 m | 82 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 83 | 20,00 m | 83 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E 84 | 20,00 m | 84 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E 85 | 20,00 m | 85 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 86 | 20,00 m | 86 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 87 | 20,00 m | 87 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 88 | 20,00 m | 88 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 89 | 20,00 m | 89 | 5,00 m | 0,29 m | 29,00 m³ | ATERRO |
| E 90 | 20,00 m | 90 | 5,00 m | 0,30 m | 30,00 m³ | ATERRO |
| E 91 | 20,00 m | 91 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 92 | 20,00 m | 92 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 93 | 20,00 m | 93 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 94 | 20,00 m | 94 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 95 | 20,00 m | 95 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 96 | 20,00 m | 96 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 97 | 20,00 m | 97 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 98 | 20,00 m | 98 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 99 | 20,00 m | 99 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E 100 | 20,00 m | 100 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |

EXT. TOTAL 2.000,00 m

VOLUME ATERRO 2.029,00 m³

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA 11183-2689
Lucas Abreu Aguiar

Prefeitura Municipal
Fls nº 165
RUBRICA
João Franco - MA

QUADRO DE CUBAGEM DE VOLUMES DE ATERRO

TRECHO XI

ATERRO

| Nº da Estação | Dist. entre Estações (m) | Nº da Estação | Largura (m) | Altura (m) | Volume(m³) | Situação |
|---------------|--------------------------|---------------|-------------|------------|------------|----------|
| E 00 | 20,00 m | 01 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 01 | 20,00 m | 02 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 02 | 20,00 m | 03 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 03 | 20,00 m | 04 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 04 | 20,00 m | 05 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 05 | 20,00 m | 06 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E 06 | 20,00 m | 07 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 07 | 20,00 m | 08 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 08 | 20,00 m | 09 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 09 | 20,00 m | 10 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E 10 | 20,00 m | 11 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 11 | 20,00 m | 12 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 12 | 20,00 m | 13 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 13 | 20,00 m | 14 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 14 | 20,00 m | 15 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 15 | 20,00 m | 16 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 16 | 20,00 m | 17 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 17 | 20,00 m | 18 | 5,00 m | 0,13 m | 13,00 m³ | ATERRO |
| E 18 | 20,00 m | 19 | 5,00 m | 0,30 m | 30,00 m³ | ATERRO |
| E 19 | 20,00 m | 20 | 5,00 m | 0,12 m | 12,00 m³ | ATERRO |
| E 20 | 20,00 m | 21 | 3,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 21 | 20,00 m | 22 | 3,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 22 | 20,00 m | 23 | 3,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 23 | 20,00 m | 24 | 3,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 24 | 20,00 m | 25 | 3,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 25 | 20,00 m | 26 | 3,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 26 | 20,00 m | 27 | 3,00 m | 0,14 m | 14,00 m³ | ATERRO |
| E 27 | 20,00 m | 28 | 3,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 28 | 20,00 m | 29 | 3,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 29 | 20,00 m | 30 | 3,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |

EXT. TOTAL 600,00 m

VOLUME ATERRO 660,00 m³



Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 111837-2689
Lucas Abreu Aguiar

QUADRO DE CUBAGEM DE VOLUMES DE ATERRO

TRECHO XII

| ATERRO | | | | | | | Situação |
|---------------|--------------------------|---------------|-------------|------------|------------|--------------------------------|----------|
| Nº da Estação | Dist. entre Estações (m) | Nº da Estação | Largura (m) | Altura (m) | Volume(m³) | Altura x Largura x Volume (m³) | |
| E 00 | 20,00 m | 01 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | 19,00 m³ | ATERRO |
| E 01 | 20,00 m | 02 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 02 | 20,00 m | 03 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 03 | 20,00 m | 04 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 04 | 20,00 m | 05 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 05 | 20,00 m | 06 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | 23,00 m³ | ATERRO |
| E 06 | 20,00 m | 07 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 07 | 20,00 m | 08 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 08 | 20,00 m | 09 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | 23,00 m³ | ATERRO |
| E 09 | 20,00 m | 10 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 10 | 20,00 m | 11 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 11 | 20,00 m | 12 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | 23,00 m³ | ATERRO |
| E 12 | 20,00 m | 13 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | 23,00 m³ | ATERRO |
| E 13 | 20,00 m | 14 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 14 | 20,00 m | 15 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 15 | 20,00 m | 16 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 16 | 20,00 m | 17 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | 24,00 m³ | ATERRO |
| E 17 | 20,00 m | 18 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 18 | 20,00 m | 19 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 19 | 20,00 m | 20 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | 19,00 m³ | ATERRO |
| E 20 | 20,00 m | 21 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 21 | 20,00 m | 22 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 22 | 20,00 m | 23 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 23 | 20,00 m | 24 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 24 | 20,00 m | 25 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 25 | 20,00 m | 26 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 26 | 20,00 m | 27 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 27 | 20,00 m | 28 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | 22,00 m³ | ATERRO |
| E 28 | 20,00 m | 29 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 29 | 20,00 m | 30 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 30 | 20,00 m | 31 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 31 | 20,00 m | 32 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | 22,00 m³ | ATERRO |
| E 32 | 20,00 m | 33 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 33 | 20,00 m | 34 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | 24,00 m³ | ATERRO |
| E 34 | 20,00 m | 35 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 35 | 20,00 m | 36 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 36 | 20,00 m | 37 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 37 | 20,00 m | 38 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 38 | 20,00 m | 39 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 39 | 20,00 m | 40 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 40 | 20,00 m | 41 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 41 | 20,00 m | 42 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 42 | 20,00 m | 43 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 43 | 20,00 m | 44 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 44 | 20,00 m | 45 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | 24,00 m³ | ATERRO |
| E 45 | 20,00 m | 46 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 46 | 20,00 m | 47 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | 24,00 m³ | ATERRO |
| E 47 | 20,00 m | 48 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | 15,00 m³ | ATERRO |
| E 48 | 20,00 m | 49 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | 24,00 m³ | ATERRO |
| E 49 | 20,00 m | 50 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | 20,00 m³ | ATERRO |
| E 50 | 20,00 m | 51 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 51 | 20,00 m | 52 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 52 | 20,00 m | 53 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 53 | 20,00 m | 54 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 54 | 20,00 m | 55 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | 21,00 m³ | ATERRO |

EXT-TOTAL 1.100,00 m

VOLUME ATERRO 1.125,00 m³

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA n° 11183-2689
Lucas Abreu Aguiar



QUADRO DE CUBAGEM DE VOLUMES DE ATERRO

TRECHO XIII

| ATERRO | | | | | | | Situação |
|---------------|--------------------------|---------------|-----------------|------------|-------------|----------------------------|----------|
| Nº da Estação | Dist. entre Estações (m) | Nº da Estação | Comprimento (m) | Altura (m) | Volumem(m³) | Nota: 1. Largura = 10,00 m | |
| E 00 | 20,00 m | 01 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 01 | 20,00 m | 02 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | | ATERRO |
| E 02 | 20,00 m | 03 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | | ATERRO |
| E 03 | 20,00 m | 04 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 04 | 20,00 m | 05 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 05 | 20,00 m | 06 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 06 | 20,00 m | 07 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 07 | 20,00 m | 08 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 08 | 20,00 m | 09 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 09 | 20,00 m | 10 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 10 | 20,00 m | 11 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 11 | 20,00 m | 12 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 12 | 20,00 m | 13 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | | ATERRO |
| E 13 | 20,00 m | 14 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 14 | 20,00 m | 15 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 15 | 20,00 m | 16 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 16 | 20,00 m | 17 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 17 | 20,00 m | 18 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 18 | 20,00 m | 19 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 19 | 20,00 m | 20 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 20 | 20,00 m | 21 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 21 | 20,00 m | 22 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 22 | 20,00 m | 23 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 23 | 20,00 m | 24 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 24 | 20,00 m | 25 | 5,00 m | 0,28 m | 28,00 m³ | | ATERRO |
| E 25 | 20,00 m | 26 | 5,00 m | 0,28 m | 28,00 m³ | | ATERRO |
| E 26 | 20,00 m | 27 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 27 | 20,00 m | 28 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 28 | 20,00 m | 29 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 29 | 20,00 m | 30 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 30 | 20,00 m | 31 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 31 | 20,00 m | 32 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 32 | 20,00 m | 33 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 33 | 20,00 m | 34 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 34 | 20,00 m | 35 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 35 | 20,00 m | 36 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 36 | 20,00 m | 37 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 37 | 20,00 m | 38 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 38 | 20,00 m | 39 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 39 | 20,00 m | 40 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 40 | 20,00 m | 41 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 41 | 20,00 m | 42 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 42 | 20,00 m | 43 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 43 | 20,00 m | 44 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 44 | 20,00 m | 45 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | | ATERRO |
| E 45 | 20,00 m | 46 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 46 | 20,00 m | 47 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 47 | 20,00 m | 48 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 48 | 20,00 m | 49 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 49 | 20,00 m | 50 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 50 | 20,00 m | 51 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 51 | 20,00 m | 52 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 52 | 20,00 m | 53 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 53 | 20,00 m | 54 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | | ATERRO |
| E 54 | 20,00 m | 55 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 55 | 20,00 m | 56 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 56 | 20,00 m | 57 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 57 | 20,00 m | 58 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | | ATERRO |
| E 58 | 20,00 m | 59 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 59 | 20,00 m | 60 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 60 | 20,00 m | 61 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 61 | 20,00 m | 62 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 62 | 20,00 m | 63 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 63 | 20,00 m | 64 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 64 | 20,00 m | 65 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 65 | 20,00 m | 66 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 66 | 20,00 m | 67 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 67 | 20,00 m | 68 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 68 | 20,00 m | 69 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 69 | 20,00 m | 70 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 70 | 20,00 m | 71 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 71 | 20,00 m | 72 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 72 | 20,00 m | 73 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 73 | 20,00 m | 74 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 74 | 20,00 m | 75 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 75 | 20,00 m | 76 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 76 | 20,00 m | 77 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | | ATERRO |
| E 77 | 20,00 m | 78 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 78 | 20,00 m | 79 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 79 | 20,00 m | 80 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 80 | 20,00 m | 81 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 81 | 20,00 m | 82 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 82 | 20,00 m | 83 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 83 | 20,00 m | 84 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 84 | 20,00 m | 85 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 85 | 20,00 m | 86 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 86 | 20,00 m | 87 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | | ATERRO |
| E 87 | 20,00 m | 88 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 88 | 20,00 m | 89 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 89 | 20,00 m | 90 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 90 | 20,00 m | 91 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 91 | 20,00 m | 92 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 92 | 20,00 m | 93 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 93 | 20,00 m | 94 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 94 | 20,00 m | 95 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 95 | 20,00 m | 96 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 96 | 20,00 m | 97 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 97 | 20,00 m | 98 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 98 | 20,00 m | 99 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 99 | 20,00 m | 100 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 100 | 20,00 m | 101 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | | ATERRO |
| E 101 | 20,00 m | 102 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | | ATERRO |
| E 102 | 20,00 m | 103 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 103 | 20,00 m | 104 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 104 | 20,00 m | 105 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 105 | 20,00 m | 106 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 106 | 20,00 m | 107 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |
| E 107 | 20,00 m | 108 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | | ATERRO |

Prefeitura Municipal
Fls nº 168
RUBRICA
Porto Franco - MA

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 11183-2689
Lucas Abreu Aguiar

QUADRO DE CUBAGEM DE VOLUMES DE ATERRO

TRECHO XIII

| ATERRO | | | | | | | Situação |
|---------------|--------------------------|---------------|-------------|---------------|----------------------------|-------------|----------|
| Nº da Estação | Dist. entre estações (m) | Nº da Estação | Largura (m) | Altura (m) | Volumem³ | Ref. 1 | |
| | | | | | Área x Largura x Volume m³ | | |
| E 108 | 20,00 m | 109 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | | ATERRO |
| E 109 | 20,00 m | 110 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 110 | 20,00 m | 111 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | | ATERRO |
| E 111 | 20,00 m | 112 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| E 112 | 20,00 m | 113 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 113 | 20,00 m | 114 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 114 | 20,00 m | 115 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 115 | 20,00 m | 116 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | | ATERRO |
| E 116 | 20,00 m | 117 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 117 | 20,00 m | 118 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 118 | 20,00 m | 119 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | | ATERRO |
| E 119 | 20,00 m | 120 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | | ATERRO |
| E 120 | 20,00 m | 121 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | | ATERRO |
| E 121 | 20,00 m | 122 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 122 | 20,00 m | 123 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 123 | 20,00 m | 124 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 124 | 20,00 m | 125 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | | ATERRO |
| E 125 | 20,00 m | 126 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 126 | 20,00 m | 127 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 127 | 20,00 m | 128 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | | ATERRO |
| E 128 | 20,00 m | 129 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | | ATERRO |
| E 129 | 20,00 m | 130 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 130 | 20,00 m | 131 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | | ATERRO |
| E 131 | 20,00 m | 132 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | | ATERRO |
| E 132 | 20,00 m | 133 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | | ATERRO |
| E 133 | 20,00 m | 134 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 134 | 20,00 m | 135 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 135 | 20,00 m | 136 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | | ATERRO |
| E 136 | 20,00 m | 137 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | | ATERRO |
| E 137 | 20,00 m | 138 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | | ATERRO |
| E 138 | 20,00 m | 139 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | | ATERRO |
| E 139 | 20,00 m | 140 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | | ATERRO |
| EXT. TOTAL | | 2.800,00 m | | VOLUME ATERRO | | 2.920,00 m³ | |



Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 111837-2/89
Lucas Abreu Aguiar

QUADRO DE CUBAGEM DE VOLUMES DE ATERRO

TRECHO XIV

ATERRO

| | Nº da Estação | Dist. entre Estações (m) | Nº da Estação | Compr. (m) | Altura (m) | Volume(m³) | Situação |
|---|---------------|--------------------------|---------------|------------|------------|------------|----------|
| E | 00 | 20,00 m | 01 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 01 | 20,00 m | 02 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 02 | 20,00 m | 03 | 5,00 m | 0,20 m | 20,00 m³ | ATERRO |
| E | 03 | 20,00 m | 04 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E | 04 | 20,00 m | 05 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 05 | 20,00 m | 06 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 06 | 20,00 m | 07 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E | 07 | 20,00 m | 08 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E | 08 | 20,00 m | 09 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E | 09 | 20,00 m | 10 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E | 10 | 20,00 m | 11 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E | 11 | 20,00 m | 12 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E | 12 | 20,00 m | 13 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E | 13 | 20,00 m | 14 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E | 14 | 20,00 m | 15 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E | 15 | 20,00 m | 16 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E | 16 | 20,00 m | 17 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E | 17 | 20,00 m | 18 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E | 18 | 20,00 m | 19 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E | 19 | 20,00 m | 20 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E | 20 | 20,00 m | 21 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E | 21 | 20,00 m | 22 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 22 | 20,00 m | 23 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 23 | 20,00 m | 24 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E | 24 | 20,00 m | 25 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E | 25 | 20,00 m | 26 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E | 26 | 20,00 m | 27 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E | 27 | 20,00 m | 28 | 5,00 m | 0,24 m | 24,00 m³ | ATERRO |
| E | 28 | 20,00 m | 29 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E | 29 | 20,00 m | 30 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 30 | 20,00 m | 31 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E | 31 | 20,00 m | 32 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 32 | 20,00 m | 33 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E | 33 | 20,00 m | 34 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E | 34 | 20,00 m | 35 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E | 35 | 20,00 m | 36 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E | 36 | 20,00 m | 37 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E | 37 | 20,00 m | 38 | 5,00 m | 0,15 m | 15,00 m³ | ATERRO |
| E | 38 | 20,00 m | 39 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 39 | 20,00 m | 40 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E | 40 | 20,00 m | 41 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 41 | 20,00 m | 42 | 5,00 m | 0,28 m | 28,00 m³ | ATERRO |
| E | 42 | 20,00 m | 43 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E | 43 | 20,00 m | 44 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E | 44 | 20,00 m | 45 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 45 | 20,00 m | 46 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E | 46 | 20,00 m | 47 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E | 47 | 20,00 m | 48 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E | 48 | 20,00 m | 49 | 5,00 m | 0,23 m | 23,00 m³ | ATERRO |
| E | 49 | 20,00 m | 50 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |

EXT. TOTAL 1.000,00 m

VOLUME ATERRO 995,00 m³

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA n° 111837-2680
Lucas Abreu Aguiar

QUADRO DE CUBAGEM DE VOLUMES DE ATERRO

TRECHO XV

| ATERRO | | | | | | |
|---------------|--------------------------|---------------|-------------|---------------|------------|-----------|
| Nº da Estação | Dist. entre Estações (m) | Nº da Estação | Largura (m) | Altura (m) | Volume(m³) | Situação |
| E 00 | 20,00 m | 01 | 5,00 m | 0,18 m | 18,00 m³ | ATERRO |
| E 01 | 20,00 m | 02 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 02 | 20,00 m | 03 | 5,00 m | 0,35 m | 35,00 m³ | ATERRO |
| E 03 | 20,00 m | 04 | 5,00 m | 0,49 m | 49,00 m³ | ATERRO |
| E 04 | 20,00 m | 05 | 5,00 m | 0,49 m | 49,00 m³ | ATERRO |
| E 05 | 20,00 m | 06 | 5,00 m | 0,22 m | 22,00 m³ | ATERRO |
| E 06 | 20,00 m | 07 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 07 | 20,00 m | 08 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 08 | 20,00 m | 09 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 09 | 20,00 m | 10 | 5,00 m | 0,21 m | 21,00 m³ | ATERRO |
| E 10 | 20,00 m | 11 | 5,00 m | 0,19 m | 19,00 m³ | ATERRO |
| E 11 | 20,00 m | 12 | 5,00 m | 0,16 m | 16,00 m³ | ATERRO |
| E 12 | 20,00 m | 13 | 5,00 m | 0,35 m | 35,00 m³ | ATERRO |
| E 13 | 20,00 m | 14 | 5,00 m | 0,27 m | 27,00 m³ | ATERRO |
| E 14 | 20,00 m | 15 | 5,00 m | 0,26 m | 26,00 m³ | ATERRO |
| E 15 | 20,00 m | 16 | 5,00 m | 0,25 m | 25,00 m³ | ATERRO |
| E 16 | 20,00 m | 17 | 5,00 m | 0,17 m | 17,00 m³ | ATERRO |
| E 17 | 15,00 m | 17+15m | 5,00 m | 0,16 m | 12,00 m³ | ATERRO |
| EXT. TOTAL | | 355,00 m | | VOLUME ATERRO | | 392,00 m³ |



Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 11183-2689
Lucas Abreu Aguiar

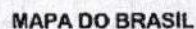
QUADRO DE CUBAGEM DE VOLUMES DE ATERRO

TRECHO XVI

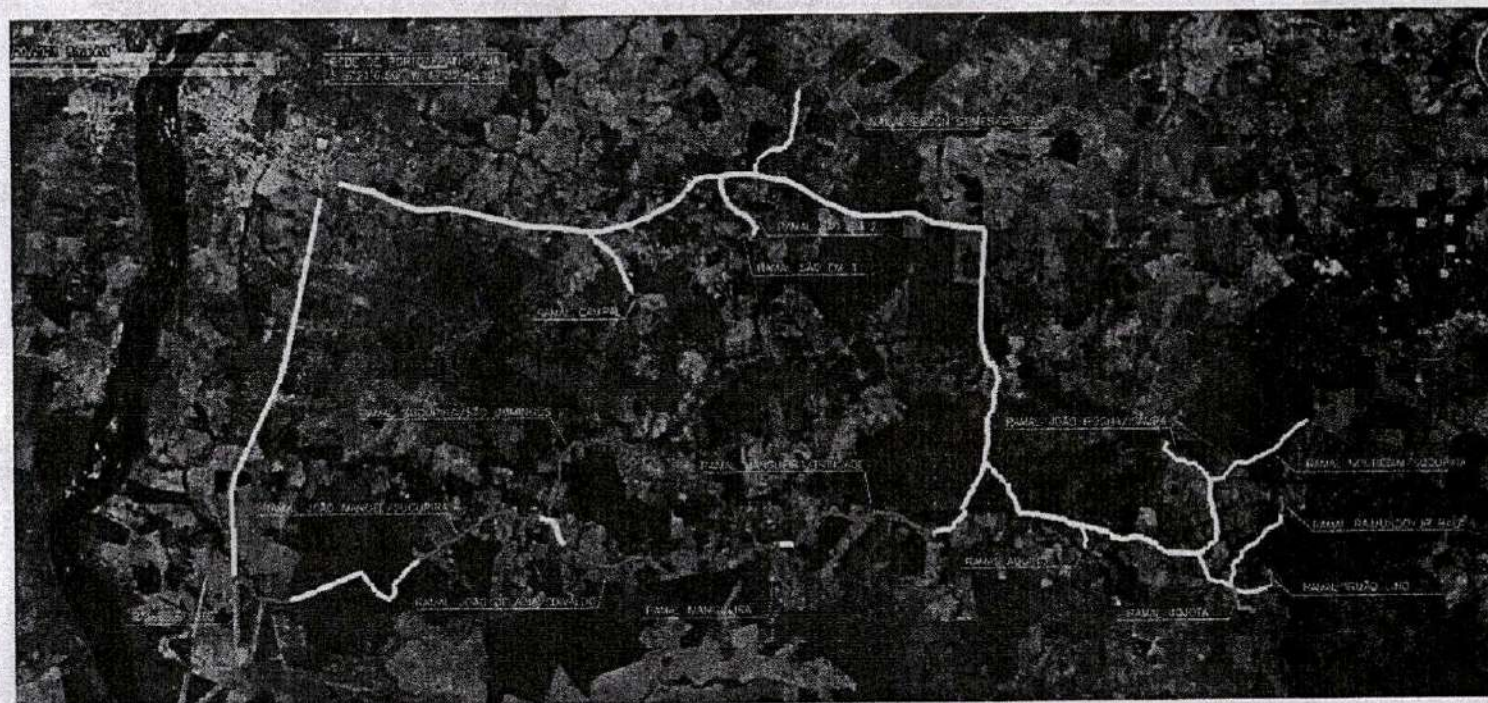
| ATERRO | | | | | | |
|---------------|--------------------------|---------------|-------------|------------|------------------------------|-----------|
| Nº de Estação | Dist. entre Estações (m) | Nº de Estação | Largura (m) | Altura (m) | Volumem(m³) | Situação |
| | | | | | Altura x Largura x Volume m³ | |
| E 00 | 20.00 m | 01 | 5.00 m | 0.27 m | 27.00 m³ | ATERRO |
| E 01 | 20.00 m | 02 | 5.00 m | 0.27 m | 27.00 m³ | ATERRO |
| E 02 | 20.00 m | 03 | 5.00 m | 0.24 m | 24.00 m³ | ATERRO |
| E 03 | 20.00 m | 04 | 5.00 m | 0.26 m | 26.00 m³ | ATERRO |
| E 04 | 20.00 m | 05 | 5.00 m | 0.23 m | 23.00 m³ | ATERRO |
| E 05 | 20.00 m | 06 | 5.00 m | 0.15 m | 15.00 m³ | ATERRO |
| E 06 | 20.00 m | 07 | 5.00 m | 0.15 m | 15.00 m³ | ATERRO |
| E 07 | 20.00 m | 08 | 5.00 m | 0.16 m | 16.00 m³ | ATERRO |
| E 08 | 20.00 m | 09 | 5.00 m | 0.22 m | 22.00 m³ | ATERRO |
| E 09 | 20.00 m | 10 | 5.00 m | 0.21 m | 21.00 m³ | ATERRO |
| E 10 | 20.00 m | 11 | 5.00 m | 0.27 m | 27.00 m³ | ATERRO |
| E 11 | 20.00 m | 12 | 5.00 m | 0.19 m | 19.00 m³ | ATERRO |
| E 12 | 20.00 m | 13 | 5.00 m | 0.21 m | 21.00 m³ | ATERRO |
| E 13 | 20.00 m | 14 | 5.00 m | 0.21 m | 21.00 m³ | ATERRO |
| E 14 | 20.00 m | 15 | 5.00 m | 0.21 m | 21.00 m³ | ATERRO |
| E 15 | 20.00 m | 16 | 5.00 m | 0.24 m | 24.00 m³ | ATERRO |
| E 16 | 20.00 m | 17 | 5.00 m | 0.17 m | 17.00 m³ | ATERRO |
| E 17 | 20.00 m | 18 | 5.00 m | 0.19 m | 19.00 m³ | ATERRO |
| E 18 | 20.00 m | 19 | 5.00 m | 0.23 m | 23.00 m³ | ATERRO |
| E 19 | 20.00 m | 20 | 5.00 m | 0.16 m | 16.00 m³ | ATERRO |
| E 20 | 10.00 m | 20+10m | 5.00 m | 0.25 m | 12.50 m³ | ATERRO |
| EXT. TOTAL | 410.00 m | | | | | |
| | | | | | VOLUME ATERRO | 442.50 m³ |

Secretaria Municipal
Fls nº 172
RUBRICA
João Franco - MA

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA n° 111837-2689
Lucas Abreu Aguiar



MAPA DO MARANHÃO



 COITÉ
 SOMBRAS
 MARIA MOTA

Prefeitura Municipal de Porto Franco-Ma
Sec. de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
PROJETO Nº _____

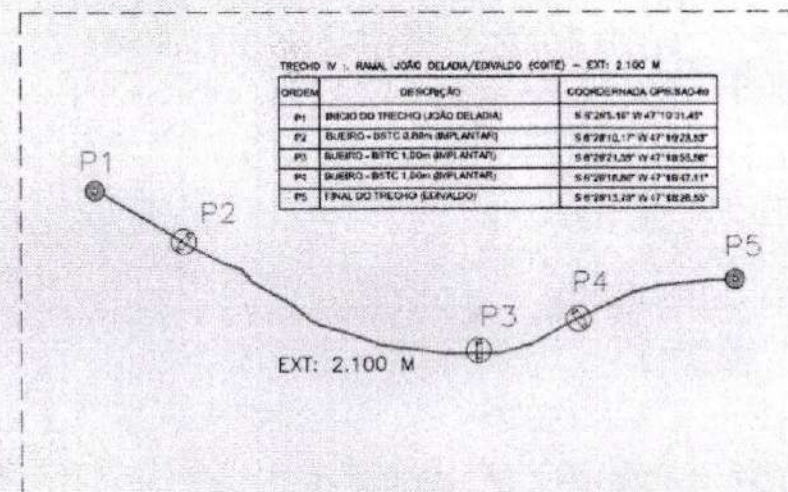
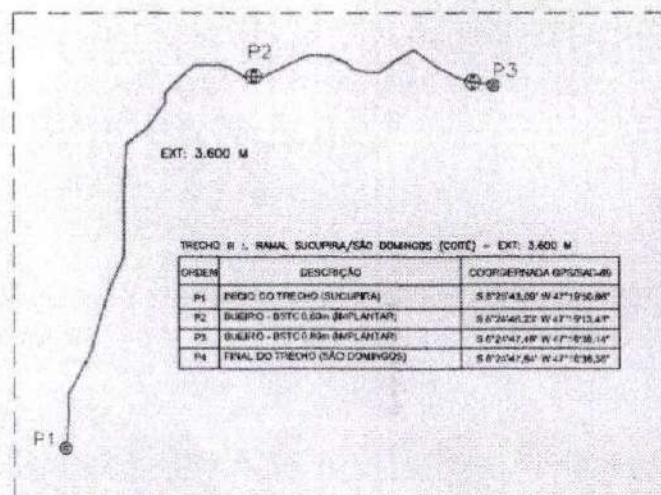
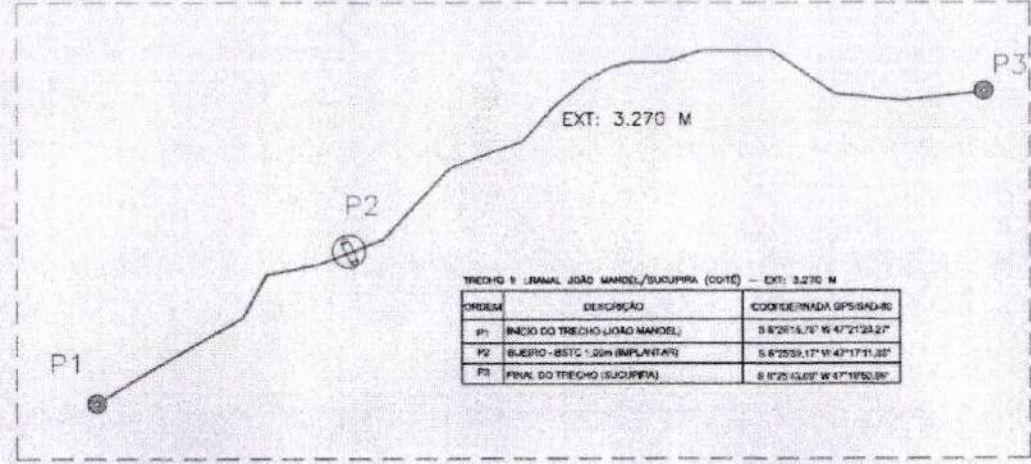
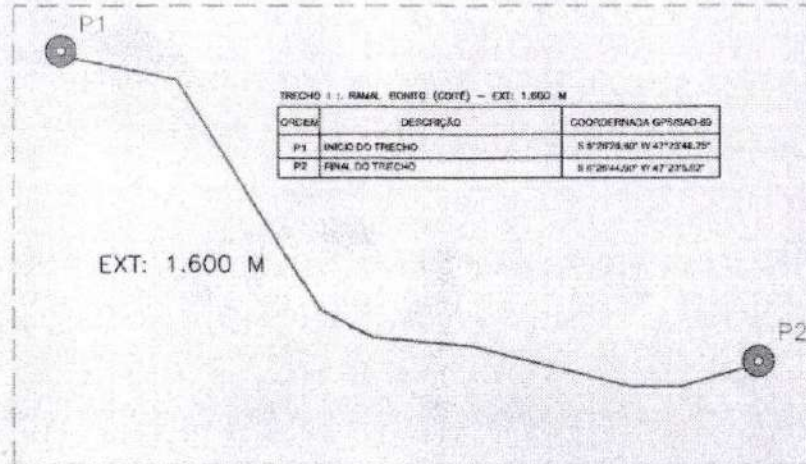
PROJETO Nº _____
Em Conformidade com as Normas Técnicas, o Projeto
Esta APROVADO

Naara Pefcha Duarte

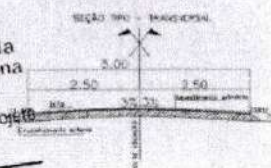
LOCALIZAÇÃO

| | | |
|---|----------------------|-------------------|
| PROPRIETÁRIO:
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA | | PRACA 01/20 |
| OBJETO:
RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO - MA | | |
| TIPO DE
LOCAÇÃO | ESCALA:
INCLINADA | DATA:
JUL/2021 |





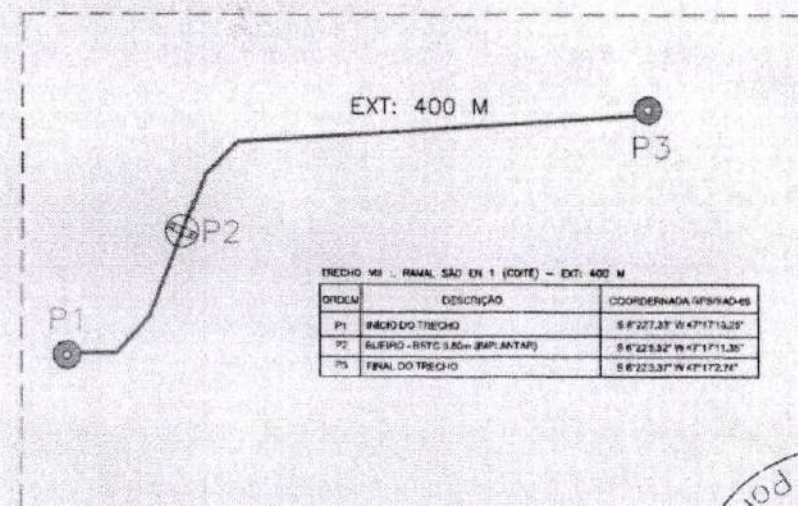
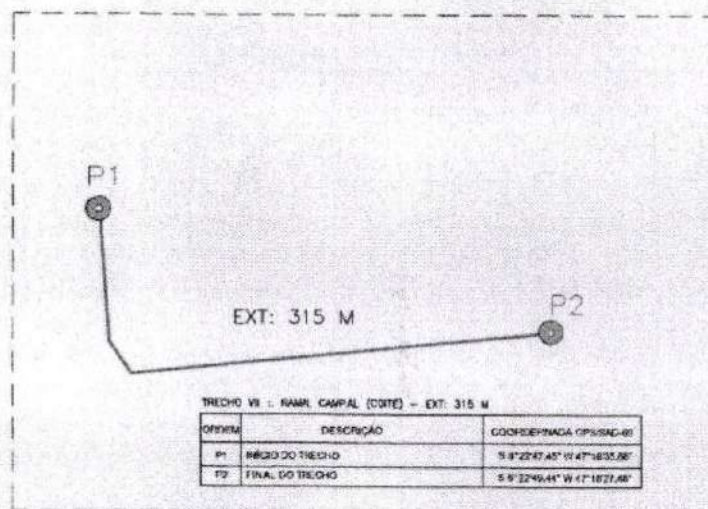
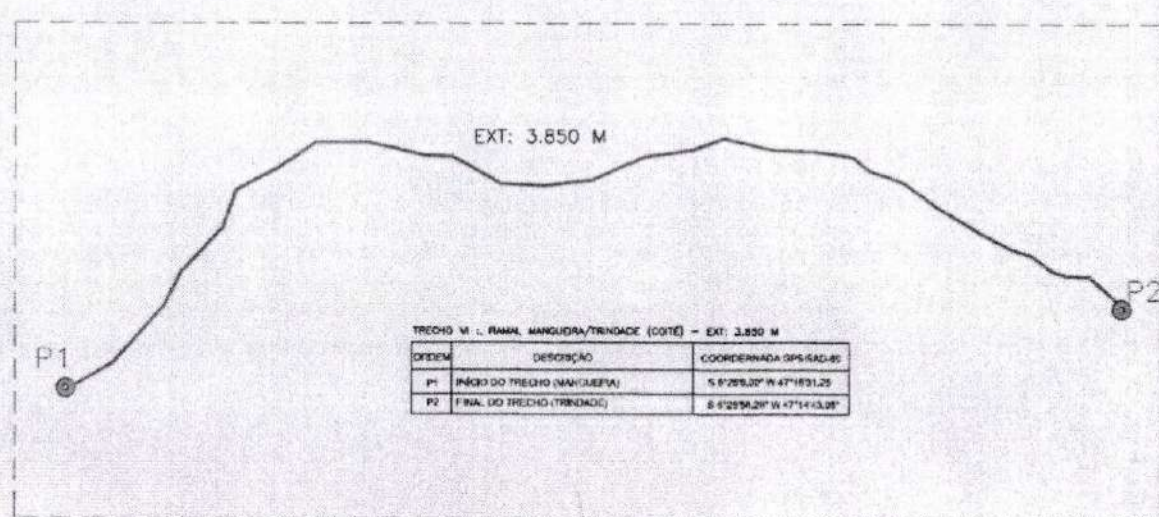
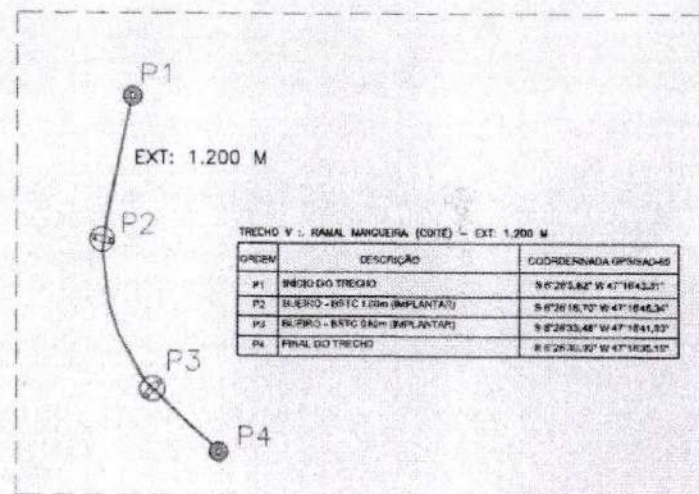
Prefeitura Municipal de Porto Franco-Ma
Sec. de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
PROJETO Nº:
Em Conformidade com as Normas Técnicas, o Projeto
Está APROVADO



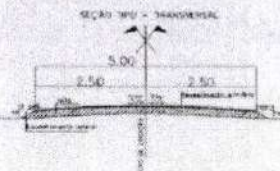
Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA Nº 11483-7/2019

| | |
|---------------|--|
| PROPRIETÁRIO: | PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA |
| PROJETO: | RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO - MA |
| TÍTULO: | IMPLANTAÇÃO |
| ESCALA: | INDICADA |
| DATA: | JUL/2023 |





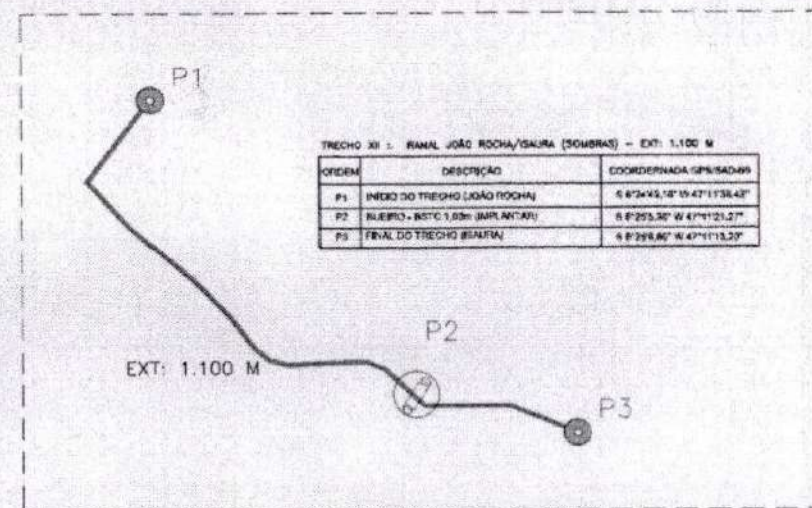
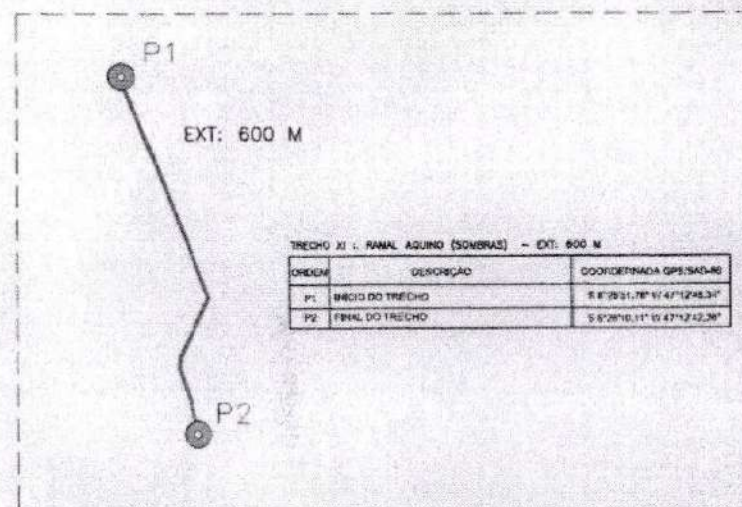
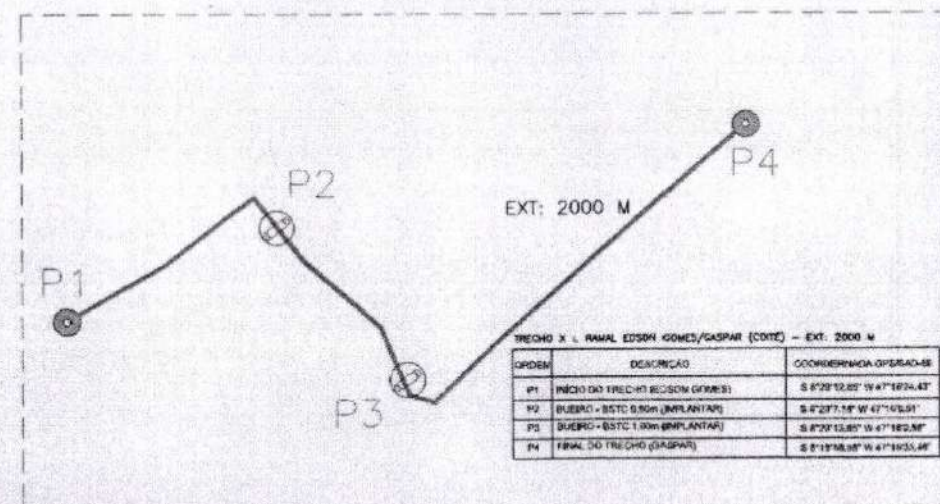
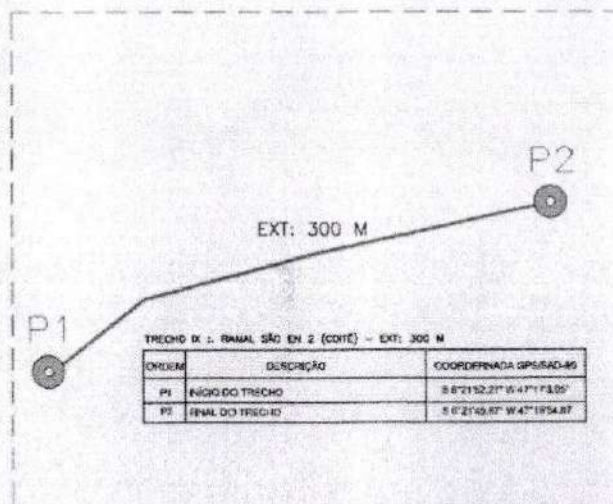
IMPLANTADO
 Prefeitura Municipal de Porto Franco-Ma
 Sec. de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
 PROJETO N°
 Em Conformidade com as Normas Técnicas, o Projeto
 Está APROVADO
 Nara Pereira Duarte



Lucas Abreu Aguiar
 Engenheiro Civil
 CREA-MA nº 11187-2/689
 Lucas Abreu Aguiar

| | |
|---------------|--|
| PROPRIETÁRIO: | PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA |
| PROJETO: | RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO - MA |
| DATA: | 03/10 |
| TÍTULO: | IMPLANTAÇÃO |
| ESCALA: | INDICADA |
| DATA: | JUL/2021 |



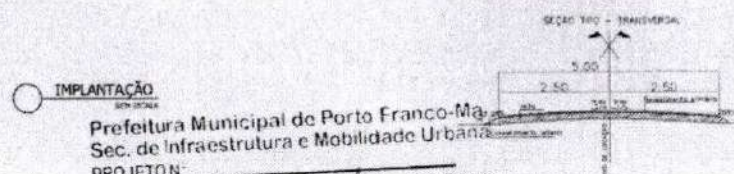
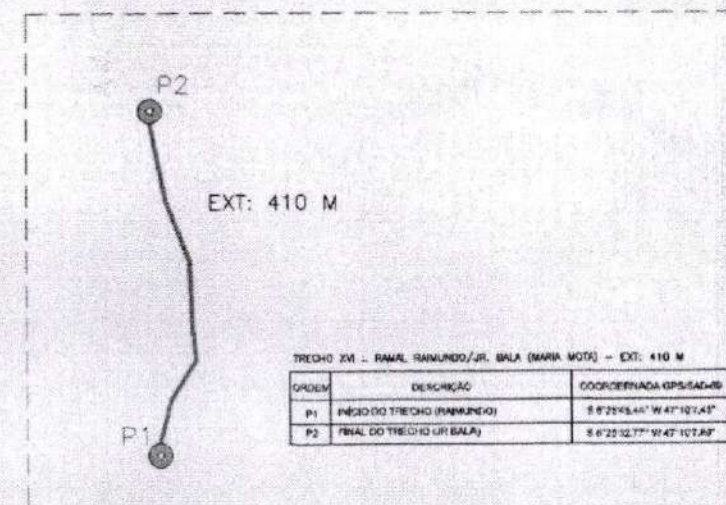
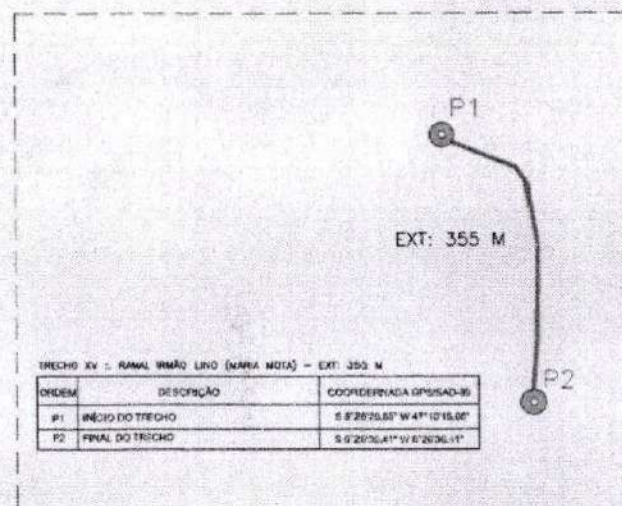
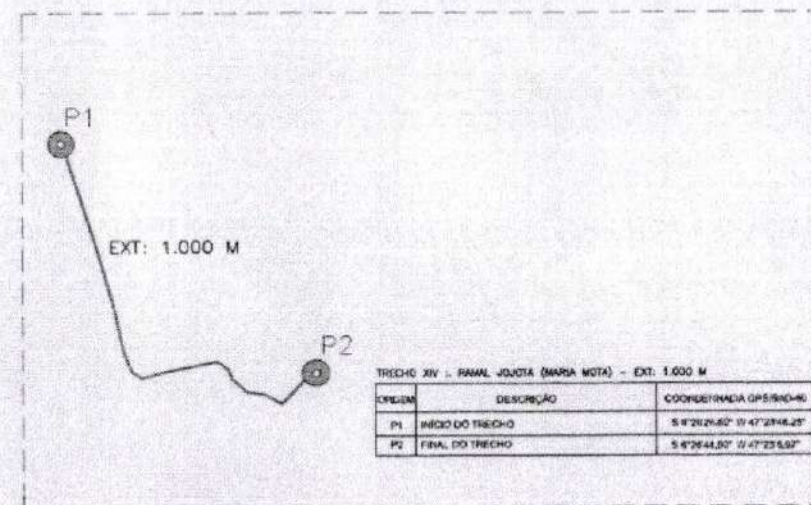
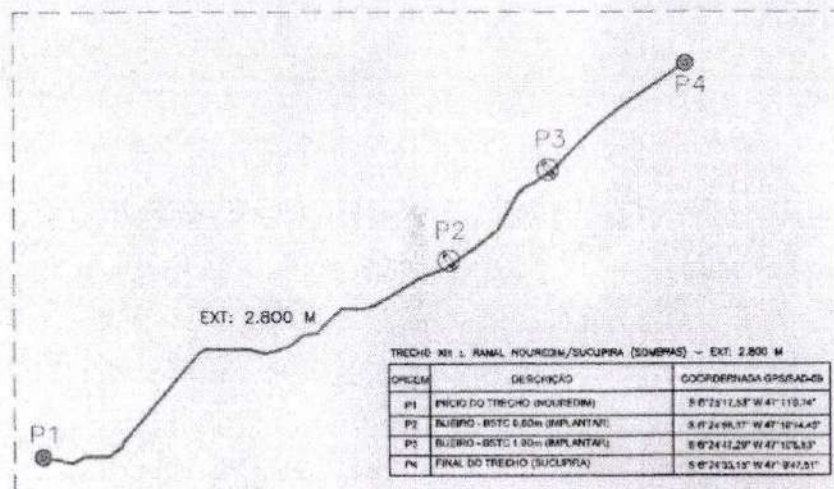


IMPLANTACÃO
 Prefeitura Municipal de Porto Franco-Ma
 Sec. de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
 PROJETO N° _____
 Em Conformidade com as Normas Técnicas, o Projeto
 Está APROVADO
 Ass: _____
 Assessor Técnico

Lucas Abreu Aguiar
 Engenheiro Civil
 CREA-MA n° 11183-7/2009
 Ass: _____
 Assessor Técnico

PROPOSTA:
 PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA
 PROJETO:
 RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO - MA
 TÍTULO:
 IMPLANTACÃO
 EXALA INDICADA
 04/07/2021





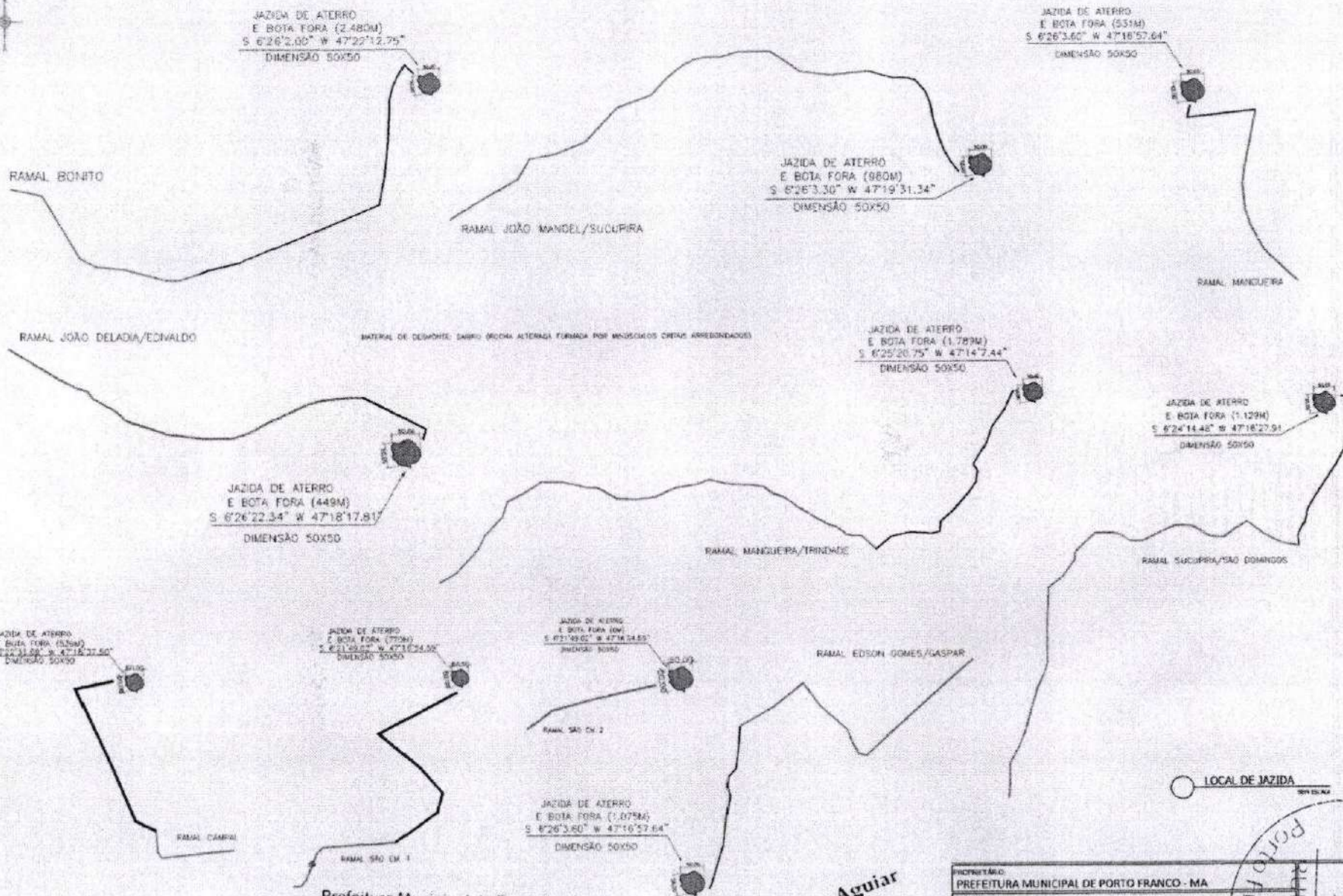
Prefeitura Municipal de Porto Franco-Ma
 Sec. de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
 PROJETO N° _____
 Em Conformidade com as Normas Técnicas, o Projeto
 Está APROVADO

Ass: Maria Helena Duarte

Lucas Abreu Aguiar
 Engenheiro Civil
 CREA-MA n° 11183-2689
 Ass: Lucas Abreu Aguiar

| | | |
|--------------|--|--|
| PROPOSTANTE: | | PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA |
| PROJETO: | | RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO - MA |
| FOLHA: | | 05/10 |
| IMPLANTAÇÃO: | | 20/07/2021 |

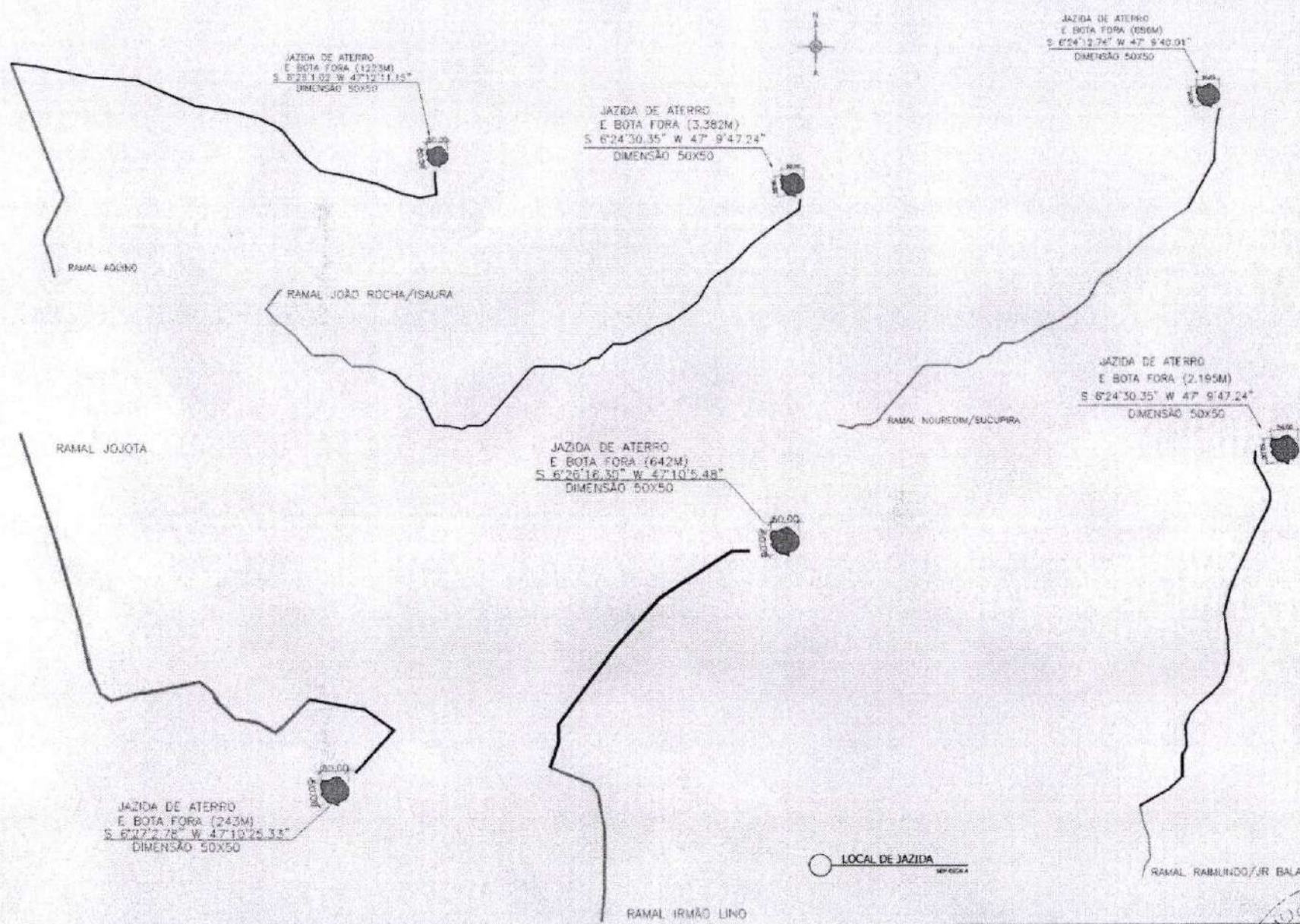




Nadja Pereira Duarte

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA nº 11183-2689

| | | | |
|-----------------|--|--|------------|
| PROPRIETÁRIO: | | PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA | |
| PROJETO: | | RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO - MA | |
| TÍTULO: | | ESCALA: | DATA: |
| LOCAL DE JAZIDA | | INDICADA | 14/07/2021 |



JAZIDA DE ATERRO
E BOTA FORA (1223M)
S 6°20'10.2" W 47°12'11.15"
DIMENSÃO 50X50

JAZIDA DE ATERRO
E BOTA FORA (3.382M)
S 6°24'30.35" W 47° 9'47.24"
DIMENSÃO 50X50

JAZIDA DE ATERRO
E BOTA FORA (856M)
S 6°24'12.74" W 47° 9'40.01"
DIMENSÃO 50X50

JAZIDA DE ATERRO
E BOTA FORA (2.195M)
S 6°24'30.35" W 47° 9'47.24"
DIMENSÃO 50X50

JAZIDA DE ATERRO
E BOTA FORA (642M)
S 6°26'16.39" W 47°10'5.48"
DIMENSÃO 50X50

JAZIDA DE ATERRO
E BOTA FORA (243M)
S 6°27'2.78" W 47°10'25.33"
DIMENSÃO 50X50

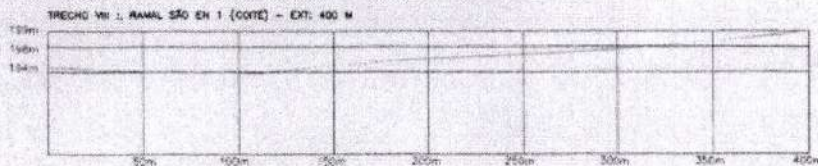
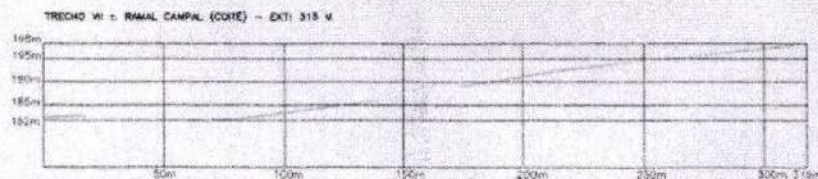
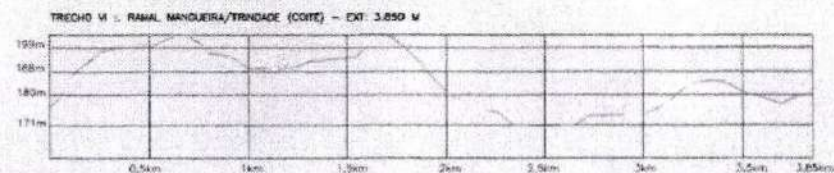
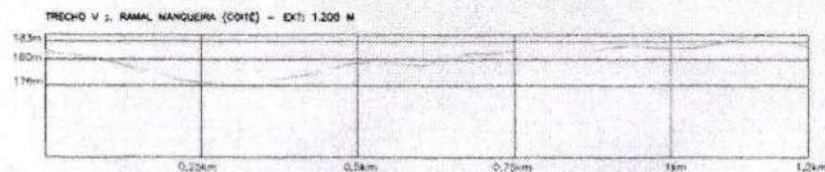
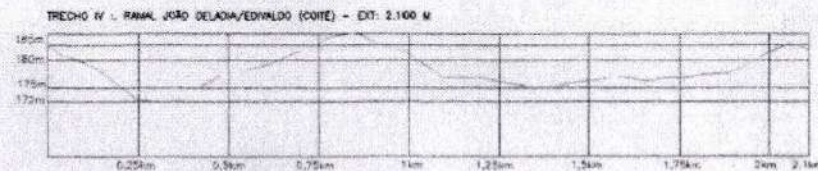
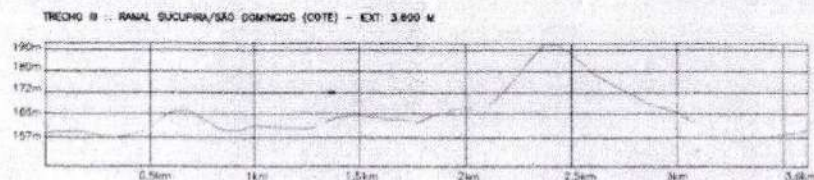
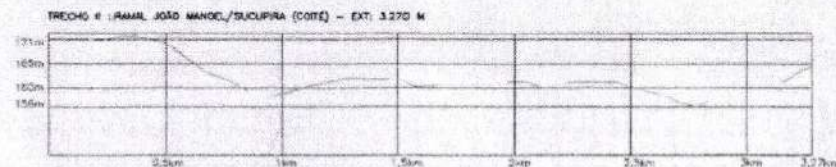
MATERIAL DE DESMONTE SOBRE INCHAM ALTERNAR FORMAÇÃO POR MINUSCULOS ORIAS APROXIMADAS

Prefeitura Municipal de Porto Franco-Ma
Sec. de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
PROJETO N°
Em Conformidade com as Normas Técnicas, o Projeto
Está APROVADO
Nair Pereira Duarte

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA n° 11183-2680
Lucas Abreu Aguiar

| | | | |
|--------------|--|--------|-----------|
| PROPRIETÁRIO | PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA | | |
| PROJETO | RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO - MA | | |
| TÍTULO | LOCAL DE JAZIDA | ESCALA | INDICADA |
| | | DATA | JULY 2021 |





Prefeitura Municipal de Porto Franco-Ma
Sec. de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
PROJETO N° _____
Em Conformidade com as Normas Técnicas, o Projeto
Está APROVADO

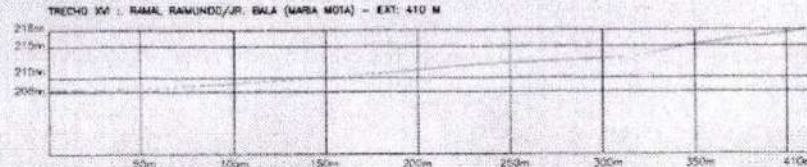
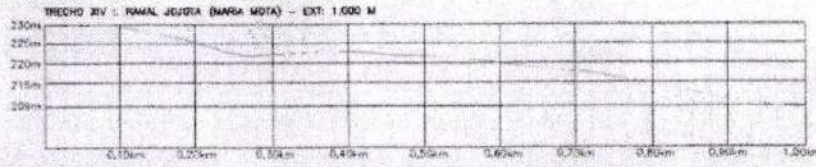
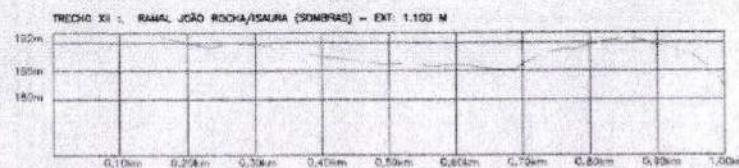
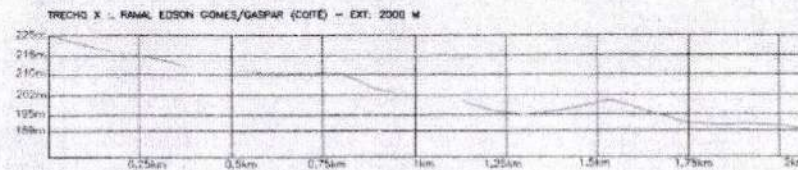
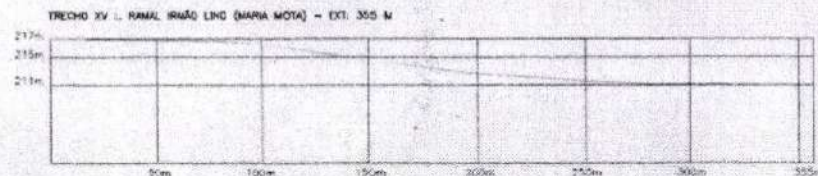
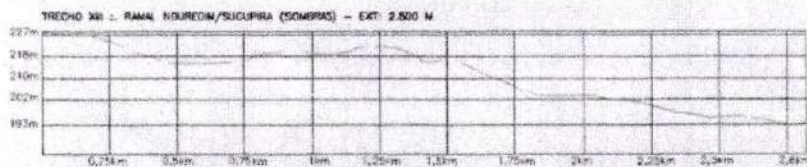
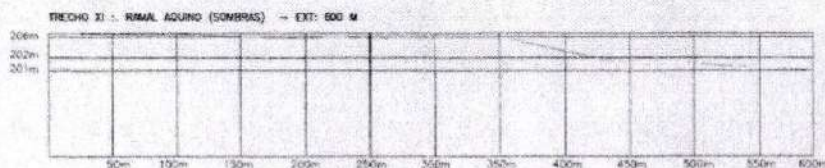
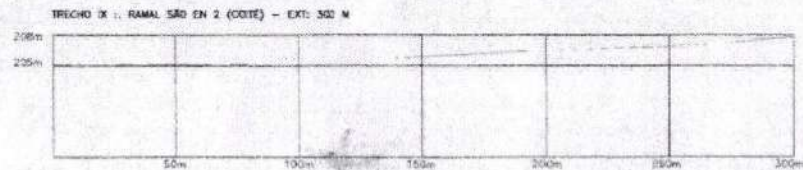
Naura Pereira Duarte

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA n° 111837-2689

PERFIL

| | |
|------------------|--|
| PROPRIETÁRIO: | PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA |
| PROJETO: | RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO - MA |
| TIPO DE PROJETO: | PERFIL |
| ESCALA: | INDICADA |
| DATA: | 08/10/2023 |





Prefeitura Municipal de Porto Franco-Ma
Sec. de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
PROJETO N° _____
Em Conformidade com as Normas Técnicas o Projeto
Está APROVADO

Valdir Pereira Duarte

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA n° 11183-2689

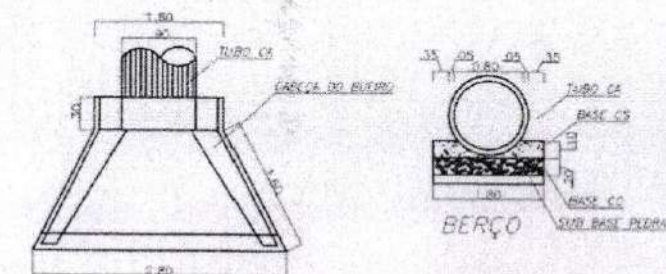
Lucas Abreu Aguiar

PERFIL
SEM ESCALA

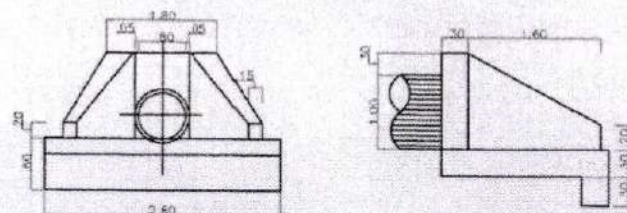
| | |
|--|------------------|
| PROJETO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA | |
| TÍTULO: RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO - MA | |
| ESCALA: INDICADA | DATA: 11/11/2021 |



BUEIRO SIMPLES TUBULAR DE CONCRETO
D = 80cm



PLANTA BAIXA



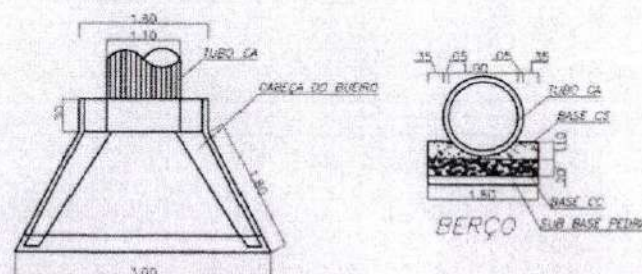
VISTA

VISTA LATERAL

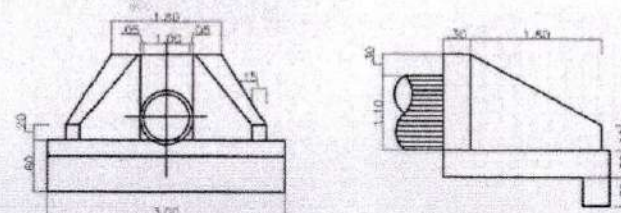
LEGENDA:

CA-CONCRETO ARMADO CA-1/CA-2 (DE ACORDO COM O FABRICANTE)
CS-CONCRETO SIMPLES CLASSE- 1.3.3
CC-CONCRETO CICLÓPICO CLASSE- 1.3 COM TUB. PEDRA BRUA
SB-BASE-PEDRA BRUA, TIPO "MATAÇÃO"

BUEIRO SIMPLES TUBULAR DE CONCRETO
D = 100cm



PLANTA BAIXA



VISTA

VISTA LATERAL

LEGENDA:

CA-CONCRETO ARMADO CA-1/CA-2 (DE ACORDO COM O FABRICANTE)
CS-CONCRETO SIMPLES CLASSE- 1.3.3
CC-CONCRETO CICLÓPICO CLASSE- 1.3 COM TUB. PEDRA BRUA
SB-BASE-PEDRA BRUA, TIPO "MATAÇÃO"

Prefeitura Municipal de Porto Franco-Ma
Sec. de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
PROJETO N°
Em Conformidade com as Normas Técnicas, o Projeto
Está APROVADO
Lucas Abreu Aguiar

DETALHE DOS BUEIROS

SEM ESCALA

PROPRIETÁRIO:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA

PROJETO:

RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO - MA

TÍTULO:

DETALHE DE BUEIRO

ESCALA:

INDICADA

DATA:

JUL/2021

Lucas Abreu Aguiar
Engenheiro Civil
CREA-MA 11183-2689





MAPA DO BRASIL

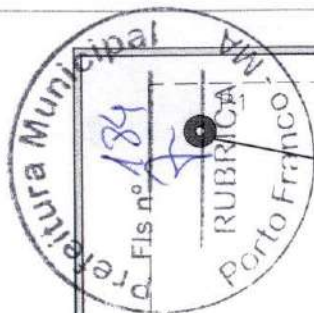


MAPA DO MARANHÃO



LOCALIZAÇÃO
SEM ESCALA

| | |
|--|---------------------|
| PROPRIETÁRIO:
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA | |
| PROJETO:
RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO - MA | PRANCHA: 01/10 |
| TÍTULO:
LOCALIZAÇÃO | ESCALA:
INDICADA |
| | DATA:
JUL/2021 |



EXT: 1.600 M

TRECHO I - RAMAL BONITO (COITÉ) - EXT: 1.800 M

| ORDEM | DESCRIÇÃO | COORDENADA GPS/SAD-69 |
|-------|------------------|------------------------------|
| P1 | INÍCIO DO TRECHO | S 6°26'26,80" W 47°23'48,29" |
| P2 | FINAL DO TRECHO | S 6°26'44,90" W 47°23'52,92" |

P2

P1

P2

EXT: 3.270 M

P3

TRECHO II - RAMAL JOÃO MANOEL/SUCUPIRA (COITÉ) - EXT: 3.270 M

| ORDEM | DESCRIÇÃO | COORDENADA GPS/SAD-69 |
|-------|---------------------------------|------------------------------|
| P1 | INÍCIO DO TRECHO (JOÃO MANOEL) | S 8°26'15,75" W 47°21'23,27" |
| P2 | BUEIRO - BSTC 1,00m (IMPLANTAR) | S 8°25'59,17" W 47°17'11,35" |
| P3 | FINAL DO TRECHO (SUCUPIRA) | S 8°25'43,05" W 47°19'50,96" |

EXT: 3.600 M

TRECHO III - RAMAL SUCUPIRA/SÃO DOMINGOS (COITÉ) - EXT: 3.800 M

| ORDEM | DESCRIÇÃO | COORDENADA GPS/SAD-69 |
|-------|---------------------------------|------------------------------|
| P1 | INÍCIO DO TRECHO (SUCUPIRA) | S 8°25'43,05" W 47°19'50,96" |
| P2 | BUEIRO - BSTC 0,80m (IMPLANTAR) | S 8°24'46,23" W 47°19'13,43" |
| P3 | BUEIRO - BSTC 0,80m (IMPLANTAR) | S 8°24'47,46" W 47°18'38,14" |
| P4 | FINAL DO TRECHO (SÃO DOMINGOS) | S 8°24'47,64" W 47°18'35,38" |

P1

P2

P3

TRECHO IV - RAMAL JOÃO DELADIA/EDIVALDO (COITÉ) - EXT: 2.100 M

| ORDEM | DESCRIÇÃO | COORDENADA GPS/SAD-69 |
|-------|---------------------------------|------------------------------|
| P1 | INÍCIO DO TRECHO (JOÃO DELADIA) | S 8°28'5,16" W 47°19'31,45" |
| P2 | BUEIRO - BSTC 0,80m (IMPLANTAR) | S 8°28'10,17" W 47°19'23,53" |
| P3 | BUEIRO - BSTC 1,00m (IMPLANTAR) | S 8°28'21,39" W 47°18'55,58" |
| P4 | BUEIRO - BSTC 1,00m (IMPLANTAR) | S 8°28'18,80" W 47°18'47,11" |
| P5 | FINAL DO TRECHO (EDIVALDO) | S 8°28'13,70" W 47°18'28,55" |

P1

P2

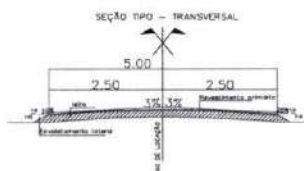
P3

P4

P5

EXT: 2.100 M

IMPLANTAÇÃO
SEM ESCALA



PROPRIETÁRIO:
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA

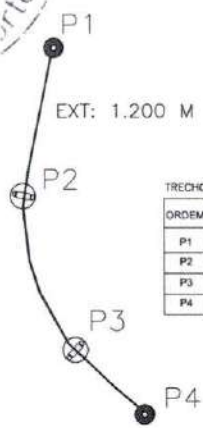
PROJETO:
RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO - MA

TÍTULO:
IMPLANTAÇÃO

ESCALA:
INDICADA

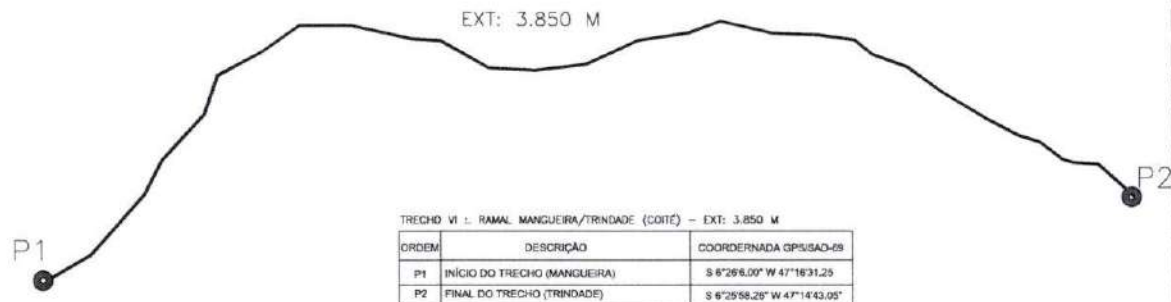
DATA:
JUL/2021

PRANCHA: 02/10



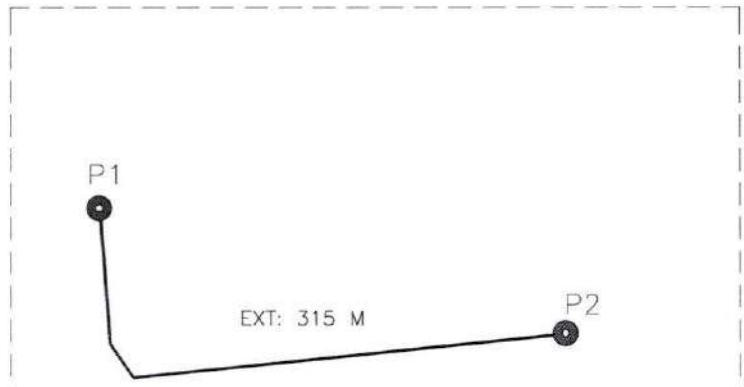
TRECHO V - RAMAL MANGUEIRA (COTE) - EXT: 1.200 M

| ORDEN | DESCRIÇÃO | COORDENADA GPS/SAD-89 |
|-------|---------------------------------|------------------------------|
| P1 | INÍCIO DO TRECHO | S 6°26'5,62" W 47°16'43,31" |
| P2 | BUEIRO - BSTC 1,00m (IMPLANTAR) | S 6°26'16,70" W 47°16'46,34" |
| P3 | BUEIRO - BSTC 0,80m (IMPLANTAR) | S 6°26'33,48" W 47°16'41,93" |
| P4 | FINAL DO TRECHO | S 6°26'39,99" W 47°16'35,19" |



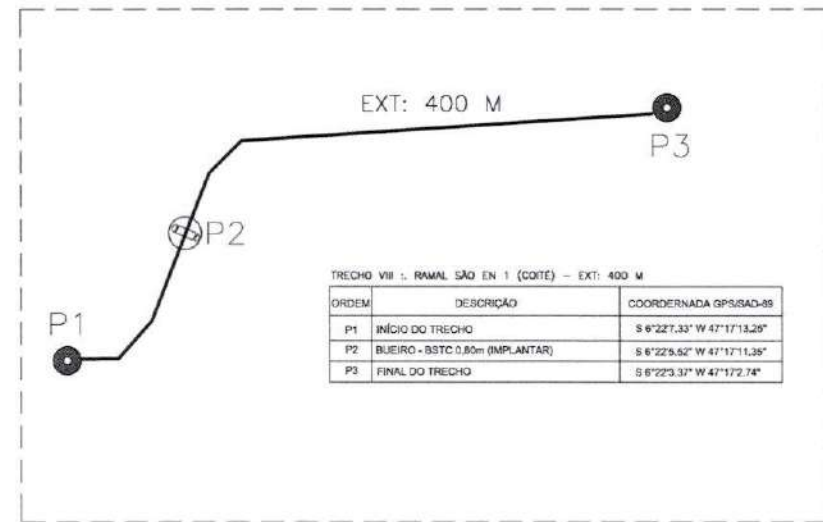
TRECHO VI - RAMAL MANGUEIRA/TRINDADE (COTE) - EXT: 3.850 M

| ORDEN | DESCRIÇÃO | COORDENADA GPS/SAD-89 |
|-------|------------------------------|------------------------------|
| P1 | INÍCIO DO TRECHO (MANGUEIRA) | S 6°26'6,00" W 47°16'31,25" |
| P2 | FINAL DO TRECHO (TRINDADE) | S 6°25'58,26" W 47°14'43,05" |



TRECHO VII - RAMAL CAMPAL (COTE) - EXT: 315 M

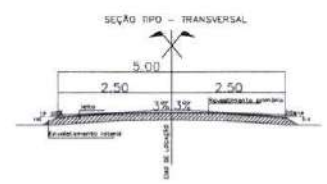
| ORDEN | DESCRIÇÃO | COORDENADA GPS/SAD-89 |
|-------|------------------|------------------------------|
| P1 | INÍCIO DO TRECHO | S 6°22'47,45" W 47°18'36,68" |
| P2 | FINAL DO TRECHO | S 6°22'49,44" W 47°18'27,48" |



TRECHO VIII - RAMAL SÃO EN 1 (COTE) - EXT: 400 M

| ORDEN | DESCRIÇÃO | COORDENADA GPS/SAD-89 |
|-------|---------------------------------|-----------------------------|
| P1 | INÍCIO DO TRECHO | S 6°22'7,33" W 47°17'13,29" |
| P2 | BUEIRO - BSTC 0,80m (IMPLANTAR) | S 6°22'5,62" W 47°17'11,35" |
| P3 | FINAL DO TRECHO | S 6°22'3,37" W 47°17'2,74" |

IMPLANTAÇÃO
SEM ESCALA



| | | | |
|--|---------------------|-------------------|----------------|
| PROPRIETÁRIO:
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA | | | PRANCHA: 03/10 |
| PROJETO:
RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO - MA | | | |
| TÍTULO:
IMPLANTAÇÃO | ESCALA:
INDICADA | DATA:
JUL/2021 | |



Porto Franco/MA, 10 de janeiro de 2024.

À

**SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
VALDERICE DA MOTA NEVES**

ASSUNTO: Solicitação de Distrato do Contrato nº. 0305001/2022-SINFRA para execução dos serviços de adequação de estradas vicinais no município de Porto Franco, nos termos do Contrato de Repasse nº 902709/2020/MAPA/CAIXA.

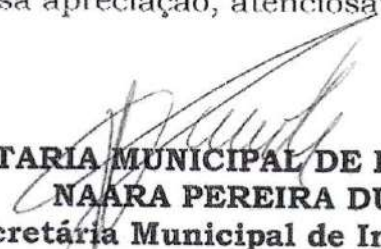
Ilustre Secretária,

Cumprimentando-a, vimos comunicar a intenção de proceder o Distrato do Contrato nº. 0305001/2022-SINFRA celebrado com a empresa ENGEMAQ - LOCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELLI, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.812.264/0001-09, responsável pela execução do contrato de prestação de serviços referente ao Contrato de Repasse originário nº 902709/2020/MAPA/CAIXA, celebrado entre a União Federal por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento através da CEF e o município de Porto Franco, objetivando ações relativas a agropecuária sustentável.

Ressalte-se que a motivação para tal requerimento se dá em razão do aparente abandono da obra, pois os serviços contratados não foram finalizados (obra paralisada). Portanto, nos termos constantes da CLÁUSULA OITAVA do CONTRATO nº. 0305001/2022-SINFRA, a inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

Após a constatação da paralisação da obra e, verificando os serviços in loco, bem como acompanhamento da fiscalização do órgão gestor do convênio: a Caixa Econômica Federal, que constatou a paralisação da obra, somos a favoráveis a proceder o distrato do CONTRATO Nº. 0305001/2022-SINFRA, considerando que o Contrato de Repasse citado encontra-se vigente, com saldo financeiro e com a possibilidade de realizar novo procedimento licitatório, para que o município possa concluir a obra sem prejuízos futuros.

Contando com vossa apreciação, atentamente.


SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
NAARA PEREIRA DUARTE
Secretária Municipal de Infraestrutura



TERMO DE NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO Nº 0305001/2022-SINFRA, QUE FAZ A PREFEITURA DE PORTO FRANCO/MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E A EMPRESA ENGEMAC - LOCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO, ESTADO DO MARANHÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.208.946.0001-24 com sede na Praça da Bandeira, nº 10, Centro, neste Município, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA, neste ato representada pela Secretária Municipal de Administração, VALDERICE DA MOTA NEVES, nomeada Ordenadora de Despesas através do Decreto Municipal nº. 014/2023, em observância aos preceitos legais e às cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes, vem formal e respeitosamente, **NOTIFICAR** a empresa **ENGEMAC - LOCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI** (notificada), inscrita no CNPJ nº 04.812.264/0001-09, estabelecida no Setor Industrial Santa Isabel, nº. 02, Letra B, Parque Senharal, na cidade de Davinópolis/MA, **DA RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 0305001/2022-SINFRA**, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Adequação de Estradas Vicinais no município de Porto Franco, nos termos do Contrato de Repasse nº 902709/2020/MAPA/CAIXA - Caixa Econômica Federal, fundamentada nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº. 8.666/93.

Antes o exposto, abre-se o prazo legal de 05 (cinco) dias para o exercício da AMPLA DEFESA e o do CONTRADITÓRIO, nos termos do inciso I, do art. 109, da Lei Federal nº. 8.666/93.

PUBLIQUE-SE a presente notificação no Diário Oficial do Município e, após o prazo de 05 (cinco) dias, sem manifestação da Empresa **ENGEMAC - LOCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI** (notificada), seja providenciado o Termo de Rescisão Unilateral de Contrato.

Porto Franco-MA, 19 de fevereiro de 2024.


SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA
VALDERICE DA MOTA NEVES - Secretária Municipal de Administração e
Ordenadora de Despesa

Diário Oficial

MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO - MA
TERCEIROS



PORTO FRANCO - MA :: DIÁRIO OFICIAL - TERCEIROS - VOL. 4 - Nº 843 / 2024 :: TERÇA, 20 DE FEVEREIRO DE 2024 :: PÁGINA 1 DE 1

SUMÁRIO

Descrição

Página

TERMO DE NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO UNILATERAL. 1

TERMO DE NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO UNILATERAL.

TERMO DE NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO Nº 0305001/2022-SINFRA, QUE FAZ A PREFEITURA DE PORTO FRANCO/MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E A EMPRESA ENGEMAC – LOCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO, ESTADO DO MARANHÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.208.946.0001-24 com sede na Praça da Bandeira, nº 10, Centro, neste Município, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA, neste ato representada pela Secretária Municipal de Administração, VALDERICE DA MOTA NEVES, nomeada Ordenadora de Despesas através do Decreto Municipal nº. 014/2023, em observância aos preceitos legais e às cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes, vem formal e respeitosamente, **NOTIFICAR** a empresa **ENGEMAC – LOCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI** (notificada), inscrita no CNPJ nº 06.208.946/0001-24, estabelecida no Setor Industrial Santa Isabel, nº. 02, Letra B, Parque Senharal, na cidade de Davinópolis/MA, **DA RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 0305001/2022-SINFRA**, que tem como objeto a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de Adequação de Estradas Vicinais no município de Porto Franco, nos termos do Contrato de Repasse nº 902709/2020/MAPA/CAIXA - Caixa Econômica Federal, fundamentada nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº. 8.666/93.

Antes o exposto, abre-se o prazo legal de 05 (cinco) dias para o exercício da AMPLA DEFESA e o do CONTRADITÓRIO, nos termos do inciso I, do art. 109, da Lei Federal nº. 8.666/93.

PUBLIQUE-SE a presente notificação no Diário Oficial do Município e, após o prazo de 05 (cinco) dias, sem manifestação da Empresa **ENGEMAC – LOCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI** (notificada), seja providenciado o Termo de Rescisão Unilateral de Contrato.

Porto Franco-MA, 19 de fevereiro de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA
VALDERICE DA MOTA NEVES - Secretária Municipal de Administração e
Ordenadora de Despesa

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTES DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:

<http://portofranco-diariomunicipal.net.br>





CONTRATO N.º 0305001/2022-SINFRA
PROCESSO ADM. N.º 076/2022-SINFRA

**TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO
N.º 0305001/2022-SINFRA, CELEBRADO ENTRE A
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO/MA,
ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
INFRAESTRUTURA E A EMPRESA ENGEMAC –
LOCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI, NA FORMA ABAIXO:**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO, ESTADO DO MARANHÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.208.946/0001-24, com sede na Praça Demétrio Milhomem, n.º 10, Centro, Porto Franco/Ma, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA, representado pela Secretária Municipal de Administração, Valderice da Mota Neves, brasileira, divorciada, servidora pública municipal, portadora da cédula de Identidade RG n.º 029076532005-0, SSP-MA, inscrita no CPF/MF sob o n.º 343.896.523-20, residente e domiciliada na Praça Gonçalves Dias, n.º 325, Centro, neste município, nomeada Ordenadora de Despesas através do Decreto Municipal n.º 014/2023 de 14 de março de 2023, usando das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e legislação vigente, resolve **RESCINDIR UNILATERALMENTE O CONTRATO N.º 0305001/2022-SINFRA**, firmado com a empresa ENGEMAC – LOCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.812.264/0001-09, com sede no Setor Industrial Santa Isabel, n.º 02, Letra B, Parque Senharal, na cidade de Davinópolis/MA, nos termos da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, o fazendo mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N.º 0305001/2022, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para realização da contratação de empresa especializada para a realização dos serviços de Adequação de Estradas Vicinais no município de Porto Franco, originado da Tomada de Preços n.º 001/2022, referente ao Contrato de Repasse n.º 902709/2020/MAPA/CAIXA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE RESCISÃO

Fica rescindido o Contrato n.º 0305001/2022-SINFRA mencionado na cláusula anterior, por interesse público e em decorrência da motivação exposta na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Uma vez caracterizado o descumprimento da CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E DO RECEBIMENTO do Contrato de Prestação de Serviços n.º 0305001/2022-SINFRA, que estabelece o prazo de 04 (quatro) meses para execução da obra, a empresa ENGEMAC – LOCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF N.º 04.812.264/0001-09, sem justa causa e prévia comunicação à Administração referente ao atraso e paralização da obra (Art. 78, Incisos I e V da Lei 8.666/93), infringindo a CONTRATADA as cláusulas contratuais, será considerada ora **DISTRATADA**. A Administração Municipal promove



a rescisão unilateral do Contrato de Prestação de Serviços nº 0305001/2022-SINFRA, nos termos do Art. 79, Inciso I da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

A presente rescisão não gerará qualquer ônus para nenhuma das partes, no entanto, não impede a aplicação de quaisquer penalidades, administrativa ou judicial, de responsabilidade civil e administrativa.

CLÁUSULA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL na imprensa oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93, para que produza efeitos legais.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

É competente o foro da Comarca de Porto Franco/MA para dirimir quaisquer questões referentes a este TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO.

Firma o presente Termo perante as testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que terá sua eficácia condicionada a sua publicação no Diário Oficial do Município.

Porto Franco/MA, 26 de fevereiro de 2024.


SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA
Valderice da Mota Neves – Secretária Municipal de Administração e
Ordenadora de Despesas
CONTRATANTE

Diário Oficial

MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO - MA
TERCEIROS



PORTO FRANCO - MA :: DIÁRIO OFICIAL - TERCEIROS - VOL. 4 - Nº 847 / 2024 :: SEGUNDA, 26 DE FEVEREIRO DE 2024 :: PÁGINA 1 DE 2

SUMÁRIO

Descrição

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO Nº 0305001/2022-SINFRA.....1



TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO Nº 0305001/2022-SINFRA

CONTRATO Nº 0305001/2022-SINFRA
PROCESSO ADM. Nº 076/2022-SINFRA

TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO Nº 0305001/2022-SINFRA, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO/MA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E A EMPRESA ENGEMAC – LOCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI, NA FORMA ABAIXO:

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO, ESTADO DO MARANHÃO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.208.946/0001-24, com sede na Praça Demétrio Milhomem, n.º 10, Centro, Porto Franco/Ma, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA, representado pela Secretária Municipal de Administração, Valderice da Mota Neves, brasileira, divorciada, servidora pública municipal, portadora da cédula de Identidade RG n.º 029076532005-0, SSP-MA, inscrita no CPF/MF sob o n.º 343.896.523-20, residente e domiciliada na Praça Gonçalves Dias, n.º 325, Centro, neste município, nomeada Ordenadora de Despesas através do Decreto Municipal nº. 014/2023 de 14 de março de 2023, usando das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e legislação vigente, resolve **RESCINDIR UNILATERALMENTE O CONTRATO Nº 0305001/2022-SINFRA**, firmado com a empresa ENGEMAC – LOCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELLI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 04.812.264/0001-09, com sede no Setor Industrial Santa Isabel, nº. 02, Letra B, Parque Senharal, na cidade de Davinópolis/MA, nos termos da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, o fazendo mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 0305001/2022, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para realização da contratação de empresa especializada para a realização dos serviços de Adequação de Estradas Vicinais no município de Porto Franco, originado da Tomada de Preços n.º 001/2022, referente ao Contrato de Repasse nº 902709/2020/MAPA/CAIXA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE RESCISÃO

Fica rescindido o Contrato nº 0305001/2022-SINFRA mencionado na cláusula anterior, por interesse público e em decorrência da motivação exposta na Cláusula Terceira.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA
É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTES DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:
<https://portofranco.diariomunicipal.net.br>
CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: cb8d404467d7c18b9ff5c150794076eb16ed004a



CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

Uma vez caracterizado o descumprimento da CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DAS OBRAS E A DO RECEBIMENTO do Contrato de Prestação de Serviços nº 0305001/2022-SINFRA, que estabelece o prazo de 04 (quatro) meses para execução da obra, a empresa ENGEMAQ – LOCAÇÃO E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF Nº. 04.812.264/0001-09, sem justa causa e prévia comunicação à Administração referente ao atraso e paralização da obra (Art. 78, Incisos I e V da Lei 8.666/93), infringindo a CONTRATADA as cláusulas contratuais, será considerada ora **DISTRATADA**. A Administração Municipal promove a rescisão unilateral do Contrato de Prestação de Serviços nº 0305001/2022-SINFRA, nos termos do Art. 79, Inciso I da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DAS PENALIDADES

A presente rescisão não gerará qualquer ônus para nenhuma das partes, no entanto, não impede a aplicação de quaisquer penalidades, administrativa ou judicial, de responsabilidade civil e administrativa.

CLÁUSULA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL na imprensa oficial até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, nos termos do parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93, para que produza efeitos legais.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO

É competente o foro da Comarca de Porto Franco/MA para dirimir quaisquer questões referentes a este TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO.

Firma o presente Termo perante as testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que terá sua eficácia condicionada a sua publicação no Diário Oficial do Município.

Porto Franco/MA, 26 de fevereiro de 2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA

Valderice da Mota Neves – Secretária Municipal de Administração e
Ordenadora de Despesas

CONTRATANTE





SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2024-SEMINFRA

AUTORIZAÇÃO

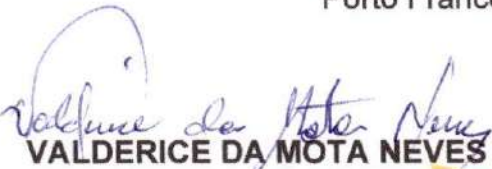
Versam os autos sobre a contratação de empresa especializada para as obras de Adequação de Estradas Vicinais solicitada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana de Porto Franco/MA, conforme especificações técnicas constantes no Projeto Básico.

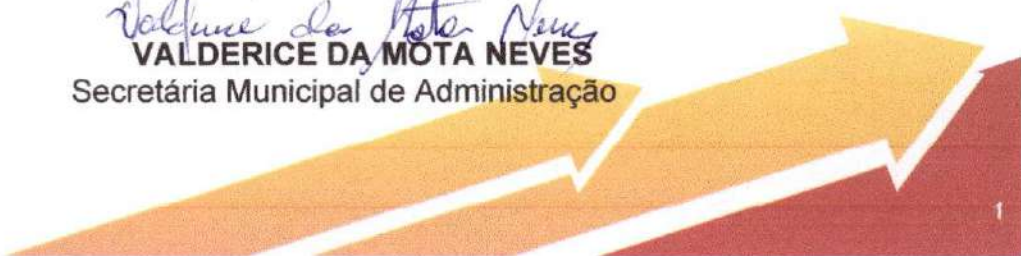
Na qualidade de Ordenadora de Despesas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, e tendo em vista a necessidade da contratação, para execução dos serviços constantes do CONTRATO DE REPASSE Nº 902709/2020/MAPA/CAIXA, aprovamos o Planejamento realizado para a execução da despesa, e o Projeto Básico e por consequência **AUTORIZAMOS** a formalização do procedimento licitatório, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, no valor estimado de **R\$ 867.934,45** (oitocentos e sessenta e sete mil, novecentos e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

Considerando as informações trazidas aos autos, DECLARO o cumprimento dos incisos I e II do art. 16 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e que a despesa é compatível com a Lei Orçamentária Anual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual, estando o presente processo em condições do Agente de Contratação dar início aos procedimentos licitatórios na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, na forma da lei.

Encaminhem-se o Processo a Comissão de Contratação para Elaboração da Minuta de Edital/Contrato, após o que remetam-se os autos à Procuradoria Geral do Município, para análise e emissão de Parecer sobre todo o procedimento.

Porto Franco/MA, 10 de janeiro de 2025.


VALDERICE DA MOTA NEVES
Secretária Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO/MA

EDITAL

CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº. XXX/2024

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 867.934,45

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia XX/XX/2025 às XXh (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço

MODO DE DISPUTA:

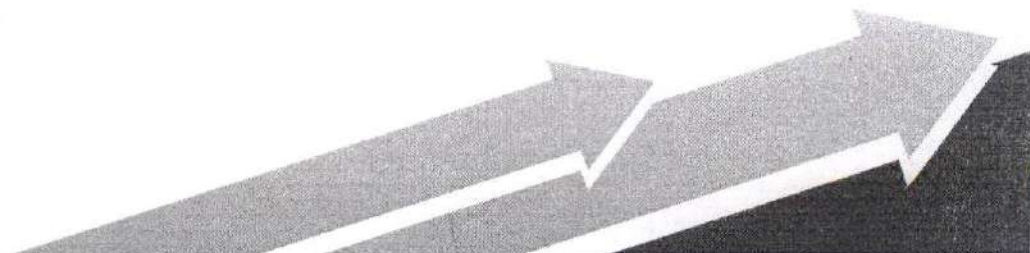
Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

GARANTIA DE EXECUÇÃO

SIM (Nos termos da Minuta do Contrato)



Sumário

| | |
|---|----|
| 1. DO OBJETO..... | 3 |
| 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO: | 3 |
| 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: | 5 |
| 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA: | 7 |
| 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES: | 9 |
| 6. DA FASE DE JULGAMENTO: | 13 |
| 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO: | 16 |
| 8. DOS RECURSOS: | 19 |
| 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES: | 20 |
| 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO: | 22 |
| 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: | 23 |

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO/MA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 043/2024-SEMINFRA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº XXX/2025

EDITAL

Torna-se público que a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO/MA, inscrita no CNPJ 06.208.946/0001-24, por meio do COMISSÃO DE CONTRAÇÃO DO MUNICÍPIO, sediado na Praça Demétrio Milhomem, nº 10, Centro – Porto Franco/MA, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o de MENOR PREÇO, nos termos do art. 6º, inciso XXXVIII, alínea “a” da Lei nº. 14.133/2021, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO:

2.1. Poderão participar desta Concorrência os interessados que estiverem credenciados para execução dos serviços equivalentes ao objeto do presente Edital, desde que não infringam o art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e estejam em condições de atender todas as exigências do presente Edital e que estejam prévia e devidamente credenciadas, através do site <https://www.licitanet.com.br>.

2.1.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes da licitação deverão confirmar seu enquadramento e condição, através de Declaração registrada em campo específico do sistema LICITANET.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à



alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

1. The first of these is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

2. The second is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

3. The third is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

4. The fourth is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

5. The fifth is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

6. The sixth is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

7. The seventh is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

8. The eighth is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

9. The ninth is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

10. The tenth is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

11. The eleventh is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

12. The twelfth is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

13. The thirteenth is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

14. The fourteenth is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

15. The fifteenth is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

16. The sixteenth is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

17. The seventeenth is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

18. The eighteenth is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

19. The nineteenth is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

20. The twentieth is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

21. The twenty-first is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

22. The twenty-second is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

23. The twenty-third is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

24. The twenty-fourth is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.

25. The twenty-fifth is the fact that the majority of the cases of this disease are reported from the United States and Canada.



2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.2 e 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.



3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor total do item;

4.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar os quantitativos anunciados na planilha orçamentária licitada;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.



4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

4.12. **Do vencedor serão solicitados** os seguintes documentos para continuidade do julgamento (arquivo em **PDF e XLSX**):

4.12.1. **Planilha orçamentária ajustada ao preço final**, agrupada por etapas de serviços, contendo nº do item, descrição do serviço, quantidade (obrigatoriamente igual



à planilha da Administração), preço unitário, preço total, nos termos do anexo deste Edital;

4.12.2. **Planilha de composição de quantitativos e preços unitários**, com preços em real, de todos os itens presentes na planilha orçamentária, demonstrando todos o consumo e índices de produtividades dos insumos envolvidos em cada atividade a ser executada, respeitado o teto máximo de preços unitários e totais, nos termos da Súmula 258 do TCU;

4.12.3. **Cronograma físico financeiro**, baseado no prazo máximo estipulado pela Administração e seus desembolsos;

4.12.4. **Planilha de composição do detalhamento do BDI e encargos sociais**, detalhando todos os seus componentes, inclusive percentual, respeitado o teto máximo de preços unitários e totais, nos termos da Súmula 258 do TCU;

4.12.5. **Carta proposta ajustada ao preço final**, com os dados da empresa, descrição do objeto da licitação, o valor total de sua proposta em numeral e por extenso, contendo ainda prazo de validade, local, data e a declaração de que o **Prazo de garantia total dos serviços** executados contra quaisquer defeitos de material e/ou serviços, pela solidez e segurança do trabalho realizado não inferior a 5 anos, conforme art. 618 do Código Civil e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) contado da data de emissão do termo de recebimento definitivo, bem como a assinatura do respectivo representante legal;

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 1.000,00** (um mil reais).

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecuível.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. O envio de lances na licitação será no modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do



fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



5.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2. empresas brasileiras;

5.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.20.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo

5.20.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.20.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.20.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.20.5. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.20.6. A documentação obrigatória a ser apresentada nesta fase está indicada no subitem 4.12

5.20.7. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



5.21. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO:

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.1.1 e 3.5 deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo

estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 6.7.1. conter vícios insanáveis;
- 6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/Termo de Referência;
- 6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

- 6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.



6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

6.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.14. Caso o Projeto Básico/Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

6.15. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.16. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.17. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.18. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Projeto Básico/Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO:

7.1. As licitantes deverão encaminhar exclusivamente por meio do sistema eletrônico <https://www.licitanet.com.br> os Documentos de Habilitação previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por ou por cópia digitalizada.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado com a Engenheira NAARA PEREIRA DUARTE, através do Telefone/Whatsapp: (99) 98409-2780 ou do e-mail infraestrutura@porto franco.ma.gov.br, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.11. A habilitação será verificada por meio através dos documentos inseridos na plataforma LICITANET.

7.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.12. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.13. A exigência dos documentos de habilitação somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Projeto Básico/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

7.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na



ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

7.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS:

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da

interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.licitanet.com.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES:

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.



10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior a data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pela plataforma Licitanet.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/ Comissão.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.



11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), endereço eletrônico www.portofranco.ma.gov.br e na plataforma www.licitanet.com.br.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I – Projeto Básico/Termo de Referência

11.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

11.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Porto Franco/MA, XX de XXXXXX de 2025.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

VALDERICE DA MOTA NEVES - Secretária Municipal de Administração e
Ordenador de Despesas - Decreto Municipal nº. 014/2023

ANEXO II – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº ____/2025.

PROC. ADM. Nº 043/2024-SEMINFRA

**CONTRATO ADMINISTRATIVO, QUE ENTRE
SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL
DE PORTO FRANCO-MA, ATRAVÉS DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA
E A EMPRESA _____,
NA FORMA ABAIXO:**

O **MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 06.208.946/0001-24, com sede e foro na Praça Demétrio Milhomem, n.º 10, Centro, nesta cidade de Porto Franco/MA, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA**, por sua titular a Secretária Municipal de Administração Valderice da Mota Neves, brasileira, divorciada, servidora pública municipal, portadora da cédula de Identidade RG n.º 029076532005-0, SSP-MA, inscrita no CPF/MF sob o n.º 343.896.523-20, residente e domiciliada na Praça Gonçalves Dias, nº 325, Centro, nesta cidade de Porto Franco/MA, nomeada Ordenadora de Despesas através do Decreto Municipal nº. 014/2023 de 14 de março de 2023, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, sediada na _____, em _____, neste ato representada por _____ (nome e função no contratado), doravante designado **CONTRATADO**, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 026/2024-SEMINFRA e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Concorrência nº xxx/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de engenharia de **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADEQUAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO - MA**, nas condições estabelecidas no Projeto Básico.

1.2. Objeto da contratação:

| Item | Descrição | Quant. | Preço |
|------|-----------|--------|-------|
| 1 | | | |
| 2 | | | |
| 3 | | | |
| | | | |



1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Projeto Básico;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 420 (quatrocentos e vinte) dias contados da Ordem de Serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

4.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.3. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.4. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.5. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica,



financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.6. Caso tenha sido formulada no Projeto Básico a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte (art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, e art. 7º, do Decreto n.º 8.538, de 2015), além do regramento acima, deverão ser observadas as seguintes disposições específicas:

4.6.1. O CONTRATADO deverá apresentar, ao longo da vigência contratual, sempre que solicitada, a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

4.6.2. O CONTRATADO deverá substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e

4.6.3. O CONTRATADO será responsável pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

4.6.4. Os empenhos e pagamentos referentes às parcelas subcontratadas serão destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro, combustível e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado;

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI - 11/2024 - Maranhão, SICRO - 07/2024 e ORSE - 09/2024.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Além das obrigações previstas no ETP, anexo ao processo, que tratam das particularidades do objeto, elenca-se as seguintes obrigações:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;

8.1.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;



8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Projeto Básico;

8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 dias.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

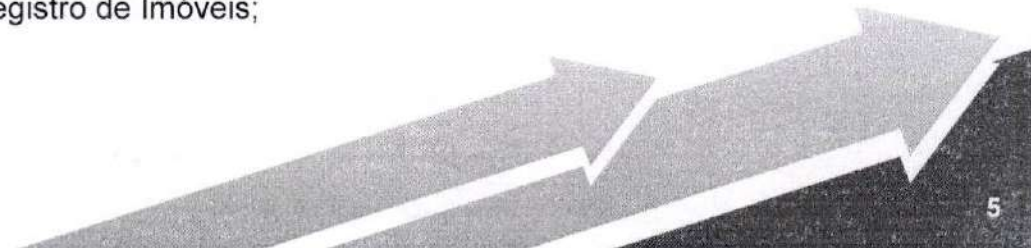
8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.1.16. Exigir do Contratado que providencie a seguinte documentação como condição indispensável para o recebimento definitivo de objeto:

- a) "as built", elaborado pelo responsável por sua execução;
- b) comprovação das ligações definitivas de energia, água, telefone e gás;
- c) laudo de vistoria do corpo de bombeiros aprovando o serviço;
- d) carta "habite-se", emitida pela prefeitura; e
- e) Certidão Negativa de Débitos previdenciários específica para o registro da obra junto ao Cartório de Registro de Imóveis;



8.1.17. Arquivar, entre outros documentos, de projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

8.1.18. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

8.1.19. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.20. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, ETP e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;



9.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.9. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 9.25. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 9.26. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 9.27. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 9.28. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 9.29. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 9.30. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 9.31. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 9.32. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 9.33. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade.
- 9.34. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.



9.35. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

9.36. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

9.37. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

9.38. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e

9.38.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o

Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

9.39. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

9.39.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.

9.39.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

9.39.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de preservação de material para usos futuros.

9.39.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.

9.39.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.39.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

9.39.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

9.39.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

9.40. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

9.40.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes



admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

9.40.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

9.41. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

9.42. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

9.43. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

9.44. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a 5% (Cinco por cento) do valor total do contrato.

10.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

10.3. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

10.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 10.5 deste contrato.

10.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

10.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.6.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.6.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

10.6.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

10.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 10.6, observada a legislação que rege a matéria.

10.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

10.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

10.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

10.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

10.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

10.13. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.13.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

10.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia,



acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

10.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

10.16. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

10.17. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

10.18. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Projeto Básico.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem



como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

(1) Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a) O atraso superior a 5 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 11.1, de 1% a 5% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 11.1, de 1% a 10% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 11.1, a multa será de 5% a 10% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1, a multa será de 1% a 2% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

11.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

11.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.13. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.





12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- 12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: _____.

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em Porto Franco - MA para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Porto Franco-MA, ____ de _____ de ____.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA



Valderice da Mota Neves - Ordenadora de Despesas
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - Representante Legal
CONTRATADA





GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO, ESTADO DO MARANHÃO, 29 DE DEZEMBRO DE 2023, 201º DA INDEPENDÊNCIA E 134º DA REPÚBLICA.

DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO
Prefeito

DECRETO MUNICIPAL Nº 064, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO E AGENTE DE CONTRATAÇÃO, CONFORME LEI FEDERAL Nº 14.133/21 E DECRETO MUNICIPAL Nº 063/2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO FRANCO, ESTADO DO MARANHÃO, **DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO**, no uso das suas atribuições legais e demais dispositivos aplicáveis à espécie, CONSIDERANDO a Lei Federal 14.133/2021, que trata sobre normas de Licitações e Contratos Administrativos;

CONSIDERANDO que o artigo 7º da Lei Federal 14.133/2021, dispõe que caberá a autoridade máxima do órgão promover a gestão por competências e designar agentes públicos para o desempenho das funções essenciais à execução da referida lei;

CONSIDERANDO a Lei Orgânica do Município e a legislação municipal;

CONSIDERANDO, por fim, que se encontra em curso a realização de concurso público para provimento de vários cargos para a Administração Pública, dentre os quais, cargos públicos destinados a composição da Comissão de Contratação, inclusive agente de contratação;

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir no âmbito da Administração Pública Direta de Porto Franco, Estado do Maranhão, a Comissão de Contratações Públicas, e designar, interinamente, para a sua composição, os servidores públicos municipais abaixo relacionados, para, sob a presidência do primeiro, receber, examinar e julgar documentos relativos às licitações e aos procedimentos auxiliares:

I - JAILMA CIRQUEIRA DE SOUZA, brasileira, divorciada, advogada, servidora pública municipal, ocupante do Cargo em Comissão de Procuradora Municipal, inscrita na OAB/MA sob o nº 7381, inscrita sob o nº CPF 369.638.521-20, neste ato designada como Presidente e Membro da Equipe de Apoio da Comissão de Contratações Públicas do Município de Porto Franco, Estado do Maranhão;

II - JONAS FIGUEIREDO BARROS, brasileiro, casado, bacharel em sistema de Informação, servidor efetivo do Município de Porto Franco, Estado do Maranhão, inscrito no CPF nº 918.167.503/87, neste ato designado para as funções legais e administrativas de Agente de Contratação e/ou Pregoeiro do Município de Porto Franco, Estado do Maranhão, com poderes para tomar decisões em todos os procedimentos de licitação e/ou de contratação direta, acompanhar o trâmite dos processos e ou procedimentos, dar impulso e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame;

III - WILLIAM DE MOURA GERIS, brasileiro, solteiro, engenheiro Civil, servidor em Cargo em Comissão de Coordenador de Licitação do Município de Porto Franco, Estado do Maranhão, inscrito no CPF sob o nº 005.725.363-30, neste ato designado como Membro da equipe de Apoio da Comissão de Contratações Públicas do Município de Porto Franco, Estado do Maranhão,

IV - ELIZAMAR GOMES DA SILVA SENA, brasileira, casada, servidora efetiva do Município de Porto Franco, Estado do Maranhão, portadora do CPF nº 004.132.363-74, neste ato designada como Membro da Equipe de Apoio da Comissão de Contratações Públicas do Município de Porto Franco, Estado do Maranhão;

V - ADAILTON CHAVES MARINHO, brasileiro, casado, cientista social, servidor efetivo do Município de Porto Franco, Estado do Maranhão, inscrito no CPF sob o nº. 835.158.443-68, neste ato designado como Membro da Equipe de Apoio da Comissão de Contratações Públicas do Município de Porto Franco, Estado do Maranhão.

Art. 2º Os membros da comissão de contratação também atuarão como equipe de apoio do agente de contratação.

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO FRANCO - MA

É GARANTIDA A AUTENTICIDADE DESTES DIÁRIO, DESDE QUE ACESSADO PELO ENDEREÇO:

<https://portofranco.diariomunicipal.net.br>

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: 691fa1464407b9e1df48ecd0d0a614ff8a19c064

PARA VERIFICAÇÃO DE AUTENTICIDADE, LEIA O QR CODE AO LADO





§ 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe.

§ 2º Em licitação que envolva bens ou serviços especiais, desde que observados os requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei nº 14.133/21, o agente de contratação poderá ser substituído por comissão de contratação formada por, no mínimo, 3 (três) membros, que responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, ressalvado o membro que expressar posição individual divergente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que houver sido tomada a decisão.

Art. 3º Ao Agente de Contratação, ou, conforme o caso, à Comissão de Contratação, incumbe a condução da fase externa do processo licitatório, incluindo o recebimento e o julgamento das propostas, a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, o exame de documentos, cabendo-lhes ainda:

- I - Conduzir a sessão pública;
- II - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;
- III - verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;
- IV - Coordenar a sessão pública e o envio de lances, quando for o caso;
- V - Verificar e julgar as condições de habilitação;
- VI - Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;
- VII - receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VIII - indicar o vencedor do certame;
- IX - Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- X - Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- XI - encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

§ 1º A Comissão de Contratação conduzirá o Diálogo Competitivo, cabendo-lhe, no que couber, as atribuições listadas acima, sem prejuízo de outras tarefas inerentes a essa modalidade.

§ 2º Caberá ao Agente de Contratação ou à Comissão de Contratação, além dos procedimentos auxiliares a que se refere a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a instrução dos processos de contratação direta nos termos do art. 72 da citada Lei.

§ 3º O Agente de Contratação e o Presidente da Comissão de Contratação poderão solicitar auxílio técnico complementar para análises relativas às qualificações técnica, econômico-financeira e jurídica, inclusive de servidores não listados nesta Portaria.

Art. 4º A Comissão de Contratação e o Agente de contratação será assistida em seus trabalhos, quando necessário, pelo órgão de assessoramento jurídico e pelo órgão de controle interno, para desempenho das funções essenciais à execução do disposto na legislação aplicável.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO FRANCO, ESTADO DO MARANHÃO, 29 DE DEZEMBRO DE 2023, 202º DA INDEPENDÊNCIA E 134º DA REPÚBLICA.

DEOCLIDES ANTONIO SANTOS NETO MACEDO
Prefeito



**COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2024-SEMINFRA
PREGÃO ELETRONICO Nº. XXX/2025**

**A
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

Considerando a determinação da Autoridade Superior, para Elaboração de Minuta de Edital e Minuta de Contrato, cumpridas tais formalidades, submetemos o procedimento à apreciação da Procuradoria Geral do Município para análise e emissão de Parecer Jurídico, nos termos do que prevê o Art. 53 da Lei 14.133/21.

Porto Franco/MA, 13 de janeiro de 2025.


JONAS FIGUEIREDO BARROS
Pregoeiro



PARECER JURIDICO - PGM

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2024-SEMINFRA.

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a adequação de estradas vicinais no Município de Porto Franco/MA.

SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA.

Ementa: Princípio da legalidade. Concorrência eletrônica. Obras e serviços de engenharia. Contratação de empresa especializada para a adequação de estradas vicinais no Município de Porto Franco/MA. Amparo Legal: Art. 6º, inciso XXXVIII, "a", c/c Art. 28, II, da Lei nº 14.133/2021. Controle preventivo da legalidade para efeitos de cumprimento do art. 53 da Lei n. 14.133/21.

1 - RELATÓRIO

Recebe esta Procuradoria Geral pedido de parecer jurídico do Agente de Contratação, Jonas Figueiredo Barros, referente ao procedimento licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO, modo de disputa ABERTO, nos termos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Trata-se de procedimento para licitação de obras e serviços de engenharia para futura Contratação de empresa especializada para a adequação de estradas vicinais no Município de Porto Franco/MA, pelo valor estimado em estudo técnico preliminar de R\$ 867.934,45 (oitocentos e sessenta e sete mil, novecentos e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

Integram os autos, dentre outros, os seguintes documentos:

a) Documento de Formalização de Demanda- DFD assinado pela Secretária Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, a engenheira civil Naara Pereira Duarte;

- b) Cópia do Termo de CONTRATO DE REPASSE Nº 902709/2020/MAPA/CAIXA, com publicação no DOU e Termo Aditivo prorrogando a vigência do Contrato de Repasse até 1º de abril de 2025;
- c) Despacho da Secretária Municipal de Administração Valderice da Mota Neves aprovando o DFD e autorizando a equipe de planejamento para realização do procedimento visando a contratação para realização dos serviços;
- d) Portaria nº 031/2024 designando a equipe de planejamento e respectivos decretos;
- e) Estudo Técnico Preliminar, subscrito pela Equipe de Planejamento, o engenheiro civil Lucas Abreu Aguiar - CREA MA 1118372689 e Deivid Sobreiro de Amorim;
- f) Anexos do ETP: Planilha orçamentária, Mapa de Riscos, Projeto Básico, Orçamento Sintético, Planilha Orçamentária Analítica, Curva ABC de Serviços, Cronograma Físico e Financeiro;
- g) Dotação Orçamentária;
- h) Cópia de Caderno de Discriminações Técnicas da Adequação de Estradas Vicinais no município;
- i) Documentos de Rescisão Unilateral de contrato nº 0305001/2022- SINFRA firmado nos autos da TP Nº 001/2022;
- j) Aprovação do planejamento e do projeto básico pela Secretária Municipal de Administração e autorização para formalização de procedimento licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, no valor estimado em R\$ 867.934,45 (oitocentos e sessenta e sete mil, novecentos e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos);
- j) Minuta do Edital, Minuta do Contrato.
- l) Expediente endereçado a Procuradoria Geral do Município, solicitando desta análise e emissão de Parecer Jurídico nos termos do que prevê o artigo 53 da Lei n.º 14.133/21, documento esse datado de 13 de janeiro de 2025, data em que pela primeira vez os subscritores desse parecer tomaram conhecimento do presente pleito.

É o que consta dos autos.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Do parecer

A Lei Nº 8.666/1993 -, e de certa forma, as Leis nº 10.520/2002 e nº 12.462/2011 - sob a chancela da doutrina¹, consagrou a concepção segundo a qual o procedimento administrativo de contratação pública compõe-se de três etapas ou fases sequenciais e interrelacionadas: a preparatória (também chamada de "fase de planejamento"), a seleção de fornecedores (também chamada de "fase externa"); e a fase contratual.

A nova lei de licitações incorpora essa clássica estrutura segmentada no procedimento de contratação pública, sendo possível, inclusive delimitar topograficamente os dispositivos respectivos: a) a - fase preparatória: Capítulo II do Título II; b) fase externa: Capítulos IV ao VII do Título II; e c) fase contratual: Título III.

O caput do art. 53 da Lei 14.133/2021, prescreve que, **"ao final da fase preparatória o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação."**

Veja-se que a manifestação técnico-jurídica do órgão de assessoramento jurídico da Administração Pública Municipal ocorre após a conclusão da fase preparatória, ou seja, concluída a fase interna.

O art. 53 da nova Lei de Licitações estabelece o seguinte:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no art. 54.

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos,

¹ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Ed. 3. Manual de Licitações e Contratos Administrativos: lei 14.133, de 1º de abril de 2021, p. 137.

termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos.

§ 5º É dispensável a análise jurídica nas hipóteses previamente definidas em ato da autoridade jurídica máxima competente, que deverá considerar o baixo valor, a baixa complexidade da contratação, a entrega imediata do bem ou a utilização de minutas de editais e instrumentos de contrato, convênio ou outros ajustes previamente padronizados pelo órgão de assessoramento jurídico.

A análise de legalidade é prévia, ao final da fase interna, igual ao do art. 38 da revogada lei nº 8.666/93, mas o legislador federal na Lei nº 14.133/2021, no art. 53, § 1º, inciso II, exige que o órgão de assessoramento jurídico proceda a análise técnico-jurídica e aprovação prévia de todos os elementos indispensáveis à contratação.

Portanto, este opinativo não se manifestará sobre os aspectos técnicos e orçamentários do procedimento em epígrafe, restringindo-se à análise jurídica da licitação postulada.

Assim, a presente manifestação se restringirá em verificar aspectos de legalidade, estando excluídos quaisquer aspectos técnicos, econômicos, financeiros, discricionários ou de mérito administrativo, os quais como sabemos, dependem de apreciação administrativa da autoridade ordenadora da despesa pública vindicada.

Por isso mesmo, a presente manifestação parte do suposto que as especificações técnicas contidas no presente processo, as informações, os instrumentos de planejamento, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, suas quantidades, seus requisitos, bem como quanto as pesquisas de preços, tenham sido regularmente apuradas pelos setores técnicos e administrativos competentes, não cabendo evidentemente a esse órgão jurídico analisar se a base de preço está de acordo com o mercado, se as quantidades estimadas efetivamente correspondem as efetivas necessidades da Administração, etc.

Este esclarecimento se faz necessário porque o parecer jurídico, conforme ensina Joel de Menezes Niebuhr² o parecer jurídico vinculante é exceção, depende de expressa disposição legal, inexistente na Lei nº 14.133/2021.

Eis o relatório do pedido, em apertada síntese. Passo a opinar.

2.2. ANÁLISE TÉCNICO-JURÍDICA DA FASE PREPARATÓRIA DO PROCEDIMENTO DE LICITAÇÃO

² Op. Cit., p. 539.

A análise que hora se empreende faz apreciação técnico-jurídica dos elementos contantes da fase preparatória do procedimento de licitação modalidade Concorrência Eletrônica³, pela qual se pretende escolher a melhor proposta empresarial para a adequação de estradas vicinais no Município de Porto Franco/MA, pelo valor estimado em estudo técnico preliminar de R\$ 867.934,45 (oitocentos e sessenta e sete mil, novecentos e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos), com critério de julgamento Menor Preço.

A contratação pretendida tem previsão no art. 6º, inciso XXXVIII, "a", da Lei Federal nº 14.133/2021, vejamos:

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XXXVIII - concorrência: modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser:

- a) menor preço;
- b) melhor técnica ou conteúdo artístico;
- c) técnica e preço;
- d) maior retorno econômico;
- e) maior desconto; (Grifo nosso)

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. (Grifou-se).

A modalidade de concorrência pública é procedimento que tem por objeto obras de engenharia comuns e especiais.

Assim, acerca da escolha da modalidade de licitação, verificamos que a modalidade escolhida no estudo técnico preliminar se mostra adequada e com expressa previsão na Lei nº 14.133/2021.

Como ensina DI PIETRO⁴, a bem da verdade, quanto à definição de modalidades, entende-se que, sendo a obra "comum", dado o pleno domínio do mercado acerca de sua execução e a viabilidade da Administração caracterizar, de

³ Art. 28. São modalidades de licitação:
II - Concorrência;

⁴ Op. Cit., p. 148.



forma padronizada, suas especificações, não se estará diante dos pressupostos para a caracterização do cabimento do **diálogo competitivo**, restando, por conseguinte, apenas a adoção da **modalidade concorrência**.

Ademais, na Lei nº 14.133/2021, a modalidade de concorrência é a modalidade comum e regra geral de contratação de licitante para construção de obras públicas em geral.

Quanto ao critério de julgamento - **MENOR PREÇO** - tem por objetivo selecionar a proposta que represente o menor dispêndio para a Administração, observados os parâmetros mínimos de qualidade definidos em edital, que assegurem o atendimento da necessidade que originou a licitação.

Diferente do critério por técnica e preço, não há ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos de qualidade previstos no edital. Assim, as propostas que cumprirem os parâmetros mínimos de aceitabilidade disputarão pelo valor a ser pago pela Administração.

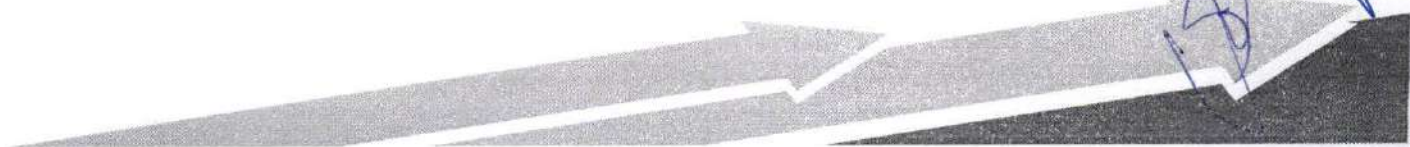
Importante observar que menor dispêndio não se limita a menor valor de proposta, pois os custos indiretos (quando objetivamente mensurados) relacionados ao ciclo de vida do objeto licitado deverão ser considerados na análise quanto à vantajosidade da proposta.

Quando utilizado esse critério de julgamento, é vedada a utilização isolada do modo de disputa fechado, estando prevista, portanto, a apresentação de lances públicos e sucessivos na competição.

Assim, a escolha da concorrência, como modalidade de licitação para o presente caso, do tipo menor preço e modo aberto de disputa, mostra-se a nosso ver como escolha adequada para os fins que objetiva, e com previsão na Lei nº 14.133/2021, repita-se de passagem.

Quanto aos **elementos que devem ser compreendidos nos autos do processo de contratação pública na fase preparatória**, assim dispõe o artigo 18 e incisos, da Lei nº 14.133/2021:

Art. 18. A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do caput do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:



I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;

IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;

V - a elaboração do edital de licitação;

VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;

VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei.

De uma forma bem abrangente, o planejamento da contratação pressupõe que a própria necessidade administrativa seja investigada, a fim de se compreender o que fundamenta a requisição administrativa.

Na fase preparatória, o gestor deve descrever a necessidade da contratação, a qual deverá estar fundamentada no estudo técnico preliminar, sendo que, em qualquer contratação, primeiramente, deverá haver interesse público envolvido.

Apenas para destacar, de acordo com o art. 6º, inc. XX, o estudo técnico preliminar é o "documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação".

O planejamento deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual. No entanto, registra-se a **inexistência do plano anual de contratações**, conforme declarado no item 17 do ETP, o que prejudica a análise de compatibilidade da contratação com o referido plano, **em que pese não se tratar de ato obrigatório para a realização do certame**, uma vez que, o inciso VII, do artigo 12 da Lei de Licitações, afere a facultatividade da elaboração do plano anual de contratações, in fine:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:

(...)

VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo **poderão**, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias. (grifos nossos)

De acordo com o dispositivo supra, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo **"poderão"**, na forma de regulamento, elaborar o citado plano.

No entanto, Marçal Justen Filho⁵ alerta que:

⁵ JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos: Lei 14.133/2021**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 273-274.

A redação legal induz à facultatividade da elaboração do PCA. Mas essa interpretação exige cautela. A utilização do vocábulo "poderão" não deve ser o critério isolado para a interpretação. A interpretação mais adequada consiste em reconhecer a existência de um dever de elaborar o PCA, cujo atendimento será vinculado às circunstâncias e características da realidade. Caberá ao regulamento dispor sobre as condições para a elaboração do PCA, inclusive determinando a sua implementação de modo progressivo e compulsório.

Nesse sentido, não obstante esse plano não se constituir como uma obrigatoriedade pelos termos da Lei, não restam dúvidas de que **sua adoção pelos órgãos e entidades é uma prática recomendável**, com o objetivo de realizar contratações mais planejadas, eficientes e eficazes, visando ao melhor uso dos recursos públicos.

Após a descrição da necessidade, será preciso **definir o objeto** para atendê-la. Essa definição será realizada nos instrumentos da fase preparatória, que posteriormente constituirão anexos do edital. O projeto básico e o projeto executivo, deverão ser destinados para as obras e serviços de engenharia, como é o caso dos autos.

Compulsando os autos, verificamos que o processo se inicia com o **Documento de Formalização de Demanda (DFD)**, que é elemento obrigatório de todo processo de contratação iniciado a partir da Lei nº 14.133/2021. Trata-se do instrumento que dá início ao processo de planejamento da aquisição de produto ou serviço.

Ainda que a Lei nº 14.133/2021 não tenha definido um conceito ou conteúdo específico para o **documento de formalização da demanda**, a doutrina tem entendido que a elaboração desse documento é imprescindível e consequentemente indispensável sua juntada ao procedimento.

Nesse ato, segundo DI PIETRO⁶, "a área requisitante também deverá informar, por exemplo, a quantidade do objeto a ser contratado; aspectos relacionados com os objetivos estratégicos e as necessidades corporativas do órgão ou entidade, bem como o seu alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional e o Plano de Contratação Anual, se houver".

No caso, há documento (DFD) subscrito pela Secretária Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana, a engenheira civil Naara Pereira Duarte, o qual apresenta o objeto, qual seja a Adequação de estradas vicinais no Município de Porto

⁶ Op. Cit. P. 88.

Franco/MA; a justificativa da necessidade da contratação e os resultados pretendidos; as descrições dos serviços que deverão ser executados, compreendendo terraplanagem, revestimento primário, drenagem e serviços gerais; a previsão de data de entrega dos serviços (360 dias) e prazo para pagamento, que será mediante a medição e aprovação dos serviços executados; a indicação dos servidores para compor a equipe de planejamento.

Como anexos do DFD, a solicitante juntou cópia do CONTRATO DE REPASSE Nº 902709/2020/MAPA/CAIXA, celebrado entre a União Federal e a Prefeitura de Porto Franco e do Aditivo, **com vigência até 1º/04/2025, portanto em plena vigência.**

Nota-se que não foi juntada aos autos a publicação no Diário Oficial da União do TERMO DE ADITIVO, de modo que recomendamos que se proceda a devida juntada.

O documento de formalização da demanda - DFD foi submetido à apreciação da Secretária de Administração Valderice da Mota Neves, ordenadora da despesa alvitada e, pois, autoridade competente, a qual através de ato administrativo proferiu despacho aprovando o DFD e decidindo pela abertura de procedimento licitatório (fls. 42/43).

Quanto ao **Estudo Técnico Preliminar - ETP**, é o documento que compõe a primeira etapa do planejamento da contratação, caracterizando o interesse público envolvido e dando base ao anteprojeto e/ou ao projeto básico a serem elaborados, caso se conclua pela continuidade do processo de contratação.

Umas das inovações trazidas pela Lei 14.133/2021 é a **obrigatoriedade do Estudo Técnico Preliminar em todas as modalidades licitatórias na fase preparatória**, mesmo sendo a regra, existem situações em que este requisito é dispensável, vejamos o que traz o parágrafo 3º da Nova Lei de Licitações:

§ 3º Em se tratando de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

É importante destacar que o estudo técnico preliminar não visa à contratação de um bem ou serviço, mas, sim, resolver um problema. Logo, é preciso evidenciar esse problema, para verificar a forma de sua resolução, a fim de que se

avalie técnica e economicamente a viabilidade da contratação. Enfim, o objeto da futura contratação não é definido no início da confecção do estudo técnico preliminar, mas ao final dele, e ainda poderá sofrer alterações por ocasião da confecção do anteprojeto, do projeto básico, do projeto executivo e do termo de referência, conforme o caso.

A equipe de planejamento da contratação, designada através da Portaria nº 031/2024 pela Secretária Municipal de Administração, e formada pelo engenheiro civil Lucas Abreu Aguiar - CREA MA 1118372689 e Deivid Sobreiro de Amorim, foram os responsáveis que subscreveram e elaboraram o Estudo Técnico Preliminar de fls. 52/75.

No presente caso, a identificação da demanda, que envolve a recuperação de 16.430 metros de estradas vicinais em Porto Franco, a necessidade da contratação e a descrição do objeto foram os primeiros aspectos abordados no estudo técnico preliminar, com base nas necessidades identificadas no DFD, justamente para permitir a reflexão sobre os motivos pelos quais determinada contratação foi solicitada, investigando assim qual a necessidade final a ser atendida.

A descrição da necessidade da contratação contém manifestação da equipe de planejamento acerca de como a execução da adequação de estradas vicinais irá melhorar a infraestrutura local, as condições de trafegabilidade, segurança e qualidade de vida da população rural.

Na espécie, o documento constante dos autos descreve e justifica a necessidade pública a ser atendida com a contratação, qual seja, melhorar as condições de tráfego, segurança viária, crescimento econômico e social do município.

Além disso, indica as características do objeto, com detalhamento dos serviços (terraplanagem, revestimento primário e drenagem); plano de execução da obra, os requisitos da contratação, faz considerações sobre levantamento de mercado e estimativa do valor do ajuste.

Consta que na pesquisa de preços optou-se pelo uso exclusivo de sistemas oficiais de custos, o que garante transparência e eficiência, com o uso da tabela SINAPI (versão 11/2024 - Maranhão) e tabela SICRO 3 (versão 07/2024 - Maranhão).

Justifica que a escolha pela modalidade de licitação CONCORRÊNCIA dá-se por ser o objeto da licitação - recuperação de estradas vicinais - classificado como obra de engenharia, conforme art. 6º, inciso XXXII da Lei de Licitações.

Quanto ao critério de julgamento -MENOR PREÇO - justifica-se que o escopo da obra é bem definido, permitindo a comparação objetiva das propostas. Quanto à forma de execução - EMPREITADA por preço global, justifica-se a definição clara do escopo, previsibilidade financeira e eficiência administrativa.

O item 10 - Justificativa da escolha da solução - elenca as seguintes soluções: melhoria da infraestrutura viária, sistemas de drenagem, execução com técnicas avançadas, eficiência orçamentária, redução de custos futuros, drenagem sustentável, planejamento em etapas e logística eficiente. Consta que a execução será realizada em trechos para minimizar os impactos no trânsito local e garantir a continuidade do acesso às comunidades.

A justificativa pelo não parcelamento da contratação encontra-se no item 14 e segundo a equipe de planejamento, está fundamentada em aspectos técnicos, econômicos e administrativos, listando-se: eficiência operacional, economia de escala, complexidade dos serviços, redução de riscos administrativos, prazo de execução e foco na qualidade dos serviços.

Diante das justificativas, somos do entendimento de que, de fato, no presente caso, o parcelamento da solução não é recomendável, principalmente do ponto de vista da eficiência técnica. Isso se deve ao fato de que, ao manter o gerenciamento da obra sob a responsabilidade de um único contratado, a administração ganha um maior nível de controle sobre a execução dos serviços.

O projeto apresenta características técnicas que demandam uma execução integrada, visto que a divisibilidade poderia comprometer a funcionalidade das estradas e os resultados pretendidos, como a segurança e a durabilidade da via, além de gerar aumento nos custos operacionais e de gestão, em descompasso com o princípio da economicidade.

Ao final, a equipe de planejamento posiciona-se, pela viabilidade da contratação, definindo a modalidade CONCORRÊNCIA por se tratar de obra de engenharia e recomendando o prosseguimento da pretensão contratual.

Ainda, é possível concluir que no caso concreto ora apreciado, além da presença do ETP, consta como anexo da ETP, o Orçamento Sintético e o Mapa de Riscos, o que atende ao art. 18 da Lei nº 14.133, de 2021.

Apesar de se tratar de documento técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido, o ETP aparentemente contém as previsões necessárias, relacionadas no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Por fim, conforme se extrai do caput do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se também com as leis orçamentárias. A **existência de disponibilidade orçamentária** com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa é uma imposição legal.

Conforme consta às fls. 85, o Contador-geral do município, sr. Ardiles Silva Soares exarou despacho, no qual atesta existência e indica os créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, atendendo o que dispõe o art. 150 da Lei nº 14.133/2021⁷.

Sobre o PROJETO BÁSICO, o art. 6º, inciso XXV da Lei nº 14.133/2021 o define como o *conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.*

Na medida em que é o projeto básico que delimita o "**conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação**", não se concebe a instauração de licitação para contratação de obra ou serviço de engenharia sem a prévia elaboração e definição do projeto básico, que orientará a execução do empreendimento a ser contratado.

A compreensão segundo a qual, nas licitações para contratação de obras e serviços de engenharia, a Administração é obrigada a elaborar o projeto básico, com exceção daqueles casos em que seja adotado o regime de contratação integrada, está prevista, expressamente, no § 2º do art. 46 da Lei nº 14.133/2021:

Art. 46. (...)

§ 2º A Administração é dispensada da elaboração de projeto básico nos casos de contratação integrada, hipótese em que deverá ser elaborado anteprojeto de acordo com metodologia definida em ato do órgão competente, observados os requisitos

⁷ "Art. 150. Nenhuma contratação será feita sem a caracterização adequada de seu objeto e sem a indicação dos créditos orçamentários para pagamento das parcelas contratuais vincendas no exercício em que for realizada a contratação, sob pena de nulidade do ato e de responsabilização de quem lhe tiver dado causa."

estabelecidos no inciso XXIV do art. 6º desta Lei.
(Destacamos.)

14

No caso em tela, consta às fls. 86 a 102 o PROJETO BÁSICO subscrito pela equipe de planejamento, o engenheiro civil Lucas Abreu Aguiar - CREA MA 1118372689 e Deivid Sobreiro de Amorim, que elaboraram o projeto a partir do estudo técnico preliminar, contendo, dentre outros, Planilha Orçamentária Resumida, Orçamento Sintético, Planilha Orçamentária Analítica, Curva ABC de Serviços, cronograma físico-financeiro, Caderno de Discriminações técnicas da adequação de estradas vicinais, Anotação de Responsabilidade Técnica, Quadros de cubagem de volumes de aterro. Embora se trate de documento técnico, tecemos algumas considerações:

De início, nota-se que o Projeto básico não foi anexado ao edital, de modo que recomendamos a sua juntada como anexo I, posto que é o documento que contém informações sobre o objeto da licitação, definindo e detalhando a contratação de forma precisa, bem como os critérios para aceitação dos serviços, estrutura de custos, os deveres do contratado, os procedimentos de fiscalização, prazo de execução do contrato, penalidades aplicáveis.

Dessa forma, o projeto básico é uma diretriz essencial para que o licitante entenda o objeto da licitação da qual irá participar, sendo um instrumento importante para o sucesso da contratação, de modo que recomendamos a juntada do mesmo como anexo do edital.

A Lei 14.133/2021 define o projeto básico como o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação,.

Nesse sentido, deve ser elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

O projeto básico de fls. 86 a 102 e seus anexos, contém informações detalhadas do objeto que está sendo licitado, como ele se desenvolverá, em que prazo, e ainda possibilita a identificação e quantificação de todos os serviços que serão executados, bem como a caracterização e quantificação de todos os insumos (mão de obra, materiais e equipamentos) e seus custos.

Quanto ao orçamento da obra, pensamos que é medida complexa, porquanto demanda a definição e o dimensionamento de todos os insumos e serviços necessários para a sua execução, que usualmente são muitos.

Nesse sentido, as planilhas com composições analíticas contêm o detalhamento do custo unitário de cada um dos serviços, expressando a descrição, quantidades, custos unitários dos materiais, máquinas e mão de obra necessários à execução, composição analítica de BDI de referência, documentos esses inteiramente técnicos e por isso mesmo escapam da alçada desta Procuradoria, sendo de reponsabilidade técnica de seus subscritores.

Com ensina Joel de Menezes Niebuhr (2024), o critério para alcançar o valor em obra e serviço de engenharia, como vinha sendo previsto nas Leis Orçamentárias e como é previsto no Decreto Federal nº 7.983/2013⁸, que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União federal.

O referido ato administrativo federal baseia-se, fundamentalmente, nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinap), mantido pela Caixa Econômica Federal e, para o caso dos serviços e obras de infraestrutura de transporte do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), mantido pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT.

A Nova Lei de Licitações e Contratos incorporou esse critério. É o que se deduz do § 2º do art. 23, in verbis:

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

[...]

2º. No processo licitatório para contratação de obras e serviços de engenharia, conforme regulamento, o valor estimado, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de referência e dos Encargos Sociais (ES) cabíveis, será definido por meio da utilização de parâmetros na seguinte ordem:

I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente do Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), para serviços e obras de infraestrutura de transportes, ou do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi), para as demais obras e serviços de engenharia;

⁸ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/decreto/d7983.htm

II - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso;

III - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

IV - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento. Grifei.

No presente caso, o Projeto Básico, como se viu, **fez uso da tabela do SINAP e SICRO**, o que, a nosso juízo, atende ao inciso I do art. 23, da Lei nº 14.133/2021, sob a ótica da permissão legal.

Quanto ao conteúdo dos dados, como já foi dito alhures, a responsabilidade técnica é dos autores e subscritores da referida peça, o engenheiro civil Lucas Abreu Aguiar - CREA MA 1118372689 e Deivid Sobreiro de Amorim, **que elaboraram o ETP, o Projeto Básico e planilhas respectivas, inclusive BDI, por se tratar de obra e serviços de engenharia**, atividades de profissões regulamentadas, como Engenharia e Arquitetura.

Vale lembrar que o projeto básico de engenharia de uma obra deve ser elaborado por profissional legalmente habilitado, com registro no conselho profissional competente, restando a exigência atendida, consoante Anotação de Responsabilidade Técnica ART OBRA/SERVIÇO tendo como responsável técnico o engenheiro civil Lucas Abreu Aguiar, Registro 1118372689 MA (fls. 152).

A ART é o documento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pelo desenvolvimento de atividade técnica no âmbito das profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea, e que formaliza o compromisso do profissional com a qualidade dos serviços prestados.

Sobre o assunto, vejamos o que diz a Súmula 260 do TCU, in verbis:

SÚMULA Nº 260 "É dever do gestor exigir apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART referente a projeto, execução, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia, com indicação do responsável pela elaboração de plantas, orçamento-base, especificações técnicas, composições de custos unitários, cronograma físico-financeiro e outras peças técnicas."

O planejamento e o projeto básico foram devidamente aprovados pela Secretária Municipal de Administração, Ordenadora de Despesas da respectiva pasta, que também autorizou a formalização de procedimento licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA, no valor estimado em R\$ 867.934,45 (oitocentos e sessenta e sete mil, novecentos e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos).

2.2. DA ANÁLISE DA MINUTA DO EDITAL E DO CONTRATO:

O edital e seus anexos, assim como minuta do contrato, é parte do processo em análise, estando contemplados a habilitação, sanções, prazos e local de entrega.

Prosseguindo, é de bom tom revelar que o instrumento convocatório não possui cláusulas restritivas à competição, posto que, como condição para participar do certame, o Edital exige apenas os documentos de habilitação previstos nos artigos 62 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21, constando no item 2.1 que poderão participar da Concorrência os interessados que estiverem credenciados para a execução dos serviços equivalentes ao objeto do edital, desde que não infrinjam o art. 14 da Lei de Licitações e estejam em condições de atender todas as exigências do edital.

De acordo com as Minutas analisadas, é possível concluir que os requisitos de habilitação exigidos no Edital são adequados e estão em sintonia com a Lei, uma vez que as exigências habilitatórias não ultrapassaram os limites da razoabilidade, além de não ter sido permitido o estabelecimento de cláusulas desnecessárias e restritivas ao caráter competitivo, de modo que as comprovações dos requisitos de habilitação restringiram-se apenas ao necessário para o cumprimento do objeto licitado.

Além disso, as condições e requisitos fixados no Edital encontram guarida nas prescrições legais previstas no artigo 25 da lei de licitações, que diz:

Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento.

A Minuta do Contrato previu também as cláusulas essenciais, consoante disposto na Lei nº 14.133/21, em especial, no que tange as condições e prazos para execução do objeto, expressas em cláusulas que definem os direitos, as obrigações

e as responsabilidades das partes, em conformidade com os mandamentos legais previstos nos artigos 89 e seguintes, da Lei nº 14.133/21.

Quanto à **divulgação dos atos relativos ao certame**, é cediço que o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é sítio eletrônico oficial destinado à: **I** - divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos por esta Lei; **II** - realização facultativa das contratações pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos, conforme disposto no artigo 174, da Nova Lei. Desse modo, podemos concluir que o veículo oficial de divulgação dos atos relativos às licitações e contratações públicas é o Portal Nacional de Contratações Públicas.

Para reforçar esse entendimento, transcrevo aqui, dentre outras referências, dois dispositivos da citada norma versando sobre a publicidade dos atos licitatórios e contratuais no PNCP. Primeira está contida no artigo 54, que assim dispõe:

"Art. 54. A publicidade do edital de licitação será realizada mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)".

Já a segunda, está no artigo 94. Vejamos:

"Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

II - 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta.

§ 1º Os contratos celebrados em caso de urgência terão eficácia a partir de sua assinatura e deverão ser publicados nos prazos previstos nos incisos I e II do caput deste artigo, sob pena de nulidade. Referidas normas podem induzir a 2 conclusões distintas, ambas, claro, defensáveis, afinal, interpretação implica a busca do melhor significado, dentre os vários possíveis, de um determinado texto normativo".

Portanto, é obrigatória a divulgação e manutenção do **inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial dos Municípios**, conforme determinam os art. 54, caput e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, que diz no parágrafo 3º que "No caso de obras, a Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até 25 (vinte e cinco) dias úteis após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até 45 (quarenta e

cinco) dias úteis após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados".

19

Destacamos, também, que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina, também, o art. 54, § 3º, da Lei nº 14.133/21.

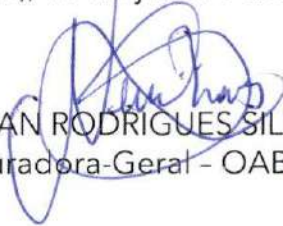
3 - CONCLUSÃO

Diante do exposto, com fundamento no art. 53 da Lei nº 14.133/2021, essa Procuradoria Geral, **excluídos os aspectos técnicos dos demais participantes do procedimento e o juízo de oportunidade e conveniência próprios da autoridade competente e ordenadora da despesa pública**, emite parecer pela aprovação jurídica dos elementos constantes da fase preparatória, **com as recomendações que faz.**

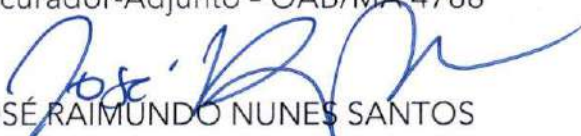
Ressaltando, ainda, que **o presente parecer não tem efeito vinculativo**, incumbindo à autoridade superior, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar, acolhê-lo ou ressaltar entendimento diverso.

É o entendimento jurídico desta Procuradoria Geral do Município de Porto Franco, Estado do Maranhão, salvo melhor juízo.

Porto Franco (MA), 17 de janeiro de 2025.


NEIRIVAN RODRIGUES SILVA CHAVES
Procuradora-Geral - OAB/MA 5681

MARCO AURÉLIO GONZAGA SANTOS
Procurador-Adjunto - OAB/MA 4788


JOSÉ RAIMUNDO NUNES SANTOS
Procurador OAB/MA 3.942